

A linguagem da avaliação em língua portuguesa

Estudos sistêmico-funcionais com base
no Sistema de Avaliatividade

Orlando Vian Jr.

Anderson Alves de Souza

Fabiola Sartin Dutra Parreira Almeida

Organizadores

A linguagem da avaliação em língua portuguesa

**Estudos sistêmico-funcionais com base
no Sistema de Avaliatividade**



Pedro & João Editores

Orlando Vian Jr.
Anderson Alves de Souza
Fabíola Sartin Dutra Parreira Almeida
(organizadores)

A linguagem da avaliação em língua portuguesa

**Estudos sistêmico-funcionais com base
no Sistema de Avaliatividade**



Pedro & João Editores

Copyright © dos autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida ou transmitida ou arquivada, desde que levados em conta os direitos dos autores.

Orlando Vian Jr.; Anderson Alves de Souza; Fabíola A.S.D.P. Almeida (organizadores)

A linguagem da avaliação em língua portuguesa. Estudos sistêmico-funcionais com base no sistema da avaliatividade. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010. 230p.

ISBN 978-85-7993-043-0

1. Estudos de linguagem. 2. Sistema de avaliatividade. 3. Linguagem da avaliação. 4. Estudos sistêmico-funcionais. 5. Autores. I. Título.

CDD – 410

Capa: Marcos Antonio Bessa-Oliveira

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito & Valdemir Miotello

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/Brasil); Roberto Leiser Baronas (UFSCar/Brasil); Nair F. Gurgel do Amaral (UNIR/Brasil) Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Dominique Maingueneau (Universidade de Paris XII); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil).



Pedro & João Editores
Rua Tadão Kamikado, 296
Parque Belvedere
www.pedroejoaoeditores.com.br
13568-878 - São Carlos – SP
2011

DEDICATÓRIA

*Quanto mais a gente ensina mais aprende o
que ensinou...*

da canção Filosofia pura,
de Roberto Mendes e Jorge Portugal

Este trabalho é dedicado

à **Leila Barbara**, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
a **James R. Martin**, da Universidade de Sidney,
a **José Luiz Meurer**, *in memoriam*, da Universidade Federal de Santa Catarina,
mestres que nos ensinaram as mais valiosas e significativas lições.

Que o que aqui ensinamos seja a extensão
do que aprendemos com eles.
E que seja fonte para outros tantos
aprendizados e infindáveis ensinamentos...

SUMÁRIO

Prefácio	9
<i>James R. Martin</i>	
Introdução	11
Parte A – O sistema de Avaliatividade	17
1. O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação	19
<i>Orlando Vian Jr.</i>	
Parte B – O sistema de Engajamento	31
2. Engajamento: monoglossia e heteroglossia	33
<i>Orlando Vian Jr.</i>	
3. O sistema do engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita	41
<i>Anna Elizabeth Balocco</i>	
4. A interação de recursos de um texto opinativo	57
<i>Ladjane Maria Farias de Souza</i>	
5. O engajamento em um artigo de opinião sobre as novas tecnologias	79
<i>Mauro Tadeu Sobhie</i>	
Parte C – O sistema de Atitude	97
6. Atitude: afeto, julgamento e apreciação	99
<i>Fabiola Sartin Dutra Parreira Almeida</i>	
7. A prosódia atitudinal: apreciação e julgamento em críticas de cinema	113
<i>Gisele de Carvalho</i>	
8. A apreciação em anúncios publicitários de livros didáticos de língua inglesa	131
<i>Richarles de Carvalho</i>	

9. Estima ou sanção: onde está a opinião? <i>Sara Regina Scotta Cabral</i>	151
10. O julgamento na argumentação de um editorial <i>Sumiko Nishitani Ikeda</i>	167
Parte D – O sistema de Gradação	189
11. Gradação: força e foco <i>Anderson Alves de Souza</i>	191
12. A gradação na linguagem marginal <i>Orlando Vian Jr.</i>	205
Índice de termos	215
Referências bibliográficas	219

PREFÁCIO¹

James R. Martin
Universidade de Sidney, Austrália

Cais

Quando meus colegas e eu demos início ao trabalho com a linguagem da avaliação, pouco mais de duas décadas atrás, nosso foco era a língua inglesa, já que estávamos preocupados com os modos pelos quais os sentimentos são expressados pelos australianos em histórias orais e escritas, em comentários críticos sobre trabalhos que envolvem criatividade, e no discurso da mídia. No decorrer dos anos, naturalmente tivemos consciência da vasta literatura, na e ao redor da Linguística, explorando a linguagem da emoção nas culturas. Isso, é claro, suscitou nossa curiosidade sobre o que ocorreria à descrição e à teoria da avaliatividade quando recontextualizadas para línguas que não o inglês, especialmente línguas de famílias linguísticas e com bagagens culturais diferentes da nossa. Fora uma pequena especulação superficial em Martin 2002², deixamos o julgamento em suspenso, aguardando o trabalho de colegas de outras partes do mundo.

Na década passada, ficamos surpresos pelo grande interesse gerado, especialmente na América Latina e na China. Quando convidado a ministrar *workshops* em outros países, descobri que a teoria da avaliatividade tinha suplantado a análise de gêneros e o letramento como área de pesquisa que os colegas mais gostariam que eu abordasse. O *website* de avaliatividade projetado por Peter White, e a sua lista de discussão por *email*, é sem dúvida enormemente responsável por isso, desde que permitiu o acesso eletrônico a esse trabalho a muitos estudiosos ao redor do mundo. Fico especialmente

¹ Tradução de Orlando Vian Jr.

² Martin, J R 2002 Blessed are the peacemakers: reconciliation and evaluation. C Candlin [Ed.] *Research and Practice in Professional Discourse*. Hong Kong: City University of Hong Kong Press. 187-227.

honrado ao ser convidado para escrever algumas palavras para esta coletânea editada sobre a linguagem da avaliação em português – já que minhas visitas a Portugal e ao Brasil geraram tantos relacionamentos e amizades tão caras no decorrer dos anos.

Este volume representa o trabalho de vários estudiosos brasileiros que se apropriaram do arcabouço da avaliatividade desenvolvido para o inglês e o retrabalharam para o português. Não é trabalho fácil retrabalhar teorias desse tipo de uma língua para outra, e tenho conhecimento das muitas discussões originadas que variavam desde a terminologia específica até preocupações conceituais mais gerais que foram fortemente contestadas e profundamente exploradas – como os trabalhos neste volume testemunham. Após uma introdução pelos editores, o volume lida com as três dimensões mais amplas da avaliatividade – engajamento, atitude e gradação; e foca em textos de uma vasta gama de áreas, incluindo a mídia, educação, novas tecnologias, literatura e textos publicitários.

Como conheço tão pouco a língua portuguesa, sei que tatearei esses artigos cheio de ciúmes daqueles que sabem a língua e estarão numa posição mais privilegiada para saborear as análises apresentadas. A esses leitores, eu gostaria de perguntar até que ponto eles acham que as análises captam o espírito da avaliação em português, e até que ponto isso pode ter sido atribuído ao desenvolvimento inicial da teoria em inglês. Por ter trabalhado com gramática funcional com alunos no decorrer dos anos, sei que o primeiro passo envolve inevitavelmente fazer com que as línguas não-inglesas fiquem parecidas com as descrições apresentadas por Halliday na gramática do inglês – e assim será necessário parar e perguntar: como ficaria minha língua se eu nunca tivesse lido nada do trabalho de Halliday? Então, leitores de português, onde estamos atualmente, no que diz respeito à teoria da avaliatividade? Sei que vocês defenderão sua língua e sua cultura, neste mundo pós-colonial. E talvez, um dia, eu aprenda o suficiente de sua língua para me garantir que ofereci a vocês algumas perguntas para questionar não as respostas que eu descobri (o *cais* mas não *saveiro* que a canção Cais de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos coloca tão impressionantemente bem).

INTRODUÇÃO

As pesquisas em Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) no Brasil têm aumentado significativamente e se espalhado pelos diversos centros de pesquisa no país, onde se aplicam os princípios propostos por Halliday – e, posteriormente, por outros renomados pesquisadores em diversas partes do mundo – aos mais diversos tipos de textos e contextos, estabelecendo diálogos com diferentes disciplinas e ampliando muitos aspectos da teoria em diferentes campos.

Um desses aspectos é o Sistema de Avaliatividade, um conjunto de significados interpessoais que se debruça sobre os mecanismos de avaliação veiculados pela linguagem, configurados em um sistema que oferece aos usuários possibilidades de utilizar itens avaliativos em suas interações cotidianas.

O contato com a teoria surgiu primeiramente da necessidade de se compreender os mecanismos de avaliação em diferentes textos e vários contextos de cultura e de situação, acentuada pelos contatos constantes com James R. Martin, principalmente a partir de suas diversas vindas ao Brasil e as interações que nos foram possibilitadas em cursos, oficinas, congressos, palestras e discussões teóricas e práticas sobre a aplicação do sistema à língua portuguesa. Tais contatos vão desde a co-orientação da pesquisa de doutorado de Souza (2006) no período de julho de 2005 a junho de 2006 em que este passou na Austrália em seu doutorado-sanduíche sob orientação de James R. Martin, ou nas interlocuções com Almeida (2008) e os dados utilizados em sua pesquisa, até as diversas discussões sobre a transposição de alguns termos em português, como é o caso da própria noção de *appaisal*, cujos resultados contribuíram para a proposta contida em Vian Jr. (2009). Além, ainda, da presença de Jim em diferentes cursos ministrados na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, na Universidade Federal de Minas Gerais, na Universidade Federal de Santa Catarina, e sua participação em eventos no Brasil, como o 33º International Systemic Functional Conference, o IV

Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros Textuais (Siget) ou o IV Congresso da Associação de Linguística Sistêmico-Funcional da América Latina, onde foi oferecido um mini-curso introdutório ao Sistema de Avaliatividade por Anna Elizabeth Balocco e um curso mais avançado pelo próprio Martin.

O livro *The language of evaluation – Appraisal in English*, em coautoria com Peter White, foi resenhado por Lima-Lopes e Vian Jr. (2007) e a lista de discussão sobre a gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa foi palco de proficuas discussões sobre a vasta gama de termos que a teoria oferece, desde a já apontada situação sobre como traduzir o termo *appraisal*.

Em função dessa problemática, diversos são os termos e os modelos utilizados para se abordar a avaliação na linguagem. Aspecto também mencionado por Thompson e Hunston (2000) em sua revisão da literatura, onde são referenciados termos como *connotation* (Lyons, 1977), *affect* (Besnier, 1993), *attitude* (Halliday, 1994), *assessment* (Halliday & Matthiessen, 2004), *stance* (Conrad & Biber, 2000), *appraisal* (Martin, 1997). Ao abordamos a avaliação na linguagem em língua portuguesa, a mesma diversidade surgiu.

O termo *appraisal*, por exemplo, foi primeiramente transposto para o português por Débora de Carvalho Figueiredo, na tradução do texto de White (2004) – em texto veiculado na revista *Linguagem em (Dis)curso*, volume 4, número especial –, como *avaliação* e, a partir das discussões do uso do termo e a questão de se tratar de um sistema que envolve o nível léxico-gramatical, onde os significados são realizados linguisticamente, e o estrato semântico-discursivo, em que os significados dessas realizações e dos fraseados são construídos. Envolvendo, portanto, a questão da estratificação e, por isso, não só a atribuição de valor a um determinado item sendo avaliado, mas um potencial de significados avaliativos disponíveis no sistema aos usuários para realizar léxico-gramaticalmente tais avaliações.

A partir desse panorama marcadamente heterogêneo, os textos compilados nesta coletânea refletem essa diversidade e pretendem exatamente mostrar o estado da arte das pesquisas sobre a avaliação na linguagem pela perspectiva sistêmico-funcional. Acresça-se ainda o fato de ainda não haver um consenso em relação a diversos termos em língua portuguesa presentes no sistema proposto por Martin e White (2005), como por exemplo, *appraisal*, que tem sido traduzido por avaliatividade ou por valoração, ou *engagement*, que tem sido usado como compromisso, engajamento, comprometimento,

entre outros. Na quase totalidade dos textos nesta coletânea, *appraisal* é utilizado como avaliatividade pelas razões apresentadas em Vian Jr. (2009).

Em meio a essa discussão, um aspecto a ser sinalizado é que, por mais pesquisas que sejam desenvolvidas em diferentes partes do país, torna-se mister sinalizar o quão restritas essas pesquisas se configuram, reduzindo-se apenas às estantes das universidades, fato esse que, por si só, já mostra a falta de diálogo entre pesquisadores e, por conseguinte, o consenso no uso de alguns aspectos da teoria. Muito pouco, ou quase nada, dessas pesquisas é transformado em material prático, em material didático para o ensino de língua materna, ou ensino de línguas estrangeiras, em uma metodologia de aplicação a diferentes tipos de texto, enfim, algo que reduza o imenso fosso existente entre a teoria e a prática.

Não restam dúvidas de que este fato é prontamente compreendido como uma característica da dinâmica dos trabalhos de pesquisa e de sua disseminação. Geralmente os meios acadêmicos são os primeiros a assimilarem as novidades vindas de outras terras, transformá-las e adaptá-las aos contextos locais e subsequentemente em material passível de divulgação pelos meios mais comuns à disponibilidade dos meios acadêmicos: primeiramente as revistas científicas para que depois sejam distribuídos ao grande público.

A partir dessa perspectiva, pretendemos, desse modo, disseminar os estudos sobre a avaliação na linguagem, mais especificamente com base no trabalho de Martin e White (2005). Isso se deve, ainda, ao fato de ser um assunto que tem despertado o interesse de diferentes pesquisadores, como se verá pela filiação dos diferentes pesquisadores que colaboram com seus textos resultantes de pesquisa sobre o assunto em diferentes regiões do país.

Nosso objetivo está em oferecer informações teóricas, metodológicas, analíticas e práticas no que diz respeito ao Sistema de Avaliatividade e sua aplicação a diferentes tipos de textos, pertencentes a diferentes gêneros e escritos em língua portuguesa.

São apresentados ao leitor, numa mistura de estilos e de linguagens, um panorama do que seja o Sistema de Avaliatividade aplicado a textos escritos em português. Primeiramente, na Parte A, em texto de Vian Jr., é dada ao leitor a visão da avaliação na linguagem e como se estrutura o Sistema de Avaliatividade para que, em seguida, cada subsistema seja abordado individualmente.

A Parte B apresenta os trabalhos de análise dos itens avaliativos no sistema de Engajamento. O texto do capítulo 2, de Vian Jr., explicita o

sistemas de engajamento e seus mecanismos e categorias de recursos disponíveis. Na sequência, os textos de Balocco no capítulo 3, de Farias de Souza no capítulo 4 e de Sobhie, no capítulo 5, analisam textos opinativos mídia.

Após a introdução de Almeida ao sistema de Atitude na Parte C, no capítulo 6, Gisele de Carvalho apresenta, no capítulo 7, a análise da prosódia atitudinal de apreciação e julgamento em textos de críticas de cinema; no capítulo 8, o texto de Richarles de Carvalho apresenta os recursos de apreciação em anúncios publicitários de livros didáticos de língua inglesa; Cabral, com base em editoriais, apresenta os recursos de sanção e estima social no capítulo 9 e, também com base em texto de editorial, Ikeda apresenta o julgamento na argumentação no capítulo 10.

Na Parte C, primeiramente é introduzido o sistema de Gradação no capítulo 11 por Souza e, na sequência, em texto de Vian Jr., no capítulo 12, são apresentados os recursos léxico-gramaticais que realizam os significados avaliativos de gradação.

Ao final, em função das acaloradas discussões sobre a terminologia, e pensando naqueles que trilham os passos iniciais na pesquisa em LSF e, mais especificamente, no estudo do sistema de avalatividade, e a todos os pesquisadores que se debruçam sobre a questão, oferecemos um índice dos termos e suas possibilidades de uso em português.

Esperamos que os textos aqui apresentados sejam deflagradores de muitos outros textos e que suscitem discussões sobre o assunto, tão rico em qualquer língua. Estamos certos de que inúmeros questionamentos surgirão e que muitas mudanças ao sistema serão propostas, pois sua natureza está ligada aos sentidos possíveis da avaliação na linguagem, o que tem raízes profundamente fincadas nos esteios da cultura. Que essas discussões possam emergir e levar a novas produções, que estes textos sejam apenas o passo inicial de uma longa e produtiva caminhada.

E embalados pela poética sugestão de Martin no prefácio, transcrevemos abaixo a canção de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos na íntegra:

Cais

Para quem quer se soltar invento o cais

Invento mais que a solidão me dá

Invento lua nova a clarear

Invento o amor e sei a dor de me lançar

Eu queria ser feliz
Invento o mar
Invento em mim o sonhador
Para quem quer me seguir eu quero mais
Tenho o caminho do que sempre quis
E um saveiro pronto pra partir
Invento o cais
E sei a vez de me lançar

Que a tomemos como mote de nossos estudos. Que possamos ser esse saveiro pronto para partir para novas incursões ao sistema de avaliatividade em difrentes tipos de textos, em diferentes manifestações discursivas, que inventemos nossos cais e saibamos a vez de nos lançar em novas empreitadas, em novas pesquisas, em novas avaliações, assim, teremos aqueles que nos seguem e quereremos sempre mais...

Orlando
Anderson
Fabiola

PARTE A

O sistema de avaliatividade

O Sistema de Avaliatividade e a linguagem da avaliação¹

Orlando Vian Jr (UFRN)

Ao considerarmos as formas como ocorrem os mecanismos de avaliação do ponto de vista de sua realização léxico-gramatical, temos uma vasta gama de escolhas disponíveis no sistema linguístico. Podemos, por exemplo, ser mais ou menos intensos, pouco ou muito enfáticos, mais ou menos distantes de nossos interlocutores, muito ou pouco formais. Isso equivale a dizer que a linguagem oferece mecanismos diversos para que atribuamos diferentes avaliações aos mais diferentes aspectos de nossas atitudes em nosso cotidiano.

Mesmo considerando a plethora de opções disponíveis na língua das quais podemos fazer uso ao avaliarmos algo, é possível categorizarmos os recursos léxico-gramaticais utilizados nas avaliações.

Para a categorização das ocorrências desse sistema de avaliação, Martin e colaboradores estabeleceram o Sistema de Avaliatividade, consubstanciado principalmente em Martin e White (2005), mas apresentado em outros autores anteriormente, como no próprio Martin (2000, 2002, 2003) e também em Eggins e Slade (1997) e em White (2004a; 2004b), que nos permite vislumbrar, a partir da perspectiva sistêmico-funcional de linguagem, os diferentes recursos utilizados e as possíveis metodologias para a análise de como tais mecanismos ocorrem em língua portuguesa.

Segundo os trabalhos difundidos por pesquisadores ligados à Escola de Sydney, são três os principais tipos de **Atitudes**: expressamos sentimentos e emoções, julgamentos de caráter e avaliações, que podem ser, portanto, categorizados em três tipos de recursos:

Afeto	recursos utilizados para expressar emoção
Julgamento	recursos utilizados para julgar o caráter
Apreciação	recursos utilizados para atribuir valor às coisas

¹ Este capítulo é parte do texto “O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação”, originalmente publicado na Revista D.E.L.T.A, v. 25, n. 1, pp. 99-129, 2009.

Paralelamente a estes três recursos, incluem-se, simultaneamente à **Atitude**, a **Gradação** e o **Engajamento**. Ou seja, ao fazermos uma avaliação, também selecionamos o quanto queremos amplificá-la, isto é, se pretendemos aumentar ou diminuir o grau de nossa avaliação, assim como indicamos o item que está sendo apreciado em nossa avaliação, isto é, a fonte de nossa avaliação. Pode-se assim dizer que as atitudes que expressamos distribuem-se por três campos: afeto, julgamento e apreciação, além de, ao externalizarmos grafo-fonologicamente nossas atitudes, optamos por graduá-las e o fazemos em relação ao envolvimento com nossos interlocutores e também em relação ao que está sob avaliação. Estas opções, portanto, podem ser resumidas no seguinte sistema:

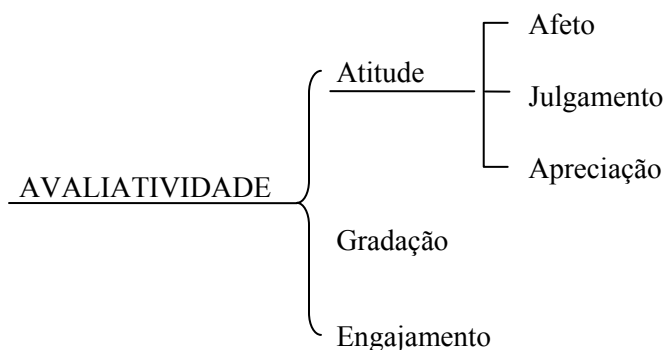


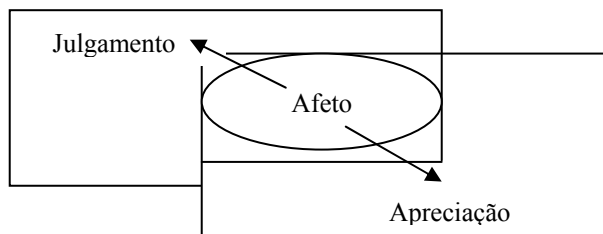
Figura 1 – Recursos do Sistema de Avaliatividade e do Sistema de Atitude.

Fonte: Martin; White (2005, p. 38).

As atitudes, a partir da perspectiva do Sistema da Avaliatividade, podem ainda ser vistas como um sistema da semântica discursiva, que se realiza léxico-gramaticalmente por meio de diferentes estruturas gramaticais.

Ao expressarmos nossas atitudes, podemos vislumbrá-las como sentimentos institucionalizados (MARTIN; WHITE, 2005, p. 45), sendo que o julgamento refere-se ao universo das propostas sobre o comportamento e a apreciação ao universo das proposições sobre o valor das coisas. O afeto, dessa forma, é o centro das atitudes que expressamos. Ontogeneticamente falando, os recursos linguísticos para a realização da avaliação são apre(nde)ndidos nos primeiros estágios do desenvolvimento linguístico. Assim, o mecanismo da interrelação entre afeto, julgamento e apreciação pode ser visualizado na seguinte figura, traduzida de Martin e White (2005, p. 45):

Ética/moralidade (regras & regulamentos).
Sentimentos institucionalizados como propostas



Sentimentos institucionalizados como proposições
de estética/valor (critério e avaliação)

Figura 2: Julgamento e apreciação como afeto institucionalizado

Na teoria sistêmico-funcional, a linguagem é concebida com um sistema semiótico em três estratos: um de significados, um de fraseados e outro de letras/sons. É relevante, neste ponto, estabelecer a relação entre os estratos da linguagem para os níveis de realização linguística. Temos em um primeiro plano, o estrato grafo-fonológico (letras/sons). Em um segundo plano, temos o nível da oração, que é realizada pela léxico-gramática (fraseados) e, por fim, em um terceiro nível, o semântico-discursivo (significados), localizado em um nível de abstração que está além da oração. A relação entre os três estratos, conforme preceitua a teoria sistêmico-funcional de Halliday, organiza-se da seguinte forma:

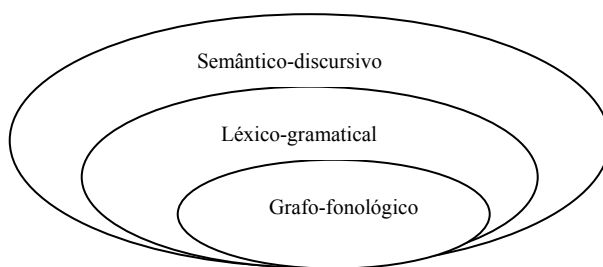


Figura 3 – Estratos da linguagem

O Sistema de Avaliatividade, a partir da perspectiva apresentada na Figura 3, localiza-se no estrato da semântica do discurso e é realizado, em termos lexicais e gramaticais, no estrato da léxico-gramática, oralmente ou

escrito, de acordo com a interação que se desenvolve, pelo estrato grafo-fonológico.

Ao selecionar o léxico avaliativo quando julgamos algo, partimos de sistemas semânticos, que são realizados léxico-gramaticalmente de forma a reforçarmos, ampliarmos ou minorarmos, reduzirmos, aquilo que avaliamos. Pode-se dizer, assim, que o Sistema de Avaliatividade caracteriza-se como um sistema interpessoal no nível da semântica do discurso que está articulado, simultaneamente, a outros dois sistemas, Negociação e Envolvimento e, em um nível superior de abstração, está relacionado à variável de registro Relações. Poderíamos, assim, esquematizar as relações entre os elementos do contexto de situação (registro, representada pela variável Relações), a semântica discursivo e a léxico-gramática:

REGISTRO	SEMÂNTICA DISCURSIVA	LÉXICO-GRAMÁTICA
Relações	Negociação Avaliatividade Envolvimento	Léxico avaliativo

Quadro 1 – A relação contexto/registro, semântica discursiva e léxico-gramática

Reduzindo-se o escopo ao campo central do Quadro 1 e restringindo-nos apenas aos recursos de avaliatividade (em negrito e sombreado), como uma das áreas da semântica do discurso, chegamos, finalmente, ao Sistema de Avaliatividade. Ao retomarmos e ampliarmos o modelo da Figura 1, representado-o de outro modo, veremos que os três tipos de recursos à nossa disposição para indicarmos as realizações léxico-gramaticais em subsistemas podem ser também representados, com base no sistema mais amplo de significados disponíveis, da seguinte maneira:

<i>AVALIATIVIDADE</i>		
Envolvimento	Atitude	Gradação
Monoglóssico Heteroglóssico	Afeto Julgamento Apreciação	Força Foco

Quadro 2 – Os recursos de avaliatividade

O que se observa na proposta de Martin e White (2005) é que os autores pretendem desenvolver um sistema semântico-discursivo para a

avaliatividade, o que sugere uma gama de realizações em diferentes estruturas léxico-gramaticais. Tais realizações, a partir da nomenclatura sugerida por Halliday (1994), realizar-se-á a partir da modificação de participantes, processos e adjuntos, em diferentes instâncias, podendo configurar-se no texto como qualidades, por meio de epítetos, atributos e circunstâncias, pelos diferentes processos, mas principalmente comportamentais e mentais, ou como comentários, ao usarmos adjuntos modais. Ou seja, trata-se de um sistema na interface entre semântica do discurso e léxico-gramática, da realização dos significados no texto com base no uso dos recursos disponíveis na semântica do discurso.

Para uma compreensão mais precisa de como os recursos disponíveis no sistema linguístico realizam-se léxico-gramaticalmente por meio de fraseados, é relevante o papel da noção de instanciação, porque assim teremos a percepção precisa de como o texto relaciona-se ao sistema linguístico e como este é realizado como produto resultante da interação entre a linguagem e o contexto em que é produzida.

Esses recursos, no entanto, devem funcionar apenas como hipóteses e não como categorias fechadas nas quais as ocorrências devem ser encaixadas, isso porque se trata de uma área muito ampla, ligada à semântica do discurso e, todo aquele envolvido na análise sobre como ocorre a avaliação no discurso deparar-se-á com tais aspectos, como bem sugerem os autores (MARTIN; WHITE, 2005, p. 46):

Thus our mapping of feeling (for affect, judgement and appreciation) have to be treated at this stage as hypotheses about the organization of the relevant meanings – offered as a challenge to those concerned with developing appropriate reasoning, as a reference point for those with alternative classifications and as a tool for those who need something to manage the analysis of evaluation in discourse.

O ponto de partida, com base na citação acima, deve ser como uma ferramenta, apenas, ou seja, ou meio para que se atinjam propósitos de análise e não um fim em si mesmo.

Instanciação

A noção de instanciação é de extrema importância para que se compreenda a relação entre avaliatividade (no nível do sistema) e avaliação

(no nível do texto), isto é, a instanciação é a manifestação do sistema linguístico no texto, o que deve, da mesma forma, ser interpretado como um processo dialético, dado ao fato de que a instanciação se manifesta, constrói e reconstrói os potenciais de significado de determinada cultura.

O que se verifica, dessa forma, é a visão ampla de linguagem tanto como sistema de escolhas disponível aos usuários como quanto texto, a materialização linguística desse sistema, bem como a relação entre o contexto de cultura e o contexto de situação, como ilustra a Figura 2 a seguir, com base no sugerido por Halliday; Mathiessen (1999, p. 8), indicando que a linguagem **REALIZA** o contexto e o texto **INSTANCIA** o sistema:

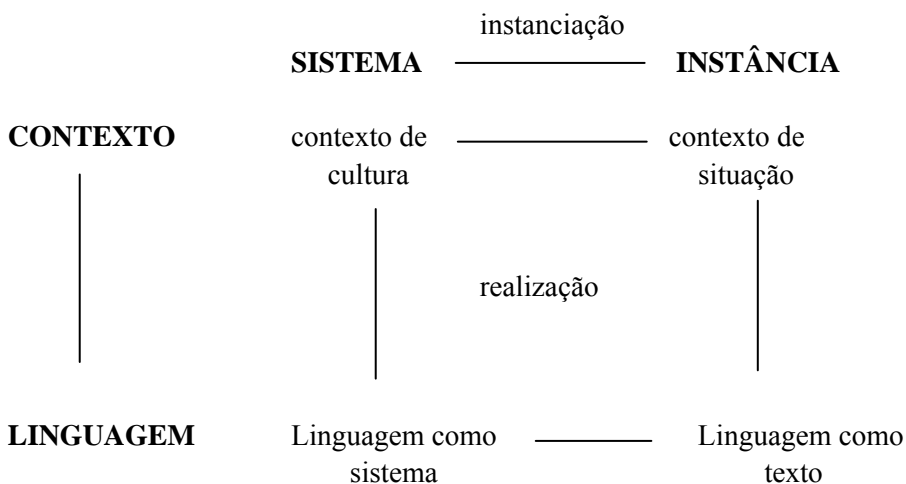


Figura 4 – As relações contexto/linguagem, sistema/instância (Halliday e Mathiessen, 1999)

O que se vê pela Figura 4 é que a inter-relação sistema-texto pode ser considerada como uma das primeiras dicotomias a ser enfrentada quando nos imbuímos da tentativa de explicar como a língua se organiza e, mais que isso, de que modo essa organização está à disposição do ser humano em sua utilização da linguagem no cotidiano.

Halliday (2004, pp. 26-27) metaforiza a relação sistema-texto a partir da relação entre tempo (*weather*) e clima (*climate*), que não representam diferentes fenômenos, mas sim o mesmo fenômeno visto de perspectivas diferentes. Em suas palavras, traduzidas livremente por mim: “*O tempo é o texto: é o que acontece ao nosso redor o tempo todo, causando impacto, e às*

vezes, *distúrbios em nosso cotidiano. O clima é o sistema, o potencial que subjaz a esses efeitos variáveis?*

O que temos, assim, é que a linguagem realiza o contexto e que os textos que circulam em nosso contexto social instanciam o sistema, daí a importância em se compreender a relação linguagem-contexto e sistema-instância.

Vejamos: se considerarmos a escala² de instanciação (HALLIDAY; MATHIESSEN, 1999; HALLIDAY, 2004) e observá-la pela perspectiva macro dos potenciais de significados disponíveis, teremos, conforme propõem Martin e White (2005, p. 163), em um polo a língua como sistema, e, no pólo oposto, as situações ou contextos em que esses significados são realizados individualmente, a língua como texto.

Podemos reduzir o escopo e considerarmos apenas o nível do texto para compreensão da avaliatividade e dos mecanismos linguísticos para a realização léxico-gramatical dos potenciais de significados disponíveis para realizarmos as avaliações em nosso cotidiano.

Ao pensarmos na relação entre língua e texto em termos da escala de instanciação, temos que a avaliação é apenas a instanciação das opções avaliativas de que a língua dispõe como potencial de significados presentes no texto, ao passo que a avaliatividade está relacionada a todo o potencial que a língua oferece para realizarmos significados avaliativos, ou seja, para expressarmos pontos de vista positivos ou negativos, para graduarmos a força ou o foco do que expressamos e para negociarmos a inter-subjetividade e assim por diante.

Pensando nas escalas e posicionando paralelamente a escala da língua e do texto, temos a seguinte correlação:

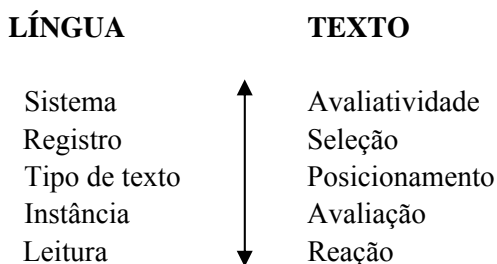


Figura 5 – Escala de instanciação: do Sistema para a leitura e da Avaliatividade para a reação

² Estou utilizando ‘escala de instanciação’ como correspondente a ‘*cline of instantiation*’.

Ao nos referirmos aos mecanismos de projeção (HALLIDAY, 2004, pp. 603-613), temos a avaliação realizada de forma modal, estritamente relacionada à metafunção interpessoal e projetada pela modalidade, pela polaridade ou pelo comentário e, para essa ocorrência, Halliday usa o termo *assessment*. No texto, utilizado como modelo para análise, apresentado em forma de quadro nas páginas 608 a 612 (HALLIDAY, 2004), estabelece-se a relação, para o mesmo texto, entre os tipos de *modal assessment* e o os tipos de *appraisal*. Fica reiterada, com isso, a inapropriação do termo apreciação ou valoração, reafirmando o uso de avaliatividade para nos referirmos ao sistema de significados potenciais avaliativos disponíveis para uso.

Outro elemento essencial para a compreensão do Sistema de Avalitividade é a relação desse sistema com a conceito bakhtiniano de dialogismo, pois é a partir da relação dialógica entre os usuários da linguagem que se pode compreender os mecanismos de avaliação utilizados em textos.

Dialogismo

Para que compreendamos como os significados são realizados do ponto de vista linguístico, é necessário que partamos do pressuposto de que toda interação verbal é dialógica, porque em toda e qualquer produção verbal cotidiana, seja oral ou escrita, revela-se a assunção de um leitor ou ouvinte: interagimos em *função do, para e com* o outro. O princípio dialógico de Bakhtin acentua exatamente a natureza contextual da interação, bem como o aspecto sociocultural dos contextos em que as interações são realizadas. O dialogismo, assim, torna-se o ponto de partida para que se encaminhe a discussão sobre a relação entre dialogia e avaliação.

É importante lembrar que, ao discutirem os recursos linguísticos de que o produtor textual utiliza-se para se posicionar em relação aos valores que expressa em seus textos, Martin; White (2005, p 92) informam que a abordagem que utilizam é influenciada pelo conceito bakhtiniano de dialogismo.

Para que se entenda essa inter-relação é importante que se compreenda a relevância do conceito de dialogismo, que permeia toda a obra de Bakhtin e para quem o conceito é o princípio constitutivo da linguagem, pois toda a vida da linguagem é impregnada de relações dialógicas e, conseqüentemente, na nossa relação com o outro está o centro de toda interação verbal: é no exterior, no meio social que está o centro organizador.

Bakhtin (1992, p. 62) considera que “o signo e a situação social em que se insere estão indissolúvelmente ligados. O signo não pode ser separado da situação social sem ver alterada sua natureza semiótica”. Eis aqui, também, uma das premissas da gramática sistêmico-funcional: a indissociabilidade na relação texto-contexto.

A nossa consciência individual é exteriorizada pela linguagem, caracterizando-se, dessa forma, como um evento eminentemente social e ideológico, daí o fato de o dialogismo assumir, na teoria bakhtiniana, uma dupla função, como nos indica Brait (1997, p. 98), com ênfases adicionadas em negrito:

Por um lado, o dialogismo diz respeito ao **permanente diálogo**, nem sempre simétrico e harmonioso, existente **entre os diferentes discursos** que configuram uma comunidade, uma cultura, uma sociedade. É nesse sentido que podemos interpretar o dialogismo como o elemento que instaura a constitutiva natureza interdiscursiva da linguagem. Por outro lado, o dialogismo diz respeito às **relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos**, que, por sua vez, instauram-se e são instaurados por esses discursos. E aí, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem.

O que se depreende, portanto, são dois aspectos relevantes.

- O primeiro é a correlação entre dialogismo e interação verbal, a partir da qual se verifica uma interação permanente entre os participantes do diálogo.
- segundo está na correlação entre dialogismo e intertextualidade; na qual observamos a interdependência entre discurso e contexto e a relação dialética entre ambos.

Alguns trabalhos (cf. Vian Jr., 2002) sugerem possíveis diálogos, embora de perspectivas espaciais, sociais e teóricas diferentes, entre as propostas de Bakhtin e as de Halliday. Uma das premissas para a compreensão desse diálogo é o fato de que para que esse “permanente diálogo” a que se refere Brait ao discutir a teoria bakhtiniana se realize léxico-gramaticalmente, serão necessários mecanismos linguísticos que reflitam as

relações interpessoais entre os interactantes, que são definidas pelas variáveis de registro, ou seja, o campo, as relações e o modo do discurso determinam como a linguagem será realizada léxico-gramaticalmente nos textos produzidos em dado contexto.

Em termos sistêmico-funcionais, também requer que se enfatize a importância do contexto, uma vez que as teorias de Firth e, posteriormente, as de Halliday tomam como ponto de partida a antropologia de Malinowski. Essa perspectiva estabelece uma relação dialética entre linguagem e contexto, que é considerado tanto no nível cultural (gênero), quanto no nível situacional (registro). É no nível do contexto de situação que operam as três variáveis mencionadas acima (campo, relações, modo) e que realizam, no nível léxico-gramatical, as escolhas dos usuários.

Desse modo, ao considerarmos o dialogismo bakhtiniano, preceituado, em seu trabalho, frise-se, em relação à literatura, e vislumbra-lo a partir de uma perspectiva sistêmico-funcional, é preciso que se discuta, ainda, a noção de instanciação, pois é este conceito que nos fornece a chave para a relação entre sistema e texto: o sistema linguístico é instanciado em forma de texto. Independentemente do tipo de texto³ que se produza, do mais corriqueiro bom-dia a uma tese científica, ou dos valores inerentes a tais textos, qualquer um deles será uma instanciação de um sistema mais amplo.

O texto não possui nenhum posicionamento semiótico a não ser em referência ao sistema da língua a que pertence, ou seja, estão imbricados no texto tanto um sistema linguístico quanto um sistema social.

A relação entre linguagem e contexto e as possibilidades de avaliações que podem ser feitas pelos usuários nos contextos em que interagem faz emergir o Sistema de Avaliatividade como um sistema de recursos interpessoais à disposição do produtor de textos para que se posicione em relação ao que expressa. E aqui a palavra sistema é de suma importância, não se tratando de uma teoria, mas um conjunto, um sistema de opções em nível semântico discursivo à disposição dos usuários que, no nível léxico-gramatical, será instanciado em um texto pelos mecanismos linguísticos de avaliação dos quais a língua dispõe. Estamos falando, portanto, de *atitudes*, ou seja, a posição que assumimos perante algo ao avaliarmos o mundo que nos rodeia, mesmo que, em muitos casos, façamos avaliações em determinadas situações em que expressamos atitudes que possam parecer, a

³ A noção de texto preceituada por Halliday inclui qualquer produção oral ou escrita.

nós, como corriqueiras ou inofensivas, mas que podem magoar, ofender, ferir nosso interlocutor.

Muitas vezes, usamos itens lexicais, inclusive substantivos, que, em sua acepção cotidiana, são desprovidos de qualquer avaliação, utilizados pura e simplesmente para nomeação de algo, mas que, inserido em determinado contexto de situação e dadas as relações entre os participantes, assumem características ofensivas ou preconceituosas a partir da relação dialógica entre os participantes.

Assim, fica patente a consideração do contexto quando se trata de escolhas linguísticas e das possibilidades de avaliação disponíveis na língua, por isso é necessário que se entenda a relação entre sistema e texto e, para tanto, é necessário também recorrer à noção de instanciação e à noção de dialogismo para uma compreensão, utilização, análise e aplicação prática a textos em diferentes tipos de pesquisa do Sistema de Avaliatividade.

PARTE B

O sistema de engajamento

Engajamento: monoglossia e heteroglossia

Orlando Vian Jr. (UFRN)

1 – Introdução

A noção de dialogismo bakhtiniano, como exposto no capítulo 1, é essencial para que se compreenda o subsistema de engajamento, pois é por meio dele que os produtores textuais assumem posicionamentos em relação a seus interlocutores e em relação aos textos que produzem. O engajamento está associado às origens de nossas atitudes, onde estão centradas, o que estamos avaliando, bem como com a articulação das vozes para expressão de opiniões no discurso. Daí a importância da noção de diálogo, que, como sinaliza Marchezan (2006, p. 128):

Da vida à teoria, o diálogo, de maneira recursiva, é identificado na ação entre interlocutores, entre autor e leitor, entre autor e herói, entre heróis, entre diferentes sujeitos sociais, que, em espaços e tempos diversos, tomam a palavra ou têm a palavra representada, ressignificada.

Dessa forma, o diálogo, como propõe Bakhtin (1981, p. 72) “é a forma clássica da comunicação verbal” e, por isso, toda interação prevê um posicionamento, pois Bakhtin (1981, p. 86) também afirma que

não compreendemos o significado de uma dada palavra simplesmente como uma palavra da língua, mas assumimos uma posição responsiva ativa com relação a ela (simpatia, concordância ou discordância, estímulo à ação).

A perspectiva dialógica bakhtiniana, desse modo, prevê uma posição responsiva, essencial para entender os recursos de engajamento e os posicionamentos adotados pelos interlocutores, pois não existe vida fora do diálogo.

Pela perspectiva adotada no subsistema de engajamento, o modelo proposto por Martin; White (2005) fornece um modo sistemático para que

possamos observar como esses posicionamentos realizam-se linguisticamente, de forma a caracterizar o estilo interpessoal adotado pelo produtor textual, seja o texto oral ou escrito.

Como estamos tratando de um modelo que toma por base a gramática sistêmico-funcional de Halliday, segue uma orientação que relaciona os significados com o contexto em que são produzidos: o contexto de situação e o contexto de cultura.

Dessa forma, a partir do contexto em que se está inserido e a partir dos textos que se pretende produzir, são selecionados no sistema linguístico elementos interpessoais que permitam indicar esse posicionamento dialógico, apontar para a maneira como o produtor textual compromete-se com o que expressa, a forma como polariza as informações que veicula e outros mecanismos disponíveis transmitidos por significados interpessoais e os sistemas subjacentes à metafunção interpessoal.

Fica evidente, assim, que o sistema de avaliatividade trata dos recursos relacionados ao posicionamento inter-subjetivo entre usuários da linguagem, proporcionando efeitos dialógicos associados a tais significados.

Como a noção do dialogismo bakhtiniano revela a relação dos enunciados com dizeres outros que também circulam no contexto de cultura, antecipando, ainda, outros dizeres potenciais que podem vir a se opor, complementar, dialogar com o que se diz. Desvelam-se, portanto, duas posições discursivas: uma a qual o autor se alinha e outra a que se contrapõe, estabelecendo uma relação de tensão e, por isso, Martin e White (2005) também se referem ao subsistema de engajamento como “posicionamento dialógico”.

O posicionamento dialógico pode, por conseguinte, ser expandido ou contraído, compreendendo, assim, os dois valores possíveis:

- **expansão** do potencial dialógico dos enunciados, isto é, afirma-se o princípio constitutivo do que se enuncia;
- **redução** do potencial dialógico do enunciado, ou seja, desencoraja-se a negociação de sentidos.

Vejamos dois exemplos:

(1) A gente se angustia com o livro que está sendo escrito, **não é porque está** difícil, ou porque esbarrou num beco sem saída, coisas assim, a gente se angustia é por não saber intimamente o que **está** fazendo (Sabino e Lispector, p. 27, ênfase acrescentadas).

(2) ... **não posso** te mandar nenhuma palavra animadora: sei que você **deve estar** desesperando com o seu livro... (Sabino e Lispector, p. 27, ênfases acrescentadas)

O que se verifica no exemplo (1) é que o potencial desse enunciado é reduzido, pois não é aberta nenhuma possibilidade de negociação de sentido. No trecho retirado de uma carta (Sabino e Lispector, 2001), Fernando Sabino escreve a Clarice Lispector e faz uma afirmação categórica, não abrindo margem para que ela questione o que está sendo posto: ele se angústia com o livro que está sendo escrito e ponto final. Ainda reforça sua afirmação acrescentando justificativas para a angústia. Sabino assume como verdadeiro que sua interlocutora partilha das mesmas posições de valor que ele, além de considerar o que expõe como fora de disputa (Martin e White, 2005, p. 101).

O exemplo (2), por outro lado, abre margem para que se negocie o sentido, que se possa questionar sua legitimidade, que a solidariedade entre produtor e receptor do texto seja passível de negociação. Fernando Sabino não pode mandar uma palavra animadora, mas pode fazê-lo mais tarde, em outro enunciado da mesma carta, numa carta futura ou em um encontro e supõe que Clarice Lispector deva estar desesperada, mas não é tão categórico com no exemplo (1), em que faz uma afirmação categórica sem possibilidade de discussão, o ‘deve estar’ utilizado indica claramente a possibilidade de discordância: pode ser que ela não esteja.

Podemos afirmar, portanto, que o primeiro enunciado propicia a adoção de uma atitude monológica, tentando produzir um caráter de verdade e o segundo deixa aberta a possibilidade de discordância, questionamento, ou seja, abre margem para a negociação de sentidos.

Desse modo, as subcategorias de engajamento serão organizadas a partir das opções que se vislumbram de, nas avaliações, haver ou não a possibilidade de abertura para a discordância, sendo caracterizadas, em um primeiro plano, entre monoglóssicas e heteroglóssicas e estão relacionados às maneiras por meio das quais se posicionam autor/falante-leitor/ouvinte nos textos (Martin e White, 2005, p. 100)

2 – Monoglossia

Se partirmos do princípio de que o dialogismo implica necessariamente o outro, pode parecer contraditório falar em monoglossia, já que as interações cotidianas pressupõem o outro. Se observarmos a questão da perspectiva das orações, no entanto, sabemos que é possível fazer asserções categóricas que não permitem o questionamento ou que não dão margem à dialogia. Nesse

caso, portanto, ao nível da oração, podemos pensar em uma asserção monoglóssica, no estrato léxico-gramatical, mas, ao considerarmos o estrato semântico-discursivo, os significados construídos, o conjunto das asserções no tecido verbal como um todo será heteroglóssico.

Esboça-se, a partir daqui, o primeiro sistema de engajamento, que abrange as noções de monoglossia e heteroglossia, que compreende a possibilidades de contração e expansão, como ilustra a Figura 1:

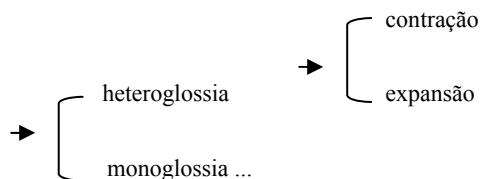


Figura 1 – Engajamento: monoglossia e heteroglossia

3 – Heteroglossia

Ao utilizar os recursos linguísticos heteroglóssicos no subsistema de engajamento, o produtor textual indica a referência a outras vozes ou pontos de vista e são baseados nos conceitos de expansão e de contração dialógica (Martin e White, 2004, p.102), abertas a ambos, autor/falante ou leitor/ouvinte para que possam negociar solidariedade nas interações. Vejamos cada um desses recursos e como são expandidos por meio de recursos léxico-gramaticais para a expressão do engajamento.

3.1 – Expansão dialógica

Ao realizar uma expansão dialógica, o produtor textual faz com que a proposição contida em sua voz seja apenas uma das diferentes possibilidades de posições que pode assumir, propiciando, desse modo, a abertura de posicionamentos alternativos, de aceitação ou rejeição.

Tal expansão poderá ser realizada léxico-gramaticalmente por recursos de **Entretenimento** e de **Atribuição**, sendo que os recursos de atribuição podem ainda ser classificados como de **Reconhecimento** ou de **Distanciamento**.

Os recursos para **Entretenimento** estão baseados no fato de que a proposição está fundamentada na subjetividade do autor e, são, portanto, realizados por diferentes locuções modalizadoras. Como sugerem Martin e

White (2005, p. 108), o autor reconhece e, até determinado ponto, valida posições diferentes, além de oferecer uma posição solidária àqueles que compartilham de uma posição diferente da sua. Pode-se inferir, a partir daí, que o produtor do texto atribui ao leitor o papel de alguém que talvez não esteja em total alinhamento com a posição de valor de sua proposição.

Ao fazer escolhas por recursos de **Atribuição**, no entanto, o produtor textual utiliza-se de mecanismos que representam o fundamento da proposição centrada em um participante externo e, por conseguinte, reconhece a existência de outras posições de valor alheias à sua. Esses mecanismos podem ainda ser expressados por duas subcategorias: **Reconhecimento** e **Distanciamento**.

Os recursos de **Reconhecimento** possibilitam ao produtor do texto não expressar explicitamente o seu posicionamento em relação à posição de valor que apresenta no texto, mas faz isso pela voz de outro. No exemplo (x) a seguir,

(3) Rubem **disse que** você está ótimo. (Sabino e Lispector, 2001, p. 149, ênfases acrescentadas)

Clarice Lispector assume algo sobre o estado do amigo por meio do que disse um terceiro.

Ao utilizar recursos de **Distanciamento**, o produtor textual expressa de forma explícita o seu distanciamento da proposição, não se responsabilizando pela proposição. É comum em textos quando se usam os verbos dicendi, ao se afirmar, por exemplo, que alguém *alega* algo.

Os recursos para expansão dialógico, como se vê, associam a proposição relacionada a vozes externas ao texto, em interação com outras vozes e, dessa forma, pode ter a solidariedade do leitor/ouvinte em relação àquilo que expressa.

3.2 – Contração dialógica

Ao utilizar recursos de contração dialógica, o produtor textual assume uma posição em desacordo ou em rejeição a uma posição contrária. Isso equivale a dizer que tais formulações desafiam, evitam ou até mesmo restringem o escopo das posições e de vozes alternativas.

Os recursos para contração incluem a **Refutação** e a **Ratificação**. Como possibilidades de **Refutação** temos recursos para **Negação** e para **Contra-expectativa**; como possibilidades de **Ratificação** temos a **Concorrência**, o **Endosso** e o **Pronunciamento**.

A Refutação compreende recursos por meio dos quais o produtor textual assume que existe uma posição contrária. No entanto, expressa sua discordância em relação a tal posição utilizando recursos de **Negação** e de **Contra-expectativa**. Observemos a realização léxico-gramatical do exemplo (4):

(4) **Não** sei se você está entendendo: o “Macunaíma” do Mário, para dar um exemplo, foi escrito assim; o “Anjo de Pedra” do Octávio, se acabou educado e distinto como a mais nobre das visitas, nasceu de uma ideia que ele teve na cozinha enquanto a “Tragédia Burguesa” esperava lá fora: mas **não** é exatamente a mesma coisa (Sabino e Lispector, 2001, p. 71, ênfases acrescentadas).

Uma das possibilidades dos recursos de Refutação é o da **Contra-expectativa**, em que o produtor textual apresenta uma proposição suplantando outra e que, assim, contraria a expectativa criada pela última. O que se obtém, aqui, é a solidariedade do produtor para com seu receptor, expressando sua surpresa tanto quanto o leitor deve também estar supresso. O exemplo (5) ilustra uma **Contra-expectativa**, tornando-se uma surpresa para ambos:

(5) Ia te **mandar** também um conto meu chamado “O Espelho do General”, mas **desisti: creio que** o conto não paga o trabalho que me dará de passar a limpo e que te dará de ler. (Sabino e Lispector, 2001, p. 61, ênfases acrescentadas).

Fica estabelecida, aqui, a contra-expectativa em relação ao processo mandar, expressa pelo processo desistir e, em seguida, a metáfora interpessoal ‘creio que’ explicita o porquê de a expectativa ter sido quebrada.

Os recursos para contração imprimem à proposição um aspecto altamente válido e fundamentado. Podem ainda ser expressos por meio de recursos de **Refutação** ou de **Ratificação**, dentre os quais o produtor textual pode utilizar-se de recursos de **Confirmação de expectativa**, de **Endosso** e de **Pronunciamento**, como propõem Martin e White (2005, p. 121), geralmente expressas por itens léxico-gramaticais conforme o Quadro 1:

Confirmação de expectativa	Endosso	Pronunciamento
<i>Naturalmente</i>	<i>Mostra</i>	<i>A verdade é que...</i>
<i>Certamente</i>	<i>Prova</i>	<i>Você deve concordar que...</i>
<i>Obviamente, etc.</i>	<i>Demonstra, etc.</i>	<i>Podemos concluir que..., etc.</i>

Quadro 1 – Recursos para Concorrência, Endosso e Pronunciamento

Os recursos para **Confirmação de expectativa** mostram a proposição representada como parte do senso comum, ou seja, autor/falante e leitor/ouvinte estão de pleno acordo com a proposição e demonstram a solidariedade.

Ao utilizar recursos para **Endosso**, por seu turno, o produtor atribui a fontes externas a validação de sua proposição, de modo a provar que sua proposição é válida e tida como aceitável e, para isso, lança mão de recursos que podem ser expressos em processos verbais. Pode-se dizer, assim, que o produtor/falante assume uma voz e pressupõe que o leitor/ouvinte compartilhe tal atribuição.

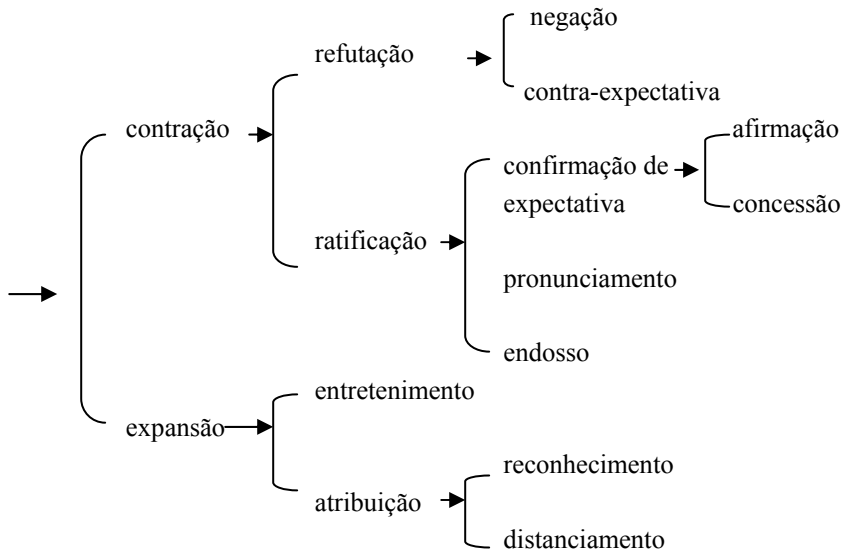


Figura 2 - O sistema de engajamento, traduzido de Martin e White, 2005, p. 134

Por fim, os recursos de **Pronunciamento** estão relacionados à ênfase a algo que o produtor quer dar, utilizando de recursos que podem representar o leitor no papel de alguma resistência em relação ao que é exposto e, para obter a solidariedade do leitor/ouvinte, o produtor/falante lança mão de tais recursos, baseando-se, no mais das vezes, em expressões como as apresentadas no Quadro 1.

Ao expandirmos as possibilidades de heteroglossia e os posicionamentos de contração e expansão dialógica temos, assim, os recursos disponíveis no subsistema de engajamento que podem ser resumidos no seguinte sistema:

4 – Algumas considerações sobre o engajamento

O subsistema de engajamento, conforme se viu neste capítulo, está localizado no eixo das negociações e as estratégias linguísticas utilizadas para expressar recursos de engajamento são maneiras de se negociar os sentidos construídos no texto, já que está diretamente relacionada à noção de dialogismo proposta por Bakhtin.

Desse modo, ao se proceder à análise de recursos para engajamento dentro do Sistema de Avaliatividade, significa que o olhar do analista deve ser dirigido aos recursos que permitem variar a maneira como o produtor o texto (oral ou escrito) negocia suas opiniões não só com os seus interlocutores explicitamente sinalizados, mas também com outras vozes mais abstratas que circulam no contexto de situação e no contexto de cultura em que o texto é produzido.

O ponto de partida para que se explore esse domínio semântico do engajamento compreende, como sinalizam Martin e White (2005), um enfoque no direcionamento das vozes que se encontram no texto: de onde/quem partem e para onde/quem se dirigem e, mais importante que isso: quais vozes avaliam e quais são avaliadas.

O sistema do engajamento aplicado a espaços opinativos na mídia escrita

Anna Elizabeth Balocco (UERJ)

1 – Introdução

No quadro da teoria da Avaliatividade de Martin e White (2005), o sistema do Engajamento¹ localiza-se no eixo das negociações, diferentemente do sistema da Atitude, que se localiza no eixo das opiniões. As estratégias de Engajamento devem ser vistas como recursos para negociar os sentidos construídos no texto. Do ponto de vista analítico, isto significa que o sistema permite explorar como o locutor negocia suas opiniões com seus interlocutores imediatos e com vozes mais abstratas presentes no contexto de cultura em que se situa. A pergunta que norteia este domínio semântico, para os autores, é “de onde vêm e quais vozes se encontram na avaliação?” Ou ainda, “quais vozes avaliam?” (2005, p. 35).

O sistema do Engajamento (ao qual os autores se referem também como ‘posicionamento dialógico’) baseia-se na noção de *dialogismo* de Bakhtin. Para este último autor, todo dizer está em relação com dizeres anteriores (presentes no contexto de cultura em que nos movimentamos) e antecipa dizeres (que potencialmente venham a se opor ou a dialogar com nosso dizer). Isto se traduz na noção de que todo enunciado revela sempre ao menos duas posições discursivas - uma posição discursiva centrada em dizeres aos quais o locutor se alinha e outra caracterizada por dizeres ou vozes sociais em relação de tensão com a primeira posição discursiva.

Para Martine White (2005), o *posicionamento dialógico* comporta dois valores: (1) de *expansão do potencial dialógico* dos enunciados (em que o dialogismo como princípio constitutivo do enunciado é afirmado); e (2) de *redução do potencial dialógico* dos enunciados (em que a negociação de sentidos é desencorajada). Exemplos de contração e expansão dialógica, respectivamente, são encontrados nos enunciados a seguir, retirados de *corpus* descrito na seção 2 deste capítulo: *Ação afirmativa é um instrumento legítimo*

¹ As letras maiúsculas na GSF são usadas para referência ao plano do sistema, em oposição ao plano da atualização concreta (num texto, por exemplo) das possibilidades sistêmicas.

do Estado democrático e Tudo indica que a ação afirmativa promove maior igualdade de oportunidade para os grupos discriminados. Enquanto o primeiro reduz o potencial dialógico daquele enunciado, ou a negociação de sentidos relativos à legitimidade daquela política pública, o segundo mantém aberto o diálogo em relação a esta questão. A adoção do primeiro posicionamento resulta numa atitude monológica, que tenta produzir um efeito de sentido de “verdade”; já a adoção do segundo sugere que o locutor encara a questão como polêmica ou passível de negociação.

Estes dois valores organizam as subcategorias de Engajamento (apresentadas no capítulo 2), que serão aplicadas a um *corpus* de textos opinativos publicados na mídia sobre o sistema de cotas na educação. A instituição do sistema de cotas na universidade pública brasileira transformou-se num debate público em diferentes instâncias discursivas (na imprensa escrita, na televisão, na academia). Nesta pesquisa, decidiu-se pela análise do debate público a partir da coleta de textos opinativos publicados em jornais, em que se enunciassem posições favoráveis ou contrárias às cotas.

O objetivo foi o de promover a discussão das relações entre os padrões valorativos identificados nos textos e as restrições genérico-discursivas que sobre eles recaem. Para tanto, foi necessário introduzir, na análise, a noção de *ethos* (FAIRCLOUGH, 1992; 2003), ou identidade discursiva do locutor.

2 – Corpus de estudo

Dentre os diferentes gêneros que realizam o texto opinativo na imprensa, decidiu-se pela coleta de “editoriais”, “colunas de opinião” e “cartas do leitor”, publicados num período de 45 dias seguidos, nos jornais *O Globo* e *A Folha de São Paulo*, a partir de critérios de delimitação temporal ligados à visibilidade do debate público na sociedade. Para mais informações sobre o *corpus* da pesquisa e critérios na sua constituição e delimitação, veja Balocco (2007).

Do ponto de vista do seu funcionamento discursivo, estes gêneros constituem espaços demarcados no jornal, que fogem ao ritual jornalístico, cujo suposto objetivo é informar imparcialmente e de forma objetiva: apenas nestes lugares demarcados haveria espaço para a opinião pessoal (MARIANI, 1998). Entende-se, no entanto, que estes espaços demarcados servem como suporte para o próprio funcionamento discursivo do jornal, criando a ilusão da natureza “subjéctiva” das opiniões, contrastadas com os “fatos” das outras

seções. Por outras palavras, a ilusão da “referencialidade” da matéria jornalística é reforçada pela existência de espaços demarcados, que se constituem fora daquele domínio de “referencialidade” (objetividade, neutralidade, imparcialidade e veracidade das informações).

Para efeito deste capítulo, a análise apresentada recai sobre um editorial (Texto 1), uma coluna de opinião (Texto 2) e uma carta de leitor (Texto 3), reproduzidos no Anexo deste capítulo.

3 – Análise dos dados

Num primeiro momento da análise, observam-se as diferenças entre a coluna do articulista (Dapieve) e o Editorial “Alerta no Pro-Uni”. O editorialista faz uso consistente de recursos de contração dialógica, organizando seu texto no eixo da Proposição. No primeiro parágrafo, por exemplo, faz uso de asserções categóricas, várias delas com valor de pressuposições, expressando firme convicção em relação ao que diz:

EXEMPLO 1: *Por ser uma questão ideológica*, contra a qual os argumentos racionais têm peso relativo, o governo federal **continua decidido** a instituir o cartório das cotas no ensino superior, **revogando** o princípio do mérito, e assim **pondo em risco** a qualidade da próxima geração de profissionais. E isso *num mundo cada vez mais competitivo*, em que o sucesso ou fracasso dos países **depende**, em larga medida, da capacitação do seu povo.

As proposições em itálico (*por ser uma questão ideológica* e *num mundo cada vez mais competitivo*) são codificadas como pressuposições, ou seja, como informação dada ou compartilhada pelo locutor com seu auditório. No mesmo parágrafo, o uso do presente do indicativo (em negrito) situa o texto no eixo das certezas, criando o efeito de sentido de uma análise dos fatos. Segundo Moura Neves (2002, p. 176), a escolha do tempo verbal em português é fator determinante para a configuração modal do enunciado (nos termos aqui propostos, para o perfil dialógico do texto).

Também o uso do pretérito perfeito marca distanciamento do jornalista em relação a seu enunciado, criando o efeito de sentido de um relato objetivo, como no parágrafo seguinte:

EXEMPLO 2: Nem mesmo resistências e ponderações feitas no próprio meio acadêmico são levadas em conta. Como **aconteceu** com a Universidade Federal

do Rio de Janeiro, a maior das universidades federais. De nada **adiantou** o Conselho de Ensino e Graduação da UFRJ, por decisão quase unânime, **ter rejeitado** a adoção das cotas no vestibular deste ano. Posição idêntica **já havia sido assumida** pela faculdade de medicina da universidade.

Há, no exemplo destacado, vários verbos (em negrito) que funcionam como “marcadores de narração” (VANDE KOPPLE, 1985), cujo efeito de sentido é o de contrair o potencial dialógico do enunciado: o custo interpessoal de discordância é muito alto, tendo em vista a sua codificação como “fatos narrados”. Na verdade, todo o texto alterna entre a narração e o comentário, numa estratégia discursiva de fechamento do potencial dialógico do enunciado.

Observam-se, no mesmo parágrafo, recursos de atribuição usados para conferir autoridade ao locutor. No entanto, estes não são recursos clássicos de discurso relatado (via verbos *dicendi*, por exemplo), mas recursos híbridos entre a narração e o discurso relatado, como nos exemplos:

EXEMPLO 2 (repetido): De nada adiantou o **Conselho de Ensino e Graduação da UFRJ, por decisão quase unânime, ter rejeitado** a adoção das cotas no vestibular deste ano. Posição idêntica já havia sido assumida pela faculdade de medicina da universidade.

Tais usos de atribuição via narração (*a UFRJ rejeitou, a Faculdade de Medicina assumiu posição idêntica*), funcionam como um recurso de contração do potencial dialógico do enunciado: ao conferirem ao locutor autoridade em relação ao que diz, desautorizam a contradição de sua posição discursiva contra as cotas.

No parágrafo seguinte, o uso do tempo verbal futuro simples do modo indicativo (em negrito) contribui para o mesmo efeito de sentido, pois funciona como uma previsão, portanto no eixo da certeza:

EXEMPLO 3: O governo federal, no entanto, segue em frente e **tentará formalizar** as cotas pela Lei de Educação Superior, a da reforma universitária. **Sequer** a dificuldade em distribuir o total das bolsas de estudo para estudantes negros e pardos dentro do programa Universidade para Todos (ProUni) **abala os militantes das cotas**.

Ao codificar as ações do governo federal como “fatos previstos”, o locutor desencoraja a negociação de sentidos. No mesmo parágrafo, há uma Contraposição / Negação na segunda oração, que também concorre para o fechamento do diálogo. O advérbio de focalização *sequer* (CASTILHO; CASTILHO, 1993, p. 216), com valor de adjunto conjuntivo aditivo, projeta uma proposição negativa (*nem mesmo a dificuldade ...abala os militantes da cota*) e uma proposição concessiva implícita via expectativa contrariada (*como seria esperado*). A crença ou expectativa codificada na concessão é projetada sobre o interlocutor, de tal forma que a contradição do enunciado é desautorizada.

No parágrafo seguinte, observa-se a ocorrência de verbos factivos (em negrito), que funcionam como recursos de Proposição / Endosso:

EXEMPLO 4: Ora, deveria fazer pensar o fato de 14% do total de 112 mil bolsas não terem sido concedidas basicamente porque negros, pardos e índios não conseguiram atingir a nota mínima de 4,5 exigida pelo programa. Ficou não apenas **comprovado** o risco de o sistema de cotas degradar o ensino universitário como também **confirma-se** a má qualidade do ensino médio, o qual deveria ser foco prioritário do governo.

O uso dos verbos factivos introduz uma voz anterior com a qual o locutor se alinha, ou endossa (*ficou **comprovado** o risco* pressupõe que o mesmo já havia sido apontado; ***confirma-se** a má qualidade do ensino* pressupõe que a mesma já havia sido apontada). O que permite ao locutor endossar esta voz anterior são os dados estatísticos, porcentagens e números por ele apresentados. Estes elementos do discurso (chamados de “intertexto” por Sant’anna, 2004) contribuem para o efeito de sentido de um relato isento, amparado em dados e fatos. Neste sentido, também poderiam ser entendidos como recursos de contração dialógica, no eixo do Endosso.

Ainda no último parágrafo, faz-se uso de Pronunciamento com modalização no eixo deôntico:

EXEMPLO 4 (repetido): Ora, **deveria fazer pensar** o fato de 14% do total de 112 mil bolsas não terem sido concedidas basicamente porque negros, pardos e índios não conseguiram atingir a nota mínima de 4,5 exigida pelo programa. Ficou não apenas comprovado o risco de o sistema de cotas degradar o ensino universitário como também **confirma-se** a má qualidade do ensino médio, o qual **deveria ser** foco prioritário do governo.

O parágrafo apresenta uma modalidade diretiva, no eixo da conduta: busca-se agir sobre o interlocutor. Observa-se que o futuro do pretérito não atenua o valor da modalidade diretiva, sendo entendido antes com valor de uma negativa implícita (*deveria ser foco prioritário, mas não é*). A Editoria do jornal representa-se em pé de igualdade com os poderes constituídos no país, apresentando diretrizes de condutas que levem à solução do tema em discussão.

Para finalizar, destacam-se também: (1) o fato de os recursos de polaridade concentrarem-se no eixo positivo (só orações afirmativas), contribuindo para a “monoglossia” do texto; (2) a ausência de orações com projeção (não há enunciados com destaque ao locutor); o uso da 3ª pessoa é marca de impessoalidade. Segundo Moura Neves (2002, p. 176), este é um recurso exclusivamente sintático que retira o locutor do enunciado para, do ponto de vista funcional, modalizar seu enunciado. Nos termos aqui propostos, o texto fala por si próprio, o que contribui para a sua contração dialógica.

Já no texto de Dapieve, por exemplo, observa-se um padrão de ocorrência de enunciados com destaque ao locutor, como no primeiro parágrafo, a seguir:

EXEMPLO 5: Mérito e cotas são incompatíveis? Duas semanas atrás **critiquei** o que **vi** como ato falho numa declaração de Lula contra os que pretendem mudar o povo. **Pensava eu** que o objetivo mais nobre da política era mudar o povo... Algumas das mensagens suscitadas, conquanto concordassem com o teor geral da coluna, gentilmente apontavam o que lhes soou como uma contradição: **defendi** o mérito, mas **elogiei** a discussão sobre a adoção de cotas raciais no Ensino Superior, iniciativa do atual governo.

Há uso consistente da 1ª pessoa na coluna do articulista, que atenua o valor assertivo das proposições: codifica-se explicitamente na léxico-gramática a expressão de uma “opinião”, o que contrasta com o “relato de fatos” do texto do editorialista. Do ponto de vista do perfil dialógico dos textos, é mais fácil discordar de uma “opinião” do que de um “fato”, entendendo-se a opinião como uma espécie de expressão delimitadora (ou *hedge*), que circunscreve a proposição a uma perspectiva do locutor.

Sobressai ainda, no mesmo parágrafo e em outros momentos do texto, o uso de verbos ilocucionais (*defendi, critiquei, elogiei*), que funcionam como recursos de expansão dialógica: o articulista representa-se no texto, envolvido num diálogo com seus leitores. Prova disto, ainda, são as marcas de interação

face a face no texto, como a pergunta que inicia o texto: *Mérito e cota são incompatíveis?*

Dapieve mais dialoga do que assevera, conversa com seus leitores, trazendo-os para sua página, como no parágrafo a seguir:

EXEMPLO 6: **Acho oportuno** dar uma satisfação a esses leitores, a quem **agradeço** a observação. **Não creio**, contudo, ter entrado em contradição. Mérito e cotas não são incompatíveis. **Não há maior meritocracia no mundo do que os EUA, certo?** Pois lá, devido a circunstâncias cujas diferenças das nossas não anulam o gol, acredita-se que dar oportunidade iguais para todos implica, às vezes, oferecer tratamentos diferenciados, ações afirmativas, cotas raciais. Afinal, tratar desiguais igualmente apenas congela a desigualdade.

Além de estratégias de Ponderação, em enunciados com verbos de atitudes proposicionais (*acho oportuno, não creio*), o articulista representa discursivamente seus leitores no texto (*esses leitores, a quem agradeço a observação*), dirige-se ao seu leitor através de perguntas e faz uso de marcas de interação face a face (como a partícula interrogativa *certo?*). Apresenta também uma Negação (*Mérito e cotas não são incompatíveis*), que embora esteja no eixo da contração dialógica, é mais atenuada do que a asserção categórica na polaridade positiva, que não abre espaço para uma posição discursiva alternativa.

Embora dialogue com seus leitores, o articulista apresenta-se como avalista de seus enunciados, como no parágrafo a seguir:

EXEMPLO 7: No Brasil, **temos uma dívida histórica com os negros**. Ela é mascarada pela visão romanceada da Abolição da Escravatura, transformada em happy end. **Claro que**, tanto mais para quem não tinha nada, a liberdade foi uma conquista. Todavia, como reza uma das leis de Murphy, cada solução dá ensejo a novos problemas. E os escravos libertos em 1888 não foram incorporados à sociedade dos senhores. Seus tataranetos ainda estão esperando isso.

O parágrafo inicia com um Pronunciamento (*No Brasil, temos uma dívida histórica com os negros*), em que se observa uma intervenção do locutor através do uso da 1ª pessoa. O uso da primeira pessoa do plural funciona não só para asseverar a proposição através do investimento pessoal do locutor, mas também como estratégia de envolvimento do interlocutor: ao projetar a dívida histórica com os negros para seu auditório, o locutor implica

seu leitor nas proposições apresentadas. Este uso contrasta com as ocorrências de Ponderação no texto (*acho oportuno, não creio*): enquanto estas últimas funcionam como expressões delimitadoras e favorecem o dialogismo, as primeiras ampliam o valor da proposição e reduzem o potencial dialógico do enunciado.

Há ainda, no mesmo parágrafo, uma ocorrência de Proposição/Expectativa confirmada (*Claro que a liberdade foi uma conquista*), em que o uso de predicado modal (*é claro*) com função de adjunto de comentário situa o valor da posição discursiva no senso comum, tornando o custo interpessoal da discordância muito alto.

Como no Editorial, há no texto de Dapieve muito intertexto, cuja função é fornecer elementos para a formação de opinião do leitor. No entanto, diferentemente do Editorial, o intertexto aparece em Dapieve, não na forma de dados estatísticos ou fatos, mas como uma narrativa de experiência pessoal:

EXEMPLO 8: Apesar de constatar isso diariamente, não tinha opinião formada sobre a adoção de cotas raciais até dois anos atrás. **Converti-me a elas num lugar improvável: a Cidade do Cabo, aonde fui cobrir a edição local do North Sea Jazz Festival, holandês.** Porque, embora os ingressos fossem caros para os padrões sul-africanos, a plateia dos shows era um reflexo fiel da composição étnica da população: os negros eram a grande maioria na celebração de sua “música clássica”. No Brasil, nada que seja bem pago (festivais de jazz, cinemas, restaurantes, universidades) mantém a proporção racial declarada nas pesquisas do IBGE.

Diferentemente dos dados estatísticos do Editorial, que contraem o potencial dialógico do texto, o intertexto na coluna de Dapieve funciona como um “delimitador” da sua posição discursiva, como algo que amplia o potencial dialógico do enunciado. Ao circunscrever a posição discursiva enunciada a uma perspectiva dada pelo locutor, o intertexto funciona como um recurso de expansão dialógica. Observam-se, no parágrafo, vários marcadores de narração (como no Editorial), mas no texto de Dapieve esta narração alterna com comentários: aqui o articulista se expõe mais.

No parágrafo a seguir, há ocorrência de Atribuição, uma estratégia de expansão dialógica:

EXEMPLO 9: **Os críticos das cotas argumentam** que os negros estão ausentes de certos ambientes não por serem negros, mas por serem pobres – e que eles

não são pobres por serem negros, mas por terem baixa escolaridade. Cria-se aí um círculo vicioso. **Solução definitiva para qualquer desigualdade é o ensino básico e público de qualidade? Concordo. Sim**, cotas são mero paliativo, uma política emergencial que temos vergonha de adotar. Pior, porém, é não contemplá-las, adiando para as calendas gregas a mitigação de um problema centenário sob o argumento torto de que seriam as cotas que instaurariam o racismo no Brasil.

A atribuição no texto (*Os críticos das cotas argumentam...*) funciona como uma estratégia de aproximação com o leitor. Ao codificar uma posição alternativa, o articulista dá sinal de respeitar o seu leitor, não negligenciando seus pontos de vista. Mais do que isso, Dapieve concorda parcialmente com seu interlocutor através de um Pronunciamento com verbo de valor ilocucional (*Concordo*) para depois apresentar seu próprio argumento (*Pior, porém, ...*). Concede um ponto, para ganhar um conto.

Dapieve usa predominantemente recursos de expansão dialógica para negociar suas opiniões, sem impor seus pontos de vista. Passando à Carta do leitor, observa-se que, como Dapieve, o locutor se expõe, comparece ao texto, mas não para dialogar, como será discutido:

EXEMPLO 10: **Queria comentar** a opinião da leitora Ana Carolina S. B. da Silva (ed. de 3.3) e aproveitar **para esclarecer** essa questão da cota para negros nas universidades. **Com certeza**, existe muita gente que tem forte preconceito contra negros e tem opiniões ridículas por causa disso. Mas um grande erro da leitora Ana Carolina foi o de cometer a mesma falta, fazendo um comentário pejorativo e preconceituoso contra os brancos em geral.

No exemplo, há ocorrência de Ponderação, ou enunciado com destaque ao locutor (*queria comentar*), que expande o potencial dialógico do enunciado, ao circunscrever a proposição contida no enunciado a uma perspectiva do locutor. No entanto, o efeito de sentido desta Ponderação é cancelado pelo uso de vários recursos de contração dialógica, como o marcador de valor ilocucional *esclarecer*, que estabelece um tom de autoridade para o locutor, e o adjunto de comentário de natureza asseverativa (*com certeza*). O mesmo tom de autoridade é marcado no parágrafo seguinte:

EXEMPLO 11: E, **para encerrar o assunto**, essa cota para negros é simplesmente uma forma fácil de acalmar a população burra, que pensa que

“agora, sim, estamos a caminho da igualdade”, quando isso é apenas um “tapaburaco”, que **não adiantará nada**, pois o problema real está na educação de base.

Daniel Marques Granato, 21 – Jornal *A folha de São Paulo* / Data: 10/03/2003

O leitor inicia o parágrafo instituindo-se como alguém que tem autoridade para controlar o turno de fala, por meio do uso de um marcador conversacional característico do discurso face a face (*para encerrar o assunto*). Observa-se ainda uma ocorrência de Negação (*não adiantará nada*), codificada no Futuro do Presente, com valor de predição e expressa de forma enfática através do uso da dupla negação. Estes usos, em conjunto com avaliativos de alta intensidade (do Subsistema da Gradação), como *população burra* (neste parágrafo), *opiniões ridículas* (no parágrafo anterior), contribuem para a construção de um *ethos* para o locutor, não de autoridade, como no Editorial, mas de superioridade, como será discutido na próxima seção.

4 – Regime e estilo valorativos

A análise empreendida sugere que há prosódias valorativas diferentes nos três textos. No Editorial, observam-se recursos de contração dialógica pelo uso de orações declarativas afirmativas, nas categorias de Endosso, Contra-expectativa, Pronunciamento com modalização deôntica, além de asserções categóricas com valor de pressuposição. Neste regime valorativo, não se faz concessões a ideias diferentes daquelas apresentadas no texto. A voz textual é uma voz “desencarnada”, que não aparece no texto (por exemplo, *deveria fazer pensar*): é uma voz que não encontra ancoragem num ponto da história ou num grupo social e fala de um ponto de vista externo.

O *ethos*, ou representação discursiva do locutor, construído no texto para o editorialista é o de alguém que, de posse de informações, cumpre o papel de mostrar diretrizes e intervir nos debates públicos abertos na sociedade. Neste sentido, o locutor adapta-se às coerções genéricas que recaem sobre o Editorial, ou ao regime enunciativo que regula este espaço jornalístico: exige-se do editorialista que represente, não um posicionamento discursivo particular, mas o posicionamento firme da instituição em relação a questões controvertidas, no entendimento de que um dos elementos de uma sociedade democrática é uma imprensa operante, que aponte problemas e soluções. As relações do editorialista com seus leitores são construídas no eixo da **autoridade**.

Já no caso do colunista, Dapieve não representa uma voz institucional como o editorialista e não fala a um público mais amplo, mas dirige-se diretamente a seus leitores, fazendo referência a cartas e emails que lhe são enviados. Dapieve cumpre o papel de dialogar com interlocutores educados no domínio da cultura (sua coluna é publica no Segundo Caderno, voltado para a Cultura). Precisa construir um diálogo de bom nível, sem ataques pessoais, acolhendo posições diferentes daquela que defende. O *ethos* construído no texto para o articulista é o de alguém que está em contato direto com seus leitores: a voz textual é uma voz encarnada, tem uma ancoragem no presente, num grupo social (por exemplo, nas referências a sua experiência como jornalista na Cidade do Cabo, no parágrafo 4, ou à sua experiência como professor universitário, no parágrafo 9 – vide anexo). Constrói assim uma relação de **cumplicidade** ou **solidariedade** com seus leitores. Contrastando com o editorialista, o articulista não dá diretrizes, não diz o que as pessoas devem fazer, mas apenas troca opiniões com elas.

Isto se traduz num regime enunciativo/valorativo com predominância de recursos de expansão dialógica, como verbos ilocucionais para representar discursivamente o diálogo entre articulista com seus leitores, marcadores de interação face a face, polaridade interrogativa e negativa, uso de Atribuição, Contra-expectativa e Ponderação.

Passando à Carta do Leitor, há predominantemente recursos de contração dialógica, como o uso de Proposição/Expectativa confirmada, Negação, marcadores conversacionais de tomada de turno de uso restrito a locutores com controle da interação, além de léxico valorativo de alta intensidade. Todos estes recursos contribuem para o *ethos*, ou imagem discursiva, do leitor como alguém que não precisa negociar suas opiniões (como o faz Dapieve), sequer de apresentar uma posição discursiva isenta, distanciada, ou documentada em fatos, dados, e reflexões mais aprofundadas (como no Editorial).

Não sofrendo coerções discursivas (ou seja, coerções impostas pelo ritual enunciativo do discurso jornalístico, baseado nos critérios de isenção, imparcialidade), o leitor estabelece uma relação de **superioridade** com seus interlocutores. Diferentemente do editorialista ou do colunista, o produtor da carta do leitor não tem compromisso com sua imagem pública e coloca-se no lugar de alguém que não reconhece, como legítimas, posições discursivas diferentes das suas.

Estas observações demonstram a produtividade das categorias do subsistema do Engajamento, que além de permitir que se delineie o perfil

valorativo de um texto, viabiliza ainda discussão de sua inscrição genérica, do regime discursivo ao qual está submetido (no caso desta análise, no âmbito do discurso jornalístico) e do estilo valorativo projetado para o seu produtor textual. Ao se posicionarem em relação a determinado tema, os locutores estão ao mesmo tempo construindo para si próprios um *ethos* ou imagem discursiva e um determinado tipo de relação com seus interlocutores, num tipo particular de diálogo com as vozes sociais e posições discursivas que constituem o debate sobre aquele tema.

ANEXOS

Texto 1

TEMA EM DISCUSSÃO: COTAS RACIAIS

Jornal *O Globo*, Seção Editoria: Opinião, 17/01/2005

Alerta no ProUni

(1) Por ser uma questão ideológica, contra a qual os argumentos racionais têm peso relativo, o governo federal continua decidido a instituir o cartório das cotas no ensino superior, revogando o princípio do mérito, e assim pondo em risco a qualidade da próxima geração de profissionais. E isso num mundo cada vez mais competitivo, em que o sucesso ou fracasso dos países depende, em larga medida, da capacitação do seu povo.

(2) Nem mesmo resistências e ponderações feitas no próprio meio acadêmico são levadas em conta. Como aconteceu com a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a maior das universidades federais. De nada adiantou o Conselho de Ensino e Graduação da UFRJ, por decisão quase unânime, ter rejeitado a adoção das cotas no vestibular deste ano. Posição idêntica já havia sido assumida pela faculdade de medicina da universidade.

(3) O governo federal, no entanto, segue em frente e tentará formalizar as cotas pela Lei de Educação Superior, a da reforma universitária. Sequer a dificuldade em distribuir o total das bolsas de estudo para estudantes negros e pardos dentro do programa Universidade para Todos (ProUni) abala os militantes das cotas.

(4) Ora, deveria fazer pensar o fato de 14% do total de 112 mil bolsas não terem sido concedidas basicamente porque negros, pardos e índios não conseguiram atingir a nota mínima de 4,5 exigida pelo programa. Ficou não apenas comprovado o risco de o sistema de cotas degradar o ensino universitário como também confirma-se a má qualidade do ensino médio, o qual deveria ser foco prioritário do governo.

Texto 2

COLUNA de Arthur Dapieve, Jornal *O Globo*, Segundo Caderno, 20/10/2006

O SUL: cotas raciais não admitem 'qualquer um'

(1) Mérito e cotas são incompatíveis? (2) Duas semanas atrás critiquei o que vi como ato falho numa declaração de Lula contra os que pretendem mudar o povo. (3) Pensava eu que o objetivo mais nobre da política era mudar o povo... (4) Algumas das mensagens suscitadas, conquanto concordassem com o teor geral da coluna, gentilmente apontavam o que lhes soou como uma

contradição: defendi o mérito, mas elogiei a discussão sobre a adoção de cotas raciais no Ensino Superior, iniciativa do atual governo.

(5) Acho oportuno dar uma satisfação a esses leitores, a quem agradeço a observação. (6) Não creio, contudo, ter entrado em contradição. (7) Mérito e cotas não são incompatíveis. (8) Não há maior meritocracia no mundo do que os EUA, certo? (9) Pois lá, devido a circunstâncias cujas diferenças das nossas não anulam o gol, acredita-se que dar oportunidade iguais para todos implica, às vezes, oferecer tratamentos diferenciados, ações afirmativas, cotas raciais. (10) Afinal, tratar desiguais igualmente apenas congela a desigualdade.

(11) No Brasil, temos uma dívida histórica com os negros. (12) Ela é mascarada pela visão romanceada da Abolição da Escravatura, transformada em happy end. (13) Claro que, tanto mais para quem não tinha nada, a liberdade foi uma conquista. (14) Todavia, como reza uma das leis de Murphy, cada solução dá ensejo a novos problemas. (15) E os escravos libertos em 1888 não foram incorporados à sociedade dos senhores. (16) Seus tataranetos ainda estão esperando isso.

(17) Apesar de constatar isso diariamente, não tinha opinião formada sobre a adoção de cotas raciais até dois anos atrás. (18) Converti-me a elas num lugar improvável: a Cidade do Cabo, aonde fui cobrir a edição local do North Sea Jazz Festival, holandês. (19) Porque, embora os ingressos fossem caros para os padrões sul-africanos, a plateia dos shows era um reflexo fiel da composição étnica da população: os negros eram a grande maioria na celebração de sua “música clássica”. (20) No Brasil, nada que seja bem pago (festivais de jazz, cinemas, restaurantes, universidades) mantém a proporção racial declarada nas pesquisas do IBGE.

(21) Os críticos das cotas argumentam que os negros estão ausentes de certos ambientes não por serem negros, mas por serem pobres – e que eles não são pobres por serem negros, mas por terem baixa escolaridade. (22) Cria-se aí um círculo vicioso. (23) Solução definitiva para qualquer desigualdade é o ensino básico e público de qualidade? (24) Concordo. (25) Sim, cotas são mero paliativo, uma política emergencial que temos vergonha de adotar. (26) Pior, porém, é não contemplá-las, adiando para as calendas gregas a mitigação de um problema centenário sob o argumento torto de que seriam as cotas que instaurariam o racismo no Brasil.

(27) O apartheid sul-africano teve um efeito colateral imprevisto para os seus ideólogos, efeito que hoje, doze anos depois do fim do regime racista, ao menos acena com igualdade real no longo prazo. (28) Como brancos não podiam se misturar a negros, uma classe média segregada foi tolerada. (29) Médicos, advogados, jornalistas. (30) Aqui, sem racismo formal, o lugar reservado à imensa maioria dos negros ainda é subalterno. (31) Domésticas, motoristas, PMs.

(32) No Brasil, a igualdade é tão-somente simbólica, escamoteadora de conflitos. (33) O papo militar de democracia racial. (34) O papo moral-e-cívico de formação da cultura nacional por três povos, português, índio e negro. (35) O papo oligarco-intelectual de casa grande & senzala, que travestiu de alegre contubérnio aquilo que no fundo era estupro em massa.

(36) Cotas alinham discurso e prática. (37) Além disso, ao contrário do que muitos pensam, elas não significam que “qualquer um” (expressão, note-se, de forte carga de preconceito), entrará na universidade. (38) Não. (39) Entram, por mérito, os melhores dentro de um grupo determinado. (40) Determinado, aliás, em várias acepções. (41) Basta que se lhe dê a chance. (42) A experiência como professor universitário, na rede particular mostra-me o valor dos alunos admitidos por intermédio do Educafro, pré-vestibular coordenado por frades franciscanos. (43) De início, o déficit no Ensino Básico pode até se manifestar. (44) No entanto, no decorrer do curso, o empenho tende a levá-los a resultados formidáveis. (45) Então, por isso, simplesmente não entra na minha cabeça a ideia de que as cotas admitem “qualquer um”. (46) A profusão de faculdades particulares, sim, é que tem permitido o ingresso de outro tipo de “qualquer um” na vida acadêmica: o “qualquer um” que pode pagar. (47) Branco, quase sempre. (48) Mera coincidência, claro. (49) Porque os negros são pobres etc. etc. (50) Também as federais e estaduais, gratuitas, foram, durante o período entre a renúncia da classe média à escola pública e a adoção de ações afirmativas, instrumento de perpetuação da desigualdade. (51) Nelas, o grande número de candidatos por vaga favoreceu o ingresso do “qualquer um” preparado pelas melhores escolas particulares. (52) Logo, escolas bem pagas. (53) Logo, escolas quase exclusivamente frequentadas por brancos. (54) Porque os negros são pobres, etc etc. (55) Políticas compensatórias visam romper mais este grilhão, para que o Brasil não continue a ser – matou a pau, Darcy Ribeiro! – os EUA caso o Sul tivesse ganho a Guerra Civil.

Texto 3

CARTA DO LEITOR

Jornal A folha de São Paulo, 10/03/2003

- (1) Queria comentar a opinião da leitora Ana Carolina S. B. da Silva (ed. de 3;3) e aproveitar para esclarecer essa questão da cota para negros nas universidades.
- (2) Com certeza, existe muita gente que tem forte preconceito contra negros e tem opiniões ridículas por causa disso.
- (3) Mas um grande erro da leitora Ana Carolina foi o de cometer a mesma falta, fazendo um comentário pejorativo e preconceituoso contra os brancos em geral.
- (4) E, para encerrar o assunto, essa cota para negros é simplesmente uma forma fácil de acalmar a população burra, que pensa que “agora, sim, estamos a caminho da igualdade”, quando isso é apenas um “tapa-buraco”, que não adiantará nada, pois o problema real está na educação de base.

Daniel Marques Granato, 21 – São Paulo, SP

A interação de recursos de comprometimento em um texto opinativo

Ladjane Maria Farias de Souza (UFSC/The University of Sydney)

1 – Introdução

Inserido na perspectiva sistêmico-funcional, o Modelo de Valoração constitui-se como uma rede de sistemas de recursos de avaliação postos à disposição do falante ou escritor. Cada subsistema oferece diversas opções e, em geral, o componente valorativo do texto resulta de uma combinação de recursos pertencentes a diferentes subsistemas e também de recursos pertencentes a um mesmo subsistema. O efeito retórico particular de cada texto se deve em grande parte à interação entre os recursos do sistema de valoração e os elementos pertencentes a outros sistemas de significados que foram selecionados pelo falante. Como afirmam Martin e White (2005):

(...) appraisal meanings do not operate as isolated values but rather as elements in integrated complexes of meaning where the ultimate rhetorical effect is an artefact of which meanings have been chosen, in which combinations and in which sequences (p. 159)¹.

No que diz respeito ao subsistema de Comprometimento, algumas das possíveis combinações de recursos são mais recorrentes como, por exemplo, Expectativa Confirmada + Contra-Expectativa, como em: *É verdade que existe um preço para tudo, mas este preço é relativo*². Em exemplos como esse, a voz textual utiliza a Expectativa confirmada para fazer uma concessão, que pode representar um grau maior ou menor de relutância em aceitar o

¹ (...) os significados avaliativos não operam como valores isolados mas como componentes de complexos de significação cujo efeito retórico total é o resultado de quais significados foram escolhidos, de como e em que sequência foram combinados” (Martin e White 2005:252).

² Salvo indicação em contrário, os exemplos usados para ilustrar categorias do Modelo de Valoração foram coletados de sites da Internet constantes da lista de referências bibliográficas.

enunciado anterior, como estratégia para tentar convencer um leitor mais resistente sobre o que vai ser dito.

As combinações dos recursos de Comprometimento e os possíveis efeitos retóricos gerados por elas constituirão o foco da análise de texto oferecida na seção 3.0, e, mais especificamente, na seção 3.2. A seguir são apresentados os aspectos teóricos relevantes a tal análise (seção 1.0), bem como informações sobre o texto analisado e a metodologia de análise (seção 2.0).

2 – Visão geral do subsistema de Comprometimento

O subsistema de Comprometimento compreende os recursos por meio dos quais a voz textual é dotada de um posicionamento dialógico, isto é, de um modo particular de antecipar a reação de futuros leitores, e de um posicionamento intertextual, ou seja, de um modo particular de retomar e de responder a enunciados anteriores. Tendo por base essas duas funções, o subsistema de Comprometimento organiza tais recursos em categorias, como ilustrado na Figura 1. Em princípio, todos os recursos de Comprometimento atendem a essas duas funções, porém, algumas categorias estão mais explicitamente voltadas para a construção do posicionamento intertextual (Extravocalização), constituindo um subconjunto dos recursos utilizados para se adotar um posicionamento dialógico (cf. White 2002).

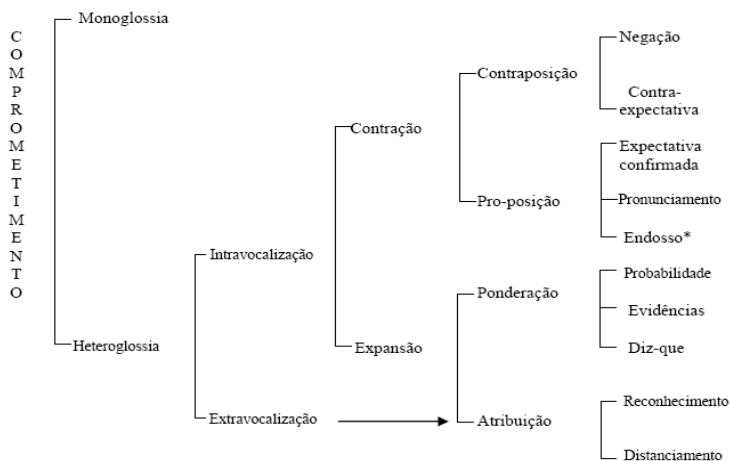


Figura 1: O Subsistema de Comprometimento³

³ Tipologia baseada em White, 1998, p. 100 e Martin; White, 2005, p. 102-104.

2.1 – O posicionamento dialógico

O posicionamento dialógico diz respeito ao reconhecimento da existência de posições alternativas ou divergentes quanto ao que é dito. Para se posicionar dialogicamente um texto, o subsistema de Comprometimento oferece, em primeiro lugar, duas opções: a Monoglossia, na qual se utiliza um enunciado de “voz única”, dialogicamente inerte, que não reconhece proposições alternativas, e a Heteroglossia, na qual se utiliza um enunciado que reconhece o caráter dialógico da comunicação (ver Figura 1). Apesar de aparentemente incompatível com o posicionamento dialógico, a Monoglossia é considerada como uma opção estratégica do falante – negar o dialogismo inerente ao processo comunicativo, adotando uma postura sociosemiótica ‘não-dialogizada’, a fim de tentar suprimir quaisquer enunciados alternativos ou contraditórios (White 2002, Martin; White 2005).

A linguagem monoglósica nada mais é do que a utilização da afirmação simples, porém, autores como Martin e White (2005), e Miller (2004), entre outros, distinguem diferentes tipos de monoglossia. Martin e White (2005) propõem uma distinção segundo o modo pelo qual o enunciado é apresentado: (i) como Ponto pacífico, isto é, algo aceito como verdadeiro, ou como (ii) Ponto questionável. Segundo Martin e White (2005), uma das maneiras de se construir um enunciado do tipo Ponto pacífico é utilizar uma pressuposição, por exemplo: *O golpe das madeiras tem por base as autorizações de corte de árvores emitidas pelo Ibama.* O enunciado pressupõe que as madeiras cometem um golpe. Se o ato é ou não ilícito não está em questão. Um exemplo de enunciado monoglósico do tipo Ponto questionável é: *A legalização do aborto é uma quebra do princípio de igualdade entre os seres humanos.* Essa proposição se insere em um debate sobre a legalização do aborto e precisa do apoio de outras proposições para defender um ponto de vista que não é aceito como verdadeiro por todos.

A tensão ou carga interpessoal gerada com o uso da Monoglossia também se observa, de um nível máximo a um nível mínimo, nas categorias de Heteroglossia, de acordo com o grau de fechamento a posições alternativas (contração dialógica). Os recursos da opção Heteroglossia classificam-se, em um primeiro nível, como de Intravocalização, quando a voz textual se posiciona com relação a pontos de vista divergentes integrando-os em seus próprios enunciados, ou de Extravocalização, quando vozes externas são explicitamente introduzidas no texto através do discurso direto ou indireto. Os recursos de Intravocalização dividem-se conforme contribuam para tornar o

texto ‘fechado’ a posições heterologicamente diversas (Contração), ou para torná-lo ‘aberto’ a tais alternativas (Expansão).

As categorias de Heteroglossia representam diferentes graus de responsabilidade pelo que é dito – de um nível máximo de responsabilidade assumida pelo falante (Negação, Contra-Expectativa, Expectativa Confirmada e Pronunciamento), passando por um nível intermediário em que a responsabilidade é compartilhada com outras vozes (Endosso) ou parcialmente assumida (Probabilidade, Evidências, Diz-que), até um nível mínimo de comprometimento em que a responsabilidade é atribuída a outrem ou mesmo recusada (Distanciamento) (ver Tabela 1).

Segundo White (2003), as categorias Expectativa Confirmada e Probabilidade também podem ser realizadas através de perguntas retóricas. A pergunta retórica que realiza a Expectativa confirmada é apresentada como possuindo apenas uma resposta óbvia, ou seja, a voz textual não espera outra resposta do leitor. Por exemplo: *Quem não cresceu lendo os quadrinhos da Turma da Mônica?* Já a pergunta retórica que constrói uma Probabilidade é apresentada como aberta, ou seja, mais de uma resposta pode ser dada pelo leitor. Por exemplo: *Como a condição de escravo causou prejuízo aos afro-descendentes no Brasil?*

2.2 – O posicionamento intertextual

O posicionamento intertextual diz respeito às opções de referência a enunciados anteriores. Tal posicionamento pode permanecer implícito, como ocorre na utilização das categorias de Intravocalização acima descritas, ou ser explicitamente marcado através da utilização das categorias de Extravocalização – Endosso, Reconhecimento e Distanciamento.

Tabela 1: O subsistema de Comprometimento: vozes e responsabilidade

Comprometimento	Vozes no texto	Responsabilidade	Exemplo
Monoglossia Uma voz que aparentemente não quer negociar. Negociação implícita.	Voz única	não se aplica	<i>A eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas⁴</i>
Heteroglossia Uma voz que se coloca diante de outras e mostra o desejo de negociar seus significados ou valores. Negociação explícita.	Negação: Ao menos duas vozes – a do sim e a do não.	assumida pelo falante	<i>A eleição nacional não é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
	Contra-Expectativa: Ao menos duas vozes – a do sim e a da exceção.	“	<i>A eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas, mas ...</i>
	Expectativa Confirmada: Uma segunda voz para o sim	“	<i>Claro que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
	Pronunciamento: Uma voz que deixa clara sua subjetividade: ‘esta é a minha opinião, pode haver outras’	“	<i>Acredito que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
	Endosso: Uma voz que se soma à que é citada.	compartilhada pelas vozes	<i>X diz acertadamente que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
	Probabilidade: Uma voz que formula uma hipótese, isto é uma hipótese entre várias outras	Parcialmente assumida pelo falante	<i>Talvez a eleição nacional seja completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
	Evidências: Uma voz que interpreta evidências, isto é uma interpretação entre várias outras	“	<i>Parece que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas.</i>
	Reconhecimento: Uma voz que se refere a outra	atribuída a outrem	<i>X diz que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>

⁴ Esse exemplo faz parte do corpus de análise (ver seções 3 e 4). Os exemplos seguintes são variações criadas pela autora deste capítulo tomando o primeiro exemplo como enunciado anterior.

	Distanciamento: Uma voz que se refere a outra	recusada	<i>X diz equivocadamente que a eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas</i>
--	---	----------	--

É por meio das categorias de Extravocalização que o falante indica sua concordância ou discordância com as palavras da voz externa. No Endosso, ele indica sua concordância, direta ou indiretamente, e a proposição citada ou referida é mostrada como confiável ou convincente. No Reconhecimento, o falante apenas reconhece a relevância do que é citado ou referido para seus propósitos de comunicação, empregando verbos *dicendi* como ‘dizer’, ‘afirmar’ ou expressões como ‘segundo X’, ‘na opinião de X’. E, no Distanciamento, o falante indica a falta de confiabilidade da proposição citada ou referida, podendo mesmo chegar a rejeitá-la completamente (White 2002, Martin; White 2005).

Ao lado das categorias de Comprometimento intertextual, White (1998) distingue também as categorias ‘intratextuais’. A distinção se baseia no tipo de relação estabelecido: se a relação se dá entre o enunciado do texto e textos alternativos (intertextual) ou se ela se dá entre um enunciado do texto e outros enunciados do próprio texto (intratextual). O autor aponta 3 categorias de Comprometimento intratextual correlacionadas a 3 categorias intertextuais que já foram discutidas acima (cf. White, 1998, p.95-99, ver Tabela 2).

Tabela 2: Valores intratextuais de Comprometimento

	Valor Intertextual	Valor Intratextual
Negação	<i>...O Bahia não fez mais do que a obrigação...</i>	<i>Foi expulso, e ao invés de ir ao vestiário, foi para o banco de reservas.</i>
Contra-expectativa	<i>... Por mais incrível que pareça, no começo, o futebol dos grandes clubes era interdito aos negros.</i>	<i>“... mesmo estando ausente pelo quarto ano seguido na libertadores, ... o peñarol continua sendo o clube com mais participações nesta copa”</i>
Expectativa confirmada	<i>É claro que foi pênalti.</i>	<i>Gosto do futebol porque sou brasileiro...</i>

Os aspectos teóricos descritos acima constituem a base para a análise de texto apresentada na seção 3.0. A seguir, são descritos o corpus e a metodologia utilizados em tal análise.

3 – 0 corpus de estudo e a metodologia

O texto intitulado “Obama ainda precisa mostrar quem é” encontra-se no Anexo em sua versão integral como publicado, bem como em formato de tabela, dividido em parágrafos e etiquetado. Trata-se de um texto opinativo de autoria do jornalista William Waack, postado em seu blog de opinião (<http://colunas.g1.com.br/williamwaack/> 2008/05/) em 12 de maio de 2008 às 20:08. Como texto opinativo, busca persuadir os leitores quanto à legitimidade de um certo ponto de vista com relação à campanha eleitoral americana. Com relação ao tema, o texto filia-se a um discurso pre-existente sobre a necessidade de Barack Obama mostrar sua verdadeira identidade e de convencer o eleitorado americano de que é um candidato confiável⁵.

A interatividade proporcionada pelo blog é uma das características centrais desse gênero recente, levando os textos a serem escritos de modo a incentivar as respostas dos leitores. Daí ser imprescindível ao texto desse gênero usar de várias estratégias de posicionamento dialógico e intertextual a fim de negociar certos pontos de vista com seus interlocutores. Esse aspecto é relevante para a análise oferecida neste capítulo, porém, o texto de Waack será analisado apenas enquanto “proposta de diálogo”, isto é, não serão consideradas quaisquer respostas postadas no blog.

As etiquetas utilizadas na identificação das categorias de Comprometimento utilizadas no texto (ver Anexo) indicam, em primeiro lugar, se se trata de Monoglossia ou de Heteroglossia, e, logo após, o subtipo. No caso da Heteroglossia, são indicados apenas os subtipos com maior nível de especificidade (última coluna da direita na Figura 1). As etiquetas estão posicionadas logo após a expressão (em negrito) que caracteriza o uso da categoria.

4 – Análise do texto

A análise do texto compreende a identificação e classificação das categorias de Comprometimento por meio de etiquetas (ver texto etiquetado no Anexo) e a quantificação das categorias identificadas representada em gráficos (seção 3.1), além da caracterização dos posicionamentos intertextual

⁵ Para se confirmar a existência de tal discurso basta fazer uma busca na Internet, onde se encontram textos intitulados por exemplo: “Who is barrack Obama?”, “Obama’s identity crisis: He knows who he is”, “Barrack who: Obama needs I.D. at D.C. Gym”.

e dialógico do texto construídos a partir da interação dos recursos de Comprometimento utilizados (seção 3.2).

4.1 – Identificação e quantificação das categorias de Comprometimento

Como se observa no texto etiquetado constante do Anexo, há exemplos de uso dos dois subtipos de Monoglossia e de todos exceto um (Diz-que) dos subtipos de Heteroglossia. A frequência de uso desses diversos recursos no texto pode ser visualizada e avaliada a partir dos gráficos apresentados a seguir.

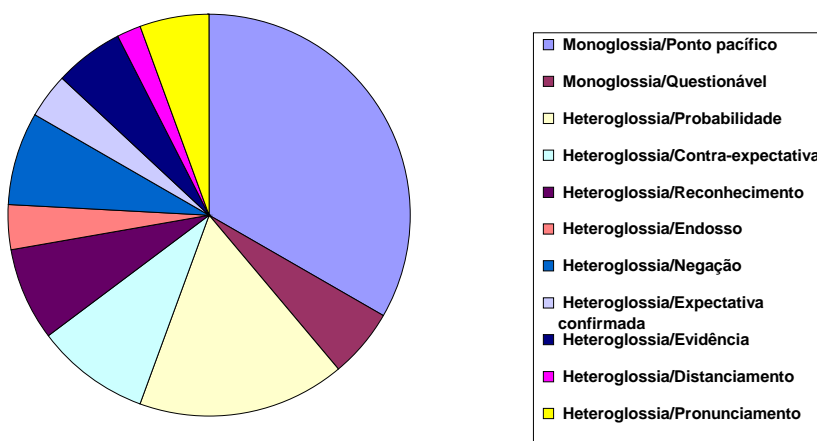


Gráfico 1: Categorias de Comprometimento no texto

O Gráfico 1 mostra a distribuição de todas as categorias de Comprometimento encontradas no texto. Segundo Martin e White (2005), textos que apresentam uma grande variedade de recursos de Comprometimento são típicos do discurso que negocia significados com um público complexo (p. 254), o que parece ser o caso.

Os três próximos gráficos representam apenas duas variantes cada. O Gráfico 2 permite se visualizar o texto em termos da proporção de recursos de Monoglossia e de Heteroglossia. O Gráfico 3 mostra as proporções dos subtipos de Heteroglossia pertencentes à Intravocalização e à Extravocalização e o Gráfico 4 indica as proporções das categorias de Contração e de Expansão (Gráfico 4).

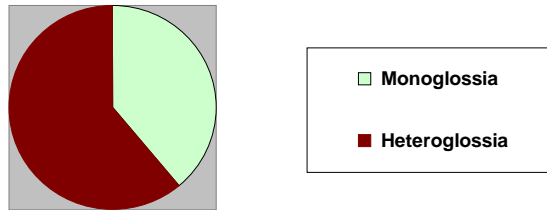


Gráfico 2: Categorias de Comprometimento – Monoglossia e Heteroglossia

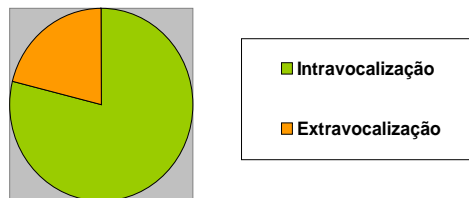


Gráfico 3: Categorias de Heteroglossia – Intravocalização e Extravocalização

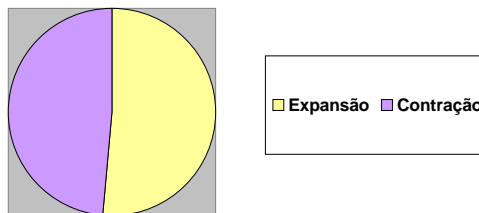


Gráfico 4: Categorias de Heteroglossia – Contração e Expansão

Enquanto os gráficos 2 e 3 revelam uma predominância da Heteroglossia (61%) e dos recursos de Intravocalização (78%), respectivamente, o Gráfico 4 mostra um equilíbrio entre os recursos de Contração (48%) e de Expansão (52%), com uma leve vantagem na utilização destes últimos. Cada faceta do texto revelada nesses gráficos parece apontar para uma direção diferente, mostrando que ainda que os dados acima revelem algumas características do texto com relação ao uso de recursos de

Comprometimento, eles não são suficientes para se descrever o posicionamento dialógico e intertextual do texto. Uma descrição que levasse em consideração apenas a incidência dessas categorias seria parcial e resultaria numa visão no mínimo superficial do texto em questão. Até mesmo porque o texto exemplifica quase todas as categorias de Comprometimento, tanto as de Monoglossia quanto as de Heteroglossia, tanto as de Contração quanto as de Expansão, exibindo graus maiores e menores de responsabilidade pelo que é dito. Desse modo, fica difícil se chegar a uma conclusão quanto ao modo particular pelo qual o texto busca influenciar textos futuros, e quanto ao grau de abertura/fechamento dialógico no qual o texto opera. O que dizer, por exemplo, a respeito do somatório final em termos de Extravocalização: predomina o Endosso (aprovação), o Reconhecimento (neutralidade) ou o Distanciamento (a rejeição)? Faz-se necessário, portanto, investigar, além dos tipos e quantidades de recursos, como se dá a articulação das escolhas do falante em termos de Comprometimento⁶.

4.2 – O posicionamento intertextual e dialógico do texto

Tomando-se o título (abaixo) como o ponto inicial de tal articulação, em termos dos posicionamentos intertextual e dialógico, observa-se que, por um lado, ele provê o encadeamento entre o texto em questão e todo um discurso já estabelecido em torno da identidade de Obama e da sua necessidade de convencer o eleitorado de que é confiável (ver seção 2.0); por outro lado, o título apresenta, monoglossicamente, o ponto de vista a ser negociado com o futuro leitor – *Obama ainda precisa mostrar quem é*. Trata-se de um enunciado monoglóssico ainda contestável e que o texto se dispõe a defender, elegendo, portanto, como leitor ideal aquele que compartilha de tal ponto de vista. Nas seções a seguir, discute-se em maiores detalhes a construção dos posicionamentos intertextual e dialógico do texto a partir do exame das interações entre os recursos de Comprometimento utilizados.

4.2.1 – O posicionamento intertextual do texto

Uma das principais interações entre categorias nesse texto é aquela entre os recursos de Atribuição e as categorias usadas pela voz externa

⁶ É preciso ter sempre em mente que cada texto opera através da interação de múltiplos recursos pertencentes aos diferentes sistemas de significados, ainda que o foco da análise esteja em um tipo e em um nível específicos de recursos de Avaliação.

(Monoglossia ou Heteroglossia). Por exemplo, no trecho inicial (os três primeiros parágrafos reproduzidos abaixo), a voz textual introduz monoglossicamente os pontos de vista de uma voz externa (a de Dowd). Isto é, o texto retoma um enunciado anterior a fim de apresentar e negociar com o leitor a sua posição sobre o assunto. Para tanto, são combinadas, em um primeiro nível, Monoglossia e Atribuição. Através da Monoglossia alguns enunciados são introduzidos como pontos pacíficos (por exemplo: *inventou, demonstrou*). E, do interior das Atribuições, a voz textual “compra” as categorias usadas pela voz externa para então negociá-las com o leitor. É assim que um determinado ponto de vista vai sendo construído a partir das pressuposições embutidas nas Atribuições – *Hillary Clinton merece ser punida pelo que disse na briga interna dos democratas; Obama precisa puni-la; e, Hillary é de um jeito tal que sofreria sendo vice-presidente*.

1	Mauren [sic] Dowd, talvez <Heteroglossia/ Probabilidade> a mais ferina língua do colonismo político americano, inventou <Monoglossia/Ponto pacífico> um jeito de Barack Obama punir Hillary Clinton por tudo o que ela disse dele na briga interna dos democratas. É só nomeá-la vice-presidente, sugeri Dowd, <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> no “New York Times”.
2	Do jeito que ela é <Monoglossia/Ponto pacífico>, continua a colonista <Heteroglossia/Atribuição/ Reconhecimento>, Hillary teria <Heteroglossia/Probabilidade> convulsões estomacais todo dia que acordasse pensando que é Obama, e não ela, o chefe de Estado americano. E se consolaria <Heteroglossia/Probabilidade> lembrando que 14 vice-presidentes americanos acabaram assumindo <Monoglossia/Ponto pacífico> o posto.
3	Mas <Heteroglossia/Contra-expectativa> a brincadeira para a própria Dowd parou aí <Monoglossia/Ponto pacífico>. Ela lembra que <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> Obama não é <Heteroglossia/Negação> o mesmo perto de Hillary – a agressividade, a tenacidade e a figura da oponente parecem <Heteroglossia/Evidências> paralisar um político, Obama, que demonstrou <Monoglossia/Ponto pacífico> ser um excepcional encantador de públicos. Talvez <Heteroglossia/Probabilidade> tenha sido esse o principal “serviço” prestado por Hillary, ainda que <Heteroglossia/Contra-expectativa intratextual> involuntariamente durante a campanha política.

As vozes interna e externa, que inicialmente mantêm uma certa distância, indicada pelas ressalvas (*a mais ferina, brincadeira*), vão se

aproximando até se sobrepor em *Talvez tenha sido esse o principal “serviço” prestado por Hillary*. Ao usar o verbo *inventou* (parágrafo 1), Waack faz o papel de alguém que repete uma piada sem revelar que se trata de uma piada. Assim, ele traz para seu texto uma voz externa, citando-a, e ao mesmo tempo validando as ideias e os valores supostamente defendidos por essa voz.

Esta voz externa é construída no texto por meio de certas categorias de Comprometimento, em especial a Monoglossia a Heteroglossia/ Probabilidade (por exemplo, *do jeito que ela é <Monoglossia/Ponto pacífico>, Hillary teria... E se consolaria...*” <Heteroglossia/ Probabilidade>. A introdução de uma Contra-Expectativa (parágrafo 3) quebra a expectativa do leitor de que a ‘piada’ continue e estabelece um vínculo maior entre as vozes interna e externa – *Mas a brincadeira para a própria Dowd parou aí*. As categorias introduzidas a partir daí (por Atribuição) indicam uma responsabilidade compartilhada entre quem cita e quem é citado – *Obama não é o mesmo perto de Hillary <Heteroglossia/Negação>; a agressividade, a tenacidade e a figura da oponente parecem paralisar <Heteroglossia/Evidências>; um político, Obama, que demonstrou... <Monoglossia/Ponto pacífico>*. Tal responsabilidade compartilhada chega a um ponto máximo com a introdução da Probabilidade (*Talvez tenha sido esse...*) que mostra simultaneamente um acordo entre essas vozes e uma abertura a posições alternativas.

Além da voz de Dowd, o texto também utiliza outras vozes externas para acrescentar credibilidade ao seu posicionamento sobre o assunto. Nos parágrafos 6 e 7 (abaixo), as vozes de pesquisadores e de comentaristas americanos são introduzidas por Endosso. Através destes endossos, a voz textual constrói e assume enunciados monoglossicos como: *os republicanos têm condições ... de tentar uma campanha baseada em “valores”* (parágrafo 6), e *ficou um ar de dúvida se apenas ...* (parágrafo 7). Esses enunciados vão servir de apoio à tese central de que “Obama ainda precisa dizer quem é”. O aparente Distanciamento indicado em *assim mesmo, bem vago* (parágrafo 6) não chega a diminuir a força dos Endossos, uma vez que a ‘melhor definição’ do que seriam tais valores ainda não é o foco da discussão, nesse ponto do texto.

6	<p>Mais além das pesquisas de intenção de voto, os pesquisadores de comportamento eleitoral americano descobriram <Heteroglossia/Atribuição/Endosso> recentemente que 45% dos eleitores se identificam com os “valores de Obama” (assim mesmo, bem vago <Heteroglossia/Atribuição/Distanciamento>), mas <Heteroglossia/Contra-expectativa> 54% do eleitorado enxerga melhor os “valores de McCain”). Os republicanos têm condições <Monoglossia/Ponto pacífico>, a partir da leitura desses resultados, de tentar uma campanha baseada em “valores”, deixando de lado a situação da economia do país, que lhes é francamente desfavorável <Monoglossia/Ponto pacífico> em termos políticos.</p>
7	<p>Vários comentaristas americanos vêm batendo nos últimos dias na mesma tecla <Heteroglossia/Atribuição/Endosso>: mesmo no recente caso das declarações sobre raça feitas pelo reverendo Jeremiah Wright, que Obama se apressou em repudiar <Monoglossia/Ponto pacífico>, ficou um ar de dúvida <Monoglossia/Ponto pacífico> se apenas a frase “entendo a situação dos negros americanos, assim como entendo a situação dos brancos americanos” é suficiente.</p>

No parágrafo 8, a voz textual se refere ao ‘discurso dos republicanos’. E, através de uma série de ‘perguntas retóricas’, combina Monoglossia e categorias de Heteroglossia/Contração (Expectativa confirmada e Negação intratextual), a fim de tentar obter do leitor uma concordância, um efeito retórico final de Expectativa confirmada. Esse fechamento do texto sobre uma posição fixa chega a um nível máximo com os dois enunciados usados no parágrafo seguinte (parágrafo 9): *há algo mais <Monoglossia/Ponto pacífico> que o eleitorado nos Estados Unidos valoriza muito... e O fato é que uma boa parte do eleitorado que tanto McCain quanto Obama queiram conquistar considera <Heteroglossia/Pronunciamento> essencial que...*

8	<p>Quando os republicanos falam de “valores”, ao que eles se referem, além de elementos claramente éticos e morais como casamento de pessoas do mesmo sexo ou aborto? <Heteroglossia/Expectativa confirmada> A máquina eleitoral republicana fala <Monoglossia/Ponto pacífico> principalmente de coisas como apego ao trabalho (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> programas de assistência patrocinados pelo estado), [fala de] simpatia pelas vítimas de crime <Monoglossia/Ponto pacífico> (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> “compreensão” pela situação social que levou alguém a ser um criminoso), [fala de] proteção das fronteiras <Monoglossia/Ponto pacífico> (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> tolerar a entrada de imigrantes ilegais).</p>
---	--

9	<p>Parte ou não apenas de um mito americano, há algo mais <Monoglossia/Ponto pacífico> que o eleitorado nos Estados Unidos valoriza muito, e isso se chamaria <Heteroglossia/Probabilidade> aqui do apelo exercido pelas Forças Armadas e a projeção do poder americano (definido como imperial, decadente, ou o que o leitor quisier <Heteroglossia/Probabilidade>). O fato é que uma boa parte do eleitorado que tanto McCain quanto Obama querem conquistar considera <Heteroglossia/Pronunciamento> essencial que um presidente não só fale duro, mas prometa agir duro em termos de política externa.</p>
----------	---

Ainda que a maioria das Atribuições seja de Reconhecimento, o que implicaria uma posição de neutralidade da voz textual com relação aos valores defendidos pela voz externa, e, ainda que exista uma Atribuição de Distanciamento, em termos de efeito retórico, predomina no texto o Endosso, isto é, a aprovação e a reiteração das posições citadas. Isto porque há uma sintonia entre o que é trazido para o texto e o que é construído e negociado no texto. O objetivo do texto ao citar outras vozes parece ser o de expandir uma comunidade já existente em torno de um discurso anterior. As atribuições são usadas como argumentos em favor da tese defendida.

4.2.2 – O posicionamento dialógico do texto

Como se observou na análise quantitativa, o texto faz um uso considerável de categorias de Heteroglossia/Expansão, deixando algumas posições em aberto para que o leitor decida por si mesmo. Exemplo disso é o uso da Probabilidade. No parágrafo 1, por exemplo, a Probabilidade em *talvez a mais ferina língua do colonismo político americano* oferece ao leitor a possibilidade de julgar a fonte à qual se atribui alguns pontos de vista referentes à campanha presidencial americana. Tal ressalva teria o efeito de resguardar a voz textual de uma responsabilidade maior pelo que é dito, o que é corroborado pela caracterização da opinião da voz externa como sendo uma ‘brincadeira’.

Uma outra ‘abertura’ a posições contrárias se observa no parágrafo 3, no momento em que a voz interna assume sua posição, ainda que ecoando a voz externa, e utiliza mais uma vez a Probabilidade – *Talvez tenha sido esse o principal “serviço” prestado por Hillary*. Note-se que o uso de *talvez* tem o efeito de indicar que essa é apenas uma possibilidade e o uso de aspas em “serviço” indica que a sobreposição das vozes ainda não foi completa, resta uma lacuna.

Apesar da aparente abertura nos 3 primeiros parágrafos, a sequência do texto nos revela que o uso da Probabilidade constituiria, na realidade, uma estratégia textual para negociar com o leitor a ideia de que *Obama tem de correr e dizer quem é*. No parágrafo 4 (abaixo), o uso de um valor intratextual de Expectativa confirmada (*pois*), seguido por um Pronunciamento (*está claro agora que*) mostra que para a voz textual, que corrobora com o ponto de vista da voz externa, Hillary prestou um grande serviço ao mostrar a fragilidade de Obama. A negociação de tais valores com o leitor continua com uma outra aparente abertura: a combinação de Contra-expectativa (*ainda que*) + Probabilidade (*a gente possa se perguntar*) tem o efeito de aproximar o leitor, antecipando um possível questionamento da tese de que *Obama ainda precisa dizer quem é*. Porém, aqui, mais do que em qualquer outro ponto do texto, a aparente abertura se revela uma mera estratégia de negociação – à possível pergunta do leitor a voz textual responde com um enunciado monoglóssico – *Precisa*. E segue apresentando razões que justificariam essa posição, acrescentando dois enunciados monoglóssicos e um heteroglóssico (Evidências).

4	<p>Pois <Heteroglossia/Expectativa confirmada intratextual> está claro agora que <Heteroglossia/Pronunciamento> Obama tem de correr e dizer quem é – ainda que <Heteroglossia/Contra-expectativa> a gente possa <Heteroglossia/Probabilidade> se perguntar: nessa altura do campeonato, Obama precisa ainda dizer quem é?</p> <p>Precisa <Monoglossia/Ponto questionável>. A eleição nacional é <Monoglossia/Ponto pacífico> completamente diferente da disputa entre os democratas, nas quais, por sinal, Hillary pareceu <Heteroglossia/Evidências> muito forte em relação a Obama justamente naqueles estados populosos que fazem a diferença <Monoglossia/Ponto pacífico> entre republicanos e democratas na conta do voto nacional.</p>
----------	---

Também no parágrafo seguinte (parágrafo 5), a estratégia de mostrar uma aparente abertura para melhor negociar com o leitor os valores defendidos se revela através da intensificação da categoria Evidências já usada no parágrafo anterior (*Hillary deixou bem evidente*) seguida de enunciados monoglóssicos: *Obama surge* <Monoglossia/ Ponto pacífico> *como figura vulnerável e ele precisa* (Monoglossia/Ponto Questionável), *por exemplo, começar a usar a bandeirinha americana espetada na lapela do paletó*. A última sequência combina Probabilidade, Contra-expectativa e Monoglossia, confirmando o padrão anterior de Expansão seguida de Contração.

5	<p>Hillary deixou bem evidente <Heteroglossia/Evidências> para a máquina de campanha eleitoral republicana os pontos nos quais Obama surge <Monoglossia/Ponto pacífico> como figura vulnerável: ele precisa <Monoglossia/Ponto pacífico>, por exemplo, começar a usar a bandeirinha americana espetada na lapela do paletó. Pode parecer <Heteroglossia/Probabilidade> ridículo ao público brasileiro, mas, <Heteroglossia/Contra-expectativa> para o americano, demonstrar patriotismo a cada segundo é fundamental <Monoglossia/Ponto pacífico> para qualquer candidato.</p>
----------	--

Mais adiante, no parágrafo 9, há mais um exemplo de uso do que parece ser uma abertura estratégica no sentido de passar ao leitor a ideia de que ele também participa da construção do texto para assim conseguir sua concordância com o ponto de vista defendido. O texto propõe a existência de algo mais que o eleitor americano valoriza muito e que vai exigir de um candidato à presidência. Ao deixar ao leitor a ‘definição’ desse algo mais, a voz textual traz o leitor para o texto já como corroborador de sua opinião. Nesse ponto, a voz textual oferece mais um de seus Pronunciamentos – **o fato é que...**

9	<p>Parte ou não apenas de um mito americano, há algo mais <Monoglossia/Ponto pacífico> que o eleitorado nos Estados Unidos valoriza muito, e isso se chamaria <Heteroglossia/Probabilidade> aqui do apelo exercido pelas Forças Armadas e a projeção do poder americano (definido como imperial, decadente, ou o que o leitor quiser <Heteroglossia/Probabilidade>). O fato é que uma boa parte do eleitorado que tanto McCain quanto Obama querem conquistar considera <Heteroglossia/Pronunciamento> essencial que um presidente não só fale duro, mas prometa agir duro em termos de política externa.</p>
----------	--

O parágrafo 10 combina Monoglossia e Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento. Nessa combinação, o Reconhecimento, ainda que em geral implique uma posição neutra, possui o efeito de acrescentar autoridade ao enunciado monoglótico. E, no último parágrafo (11), a voz textual combina duas categorias de Contração (Negação e Pronunciamento) e uma de Expansão (Probabilidade) para lançar suas últimas palavras, reforçando a ideia da necessidade de Obama “mostrar quem é e convencer o eleitorado” e fazendo previsões sobre o futuro imediato da campanha.

10	No fundo, o problema de Obama é <Monoglossia/Ponto questionável> não permitir que ele seja colocado, pelos republicanos, do lado errado daquilo que os comentaristas americanos chamam de “cultural devide [sic]” <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> – a tênue linha a partir da qual o eleitorado que ele precisa conquistar (para vencer as eleições) o consideraria não confiável.
11	A vitória não está garantida para Obama <Heteroglossia/Negação>. E muitos dos que se entusiasmaram com ele aqui no Brasil provavelmente ficarão decepcionados <Heteroglossia/Probabilidade> com o que ele, acredito <Pronunciamento>, começará a dizer agora.

As considerações feitas acima indicam que, ainda que o texto utilize categorias de Heteroglossia/Expansão, predomina a intenção de convencer pela autoridade, e que a aparente abertura dialógica é apenas uma estratégia do texto para mostrar proximidade com o leitor e tentar construir com ele uma comunidade em torno da tese central. O que é deixado em aberto para o leitor não são as opiniões mais centrais, mas apenas certas caracterizações – como definir tal coisa, julgar tal pessoa, etc.

5 – Considerações finais

Neste capítulo, apresentamos o subsistema de Comprometimento como componente do Modelo de Valoração, demonstrando sua utilidade como ferramenta de descrição e análise do modo como o texto se posiciona dialogicamente e intertextualmente.

O texto analisado mostrou ser adequado à exemplificação de uso de quase todas as categorias pertencentes ao subsistema e mais ainda à investigação de como as escolhas de recursos no interior deste subsistema se combinam e interagem gerando efeitos retóricos não suspeitados a partir de uma análise apenas quantitativa.

A relevância da investigação das combinações e interações entre categorias de Comprometimento foi constatada, uma vez que, uma análise baseada apenas na incidência das categorias usadas no texto, em diversos níveis de especificidade, tenderia a caracterizá-lo como dialogicamente expansivo, uma vez que predominam as categorias de Expansão, e intertextualmente neutro, uma vez que predominam as atribuições de Reconhecimento. No entanto, a análise das interações entre categorias apontou para um efeito retórico de contração dialógica: as categorias de

Expansão sendo usadas como estratégia na negociação de determinado ponto de vista, corroborando também para esta estratégia a colocação de enunciados monoglóssicos e heterologicamente contrativos em diversos pontos do texto.

O Modelo de Valoração como um todo e o subsistema de Comprometimento em particular podem ser usados segundo diferentes objetivos, ou com focos diversos. Quanto ao Comprometimento, podem-se usar as categorias a fim de investigar a relação intertextual, ou seja, como o texto retoma e apresenta textos anteriores, a relação entre quem escreve e o leitor em potencial, como são criadas *personae* textuais, como são assumidas e atribuídas responsabilidades pelo que é dito, como são especificadas as fontes, entre outros, além de se poder também contrastar o uso de categorias de Comprometimento em textos em relação de tradução.

1 – Texto na íntegra

Obama ainda precisa mostrar quem é

Postado por **William Waack** em 12 de maio de 2008 às 20:08

Mauren Dowd, talvez a mais ferina língua do colunismo político americano, inventou um jeito de Barack Obama punir Hillary Clinton por tudo o que ela disse dele na briga interna dos democratas. É só nomeá-la vice-presidente, sugeriu Dowd, no “New York Times”.

Do jeito que ela é, continua a colunista, Hillary teria convulsões estomacais todo dia que acordasse pensando que é Obama, e não ela, o chefe de Estado americano. E se consolaria lembrando que 14 vice-presidentes americanos acabaram assumindo o posto.

Mas a brincadeira para a própria Dowd parou aí. Ela lembra que Obama não é o mesmo perto de Hillary – a agressividade, a tenacidade e a figura da oponente parecem paralisar um político, Obama, que demonstrou ser um excepcional encantador de públicos. Talvez tenha sido esse o principal “serviço” prestado por Hillary, ainda que involuntariamente, durante a campanha política.

Pois está claro agora que Obama tem de correr e dizer quem é – ainda que a gente possa se perguntar: nessa altura do campeonato, Obama precisa ainda dizer quem é? Precisa. A eleição nacional é completamente diferente da disputa entre os democratas, nas quais, por sinal, Hillary pareceu muito forte em relação a Obama justamente naqueles estados populosos que fazem a diferença entre republicanos e democratas na conta do voto nacional.

Hillary deixou bem evidente para a máquina de campanha eleitoral republicana os pontos nos quais Obama surge como figura vulnerável: ele precisa, por exemplo, começar a usar a bandeirinha americana espetada na lapela do paletó. Pode parecer ridículo ao público brasileiro, mas, para o americano, demonstrar patriotismo a cada segundo é fundamental para qualquer candidato.

Mais além das pesquisas de intenção de voto, os pesquisadores de comportamento eleitoral americano descobriram recentemente que 45% dos eleitores se identificam com os “valores de Obama” (assim mesmo, bem vago), mas 54% do eleitorado enxerga melhor os “valores de McCain”). Os republicanos têm condições, a partir da leitura desses resultados, de tentar uma campanha baseada em “valores”, deixando de lado a situação da economia do país, que lhes é francamente desfavorável em termos políticos.

Vários comentaristas americanos vêm batendo nos últimos dias na mesma tecla: mesmo no recente caso das declarações sobre raça feitas pelo reverendo Jeremiah Wright, que Obama se apressou em repudiar, ficou um ar de dúvida se apenas a frase “entendo a situação dos negros americanos, assim como entendo a situação dos brancos americanos” é suficiente.

Quando os republicanos falam de “valores”, ao que eles se referem, além de elementos claramente éticos e morais como casamento de pessoas do mesmo sexo ou aborto? A máquina

eleitoral republicana fala principalmente de coisas como apego ao trabalho (em vez de programas de assistência patrocinados pelo estado), simpatia pelas vítimas de crime (em vez de “compreensão” pela situação social que levou alguém a ser um criminoso), proteção das fronteiras (em vez de tolerar a entrada de imigrantes ilegais).

Parte ou não apenas de um mito americano, há algo mais que o eleitorado nos Estados Unidos valoriza muito, e isso se chamaria aqui do apelo exercido pelas Forças Armadas e a projeção do poder americano (definido como imperial, decadente, ou o que o leitor quiser). O fato é que uma boa parte do eleitorado que tanto McCain quanto Obama querem conquistar considera essencial que um presidente não só fale duro, mas prometa agir duro em termos de política externa.

No fundo, o problema de Obama é não permitir que ele seja colocado, pelos republicanos, do lado errado daquilo que os comentaristas americanos chamam de “cultural devide” – a tênue linha a partir da qual o eleitorado que ele precisa conquistar (para vencer as eleições) o consideraria não confiável.

A vitória não está garantida para Obama. E muitos dos que se entusiasmaram com ele aqui no Brasil provavelmente ficarão decepcionados com o que ele, acredito, começará a dizer agora.

2 – Texto em parágrafos e etiquetado

título	Obama ainda precisa mostrar <Monoglossia/Ponto questionável> quem é
1	Mauren [sic] Dowd, talvez <Heteroglossia/ Probabilidade> a mais ferina língua do colonismo político americano, inventou <Monoglossia/Ponto pacífico> um jeito de Barack Obama punir Hillary Clinton por tudo o que ela disse dele na briga interna dos democratas. É só nomeá-la vice-presidente, sugeri Dowd, <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> no “New York Times”.
2	Do jeito que ela é <Monoglossia/Ponto pacífico>, continua a colonista <Heteroglossia/Atribuição/ Reconhecimento>, Hillary teria <Heteroglossia/Probabilidade> convulsões estomacais todo dia que acordasse pensando que é Obama, e não ela, o chefe de Estado americano. E se consolaria <Heteroglossia/Probabilidade> lembrando que 14 vice-presidentes americanos acabaram assumindo <Monoglossia/Ponto pacífico> o posto.
3	Mas <Heteroglossia/Contra-expectativa> a brincadeira para a própria Dowd parou aí <Monoglossia/Ponto pacífico>. Ela lembra que <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> Obama não é <Heteroglossia/Negação> o mesmo perto de Hillary – a agressividade, a tenacidade e a figura da oponente parecem <Heteroglossia/Evidências> paralisar um político, Obama, que demonstrou <Monoglossia/Ponto pacífico> ser um excepcional encantador de públicos. Talvez <Heteroglossia/Probabilidade> tenha

	<p>sido esse o principal “serviço” prestado por Hillary, ainda que <Heteroglossia/Contra-expectativa intratextual> involuntariamente durante a campanha política.</p>
4	<p>Pois <Heteroglossia/Expectativa confirmada intratextual> está claro agora que <Heteroglossia/Pronunciamento> Obama tem de correr e dizer quem é – ainda que <Heteroglossia/Contra-expectativa> a gente possa <Heteroglossia/Probabilidade> se perguntar: nessa altura do campeonato, Obama precisa ainda dizer quem é? Precisa <Monoglossia/Ponto questionável>. A eleição nacional é <Monoglossia/Ponto pacífico> completamente diferente da disputa entre os democratas, nas quais, por sinal, Hillary pareceu <Heteroglossia/Evidências> muito forte em relação a Obama justamente naqueles estados populosos que fazem a diferença <Monoglossia/Ponto pacífico> entre republicanos e democratas na conta do voto nacional.</p>
5	<p>Hillary deixou bem evidente <Heteroglossia/Evidências> para a máquina de campanha eleitoral republicana os pontos nos quais Obama surge <Monoglossia/Ponto pacífico> como figura vulnerável: ele precisa <Monoglossia/Ponto pacífico>, por exemplo, começar a usar a bandeirinha americana espetada na lapela do paletó. Pode parecer <Heteroglossia/Probabilidade> ridículo ao público brasileiro, mas, <Heteroglossia/Contra-expectativa> para o americano, demonstrar patriotismo a cada segundo é fundamental <Monoglossia/Ponto pacífico> para qualquer candidato.</p>
6	<p>Mais além das pesquisas de intenção de voto, os pesquisadores de comportamento eleitoral americano descobriram <Heteroglossia/Atribuição/Endosso> recentemente que 45% dos eleitores se identificam com os “valores de Obama” (assim mesmo, bem vago <Heteroglossia/Atribuição/Distanciamento>), mas <Heteroglossia/Contra-expectativa> 54% do eleitorado enxerga melhor os “valores de McCain”). Os republicanos têm condições <Monoglossia/Ponto pacífico>, a partir da leitura desses resultados, de tentar uma campanha baseada em “valores”, deixando de lado a situação da economia do país, que lhes é francamente desfavorável <Monoglossia/Ponto pacífico> em termos políticos.</p>
7	<p>Vários comentaristas americanos vêm batendo nos últimos dias na mesma tecla <Heteroglossia/Atribuição/Endosso>: mesmo no recente caso das declarações sobre raça feitas pelo reverendo Jeremyah Wright, que Obama se apressou em repudiar <Monoglossia/Ponto pacífico>, ficou um ar de dúvida <Monoglossia/Ponto pacífico> se apenas a frase “entendo a situação dos negros americanos, assim como entendo a situação dos brancos americanos” é suficiente.</p>

8	<p>Quando os republicanos falam de “valores”, ao que eles se referem, além de elementos claramente éticos e morais como casamento de pessoas do mesmo sexo ou aborto? <Heteroglossia/Expectativa confirmada> A máquina eleitoral republicana fala <Monoglossia/Ponto pacífico> principalmente de coisas como apego ao trabalho (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> programas de assistência patrocinados pelo estado), [fala de] simpatia pelas vítimas de crime <Monoglossia/Ponto pacífico> (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> “compreensão” pela situação social que levou alguém a ser um criminoso), [fala de] proteção das fronteiras <Monoglossia/Ponto pacífico> (em vez de <Heteroglossia/Negação intratextual> tolerar a entrada de imigrantes ilegais).</p>
9	<p>Parte ou não apenas de um mito americano, há algo mais <Monoglossia/Ponto pacífico> que o eleitorado nos Estados Unidos valoriza muito, e isso se chamaria <Heteroglossia/Probabilidade> aqui do apelo exercido pelas Forças Armadas e a projeção do poder americano (definido como imperial, decadente, ou o que o leitor quiser <Heteroglossia/Probabilidade>). O fato é que uma boa parte do eleitorado que tanto McCain quanto Obama querem conquistar considera <Heteroglossia/Pronunciamento> essencial que um presidente não só fale duro, mas prometa agir duro em termos de política externa.</p>
10	<p>No fundo, o problema de Obama é <Monoglossia/Ponto questionável> não permitir que ele seja colocado, pelos republicanos, do lado errado daquilo que os comentaristas americanos chamam de “cultural divide [sic]” <Heteroglossia/Atribuição/Reconhecimento> – a tênue linha a partir da qual o eleitorado que ele precisa conquistar (para vencer as eleições) o consideraria não confiável.</p>
11	<p>A vitória não está garantida para Obama <Heteroglossia/Negação>. E muitos dos que se entusiasmaram com ele aqui no Brasil provavelmente ficarão decepcionados <Heteroglossia/Probabilidade> com o que ele, acredito <Pronunciamento>, começará a dizer agora.</p>

O engajamento em um artigo de opinião sobre as novas tecnologias

Mauro T.B. Sobhie (Grupo DIRECT, PUC-SP)

1. Introdução

Este capítulo apresenta uma análise do artigo *A tecnologia não nos deixa burros. Ela liberta nossas mentes*, que teve como objetivo identificar o posicionamento do autor¹ com relação às diversas posições de valor apresentadas em seu texto e as formas pelas quais ele procura convidar o leitor a compartilhar com ele os seus pontos de vista.

A análise é baseada no sistema de Engajamento (veja o capítulo 2) que, dentro do Sistema de Avaliatividade (Martin, 2000; Martin e Rose, 2003 e Martin e White, 2005), reúne recursos que expressam a posição atitudinal do escritor/falante perante as posições de valor apresentadas no texto e discute como o uso desses recursos pode criar solidariedade com o leitor (Martin e White, 2005, p. 94-95).

A análise sugere que, entre outros recursos, o autor se afasta dos pontos de vista contrários às novas tecnologias utilizando a ironia e a paródia, argumentando com base em fatos históricos e exemplos atuais e antecipando respostas negativas à sua posição. As próximas seções descrevem o corpus de estudo, a metodologia de análise, a análise dos dados e a discussão dos resultados, além de considerações sobre os resultados obtidos na análise.

2. Corpus de estudo e metodologia

O artigo sob análise foi publicado no Brasil pelo portal UOL Mídia Global, com o título *A tecnologia não nos deixa burros. Ela liberta nossas mentes*, uma tradução para o idioma português de aproximadamente 900 palavras do artigo de Damon Darlin (doravante, “autor”) publicado no jornal

¹ Para os fins da análise deste trabalho, cujo arcabouço teórico é baseado em uma perspectiva bakhtiniana, o escritor ou falante é referenciado nas descrições e análises a seguir como autor, identificado como “uma posição diante da qual se pode reagir dialogicamente” (Bakhtin, 1997:184).

The New York Times em setembro de 2008, intitulado *Technology Doesn't Dumb Us Down. It Frees Our Minds*. Esse artigo comenta os pontos de vista atribuídos pelo autor² a um artigo anterior, escrito por Nicholas Carr e publicado na revista *The Atlantic*, intitulado *Is Google Making Us Stupid?* (doravante, “artigo de Carr”), que alerta para possíveis riscos ao cérebro humano advindos do uso da tecnologia.

A metodologia foi definida com base no objetivo da análise e nas características gerais do sistema de Avaliatividade, pelas quais as atitudes relacionadas a essas posições de valor podem estar distribuídas por toda uma fase do discurso, independentemente de fronteiras gramaticais, e ser expressas por meio de diferentes categorias gramaticais e metáforas (Martin e White, 2005, p. 10). Dessa maneira, inicialmente foram identificadas as posições de valor presentes em cada sentença e o posicionamento do autor perante essas posições, em termos de proposições monológicas e dialógicas de contração e expansão.

Em seguida, essas formas de posicionamento atitudinal foram associadas em estágios do desenvolvimento do texto (como em Martin e White, 2005, p. 232), que agruparam posições de valor similares, principalmente quanto ao objeto avaliado (por exemplo, sobre os serviços da Internet, as novas tecnologias, etc.). Com base nesses dados, o próximo passo foi identificar as formas pelas quais o posicionamento do autor pode construir solidariedade com o leitor em cada um desses estágios, conforme as categorias definidas dentro do sistema de Engajamento. O texto completo do artigo analisado é apresentado no Anexo ao final deste capítulo.

3. Análise dos dados e discussão dos resultados

No artigo analisado, o autor expressa o seu afastamento das posições de valor atribuídas ao artigo de Carr e procura criar solidariedade com o leitor de seu artigo usando diversos recursos: convidando o leitor a participar da discussão, contestando a suposta incapacidade de concentração dos leitores, discutindo a escolha do Google como “ícone” das novas tecnologias que poderiam provocar prejuízos aos leitores, afastando-se de grupos que temem essas novas tecnologias, apresentando exemplos que possam corroborar a sua posição, antecipando respostas contrárias à sua posição, reconhecendo que,

² Como a metodologia empregada neste trabalho não utilizou uma comparação entre os dois artigos, a apresentação de resultados considera que o autor atribui posições de valor do artigo de Carr; sem essa comparação, não podemos afirmar que tais posições de valor realmente estejam expressas nesse artigo.

em alguns casos, a tecnologia pode não trazer vantagens aos usuários, contrapondo diferentes posições sobre as novas tecnologias e proclamando a sua própria posição. As seções subsequentes analisam esses recursos separadamente, acompanhando os estágios de desenvolvimento do texto.

3.1. Convite ao leitor

O autor expressa no texto o seu afastamento da posição de que as novas tecnologias seriam prejudiciais aos leitores logo no título do artigo:

1. *“A tecnologia não nos deixa burros. Ela liberta nossas mentes”.*

Em 1, esse afastamento é expresso por uma proposição da categoria de contração dialógica por meio da negação explícita (*A tecnologia não nos deixa burros.*). Essa negação é acompanhada no título por uma afirmação na qual o autor expressa a sua própria visão (*ela liberta nossas mentes*). Para Martin e White (2005, p. 102), a afirmação apresentada como o ponto a ser discutido do texto constrói um leitor que não necessariamente compartilha das posições expressas no texto, mas que tem interesse em seus argumentos e que pode vir a se alinhar ao autor. Esse leitor interessado nos argumentos do autor também é construído na primeira sentença do texto:

2. Todo mundo está comentando um artigo da revista "The Atlantic" intitulado "Será que o Google está nos deixando burros?".

Nessa sentença, o autor aceita uma posição de valor que confere relevância ao artigo anterior, atribuindo-a a um grupo identificado como *“todo mundo”*. Essa forma de identificação do grupo permite que classifiquemos essa posição de valor como Proclamação: Endosso, pois aparentemente o autor a apresenta como altamente confiável, por ser compartilhada por um grande número de pessoas. Além disso, essa forma de identificação também permite a inclusão do leitor entre aqueles que se interessaram pelos pontos de vista do artigo anterior e que provavelmente estariam interessados nos pontos de vista a serem apresentados pelo autor, que criaria, assim, solidariedade com os leitores com relação ao interesse pela questão discutida.

3.2. Rejeição do leitor construído no artigo anterior

O autor mostra que não concorda com a posição que atribui incapacidade de leitura aos leitores utilizando um discurso irônico, mostrado no excerto [A].

Excerto [A]

Todo mundo está comentando um artigo da revista "The Atlantic" intitulado "Será que o Google está nos deixando burros?". Parte desse grupo de fato leu o artigo de 4.175 palavras, escrito por Nicholas Carr.

Para poupar seu tempo, eu pensei em fazer uma versão resumida do artigo em 100 palavras. Mas há distrações demais para ler tudo aquilo. Então eis aqui a versão de 140 caracteres feita para o Twitter (Twitter é uma forma de blog de alta velocidade no qual você escreve sobre sua vida em rajadas de 140 caracteres ou menos, incluindo espaços e marcas de pontuação):

O Google torna a leitura profunda impossível. A mídia muda. Nosso cérebro também. Computadores pensam por nós, reduzindo nossa inteligência.

Se você conseguiu ler todo o parágrafo, talvez esteja pensando que o Twitter, e não o Google, seja o maior inimigo do progresso intelectual humano.

Podemos observar em [A] que o autor inicialmente parece interagir pessoalmente com o leitor (por exemplo, em *para poupar o seu tempo e para ler tudo aquilo*), dizendo adaptar o seu texto conforme as suas necessidades. Utilizando o discurso irônico, entretanto, o autor mostra que o seu leitor não é aquele leitor construído no artigo de Carr, usando afirmações que, em seu conjunto, mostram a sua discordância da posição de incapacidade de leitura atribuída a esse artigo, como nos exemplos abaixo:

3. Parte desse grupo de fato leu o artigo de 4.175 palavras (...)
4. Mas há distrações demais para ler tudo aquilo. (artigo de 100 palavras)
5. Se você conseguiu ler todo o parágrafo, (...) (parágrafo de até 140 caracteres)

Em uma análise anterior (Martin e White, 2005: 223), a fala irônica foi analisada como expressão de atitude sinalizada (*flagging*, cf. Martin e White, 2005, p. 67) pelo autor. Já para Bakhtin (1997:195), o uso da ironia introduz efetivamente a voz do outro no discurso, sendo vista como “uma forma de emprego ambíguo da voz do outro”, cujo discurso “é empregado para transmitir intenções que lhes são hostis”.

A ironia poderia assim, expressar um movimento de contração dialógica da categoria de discordância, pois o autor introduz em seu texto a posição atribuída ao artigo de Carr de que o Google estaria criando leitores que não conseguiriam ler nem mesmo uma única sentença e, usando o discurso irônico, rejeita essa posição. Rejeitando a incapacidade que atribuiu de forma irônica pessoalmente ao leitor no início de seu artigo, o autor mostra solidariedade ao leitor e o convida a se afastarem juntos dessa posição de valor.

4.3. Rejeição à escolha do Google

No excerto [A], o autor também discorda especificamente da escolha do Google como exemplo de tecnologia nova que poderia prejudicar a capacidade dos leitores. Como argumento, o autor indica outros serviços que, a seu ver, poderiam ser mais prejudiciais, por utilizarem textos extremamente curtos, mais adequados ao leitor construído pelo artigo anterior.

Essa discordância é inicialmente expressa no exemplo 6, retirado do excerto [A], no qual o autor adapta os pontos de vista atribuídos ao artigo de Carr ao estilo de escrita do serviço Twitter.

6. O Google torna a leitura profunda impossível. A mídia muda. Nosso cérebro também. Computadores pensam por nós, reduzindo nossa inteligência.

Nesta sentença, o autor utiliza um tipo de discurso descrito por Bakhtin como paródia, que introduz enunciados anteriores no texto e se opõe a eles, de maneira análoga ao discurso irônico. Na paródia, segundo Bakhtin (2001, p. 194), “o autor fala a linguagem do outro” e “reveste essa linguagem de orientação semântica diametralmente oposta à orientação do outro”, na qual “pode-se parodiar a maneira típico-social ou caractereológica de o outro ver, pensar e falar”. Dessa forma, esse tipo de discurso poderia também expressar um movimento de contração dialógica da categoria de discordância; mais especificamente, a discordância das posições de valor atribuídas ao serviço Twitter por seus criadores. No parágrafo seguinte, o autor convida de maneira mais explícita o leitor a se afastar da posição de valor do Twitter:

7. Se você conseguiu ler todo o parágrafo, talvez esteja pensando que o Twitter, e não o Google, seja o maior inimigo do progresso intelectual humano.

Em 7, além de utilizar a negação para rejeitar a escolha do Google, o autor constrói solidariedade com o leitor atribuindo a ele uma posição de valor que reflete o seu próprio ponto de vista sobre o serviço Twitter. Essa atribuição é modalizada (*talvez esteja pensando...*), em uma proposição da categoria de expansão dialógica de Aceitação, que não exige que o leitor aceite essa atribuição (o que poderia acontecer, por exemplo, na formulação *certamente vai pensar que...*).

Essa tomada de posição é reforçada na sequência do texto, apresentada no excerto [B], que descreve o serviço Twitter e outros assemelhados.

Excerto [B]

No Twitter, as pessoas se inscrevem para receber suas mensagens, ou "tweets". Aqueles que conseguem tornar interessantes os detalhes mundanos da vida reúnem uma grande audiência. Vários serviços foram criados para competir com o Twitter. Outros surgiram para ajudar as pessoas a gerenciarem o enorme fluxo de informação enviado pelos usuários do Twitter.

Há até mesmo uma versão, o Yammer, feita para uso corporativo. Você pode acompanhar as torrentes de mensagens de certos funcionários.

("Estou na reunião semanal. O lanche é bom. Por que todo mundo está usando bege? Todos devem mandar seus relatórios no prazo, ok?") Como se não houvesse o suficiente para nos distrair no ambiente de trabalho além das reuniões, telefonemas, mensagens instantâneas, e-mails e pesquisas no Google.

Se as pessoas já se questionam sobre o benefício do Google, que nos livrou grandemente da perda de tempo associada à procura de informações, existe uma hostilidade ainda maior em relação a uma ferramenta que condensa nossas vidas em haikais.

No início deste excerto, o autor introduz informações sobre a ampla disseminação dos serviços Twitter e Yammer, por meio de afirmações. Aparentemente, o grande número de usuários do Twitter não parece ser considerado aqui pelo autor como uma prova do valor desse serviço; ao contrário, o autor parece expressar a sua discordância da posição de valor desses serviços pela forma como se referencia a esses grupos, em *aqueles que conseguem tornar interessantes os detalhes mundanos da vida* e a atribuição das mensagens do serviço Yammer a um grupo identificado como *certos funcionários* que, de forma irônica, parece representar o comportamento dessas pessoas como não sendo próprio de alguém que trabalha em uma empresa.

8. Há até mesmo uma versão, o Yammer, feita para uso corporativo. Você pode acompanhar as torrentes de mensagens de certos funcionários. ("Estou na reunião semanal. O lanche é bom. Por que todo mundo está usando bege? Todos devem mandar seus relatórios no prazo, ok?")
9. Como se não houvesse o suficiente para nos distrair no ambiente de trabalho além das reuniões, telefonemas, mensagens instantâneas, e-mails e pesquisas no Google.

Em 8, podemos novamente observar o uso da paródia, pela imitação do estilo do serviço, em mensagens com referências ao lanche e à cor das vestimentas dos funcionários, não esperadas em mensagens que seriam de uso corporativo. Deve ser observado que essa expressão de discordância é introduzida após uma proclamação da posição de valor do próprio autor no exemplo 7, o que parece nos permitir interpretá-las como fazendo parte de um par retórico de contração dialógica que reforça o ponto de vista do autor junto ao leitor contra as posições alternativas.

No exemplo 9, o autor rejeita o valor do serviço Yammer, usando uma formulação (*como se já não houvesse o suficiente*) que proclama a sua posição usando uma proposição negativa. Em 9, podemos também observar uma expressão de ironia na menção às pesquisas no Google como uma das distrações no ambiente de trabalho; em mais uma expressão de distanciamento da posição de valor atribuída ao artigo de Carr. Em 8 e 9, portanto, o autor apresenta o serviço Yammer como um serviço que não seria adequado, por exemplo, à cultura de maximização de produtividade das empresas.

Em 10, o autor compara os benefícios oferecidos pelo Google e o Twitter:

10. Se as pessoas já se questionam sobre o benefício do Google, que nos livrou grandemente da perda de tempo associada à procura de informações, existe uma hostilidade ainda maior em relação a uma ferramenta que condensa nossas vidas em haikais.

Aqui, o autor expressa as suas próprias atitudes, positivas quanto ao Google (*nos livrou grandemente da perda de tempo*) e negativas quanto ao Twitter (*condensa nossas vidas em haikais*). Dessa maneira, nesse exemplo o autor parece se alinhar à proposta de valor do Google contra as pessoas que questionam a sua utilidade e se afasta da posição de valor do Twitter, alinhando-se aos grupos que o hostilizam.

No excerto [C], o autor volta a expressar o seu afastamento da posição de valor do Twitter:

Excerto [C]

O co-fundador do Twitter, Jack Dorsey, entrevistado pela revista Technology Review do MIT - através de mensagens de Twitter, é claro - foi questionado por que as pessoas que não conhecem o serviço e ficam sabendo da sua existência mostram-se "incompreensivas ou irritadas".

Sua resposta foi breve e insatisfatória: "As pessoas têm de descobrir o valor dele para si mesmas. Especialmente c/ algo tão simples & sutil como o Twitter. Ele é o que você faz dele."

As atitudes negativas atribuídas de um grupo de pessoas (*peçoas que não conhecem o serviço...*) quanto ao Twitter são aparentemente endossadas tanto pela revista quanto pelo autor. Esse posicionamento do autor com relação ao Twitter é reforçado pela sua avaliação da resposta do co-fundador desse serviço, em *breve e insatisfatória*.

Utilizando os recursos descritos nesta seção, o autor discorda da crítica ao Google e constrói seu leitor como alguém que concorda com a sua posição. O autor fornece informações sobre o Twitter, construindo no texto um leitor que não têm essas informações e que irá aceitar o papel de quem não conhece o serviço, ou que talvez o conheça e não se incomode em receber novamente essas informações, em solidariedade com o autor. Além disso, possivelmente o autor também representa Carr como alguém desatualizado, por não conhecer como ele e o leitor os serviços mais recentes da Internet.

4.4. Afastamento dos grupos contrários às novas tecnologias

No excerto [D], o autor expressa o seu afastamento dos grupos contrários às novas tecnologias.

Excerto [D]

É difícil pensar em uma tecnologia que não foi temida quando foi introduzida. No artigo da revista Atlantic, Carr diz que Sócrates temeu o impacto que a escrita teria sobre a capacidade de pensar do homem. O advento da imprensa gerou medos similares. E esta não seria a última vez.

Quando a Hewlett-Packard inventou a HP-35, a primeira calculadora científica de bolso, em 1972, ela foi banida de algumas aulas de engenharia.

Os professores temiam que os engenheiros a usassem como uma muleta, que eles não mais compreendessem os benefícios que os cálculos a lápis ou a régua de cálculo de certa forma ofereciam para o pensamento científico competente.

Mas a HP-35 dificilmente ridicularizou as habilidades da engenharia. Em vez disso, nos últimos 36 anos, os mesmos engenheiros nos trouxeram iPods, telefones celulares, TVs de alta definição e, também, o Google e o Twitter. Ela livrou os engenheiros da perda de tempo em tarefas mundanas para que eles pudessem gastar mais tempo criando.

Muitos avanços tecnológicos têm esse efeito. Veja o programa de imposto de renda, por exemplo. A tediosa tarefa de preencher uma declaração não requer mais várias noites, mas apenas algumas horas. Ela nos dá tempo para atividades mais produtivas.

Nos exemplos de 11 a 14, extraídos do excerto acima, podemos observar que o autor atribui atitudes de afeto negativas (Martin e White, 2005, p. 51) aos grupos que temem as novas tecnologias:

11. É difícil pensar em uma tecnologia que não foi temida quando foi introduzida.
12. Carr diz que Sócrates temeu o impacto que a escrita teria (...)
13. O advento da imprensa gerou medos similares.
14. Os professores temiam que (...)

Nesses exemplos, o autor expressa o seu afastamento das posições desses grupos com relação às novas tecnologias, atribuindo sentimentos negativos de insegurança a eles, em um movimento de contração dialógica que convida o leitor a também se afastar das posições desses grupos. Em 11, o autor mostra mais explicitamente o seu afastamento dessa posição, em uma proposição da categoria de contração dialógica de Proclamação (*é difícil pensar*). Em 12, podemos ainda observar também que o autor endossa uma proposição atribuída ao artigo de Carr, no que pode ser uma estratégia de utilizar pontos de vista específicos (e descontextualizados) do adversário para reforçar o seu próprio ponto de vista.

Em 15, o autor declara que sua posição de valor de produtividade é positiva e deixa explícito seu não alinhamento ao temor causado pelas novas tecnologias, usando afirmações de que “a HP-35 dificilmente ridicularizou as habilidades da engenharia” e “em vez disso (...)” que expressam uma contração dialógica de proclamação dessa proposta.

15. Mas a HP-35 dificilmente ridicularizou as habilidades da engenharia. Em vez disso, nos últimos 36 anos, os mesmos engenheiros nos trouxeram iPods, telefones celulares, TVs de alta definição e, também, o Google e o Twitter. Ela livrou os engenheiros da perda de tempo em tarefas mundanas para que eles pudessem gastar mais tempo criando.

De maneira similar às locuções tipicamente descritas na categoria de proclamação, a introdução de exemplos, tanto históricos (o advento da escrita, da imprensa e da calculadora) como do dia-a-dia dos leitores (o programa de imposto de renda) parece construir um leitor que não está totalmente convencido da posição de valor do autor, que precisaria fornecer essas informações ao leitor para que ele considerasse essa posição de valor como senso comum – o que levou, na análise, à classificação desses recursos na categoria de Proclamação. O exemplo do imposto de renda, especificamente, pode também criar solidariedade entre o autor e o leitor por ser uma experiência comum a ambos; dessa forma, a mudança introduzida pelas novas tecnologias passa a ser algo familiar ao leitor. O autor constrói um leitor que considera essa experiência positiva, tendo, assim, motivos para se alinhar às suas posições.

4.5. Reconhecimento dos pontos negativos das novas tecnologias

Nesse estágio, o autor apresenta pontos negativos das novas tecnologias, mostrando não ser totalmente favorável a elas, parecendo antecipar objeções à sua posição apresentada no estágio anterior.

Excerto [E]

Mas para todas as novas tecnologias que aumentam nossa produtividade, há outras que nos consomem mais tempo. Esta é uma das dialéticas de nossa era. Com seus mapas e acesso a internet, o iPhone nos poupa tempo; mas com seus jogos para baixar, também carregamos um passatempo em nosso bolso. A proporção de tecnologias de desperdício e economia de tempo deve apenas crescer. Numa sociedade baseada na informação e na qual a informação é livre, a atenção torna-se o bem mais valioso.

As companhias competem pelos nossos globos oculares, que foram a grande métrica durante a explosão da Internet, e brigam para criar uma mídia que seja atrativa, outro grande termo para essa época. Nós não somos pagos por nossos intervalos de atenção, mas recompensados por isso com mais distrações e demandas sobre o nosso tempo.

Em contraposição ao valor positivo que confere às novas tecnologias pelo aumento de produtividade, aqui o autor expressa uma posição de valor negativo a quaisquer tecnologias que desperdicem o tempo do usuário:

16. Mas para todas as novas tecnologias que aumentam nossa produtividade, há outras que nos consomem mais tempo.
17. Com seus mapas e acesso a internet, o iPhone nos poupa tempo; mas com seus jogos para baixar, também carregamos um passatempo em nosso bolso

O reconhecimento de posições alternativas ou contrárias pode ser interpretado como uma expressão de expansão dialógica da categoria de aceitação. A aceitação dessas posições, aqui, permite antecipar respostas negativas e construir solidariedade com um leitor que tenha alguma restrição quanto às novas tecnologias e que, principalmente, avalia negativamente o desperdício de tempo.

18. Numa sociedade baseada na informação e na qual a informação é livre, a atenção torna-se o bem mais valioso.
19. As companhias competem pelos nossos globos oculares, que foram a grande métrica durante a explosão da Internet, e brigam para criar uma mídia que seja atrativa, outro grande termo para essa época. Nós não somos pagos por nossos intervalos de atenção, mas recompensados por isso com mais distrações e demandas sobre o nosso tempo.

Em 18, o autor atribui uma posição de valor (a importância da atenção dos usuários) à sociedade atual. Em 19, o autor parece endossar essa posição de valor; entretanto, afasta-se da posição das empresas quanto à contrapartida oferecida aos usuários, avaliando-a de forma negativa por *distrações* e *demandas*.

Essas “contrapartidas” são contrárias à posição do autor declarada anteriormente de atribuir valor à produtividade, em um movimento de contração dialógica de contra-expectativa (como a atenção seja importante para a sociedade de informação, os usuários deveriam logicamente receber algo útil em troca). Ou seja, embora concorde com as companhias quanto ao valor da atenção dos usuários, o autor discorda delas quanto à contrapartida oferecida a eles, convidando o leitor a também se posicionar contrariamente a essa situação.

4.6. Aceitação de posições opostas e alinhamento a uma delas

No excerto [F], o autor apresenta duas posições de valor opostas sobre as novas tecnologias.

Excerto [F]

A crença pessimista de que as novas tecnologias irão de certa forma tornar nossas vidas piores pode ser uma questão de formação ou treinamento. O futurista Paul Saffo, diz que pode dividir o mundo da tecnologia em dois tipos de pessoas: os engenheiros e os cientistas naturais. Ele diz que o olhar do engenheiro para o mundo é por natureza otimista. Todos os problemas podem ser resolvidos desde que se tenha as ferramentas certas, tempo suficiente e as perguntas corretas.

Outras pessoas, que podem ser tão científicas quanto aquelas, vêem a ordem natural do mundo em termos de entropia, declínio e morte.

Essas pessoas não estão necessariamente erradas. Mas o ponto de vista do engenheiro deposita mais fé no melhoramento humano. Certamente houve momentos em que esse pensamento se tornou terrivelmente desvirtuado - como na música atonal ou na gastronomia molecular. Mas ao longo do curso da história humana, escrever, pintar, computar e "googlear" apenas tornaram mais fácil pensar e se comunicar.

Em 20 e 21, o autor introduz em seu texto um ponto de vista externo que permite justificar a resistência das pessoas às novas tecnologias.

20. A crença pessimista de que as novas tecnologias irão de certa forma tornar nossas vidas piores pode ser uma questão de formação ou treinamento.
21. O futurista Paul Saffo, diz que pode dividir o mundo da tecnologia em dois tipos de pessoas: os engenheiros e os cientistas naturais.

Em contraste às atitudes de Afeto negativo atribuídas anteriormente às pessoas contrárias às novas tecnologias e à nomeação desse ponto de vista como *crença pessimista*, em 20, o autor usa recursos (*pode ser uma questão...*) que expressam um movimento de expansão dialógica de aceitação desse ponto de vista contrário. Usando esse recurso, o autor pode criar solidariedade com um leitor que tenha algo contra as novas tecnologias, dando a ele uma justificativa racional para essa sua posição.

Essa proposição, atribuída a uma fonte externa, contrapõe o ponto de vista atribuído aos “engenheiros”, dito “otimista”, à posição dos “cientistas naturais”, que podemos presumir alinhada à posição definida anteriormente

como “crença pessimista”. (atribuída a um grupo identificado como “cientistas naturais”). Cabe aqui observar que a classificação dessa proposição na categoria de contração dialógica de Proclamação: Endosso, em vez de expansão dialógica de Atribuição, não foi determinada pela autoridade decorrente da forma de nomeação da fonte externa (*o futurista*), mas sim pelo uso da posição dessa fonte na argumentação apresentada na sequência do texto.

O autor utiliza também a formulação *essas pessoas não estão necessariamente erradas* para não se distanciar totalmente desse grupo, em uma construção formada por negativas que expressam a possibilidade de que essas pessoas possam ter alguma razão. Usando essa formulação, o autor reconhece um possível valor na posição dos cientistas naturais, negando a posição das pessoas que adotam um posicionamento totalmente contrário a elas, antecipando respostas negativas sem, entretanto, alinhar-se a essa posição “pessimista”, em uma forma de aceitação.

Podemos identificar aqui uma relação entre [F] e o excerto [B], que descreve as habilidades da engenharia e também a relação entre os grupos que temeram as novas tecnologias e a *crença pessimista* citada neste estágio. Entretanto, o autor também não se alinha totalmente à posição dos engenheiros:

22. Certamente houve momentos em que esse pensamento se tornou terrivelmente desvirtuado - como na música atonal ou na gastronomia molecular.

Novamente, o autor antecipa as respostas contrárias a uma posição à qual é favorável, ao citar produtos supostamente criados pelos engenheiros que, a seu ver, não trariam benefícios à humanidade, em uma formulação que utiliza recursos de proclamação (*certamente que...*). Entretanto, ele volta a expressar a sua aproximação do ponto de vista dos “engenheiros” na última sentença, que conclui a argumentação do autor, em uma proclamação de sua posição.

23. Mas ao longo do curso da história humana, escrever, pintar, computar e "googlear" apenas tornaram mais fácil pensar e se comunicar.

Em 23, a conjunção “mas” antecipa uma contra-expectativa com relação a 22, em uma proposição em que o autor expressa o seu ponto de vista com base em acontecimentos históricos, em uma forma de proclamação, que

também está expressa pelo uso do advérbio *apenas*. Uma interpretação possível é que o autor não se alinha às tecnologias novas que possam vir a desperdiçar tempo, mas deixa implícito que tais tecnologias podem ter alguma utilidade que, embora não percebida por ele, poderia vir a ser obtida pelos engenheiros. Utilizando a autoridade que confere aos “engenheiros”, o autor, ao mesmo tempo, protege-se contra respostas negativas, reforça o seu ponto de vista e constrói um leitor que termina por aceitar os seus argumentos.

5. Considerações finais

As análises apontam diversos recursos de Engajamento utilizados pelo autor para expressar a sua discordância da posição atribuída ao artigo anterior, antecipar respostas contrárias e obter a solidariedade de seu leitor. Inicialmente, o autor constrói um leitor interessado no assunto a ser tratado. Em seguida, aproxima-se de grupos favoráveis às novas tecnologias e se afasta de grupos contrários a ela, entretanto, antecipando respostas contrárias e aceitando opiniões divergentes.

Ao se aproximar das posições de valor de alguns serviços (Google e imposto de renda, por exemplo), o autor se afasta de posições de valor de outros serviços (como o Twitter e o Yammer). Enquanto se aproxima das novas tecnologias pelo aumento de produtividade, o autor também antecipa respostas contrárias afastando-se de determinados aspectos das novas tecnologias (como o desperdício de tempo). Como não se afasta totalmente dos “cientistas naturais”, oferecendo uma justificativa racional para a sua “crença pessimista”, também não se aproxima totalmente do grupo dos “engenheiros”, por posições de valor contrárias a algumas tecnologias (como a gastronomia molecular).

Nesses movimentos, o autor parece utilizar uma estratégia de contrapor posições de valor sobre diferentes facetas de um objeto - concorda com as novas tecnologias, mas não todas; concorda com a importância da atenção dos usuários para a sociedade de informação, mas rejeita o que os usuários recebem em troca; considera o ponto de vista dos cientistas naturais pessimista, mas oferece uma justificativa e aceita o ponto de vista dos engenheiros, mas com ressalvas a determinadas tecnologias.

Assim, uma questão que pode ser explorada em estudos posteriores está relacionada às diferentes atitudes presentes na composição de pares retóricos (Martin e White, 2005:124), com as quais, por exemplo, o autor pode aceitar posições divergentes para, em seguida, proclamar a sua própria posição, com a

segurança de ter antecipado respostas contrárias; ou então proclamar uma posição conservadora para depois aceitar uma posição mais radical, atribuída a um grupo considerado como tendo mais autoridade sobre a questão.

A análise dos pares retóricos pode nos levar a analisar as formas como as expressões de Engajamento operam no texto, ultrapassando as fronteiras da proposição e afetando as proposições próximas. Por exemplo, as afirmações absolutas podem fazer parte de um movimento de contração ou expansão dialógica quando combinadas com outras proposições do texto; dessa maneira, na análise precisaríamos incluir não apenas as posições de valor de textos anteriores, mas também como a proposição opera com outras de seu contexto imediato.

Ampliando o foco da análise até os tipos de discurso expressos em trechos mais amplos do texto, a análise sugere movimentos de contração dialógica realizados em instâncias de ironia e paródia, em tipos de discurso próximos ao discurso humorístico, analisado em Eggins e Slade (2005, p. 155). Outros movimentos de contração dialógica foram observados em trechos do texto que apresentam exemplos e fatos históricos, que podem construir um leitor que tem resistências ao ponto de vista do autor, atuando como uma forma de proclamação.

Esses resultados sugerem que poderia ser útil ampliar a análise de Engajamento para além das fronteiras da proposição, com a introdução no sistema de Engajamento dos subsídios oferecidos pelo estudo dos diferentes tipos de gêneros do discurso como recursos pelos quais o autor poderia expressar diferentes graus de alinhamento ou não alinhamento a determinadas posições de valor e estabelecer solidariedade com o leitor.

Com relação à classificação das proposições, foi possível observar que a identificação das posições de valor destacou a heteroglossia presente nas proposições que expressam atitudes do autor com relação a características dos serviços, por refletirem posições de valor dos idealizadores de tais serviços, além de proposições nas quais o posicionamento do autor pôde ser identificado pelas formas como os grupos são referenciados no texto; por exemplo, quando o autor se afasta de determinadas posições de valor expressando atitudes negativas.

Esses resultados podem nos levar a perguntar se poderíamos considerar o uso de expressões explícitas de atitude como uma proclamação pelo autor de sua própria posição de valor. De forma análoga ao uso de expressões como *certamente* e *naturalmente*, poderia o uso de um item avaliativo explícito ser uma forma de enfatizar a posição do autor sobre uma

determinada característica do objeto avaliado e rechaçar pontos de vista diferentes ou contrários? Essa visão encontra respaldo em Bakhtin (2003:298), para o qual, “por mais monológico que seja o enunciado, ele não pode deixar de ser uma resposta àquilo que foi dito sobre o objeto”, o que pode nos levar a considerar como as atitudes explícitas (e talvez até mesmo as implícitas) contidas em uma afirmação absoluta poderiam também expressar movimentos de contração e expansão dialógicas, o que também pode ser explorado em pesquisas futuras.

Anexo – O artigo analisado

A tecnologia não nos deixa burros. Ela liberta nossas mentes

Por Damon Darlin - The New York Times

Todo mundo está comentando um artigo da revista "The Atlantic" intitulado "Será que o Google está nos deixando burros?". Parte desse grupo de fato leu o artigo de 4.175 palavras, escrito por Nicholas Carr.

Para poupar seu tempo, eu pensei em fazer uma versão resumida do artigo em 100 palavras. Mas há distrações demais para ler tudo aquilo. Então eis aqui a versão de 140 caracteres feita para o Twitter (Twitter é uma forma de blog de alta velocidade no qual você escreve sobre sua vida em rajadas de 140 caracteres ou menos, incluindo espaços e marcas de pontuação):

O Google torna a leitura profunda impossível. A mídia muda. Nosso cérebro também. Computadores pensam por nós, reduzindo nossa inteligência.

Se você conseguiu ler todo o parágrafo, talvez esteja pensando que o Twitter, e não o Google, seja o maior inimigo do progresso intelectual humano.

No Twitter, as pessoas se inscrevem para receber suas mensagens, ou "tweets". Aqueles que conseguem tornar interessantes os detalhes mundanos da vida reúnem uma grande audiência. Vários serviços foram criados para competir com o Twitter. Outros surgiram para ajudar as pessoas a gerenciarem o enorme fluxo de informação enviado pelos usuários do Twitter.

Há até mesmo uma versão, o Yammer, feita para uso corporativo. Você pode acompanhar as torrentes de mensagens de certos funcionários.

("Estou na reunião semanal. O lanche é bom. Por que todo mundo está usando bege? Todos devem mandar seus relatórios no prazo, ok?") Como se não houvesse o suficiente para nos distrair no ambiente de trabalho além das reuniões, telefonemas, mensagens instantâneas, e-mails e pesquisas no Google.

Se as pessoas já se questionam sobre o benefício do Google, que nos livrou grandemente da perda de tempo associada à procura de informações, existe uma hostilidade ainda maior em relação a uma ferramenta que condensa nossas vidas em haikais. O co-fundador do Twitter, Jack Dorsey, entrevistado pela revista Technology Review do MIT - através de mensagens de Twitter, é claro - foi questionado por que as pessoas que não conhecem o serviço e ficam sabendo da sua existência mostram-se "incompreensivas ou irritadas".

Sua resposta foi breve e insatisfatória: "As pessoas têm de descobrir o valor dele para si mesmas. Especialmente c/ algo tão simples & sutil como o Twitter. Ele é o que você faz dele."

É difícil pensar em uma tecnologia que não foi temida quando foi introduzida. No artigo da revista Atlantic, Carr diz que Sócrates temeu o impacto que a escrita teria sobre a capacidade de pensar do homem. O advento da imprensa gerou medos similares. E esta não seria a última vez.

Quando a Hewlett-Packard inventou a HP-35, a primeira calculadora científica de bolso, em 1972, ela foi banida de algumas aulas de engenharia.

Os professores temiam que os engenheiros a usassem como uma muleta, que eles não mais compreendessem os benefícios que os cálculos a lápis ou a régua de cálculo de certa forma ofereciam para o pensamento científico competente.

Mas a HP-35 dificilmente ridicularizou as habilidades da engenharia.

Em vez disso, nos últimos 36 anos, os mesmos engenheiros nos trouxeram iPods, telefones celulares, TVs de alta definição e, também, o Google e o Twitter. Ela livrou os engenheiros da perda de tempo em tarefas mundanas para que eles pudessem gastar mais tempo criando.

Muitos avanços tecnológicos têm esse efeito. Veja o programa de imposto de renda, por exemplo. A tediosa tarefa de preencher uma declaração não requer mais várias noites, mas apenas algumas horas. Ela nos dá tempo para atividades mais produtivas.

Mas para todas as novas tecnologias que aumentam nossa produtividade, há outras que nos consomem mais tempo. Esta é uma das dialéticas de nossa era. Com seus mapas e acesso a internet, o iPhone nos poupa tempo; mas com seus jogos para baixar, também carregamos um passatempo em nosso bolso. A proporção de tecnologias de desperdício e economia de tempo deve apenas crescer. Numa sociedade baseada na informação e na qual a informação é livre, a atenção torna-se o bem mais valioso.

As companhias competem pelos nossos globos oculares, que foram a grande métrica durante a explosão da Internet, e brigam para criar uma mídia que seja atrativa, outro grande termo para essa época. Nós não somos pagos por nossos intervalos de atenção, mas recompensados por isso com mais distrações e demandas sobre o nosso tempo.

A crença pessimista de que as novas tecnologias irão de certa forma tornar nossas vidas piores pode ser uma questão de formação ou treinamento. O futurista Paul Saffo, diz que pode dividir o mundo da tecnologia em dois tipos de pessoas: os engenheiros e os cientistas naturais. Ele diz que o olhar do engenheiro para o mundo é por natureza otimista. Todos os problemas podem ser resolvidos desde que se tenha as ferramentas certas, tempo suficiente e as perguntas corretas.

Outras pessoas, que podem ser tão científicas quanto aquelas, vêem a ordem natural do mundo em termos de entropia, declínio e morte.

Essas pessoas não estão necessariamente erradas. Mas o ponto de vista do engenheiro deposita mais fé no melhoramento humano. Certamente houve momentos em que esse pensamento se tornou terrivelmente desvirtuado - como na música atonal ou na gastronomia molecular. Mas ao longo do curso da história humana, escrever, pintar, computar e "googlear" apenas tornaram mais fácil pensar e se comunicar.

Tradução: Eloise De Vylder

Publicado no UOL Mídia Global em 22/09/2008

PARTE C

O subsistema de atitude

Atitude: afeto, julgamento e apreciação

Fabiola Sartin Dutra Parreira. Almeida (UNEMAT)

1 – Introdução: a atitude

A atitude é o subsistema do sistema de avaliatividade responsável pela expressão linguística das avaliações positivas e negativas, que abrange três regiões semânticas: a emoção, a ética e a estética. A saber, avaliações de afeto, julgamento e apreciação.

O sistema de avaliatividade pode ser realizado de forma implícita - indireta, sugerindo uma interpretação do ouvinte/leitor - ou de forma explícita (Martin, 2000).

A atitude explícita acontece quando uma avaliação positiva ou negativa é materializada no discurso podendo ser intensificada para mais ou para menos. Para tanto, elas realizam-se utilizando vários elementos léxico-gramaticais (Hood, 2004, p.76):

- um atributo na oração relacional:
 - (1) Depois que aprendi a ler e comecei a ler os jornais, comecei a ficar **triste**.¹
- um epíteto no grupo nominal:
 - (2) São memórias **fantásticas**. Quer ler um pedacinho?
- uma qualidade nominalizada no grupo nominal:
 - (3) Tia Anastácia, essa é uma **ignorância** em pessoa.
- um processo com significado atitudinal:
 - (4) Lá por dentro **gosto** ainda mais dela do que dos seus afamados bolinhos.

Nos exemplos acima, observam-se avaliações positivas e negativas: em (1) Emília diz ficar “triste” depois de ter aprendido a ler; em (2) ela avalia suas memórias positivamente, com o epíteto “fantásticas”; quando ela se refere à Tia Anastácia, Emília expressa avaliações negativas julgando-a como

¹ Os exemplos dessa parte foram retirados do livro: *Memórias de Emília* de Monteiro Lobato.

uma pessoa ignorante. E, finalmente, em (4), Emília expressa suas avaliações positivas em relação a mesma tia Anastácia, valendo-se do processo mental de afeto “gostar”.

Portanto, as avaliações de afeto (exemplos 1 e 4), de julgamento (exemplo 3) e de apreciação (exemplo 3) estão presentes nos textos orais ou escritos, sendo indiretamente subentendidos, pressupostos ou assumidos pelos falantes/autores. E, em muitos casos, são cuidadosamente administrados, levando em conta a possibilidade sempre presente de desafio ou contradição por parte daqueles que possuem visões diferentes (cf. White, 2004a).

A expressão da atitude ocupa um lugar central no processo avaliativo ao revelar os tipos e níveis em que a avaliação é desenvolvida e expressa no discurso. Para Martin e Rose (2003, p.22): “Atitudes tem a ver com a avaliação das coisas, do caráter das pessoas e seus sentimentos. Tais avaliações podem ser mais ou menos intensas, isto é, elas podem ser mais ou menos ampliadas²”. O subsistema de atitude é dividido em três campos semânticos: afeto, julgamento e apreciação.

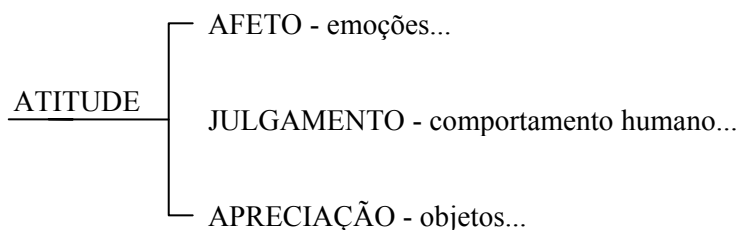


Figura 1. O subsistema da atitude

O afeto tem a função de expressar as emoções no discurso. O julgamento representa as avaliações dos falantes/autores em relação ao “como comportar-se” na sociedade; são avaliações emitidas sobre a ética e a moralidade estabelecidas pela Igreja, pelo Estado ou por outras instituições. Já a apreciação diz respeito às avaliações sobre as coisas e os objetos, no âmbito da estética, da forma, etc.

Reconhecer a atitude como um recurso interpessoal não é condição para se obter algum tipo de solidariedade, ou seja, uma resposta de aceitação ou de rejeição sobre algo ou alguém.

² Tradução nossa

A avaliação implícita é realizada pelos significados ideacionais. Esses significados podem ser usados para efetuar as avaliações mesmo quando não há o léxico avaliativo. Como por exemplo:

(5) Narizinho **teve dó do papagaio** e não deixou que o matassem para tirar a falinha.

O sentimento negativo de Narizinho é realizado pelos significados ideacionais, relatado pela personagem Emília. Ao dizer que *Narizinho teve dó*, há a sinalização para o afeto de pena e tristeza da menina ao referir-se ao papagaio. As avaliações implícitas são realizadas por meio de certo tipo de enriquecimento lexical, envolvendo uma sutil menção de alguma coisa ou uma linguagem figurada, o que Martin (2000) chama de *tokens* de atitude, que por sua vez são mais difíceis de detectar visto que o seu significado é transferido e não literal.

Ao analisar o sistema de avaliatividade em um texto, é necessário levar-se em consideração a avaliação implícita realizada pelos *tokens* ideacionais, juntamente com aqueles significados que são explicitamente inscritos. Isso significa dizer que o analista precisa deixar claro de que lugar está fazendo a leitura, uma vez que a sua avaliação depende desse lugar institucional que ocupa (Christie e Martin, 1997, p. 25).

Alguns estudiosos ressaltam a importância das avaliações implícitas para a análise, uma vez que elas são um mecanismo do texto para induzir o leitor nas suas próprias avaliações (Macken-Horarik, 2003, p. 298).

2 – Afeto

O afeto é um recurso semântico utilizado para realizar as emoções linguisticamente no discurso. Ele diz respeito à emoção, isto é, a uma avaliação pautada nos sentimentos dos falantes/escritores indicando como se comportam emocionalmente em relação às pessoas, às coisas, aos objetos e aos acontecimentos (Martin, 2000, p.148).

Trata-se do registro de sentimentos positivos e negativos: sinto-me feliz ou triste; confiante ou ansioso; interessado ou entediado. As características do afeto indicam que as pessoas possuem bons (afeto positivo) e maus sentimentos (afeto negativo) que são manifestados de forma explícita ou implícita.

Utilizando os termos de Halliday (1994), as realizações do afeto podem modificar os participantes, os processos e os adjuntos, como se pode observar a seguir:

(i) O afeto expressando uma qualidade. Nesse caso, os participantes são qualificados por meio dos epítetos:

(6) Criaturinha **feliz**
Epíteto

(ii) O afeto atribuindo qualidades aos participantes:

(7) Depois que aprendi a ler e comecei a ler os jornais, comecei a ficar **triste**.
Atributo

(iii) O afeto qualificando, por meio dos adjuntos de circunstância, a forma pela qual os processos são realizados:

(8) Atravessamos a sala **num trote** e saímos para a rua deixando a mãe de Shirley ainda de boca aberta e olhos arregalados sem entender coisíssima nenhuma.
Adjunto de circunstância

Observa-se, nos exemplos apresentados acima, que, no primeiro caso, o sentimento de felicidade está sendo realizado linguisticamente pelo elemento lexical que nesse caso é o epíteto “feliz”; em (7) é o elemento lexical é atributo “triste” que, por sua vez, vai realizar no discurso o sentimento de tristeza; e, finalmente em (8), o elemento gramatical, no caso, processo material “atravessar” que é modificado pelo adjunto de circunstância “num trote”, que vai ter a função de realizar o sentimento de felicidade, indicando que Emília e sua amiga corriam pela sala numa explosão de alegria. Portanto, pode-se dizer que o subsistema do afeto foi construído léxico-gramaticalmente de modo a expressar o conteúdo semântico das emoções na linguagem.

Para analisar a estrutura que realiza o afeto é preciso identificar os tipos de sentimentos envolvidos. Existem sentimentos que são parecidos com uma onda ou um ímpeto de emoção. Nesse caso, os processos comportamentais são utilizados para construir o afeto no discurso. Como em:

(9) Eu **rolei de rir** quando Shirley acabou de arrumar o anjinho, com um pequeno travesseiro amarrado na barriga para servir de pança.

Outros sentimentos são como um tipo de predisposição mental e, dessa forma, são os processos mentais e relacionais que se encarregam de expressar esse sentimento. Como em: ela gostou dele (*she liked him*)- mental; ela se sentiu feliz com ele (*she felt happy with him*) – relacional:

(10) Impossível **conformar-me** com a perda do meu anjinho.

E, finalmente, o afeto também pode ser realizado como comentário desiderativo, realizado pelo adjunto modal:

(11) **Felizmente**, ele tirou um cochilo.

Por princípio, a autoria da avaliação é atribuída ao falante ou escritor, a não ser que a avaliação seja projetada como sendo a fala ou pensamento de outra pessoa:

(12) Dona Benta declarou que eu **tenho coisas de verdadeiro filósofo**

No exemplo (12), Emília fala sobre a avaliação que Dona Benta faz sobre ela. Nesse caso Dona Benta é o avaliador.

Para a identificação do afeto, Martin e White (2005) sugerem seis fatores que devem ser levados em consideração:

(1) **Sentimentos são considerados culturalmente positivos e negativos**: os positivos são aqueles agradáveis de se experienciar, e os negativos, ao contrário, são aqueles desagradáveis de se experienciar.

(13) Os homens do seu tempo que só cuidavam de si, esses viveram ricos e **felizes**.

(2) **Sentimentos são o resultado de emoções**: tais emoções envolvem alguns tipos de manifestações paralinguísticas e extralinguísticas, ou, ainda, mais internamente experienciados como um tipo de estado emotivo ou um processo mental contínuo. Gramaticalmente, essa distinção é desenvolvida como uma oposição entre comportamento versus os processos mental ou relacional (Martin e White, 2005, p.46-50).

(14) O cavaleiro andante **geme** com três costelas quebradas.

(3) **Sentimentos resultantes de alguma reação externa:** os sentimentos são realizados diretamente em reação a algum fenômeno emocional ou por uma atitude que se pergunta: “por que você está se sentindo assim? eu não tenho certeza/ eu não sei ao certo”. Gramaticalmente, essa distinção é interpretada como uma oposição entre os processos mentais (ela **gosta** dele/ele **agrada** ela) e processo relacional (ela **é** feliz).

Com os processos mentais, tanto o Participante experienciador da emoção (*Emoter*)³ quanto o Fenômeno deflagrador da emoção (*Trigger*)⁴ são participantes e, assim, estão diretamente implicados no processo. Em relação aos processos relacionais, o *Emoter* e as emoções são os participantes que levam o *Trigger* a uma posição circunstancial opcional. Quando o processo mental como, por exemplo, “agradar/satisfazer” estiver na voz passiva o processo transita entre dois pólos: “ela é agradada por ele” e “ela está satisfeita”. Nesses casos, pode-se dizer que é difícil categorizá-lo como mental ou relacional.

(4) **A gradação dos sentimentos é lexicalizada:** desde os sentimentos menos intensos até os mais intensos acontecem devido ao fato de que as emoções oferecem lexicalizações que seguem uma escala que varia em uma intensidade baixa, media e alta.

(15) Quem não ama não briga. **Gosto** dela no **fundo do coração**, e não admito que haja outra menina que a valha.

(5) **Sentimentos envolvem intenções mais do que reações:** esses sentimentos são relacionados a estímulos mais irreais que reais. Gramaticalmente, esta distinção é interpretada como uma oposição entre o desiderativo e os processos mentais de emoção (“eu gostaria de” versus “eu gosto de”).

(16) Eu **vivo brigando com ela** e tenho-lhe **dito muitos desaforos** – mas **não é de coração**.

³ Participante experienciador da emoção. Processos mentais: experienciador/*senser*. E nos processos relacionais: portador/*carrier*.

⁴ Fenômeno deflagrador da emoção. Processos materiais: fenômeno/*phenomenon*. E nos processos relacionais: atributo/*attribute*.

(6) A variação final da tipologia de afeto: as emoções são agrupadas em três conjuntos:

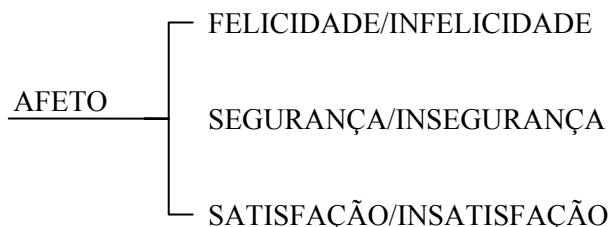


Figura 2 - Tipos de afeto

(a) In/Felicidade: diz respeito a emoções relacionadas ao coração, tais como tristeza, ódio, felicidade e amor. Esses sentimentos abrangem as emoções, envolvendo formas de sentimentos felizes ou tristes e a possibilidade de direcioná-los para o fenômeno de gostar ou não gostar:

Felicidade: (17) Eu **rolei de rir** quando Shirley acabou de arrumar o anjinho, com um pequeno traveseiro amarrado na barriga para servir de pança.

Infelicidade: (18) Não posso falar nessa negra beijuda **sem que o sangue não me venha à cabeça**.

(b) In/Segurança: esse conjunto de sentimentos cobre as emoções relacionadas ao bem-estar social: ansiedade, temor, confiança. Essas emoções envolvem nossos sentimentos de paz e ansiedade em relação ao ambiente, incluindo as pessoas que nos rodeiam. Nas comunidades cujos padrões possuem a imagem do pai e da mãe, esses sentimentos são associados ao papel da mãe, pois tem sentido de proteção do mundo lá fora:

Segurança: (19) Narizinho eu **quero muito bem**, porque é uma espécie de **minha mãe**.

Insegurança: (20) o anjinho estava **assustado** de ver-se gordo daquela maneira.

(c) In/Satisfação: conjunto que abrange as emoções relacionadas aos objetivos realizados: tédio, desprazer/desagrado, curiosidade, respeito. Essas emoções lidam com o sentimento de alcance ou frustração em relação às atividades em que está engajado, incluindo papéis como participantes/espectadores da ação. Nas mesmas comunidades padronizadas,

esses sentimentos são associados ao papel do pai, que monitora, de um modo geral, as aprendizagens e realizações da família:

Satisfação: (21) Cada qual fabrica uma qualidade de fruta – e é o que mais **admiro**, visto que a terra do pomar é a mesma para todas.

Insatisfação: (22) O senhor me **traiu**.

3 – Julgamento

O julgamento – categoria semântica de atitude – constrói linguisticamente as avaliações do comportamento das pessoas. Esse recurso semântico ressalta as qualidades do falante/escritor, podendo ser realizado gramaticalmente pelos epítetos e atributos. Ele traduz a maneira pela qual as pessoas fazem avaliações sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade sempre determinados pela cultura na qual vivem e pelas experiências, expectativas, pretensões e crenças individuais moldado por uma cultura particular e uma situação ideológica. Nessa perspectiva, o julgamento tem a ver com questões de “ética”, uma análise normativa do comportamento humano baseado em regras ou convenções de comportamento.

A atitude de julgamento pode ser entendida como uma institucionalização do sentimento, ou seja, normas de comportamento que direcionam como as pessoas devem ou não agir. O julgamento é dividido em dois tipos: estima social e sanção social.

O julgamento de estima social envolve admiração e crítica sem implicações legais, enquanto que o de sanção social implica elogio e condenação, geralmente, com complicações legais. O tipo de julgamento (estima social ou sanção social) depende da posição institucional de quem avalia. Portanto, é quem avalia que possui o respaldo, dependendo do lugar que ocupa, para julgar as outras pessoas positivamente ou negativamente.

Os julgamentos de estima social tendem a ser policiados pela cultura oral, por meio da fofoca, boatos, brincadeiras e histórias de vários tipos. Já os de sanção social, por outro lado, são codificados na forma escrita como éditos, regras, regulações, leis sobre como se comportar de acordo com a Igreja e o Estado, devendo ser aplicadas penalidades e punições para quem quebrar o código, a lei. Já os julgamentos de sanção social referem-se a regras morais ou, ao tipo de comportamento ético ou verdadeiro que as pessoas devem ter. Esses julgamentos estão no domínio entre o certo e o errado:

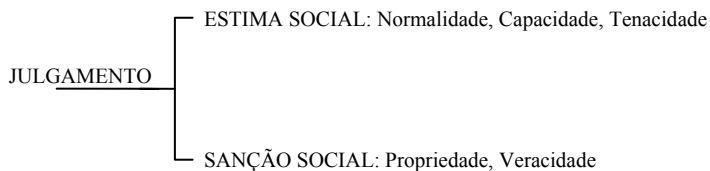


Figura 3 - Tipos de Julgamento

Para a identificação dos tipos de julgamento, algumas perguntas são sugeridas para facilitar a categorização dessa atitude (Martin, 2000, p.156):

Normalidade: o comportamento do indivíduo é pouco usual, especial, comum?

(23) Dona Benta é uma **criatura boa** até ali. Só isso de me aturar, quanto não vale? O que mais gosto nela é **o seu modo de ensinar, de explicar qualquer coisa. Fica tudo claro como água. E como sabe coisas, a diaba!**

Capacidade: o indivíduo é capaz, competente?

(24) Tia Anastácia, essa é a ignorância em pessoa. Isto é... **ignorante**, propriamente, não. Ciência é mais coisas dos livros, isso ela **ignora completamente**. Mas nas coisas práticas da vida é uma **verdadeira sábia**.

Tenacidade: o indivíduo é confiável, pode-se contar com ele/a?

(25) E Pedrinho? Um excelente rapaz. **Muito sério**, de **muita confiança**, menino de palavras.

Veracidade: o indivíduo é honesto?

(26) Quando vejo trancarem na cadeia um homem **inocente**, meu coração dói.

Propriedade: o indivíduo é ético?

(27) Isso é apenas para atrapalhar os futuros historiadores, gente muito **mexeriqueira**.

Resumimos, no quadro a seguir, os tipos de julgamento, com alguns exemplos:

Estima Social	Julgamento Positivo	Julgamento Negativo
Normalidade	<i>engraçado, vaidoso</i>	<i>maluco</i>
Capacidade	<i>sábia, esperto</i>	<i>boba, ignorante, burrona</i>
Tenacidade	<i>valente</i>	<i>indecisa</i>
Sanção social	Julgamento Positivo (elogio)	Julgamento Negativo (Condenação)
Veracidade	<i>inocente, sério</i>	<i>mexeriqueira</i>
Propriedade	<i>prestimosa, excelente</i>	<i>bruxa</i>

Quadro 1 - Tipos de Julgamento - exemplos retirados do livro memórias de Emília

4 – Apreciação

A terceira e última categoria semântica da atitude é a apreciação. Através dela são construídas as avaliações sobre coisas, objetos e fenômenos. É a apreciação que abrange as reações dos falantes e as avaliações da realidade. Esse tipo de atitude é considerado como um dos maiores recursos atitudinais disponíveis, uma vez que se refere à maneira pela qual os falantes avaliam o texto (oral ou escrito) ou o processo (fenômeno), conforme sinalizam Eggins e Slade (1997, p.125).

A apreciação diz respeito às avaliações sobre elementos ao nosso redor, bens e serviços de nosso dia-a-dia, tais como shows, filmes, livros, CDs, obras de arte, casas, prédios, parques, recitais, espetáculos ou performances de qualquer tipo, fenômenos da natureza, relacionamentos e qualidades de vida (Martin e Rose, 2003/2007, p.37). Ela se distingue do julgamento por apresentar uma avaliação positiva ou negativa de objetos, artefatos, processos e estados de coisas no que tange à sua estética (Cabral e Barros, 2006).

A apreciação é realizada tanto pelos elementos lexicais como pelas orações completas. Ambas as palavras ou orações podem codificar a expressão de gostos ou desgostos e a nossa avaliação pessoal sobre as pessoas, os objetos ou entidades concretas com que nos deparamos.

Gramaticalmente, os itens lexicais que realizam a apreciação tendem a se enquadrar em estruturas com o processo mental de cognição tais como: eu sei, eu entendo, eu acredito. Como a apreciação faz uma avaliação descritiva das coisas, a sua realização pode também ser efetuada pelos epítetos.

A seguir apresentamos os elementos léxico-gramaticais que podem ser utilizados para realizar a apreciação:

- (1) Nominalização = transformação de epítetos descritivos em objetos ou coisas. Expressar a apreciação pelos nomes permite um significado atitudinal mais intenso, visto que as nominalizações aumentam a densidade lexical do texto. Quando o epíteto é nominalizado é possível fazer, outra avaliação mais intensa:

(28) Antes de pingar o ponto final quero que saibam que é uma grande **mentira** o que anda escrito a respeito do meu coração.

- (2) Adjuntos de circunstância = os significados atitudinais podem ser utilizados para descrever como as ações ou acontecimentos são realizados:

(29) **Perfeitamente**, Visconde! Isso é que é o importante.

- (3) Processos = significados descritivos podem ser realizados pelo predicador como parte lexical do grupo verbal:

(30) Tenho sim, um lindo coração – só que não é de banana. Coisinhas à-toa não o **impressionam**; mas ele **dói** quando vê uma injustiça.

Na apreciação verifica-se, similarmente ao julgamento, uma institucionalização dos sentimentos. Porém, na apreciação os sentimentos avaliativos são relacionados à forma, à aparência, à composição, ao impacto e ao valor de objetos naturais ou abstratos (processos) e performances.

A apreciação divide-se em três tipos – reação, composição e valoração. Similarmente ao afeto e ao julgamento algumas perguntas são sugeridas para facilitar a sua identificação:

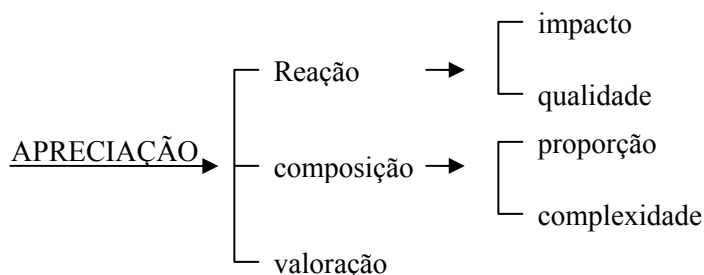


Figura 4. Tipos de Apreciação

(a) **Reação**: corresponde às reações que as coisas provocam nas pessoas, isto é, como as coisas captam a atenção das pessoas. Para melhor mapear essas implicaturas, as reações são divididas em: reação-impacto e reação-qualidade.

- ✓ reação-impacto: corresponde ao ‘impacto’ que os objetos provocam nas pessoas. Para identificar essa reação, faz-se a pergunta: isso te cativou?:

(31) Quero papel **cor do céu com todas as suas estrelinhas**.

- ✓ reação-qualidade: diz respeito à ‘qualidade’ dos objetos perguntando: Isso lhe agradou?:

(32) Dizem que não tenho coração. É falso. Tenho sim, um **lindo coração** só que **não é de banana**.

(b) **Composição**: refere-se às nossas percepções de proporcionalidade e detalhe em um texto/processo. Nesse tipo de apreciação concentram-se os sentimentos que dizem respeito à organização, à elaboração e à forma pela qual as coisas e objetos foram construídos ou elaborados. Similarmente à reação, a composição divide-se em:

- ✓ **Proporção**: refere-se ao equilíbrio das coisas:

(33) Sei dizer coisas **engraçadas** e até **filosóficas**.

- ✓ **Complexidade**: corresponde ao nível de complexidade dos objetos:

(34) E o enredo já tenho um **excelente** na cabeça [...] Quanto **mais maluco, mais engraçado**.

(c) Valoração: tem a ver com a nossa avaliação da significação social do texto/processo. Essa apreciação corresponde ao valor que se atribui às coisas ou objetos. Para sua identificação pergunta-se: Isso valeu a pena?:

(35) São memórias **fantásticas**. Quer ler um pedacinho?

Fazendo uma relação entre os tipos de apreciação com os processos mentais, pode-se dizer que a Reação está relacionada com afeição: emotivo (isso me agrada), desiderativo (eu quero isso); a Composição está relacionada com a percepção (nossa visão de ordem); e Valoração está relacionada com a cognição (nossas considerações) (Martin e White, 2005, p.57).

Alternativamente, a estrutura de apreciação pode ser interpretada metafuncionalmente: reação – significado interpessoal; composição – significado textual; avaliação – significado ideacional, conforme observa-se no quadro a seguir:

Apreciação	Processo Mental	Metafunção
Reação	Afeto	Interpessoal
Composição	Percepção	Textual
Valoração	Cognição	Ideacional

Quadro 2 - Tipos de Apreciação. Traduzido de Martin e White (2005, p.5)

5 – Algumas considerações finais

Parafraseando Martin (2000), quando expressamos a atitude não estamos fazendo apenas comentários sobre o mundo. Estamos expressando nossos valores e opiniões sobre as coisas, as pessoas, enfim, sobre o mundo. E fazemos isso com a intenção de se obter uma resposta de solidariedade por parte do nosso interlocutor.

Nesse sentido, a atitude é esse recurso semântico que utilizamos para realizar as avaliações sobre as emoções, o caráter e o comportamento das pessoas e dos objetos e fenômenos do mundo no discurso. Para tanto, utiliza-se de elementos léxico-gramaticais para realizar o significado semântico dessas avaliações na linguagem.

Podemos agregar a esses recursos semânticos a concepção de língua, proposta por Halliday e Hasan (1989, p.10) como “funcional”, uma vez que está desempenhando algum trabalho em um contexto; o conceito de texto como “objeto na sua própria criação” e como “instrumento de investigação sobre algo”, requerendo perguntas do tipo: “o que o texto revela sobre o sistema da linguagem na qual é escrito ou falado?” defendido por Halliday e Matthiessen (2004, p.3) vem respaldar a importância e a riqueza que o entendimento da expressão do subsistema da atitude possui, uma vez que proporciona aos falantes/escritores de uma comunidade um entendimento sobre as suas próprias avaliações e a dos seus interlocutores, resultando um diálogo mais eficaz e com sucesso.

A prosódia atitudinal: Apreciação e Julgamento em críticas de cinema

Gisele de Carvalho (UERJ)

1 - Introdução

A linguagem da avaliação tem sido estudada a partir de diferentes perspectivas, cada uma delas com escopo diferenciado e, conseqüentemente, com diversas denominações. Em Thompson; Hunston (2000, pp. 2-6) encontra-se uma breve revisão da literatura da área onde estão listados termos como conotação, afeto, atitude, posicionamento (*stance*) e avaliatividade (*appraisal*), além de avaliação, adotado por aqueles autores. Os diferentes modelos exploram categorias de análise que ora se sobrepõem e ora se excluem¹.

O modelo proposto e desenvolvido sob a perspectiva da Linguística Sistêmico-Funcional nos trabalhos de Martin (2000), Martin; Rose (2003) e Martin; White (2005) procura dar conta da Avaliatividade a partir de três domínios semânticos: “os tipos de atitude que são negociadas em um texto, a intensidade dos sentimentos envolvidos e os modos pelos quais valores são atribuídos e leitores posicionados” (Martin; Rose: 2003)², ou Atitude, Gradação e Engajamento, respectivamente. Como Martin trata a Avaliatividade como parte da macrofunção interpessoal da linguagem, contempla em seu modelo não só a atitude expressa e a intensidade com que é manifesta, mas também sua fonte — quem é responsável por tal atitude — e que relação se estabelece entre participantes de uma interação, que papéis assumem no evento de comunicação e diante de determinada atitude.

¹ Em relação à variedade de termos e modelos acerca da linguagem usada para expressar opinião, Thompson & Hunston (2000) mencionam os trabalhos dos seguintes autores: Lyons, 1977 (*connotation*); Besnier, 1993 (*affect*); Halliday, 1994 (*attitude*); Conrad & Biber, 2000 (*stance*); Martin, 2000 (*appraisal*).

² Cf. o original em Inglês: “Appraisal is concerned with evaluation — the kinds of attitude that are negotiated in a text, the strength of feelings involved and the ways in which values are sourced and readers aligned” (Martin; Rose, 2003, p. 22) – minha tradução.

Este capítulo tem por objetivo apresentar brevemente as categorias de Atitude para leitores ainda não totalmente familiarizados com o modelo da Avaliatividade e demonstrar sua aplicação por meio de uma análise de críticas de cinema³. Essas categorias estão contidas nos trabalhos acima mencionados, onde encontramos os parâmetros que parecem melhor dar conta da natureza dos recursos semântico-discursivos utilizados no ato de resenhar. Acreditamos que a proposta de Martin parece se adequar à natureza das críticas, já que o gênero se caracteriza por registrar a expressão de uma opinião, que está atrelada ao sistema de valores do resenhista; este, por sua vez, reproduz ou contesta os valores e as crenças da comunidade a qual pertence. Ao fazê-lo, o crítico precisa negociar sua opinião com o leitor, tecendo seu texto de forma a fazer com que este compartilhe de — ou que, pelo menos, não rejeite instantaneamente — a apreciação acerca do filme que examina.

Neste capítulo, as categorias de Apreciação e Julgamento terão mais visibilidade, visto que estudos realizados anteriormente sugerem que estas são as mais frequentes em críticas (cf. CARVALHO, 2006, sobre a avaliação em críticas de livros), já que seu propósito é, basicamente, avaliar um fenômeno semiótico e a atuação profissional dos responsáveis por ele. Nossa pergunta de pesquisa pode ser formulada da seguinte forma: que tipos de atitude são expressos nas proposições acerca da qualidade estética de um filme e acerca do desempenho dos participantes envolvidos em sua realização?

Este capítulo também procura informar o leitor acerca de procedimentos metodológicos utilizados para se analisar os recursos de expressão de Atitude em textos, segundo adaptação das orientações sugeridas em Eggins; Slade (1997, pp. 137-140), a saber: identificar os índices de atitude, classificá-los, agrupá-los de acordo com os tipos de Atitude e interpretar os resultados. Cabe também esclarecer que, para seguir todos esses passos, adotaremos uma postura “tática” (Martin; White, 2005, pp. 25; 62-63) ao analisar e interpretar o significado potencial dos textos: nosso interesse é analisá-los como uma pesquisadora da área de linguística, que vem trabalhando com o sistema da Avaliatividade e que está escrevendo um capítulo de livro com os objetivos mencionados anteriormente; não nos cabe neste momento fazer um tipo de leitura que se oponha a ou que se alinhe com o significado dos textos, como leitora de uma resenha de um filme que já tivesse assistido, por exemplo.

³ Neste capítulo os termos *crítica* e *resenha* serão usados como sinônimos e referem-se ao gênero cujo propósito é descrever e avaliar performance ou produto cinematográfico, televisivo, teatral, musical, literário ou do campo das artes plásticas.

2 - Corpus de estudo

A fim de complementar estudos anteriores sobre resenhas de livros, (CARVALHO, 2002; 2006), o corpus coletado para este trabalho se constitui de 15 críticas de cinema publicadas nas edições *online* da Revista Veja, no período compreendido entre janeiro e abril de 2008. Todas são de autoria de Isabela Boscov, jornalista e editora de Veja, responsável pela área de cinema, que analisa filmes e DVDs semanalmente. Suas críticas podem ser acessadas no *link* do índice da revista, por meio de um clique sobre o título do filme, a ser encontrado na seção Cinema, em Artes e Espetáculos. O texto das críticas da Veja On-line se configura como uma reprodução daquele que pode ser lido na revista impressa, apenas complementado com a possibilidade de o leitor poder ver o trailer do filme, caso ele esteja disponibilizado em *link* dentro da página que contém o texto da crítica.

Todas as 15 resenhas têm seu paratexto constituído por título, subtítulo, autoria e ilustrações de cenas dos filmes, com suas respectivas legendas. A partir da noção de Estrutura Potencial do Gênero (Halliday; Hasan, 1989), verifica-se que constam do texto três elementos obrigatórios para que sua identidade como um exemplar do gênero crítica de cinema seja reconhecida, a saber: (1) relato da história (em que o final é sempre suprimido); (2) avaliação de diferentes aspectos do filme, que é um elemento também recursivo; (3) recomendação para o leitor (CARVALHO, 2006).

A crítica *Doce sem ser adocicado*, publicada na Edição 2.046, de 06 de fevereiro de 2008, será analisada na próxima seção. O filme *Juno*, nela apreciado, foi indicado ao Oscar em quatro categorias: melhor filme, direção (Jason Reitman), atriz (Ellen Page) e roteiro original (Diablo Cody). Esses, não por mera coincidência, são os aspectos que serão avaliados por Isabela Boscov em sua resenha, que incluímos no Anexo.

3 – A análise da Atitude em críticas de cinema

Começamos com uma advertência: a identificação e posterior classificação dos significados atitudinais não é tarefa simples, já que sua realização pode estar expressa indiretamente e não se limita apenas a adjetivos ou advérbios, se considerarmos que a possibilidade de escolhas linguísticas para materializá-los é vasta. Tomemos por exemplo o grupo nominal “bolsista da agência de fomento X” e veremos que ele pode ter pelo menos duas interpretações diferentes: positiva, em círculos onde ter uma bolsa de estudos

se iguala a ter mérito, ou negativa, para aqueles que acreditam que o estado é paternalista demais. Ou seja, a avaliação deve ser interpretada e compreendida em consonância com o contexto em que ocorre. Uma outra dificuldade está relacionada à interpretação dos significados atitudinais e, conseqüentemente, de seus tipos, já que ela está atrelada a parâmetros que podem variar de pessoa para pessoa. Essas questões são desenvolvidas ao longo desta seção, onde o leitor encontrará informações sobre as categorias de Apreciação e Julgamento e seus subtipos, além de indicações de como proceder metodologicamente a fim de mapear e analisar a Atitude.

3.1 – A compreensão das categorias e definição do que é avaliado

Estudos anteriores sobre resenhas (BERBARE, 2002; CARVALHO, 2006; HYLAND, 2000; MACHADO *et al.*, 2004) sugerem que este gênero materializa práticas descritivas e avaliativas de um trabalho ou evento de natureza acadêmica ou artística e que se constitui como um espaço discursivo onde valores são negociados. Apesar de cada uma dessas pesquisas se dedicar a questões específicas, elas são unânimes em estabelecer que a opinião do resenhista se manifesta de forma indireta, sem marcação explícita de sua subjetividade por meio de expressões como *na minha opinião, acho/acredito que* e que o autor da crítica também busca avaliar de forma mais objetiva; ou seja, faz uso de apelo menos emocional e mais racional. Em vista disso, observa-se que a expressão de Afeto é praticamente inexistente em resenhas, ao contrário de Apreciação, que ocupa lugar de destaque, já que é, dentre as três categorias, a menos interpessoal. Assim, pode-se inferir que essa estratégia retórica também parece ser adequada por proporcionar uma maior objetividade por parte de quem avalia e, exatamente por causa disso, fazer com que a opinião veiculada corra menos risco de contestação.

A fim de mapear a ocorrência da Atitude nas críticas, tomamos como um dos elementos definidores o alvo da atitude. Aquele tipo que se refere ao filme e aos diferentes aspectos que o compõem (materializados por seu título ou ainda por *filme, história, tema, o figurino, os diálogos, a atuação, a direção, a cena*, etc.) será codificado como Apreciação. Posteriormente, cada exemplo é categorizado de acordo com um dos seguintes subtipos: (1) *reação* — aqui estão incluídos os recursos que expressam “o quanto o texto/processo em questão captura nossa atenção (impacto)” e aqueles que registram a reação do crítico acerca da qualidade do filme, dentro da escala excelente-sofrível (qualidade); (2) *composição* — diz respeito a “percepções de

proporcionalidade (equilíbrio) e do detalhamento (complexidade) em um texto/processo”; (3) *valor* — aqui estão os recursos que revelam “nossa apreciação da importância social do texto/processo” (Martin, 2000, p. 160).⁴

O Quadro 1 resume as categorias usadas para analisar os recursos semântico-discursivos da *Apreciação do objeto* e inclui algumas perguntas que norteiam a análise das críticas, que refletem alguns dos quesitos que são levados em consideração no momento da avaliação dos filmes⁵:

APRECIÇÃO (O que você acha de X?)	Reação	Impacto	O filme prendeu minha atenção? O filme correspondeu às minhas expectativas?
		Qualidade	O filme me agradou?
	Composição	Proporção	O enredo/roteiro é bem costurado? As partes fazem sentido? A perspectiva é adequada? O ritmo é bom? Os personagens são bem construídos ?
		Complexidade	O enredo é complicado, difícil de acompanhar?
	Valor	Relevância	O filme levanta questões sociais, filosóficas, etc importantes?
		Originalidade	O filme é original?

Quadro 1 – Apreciação do filme (construído com base em Eggins & Slade, 1997, p. 129)

A categoria de Julgamento dá conta dos significados cujos alvos são participantes conscientes (individuais: *homem, professora, aluno*, etc. ou coletivos: *família, turma, equipe*, etc.) ou instituições (*governo, empresa*, etc.) e “como eles se comportam – seu caráter” (MARTIN; WHITE, 2005, p. 52); seus atos, atitudes e reações são avaliados com base em normas acerca de como as pessoas devem ou não se comportar (MARTIN; ROSE, 2003, pp. 62-63). No caso dos profissionais de cinema, parece ser necessário abstrair a noção de caráter e entender que eles são avaliados segundo seu “comportamento profissional”, se usarmos o epíteto para explicitar o léxico que designa o foco da categoria de Julgamento.

⁴ Cf. o original em Inglês: “the degree to which the text/process in question captures our attention”; “perceptions of proportionality (balance) and detail (complexity) in a text/process”; “our assessment of the social significance of the text/process” (Martin, 2000, p. 160) – minha tradução.

⁵ A descrição das categorias é generalizante a fim de que seja adaptada aos diversos gêneros analisáveis a partir delas. A identificação dos alvos da avaliação durante leitura das críticas alimenta o quadro das categorias, ao particularizá-las.

Um filme resulta do trabalho de um grupo de profissionais, dentre os quais o diretor, roteirista, diretor de fotografia, cinegrafistas, artistas principais e coadjuvantes são aqueles a quem a crítica especializada dedica mais atenção e dá mais visibilidade. Nos textos das resenhas, verifica-se que não é só o filme, o produto em si, que é apreciado, mas também o desempenho daqueles responsáveis por sua realização; assim, encontramos julgamentos de valor acerca de como os profissionais levaram a cabo suas funções. Portanto, o tipo de atitude que se refere a estes profissionais e a seu fazer (manifestos no texto por meio de *diretor, roteirista, ator/atriz*, etc. ou por nome completo, primeiro nome, sobrenome, pronomes que a estes profissionais se refiram) será classificada como expressão de Julgamento.

O modelo de Martin (2000) traça uma distinção entre juízos emitidos de acordo com *estima social* e com *sanção social*. O primeiro diz respeito ao tipo de avaliação cujas bases são a admiração ou a crítica pessoais, enquanto o segundo está baseado em valores do tipo elogio ou condenação morais⁶. Vê-se que, segundo Carvalho (2006), os juízos presentes nas críticas são de natureza estritamente social, não cabendo julgamento moral de nenhum dos atores sociais mencionados anteriormente. Desta forma, a avaliação neste gênero se restringe ao subsistema da *estima social*, especificamente no que tange ao desempenho de uma atividade profissional e à reputação conquistada por um indivíduo decorrente de sua atuação, pois não é só o diretor, roteirista, etc. que está sendo avaliado, mas também se o seu fazer está de acordo com as normas e valores da comunidade que consome e avalia o filme por eles produzido.

A fim de caracterizar os exemplos segundo os três subtipos de Julgamento, é preciso verificar se o juízo expresso se refere à *capacidade* dos diferentes profissionais envolvidos no filme, em especial à sua competência em realizar algo de acordo com os padrões esperados. Além disso, sua experiência também é levada em consideração e esta noção se aproxima da de *tenacidade*; assim, por exemplo, se um diretor é reconhecido como tendo exercido a função em vários filmes de sucesso, sua experiência é avaliada positivamente. Da terceira categoria, *normalidade*, constam juízos que designam o quão especial é o profissional no desempenho de suas funções: original, ousado, previsível? Sugerimos os seguintes subtipos de Julgamento do desempenho profissional e incluímos perguntas que apontam para as questões frequentemente abordadas pelos críticos nas resenhas analisadas:

⁶ Essa distinção é estabelecida por Martin (2000, p. 156) do seguinte modo: “se você tem dificuldades nesta área [estima social] pode precisar de um terapeuta; [...] se você tem problemas nesta área [sanção social] pode precisar de um advogado”

JULGAMENTO (Como você julgaria tal comportamento?)	Capacidade	Tem as técnicas/habilidades esperadas e valorizadas para o exercício de sua função? Escolhe tema interessante? Constrói bem o enredo, os personagens? É seguro? Tem talento?
	Tenacidade	É experiente ou novato na função? Persiste no mesmo tema/gênero?
	Normalidade	Tem características/qualidades especiais? É original? Tem estilo próprio?

Quadro 2 – Julgamento do desempenho (construído com base em Eggin & Slade, 1997, p. 133)

3.2 - Os híbridos de Apreciação e Julgamento

Martin; White (2005; p. 58) recomendam que é “útil distinguir entre julgamentos de comportamento e avaliações de coisas”, já que esta distinção permitiria ao analista perceber a prosódia avaliativa de um texto. Contudo, mesmo realizações diretas, com marcadores explícitos do alvo da avaliação, podem ser lidas como híbridas, especialmente no caso da Apreciação de valor atribuído a algo, já que se pode ler um Julgamento implícito da capacidade que alguém tem de realizá-lo ou de desempenhar determinada função (MARTIN; WHITE, 2005). Tomemos como exemplos:

- (1) A direção do documentário é brilhante.
- (2) Eduardo Coutinho é um diretor brilhante.

Em (1) temos um exemplo de Apreciação, enquanto (2) seria codificado como Julgamento. No entanto, podemos deduzir de (1) que há um elogio implícito ao diretor do documentário, já que uma direção brilhante jamais poderia ser realizada por um diretor medíocre. Em (2) a dupla interpretação parece proceder em sentido inverso, ou seja, do julgamento explícito para a apreciação implícita do conjunto da obra do diretor. A codificação dupla parece ser possível em casos como

- (3) A direção de Eduardo Coutinho é segura.

em que a coisa e a pessoa são o alvo da avaliação. O exemplo 3) pode ser parafraseado das seguintes formas⁷:

- (a) Foi uma direção segura.
- (b) Eduardo Coutinho provou ser [um diretor] seguro.

Ao conferir um atributo à coisa em si, em (a) temos uma reformulação que permite codificar o exemplo como *Apreciação*; ao conferir um atributo à capacidade da pessoa, em (b) analisamos o exemplo como *Julgamento*, embora esta segunda interpretação pareça ser mais indireta que a primeira, principalmente ao levarmos em consideração que é preciso flexionar o atributo presente na sentença original (*segura/o*) para melhor explicitar a interpretação.

Cabe ao analista decidir se usará como critério de distinção entre *Apreciação* e *Julgamento* o alvo da avaliação apenas (o comportamento de participantes conscientes ou o produto semiótico) ou se a codificação dupla é mais adequada para seus propósitos. No caso das resenhas, manter a codificação única em função do alvo da avaliação nos parece mais produtivo, visto que é importante verificar quanto e como se avalia o filme e os profissionais, já que o gênero tende a resguardar as relações interpessoais ao dar preferência, no caso de resenhas total ou parcialmente negativas, por dirigir críticas ao produto artístico e não aos responsáveis por ele (Carvalho, 2006).

3.3 - Distinção entre Atitude inscrita e evocada

Nos exemplos anteriores, em que a avaliação se materializa de forma inequívoca por meio do uso de léxico atitudinal, nota-se que a possibilidade de codificação dupla traz consigo uma outra questão: de que forma a Atitude se manifesta nos textos?

Além de adjetivos, que mais comumente realizam os significados relativos à expressão de Atitude, outras formas de identificá-la linguisticamente incluem:

⁷ Martin; White (2005, pp. 59; 67-68) sugerem os seguintes testes para que se possa distinguir entre *Apreciação* e *Julgamento*:

- *Apreciação* ⇒ foi + ‘coisa’ + *Apreciação* (Foi uma direção brilhante)
- *Julgamento* ⇒ ‘pessoa’ + prova/provou ser + *Julgamento* (Eduardo Coutinho provou ser brilhante)

- nominalizações: A *segurança* de Eduardo Coutinho na direção de seu novo documentário...
- advérbios: O filme, *brilantemente* dirigido por Eduardo Coutinho...
- verbos: A direção *agrada* a gregos e troianos.

Entretanto, como a abordagem dada ao estudo da Atitude é estritamente semântica, é de se esperar que cada categoria possa ser representada por meio de uma certa diversidade linguística. Disso decorre que a opinião expressa, seja ela por meio de *Apreciação* ou *Julgamento*, nem sempre será reconhecida através de elementos léxico-gramaticais específicos e estritamente atitudinais. O exemplo que se encontra a seguir, extraído da crítica que analisamos, concretiza a questão da avaliação inscrita (explícita) e evocada (implícita):

(4) Algumas adolescentes se expressam por meio das roupas que vestem, outras montam blogs, outras ainda fazem álbuns de colagem. Já a personagem-título de *Juno* (Estados Unidos/Canadá, 2007) dirige toda a sua criatividade para o que diz, e como o diz. Juno é incapaz de deixar uma palavra quieta no seu canto: todas elas têm de ser modificadas ou arranjadas em combinações inovadoras e improváveis. É condizente então que os diálogos do filme ferverem de imaginação [...] — e que, na interpretação da notável Ellen Page e dos atores igualmente inteligentes que lhe fazem companhia, eles ricocheteiem para lá e para cá como balas num tiroteio. Oportunidade para essa fuzilaria não é o que falta na história.

Como nos dizem Martin; White (2005, p. 63), a prosódia avaliativa de um texto se dá por meio da interação entre a atitude inscrita e a evocada, sendo que o primeiro tipo tende a dar as cartas, a apontar com clareza como devemos ler as atitudes implicitamente expressas. Vejamos como isso acontece no recorte em (4), onde se vêem duas estratégias de avaliação. Uma delas é o registro explícito do julgamento dos atores por meio dos léxicos atitudinais *notável* e *inteligentes*. A segunda é mais difusa e permite que o leitor produza as seguintes inferências: (a) a personagem do filme é criativa, verbalmente falando; (b) os diálogos do filme são igualmente criativos; (c) a história contada é palco adequado para muitos diálogos criativos. Como chegamos a estas conclusões? Em (a) a crítica descreve o que a personagem tem — criatividade — e o que faz com as palavras — ela as modifica ou arranja em combinações inovadoras e improváveis. Em (b) a criatividade verbal da personagem é comparada com e é causa da mesma criatividade dos

diálogos do filme por “condizente” “então” e “fervilham de imaginação”. Em (c) os diálogos são comparados a balas ricocheteando num tiroteio, imagem que é retomada em “fuzilaria”, para remeter à quantidade deles presente na história de *Juno*. Esta apreciação das características da personagem, da qualidade dos diálogos e da história é evocada, ou seja, é expressa indiretamente por realizações menos obviamente atitudinais, como por exemplo as de causa e efeito e metáforas no fragmento acima.

A avaliação em resenhas tende a ser recorrente, a se disseminar por todo o texto, e encontra-se expressa de vários modos, não apenas por aqueles elementos linguísticos que caracteristicamente designam Atitude. Por se tratar de significado interpessoal, sua realização é prosódica e o efeito é cumulativo. Segundo Halliday (apud MARTIN; WHITE, 2005, p. 19), “A essência do potencial de significado desta parte do sistema semântico [interpessoal] é que a maioria das opções são associadas ao ato de significado como um todo”.⁸ Em nossa análise, todas as vezes em que a opinião da jornalista não estiver explicitamente marcada, mas puder ser inferida porque índices ao seu redor assim permitem, ela será classificada como evocada.

3.4 – A análise de um exemplar do gênero crítica de filmes

Antes de apresentar os resultados da análise de *Doce sem ser adocicado*, gostaríamos de introduzir os procedimentos adotados na análise das críticas de cinema do corpus. Eles compreendem: (1) identificar os índices de atitude e o que é avaliado; (2) classificá-los de acordo com o tipo de realização (inscrita ou evocada), com as categorias de Afeto, Apreciação e Julgamento e seus respectivos subtipos e polaridade (positiva ou negativa); (3) organizar a incidência dos diferentes tipos de atitude; (4) interpretar os resultados⁹.

No Quadro 3 não foi necessário criar uma coluna para o Avaliador, já que a crítica analisada tem apenas a jornalista como avaliadora exclusiva: a responsabilidade de todos os juízos emitidos pertence unicamente a ela. Um outro esclarecimento se refere à coluna da Realização: quando a Atitude está

⁸ Cf o original em inglês: “The essence of the meaning potential of this part of the semantic system is that most of the options are associated with the act of meaning as a whole” (Halliday, 1979, pp. 66-67, apud Martin; White, 2005, p. 19).

⁹ Os passos metodológicos aqui sugeridos foram adaptados de Egging; Slade (1997, pp. 137-140); apesar de estas autoras analisarem gêneros falados, vemos que os procedimentos também se aplicam aos escritos e que são semelhantes aos descritos em Martin; White (2005, pp. 69-76).

inscrita (Insc), retiramos do texto o fragmento que a ela corresponde; quando é evocada (Ev), está representada por meio de paráfrase em colchetes. Ao codificarmos a Atitude, utilizamos as abreviações *Ap.* para *Apreciação* e *Julg.* para *Julgamento*, mas mantivemos os subtipos por extenso.

O que é avaliado	Realização	Categoria/Polaridade
1. Filme	Doce sem ser adocicado (título)	Insc/Ap - reação/+
2. Filme	uma das criações mais originais do cinema independente	Insc/Ap - valor/+
3. Filme	merece mais do que suas quatro indicações ao Oscar	Insc/Ap – valor/+
4. Filme	merece ser visto	Insc/Ap – valor/+
5. a personagem m-título	[é verbalmente criativa]	Ev/Ap – composição/+
6. os diálogos do filme	[são criativos]	Ev/Ap – composição/+
7. a história	[é adequada a diálogos criativos]	Ev/Ap – composição/+
8. a atriz principal	notável Ellen Page	Insc/Julg – capacidade/+
9. atores	igualmente inteligentes	Insc/Julg - capacidade/+
10. filme	mordaz sem ser cruel	Insc/Ap – reação/+
11. filme	e doce sem ser adocicado	Insc/Ap – reação/+
12. filme	uma das criações mais originais do cinema americano nos últimos anos	Insc/Ap – valor/+
13. Reitman (diretor)	[é experiente]	Ev/Julg – tenacidade/+
14. Reitman (diretor)	uma edição revista e melhorada de seu pai	Insc/Julg – capacidade/+
15. Reitman (diretor)	é seguro no controle do ritmo e do tom	Insc/Julg – capacidade/+
16. Reitman (diretor)	ajuda personagens em situações potencialmente antipáticas a revelar o melhor de si	Insc/Julg – capacidade/+
17. Filme	[é original por se diferenciar de um padrão de filme independente]	Ev/Ap – valor/+
18. Filme	acolhida entusiasmada do público	Insc/Ap – reação/+

19. a voz singular que emerge de Juno	elogios unânimes	Insc/Ap – reação/+
20. Diabla Cody (autora)	[passou a ser admirada por desfazer as expectativas negativas a seu respeito]	Ev/Julg – normalidade/+
21. Diabla Cody (autora)	[tem talento para escrever diálogos]	Ev/Julg – capacidade/+
22. as falas	às vezes copiosas	Insc/Ap – composição/+
23. as falas	outras vezes compostas em <i>staccato</i>	Insc/Ap – composição/+
24. as falas	elas são mais do que imaginativas	Insc/Ap – composição/+
25. as falas	são um exemplo de como construir personagens e evocar seus estados de espírito por meio de diálogos	Insc/Ap – composição/+
26. a identidade verbal de todas as pessoas que aparecem em <i>Juno</i>	sempre perfeitamente apropriada a quem são e a quem as interpreta	Insc/Ap – composição/+
27. Michael Cera (ator)	radiosamente capaz	Insc/Julg – capacidade/+
28. diretor, roteirista e elenco	exercem habilidade em conjunto	Insc/Julg – capacidade/+
29. filme	não é apenas um acidente feliz.	Insc/Ap - reação/+
30. filme	[agrada bastante]	Ev/Ap – reação/+
31. artistas	[dão o melhor de si]	Ev/Julg – normalidade/+

Quadro 3 – Resultado de análise de crítica de filme

Algumas codificações merecem esclarecimentos. Em 22, a avaliação das falas como *copiosas* poderia ser entendida como negativa. Contudo, como a própria resenha, em fragmento anterior, aponta a abundância de falas e diálogos criativos como marca registrada do filme, a percepção que temos é que a

profusão que a crítica menciona não é exagerada ou enfadonha e que, portanto, este indicador é positivo. Em 30 e 31, a jornalista nos diz que Juno “é um filme gestado com carinho e desvelo por artistas que têm um respeito fundamental pelo que criam e pelos eventuais apreciadores de sua criação”. Em primeiro lugar, identificamos dois alvos de avaliação aqui: o filme e os artistas e os separamos em dois itens distintos. Em segundo, entendemos que a metáfora da gestação se refere ao trabalho atento e cuidadoso dedicado ao processo de realização do filme, se estendendo à “criação”, de modo que subtendemos que o resultado agrada bastante e codificamos a avaliação como Apreciação — reação. Quanto à Atitude reservada aos artistas, esta foi classificada como Julgamento — normalidade por entendermos que agir com respeito pela obra e pelo público, no contexto da resenha analisada, é dar o melhor de si, indo talvez um pouco além da competência profissional naturalmente exigida. Esta seria uma característica especial dos artistas de *Juno*.

Dos resultados da análise da Atitude registrados no Quadro 3, depreende-se que a avaliação nessa crítica se dá mais por meio de inscrição (22) do que por evocação (9), que não há avaliação por meio de Afeto, há mais índices de Apreciação (20) do que de Julgamento (11) e que a polaridade é positiva. Também podemos visualizar a incidência dos subtipos de Apreciação (composição: 8; reação: 7; valor: 5) e Julgamento (capacidade: 8; normalidade: 2; tenacidade: 1).

Como o objetivo traçado para este capítulo é apresentar as categorias e demonstrar sua aplicação em análise, cabe-nos descrever a prosódia atitudinal do texto analisado. Em *Doce sem ser adocicado*, uma crítica laudatória do filme e da atuação dos profissionais envolvidos em sua realização, vemos que a avaliação é mais explícita do que evocada. Podemos supor que isto se dá no texto justamente porque o elogio parece ser de mais fácil aceitação do que a crítica, o que dispensaria a necessidade de a jornalista usar de “torneios retóricos” a fim de angariar a adesão do leitor às opiniões expressas.

Os tipos de Atitude encontrados no texto são Apreciações do objeto e Julgamento de desempenho, sendo que as primeiras são predominantes. Podemos inferir que o exemplar escolhido para demonstrar a prosódia atitudinal de críticas de cinema se encaixa no padrão do gênero – é compatível com uma tendência ao elogio, avalia mais o produto do que o comportamento humano e, ao não avaliar por meio de Afeto, constrói uma imagem de avaliador que procura ser objetivo em suas análises (CARVALHO, 2006), estratégia que parece ser eficaz em termos interacionais. Em outras palavras, importa tanto a

forma como os pontos de vista são encaminhados e negociados com o leitor da crítica,¹⁰ quanto o tipo de Atitude propriamente dito.

Uma das possibilidades do modelo é permitir que o analista detecte que tipos de Apreciação e Julgamento são privilegiados no texto. Assim, percebemos no texto analisado que a resenhista usa como parâmetros de apreciação o valor e a qualidade do filme como um todo, como se respondesse às perguntas que qualquer leitor gostaria de ver respondidas: Você gostou do filme? Você acha que vale a pena vê-lo? Ao avaliar os detalhes (as falas, a história, a personagem principal), ela o faz a partir da categoria da composição, justamente porque estes seriam os aspectos que destacam as partes que compõem o todo. Quanto aos profissionais, a jornalista procura se concentrar em sua capacidade para desempenhar suas funções, possivelmente para evitar emitir julgamentos de natureza um pouco mais impressionista, por assim dizer, que seriam os significados referentes à normalidade.

4 - Considerações finais

Neste capítulo concentramo-nos em um recorte do modelo da Avaliatividade, o domínio semântico da Atitude e, dentro dele, priorizamos as categorias de Apreciação e Julgamento, visto que estas são as que se encontram presentes nas críticas de cinema de nosso corpus de estudo, representado aqui pela resenha *Doce sem ser adocicado*.

O pequeno, mas rico, recorte do modelo que examinamos permite que o analista faça um levantamento dos tipos de Atitude que são mais salientes nos textos que estuda, além de seu tipo de inscrição e polaridade. Como a Avaliatividade é um sistema de significados interpessoais e usamos seus recursos para negociar relações sociais, ao analisar que atitudes um gênero privilegia, não podemos nos furtar a procurar explicar como as escolhas materializadas no texto refletem a natureza interativa do discurso, principalmente como essa interação se dá entre escritor e leitor: que papéis assumem e que relações são estabelecidas. No caso das críticas de cinema, o resenhista produz um texto que precisa atender minimamente às necessidades do leitor, ou seja, ele precisa descrever o filme, o gênero a que pertence, resumir sua história, avaliá-lo por meio de crítica fundamentada e propor uma recomendação ao leitor. É também o espaço discursivo em que as credenciais do jornalista assumem um papel importante, pois sua credibilidade

¹⁰ A negociação da avaliação pode ser analisada por meio do subsistema do Engajamento.

garante poder exercer, publicamente, a função de “avaliador”. Nesta função, procura avaliar o produto mais frequentemente do que pessoas (embora também o faça), mas evita expressar opiniões que não pareçam calcadas em critérios objetivos, talvez por reconhecer que o gênero é potencialmente ameaçador para egos e reputações.

A fim de analisar gêneros que são basicamente avaliativos, o analista tem no modelo aqui apresentado uma vantagem: ele permite que se concentre nos aspectos que são mais salientes em seu corpus de estudo e nas perguntas de pesquisa que o gênero escolhido suscita por sua própria natureza. Além disso, ao analisarmos o discurso materializado nas críticas por meio do modelo da Avaliatividade, mesmo que restrito aos significados atitudinais, estamos fazendo a ponte entre a análise da léxico-gramática e da atividade social, pressuposto teórico fundamental da Linguística Funcional Sistêmica.

ANEXO

Doce sem ser adocicado

***Juno*, uma das criações mais originais do cinema independente, merece mais do que suas quatro indicações ao Oscar: merece ser visto**

Isabela Boscov

Algumas adolescentes se expressam por meio das roupas que vestem, outras montam blogs, outras ainda fazem álbuns de colagem. Já a personagem-título de *Juno* (Estados Unidos/Canadá, 2007) dirige toda a sua criatividade para o que diz, e como o diz. Juno é incapaz de deixar uma palavra quieta no seu canto: todas elas têm de ser modificadas ou arranjadas em combinações inovadoras e improváveis. É condizente então que os diálogos do filme (já em exibição em esquema de pré-estreias, e com entrada em circuito prevista para o dia 22) fervilhem de imaginação – e que, na interpretação da notável Ellen Page e dos atores igualmente inteligentes que lhe fazem companhia, eles ricocheteiem para lá e para cá como balas num tiroteio. Oportunidade para essa fuzilaria não é o que falta na história. Por causa de uma tarde sem muito que fazer, passada na companhia do amigo Paulie Bleeker (Michael Cera, que é um capítulo à parte), Juno se descobre grávida. Aos 16 anos. Vai ter de dar a notícia ao pai e à madrasta (J.K. Simmons e Allison Janney), que, na sua perplexidade inicial, se perguntam se não preferiam ter sido informados de que a filha está usando drogas. Vai anunciar a novidade à melhor amiga (Olivia Thirlby), que pondera que Juno pode simplesmente estar esperando um "food baby" – ou seja, talvez ela tenha comido demais no almoço (uma série de testes de farmácia, realizados com o auxílio de um galão de suco de laranja, desmente a hipótese). E vai ter uma conversa surreal com uma colega de escola que faz plantão na porta de uma clínica de abortos. "Seu bebê já tem unhas!", afirma a menina, conseguindo com isso que a grávida dê meia-volta. Juno terá, portanto, de achar uma outra solução para o bebê, a qual vem na forma dos Loring (Jason Bateman e Jennifer Garner), um casal jovem, bem de vida e de bem com a vida, mas desesperado por um filho. Ou isso, ao menos, é o que eles procuram aparentar.

Mordaz sem ser cruel e doce sem ser adocicado, o filme dirigido por Jason Reitman é uma das criações mais originais do cinema americano nos últimos anos. Mais ainda por vir do cenário independente, no qual uma regra implícita dita que todas as famílias têm de ser desajustadas e todo humor tem de passar pela ironia. Como em seu trabalho anterior, *Obrigado por Fumar*, Reitman (uma edição revista e melhorada de seu pai, Ivan Reitman, diretor de *Os Caça-Fantasmas*) é seguro no controle do ritmo e do tom, e ajuda personagens em situações potencialmente antipáticas a revelar o melhor de si. O que fez *Juno* abalar o meio cinematográfico, porém, foi a sua autora: a ex-stripper Diablo Cody (*veja o quadro abaixo*), que, até onde se sabe, é a primeira representante da categoria a ser indicada a um Oscar. Antes de o filme ser lançado, especulava-se que sua assinatura não passaria de um golpe de marketing para atrair curiosidade para uma produção modestíssima, rodada a um custo de 2,5 milhões de

dólares e sem orçamento para publicidade. Com a acolhida entusiasmada do público e dados os elogios unânimes à voz singular que emerge de *Juno* – o diretor garante que ela pertence integralmente à sua colaboradora –, o desdém se transformou em admiração (ou irritação, no caso de alguns roteiristas invejosos). O que se esperava de Diablo era vulgaridade ou choque; o que *Juno* oferece é o oposto: uma visão madura e generosa de uma menina numa situação difícil e da maneira como ela e as pessoas que gostam dela tentam fazer das circunstâncias o melhor que puderem.

É na maneira como Diablo escreve as falas, contudo, que seu talento singular se mostra melhor. Às vezes copiosas, outras vezes compostas em *staccato*, elas são mais do que imaginativas – são um exemplo de como construir personagens e evocar seus estados de espírito por meio de diálogos. Todas as pessoas que aparecem em *Juno* têm sua própria identidade verbal, distinta das outras e sempre perfeitamente apropriada a quem são e a quem as interpreta. Em algumas cenas, o contraponto se dá por meio da música que está ao fundo; em outras, como todas as protagonizadas pelo riosamente capaz Michael Cera, são as pausas e os silêncios que contam. Essa habilidade, que diretor, roteirista e elenco exercem em conjunto, é indício de que *Juno* não é apenas um acidente feliz. É um filme gestado com carinho e desvelo por artistas que têm um respeito fundamental pelo que criam e pelos eventuais apreciadores de sua criação.

**A Apreciação em anúncios publicitários
de livros didáticos de língua inglesa**

Richarles de Carvalho (UNESC/SC)

1 – A Apreciação no subsistema de Atitude

A Avaliatividade é um sistema cujo principal objetivo é analisar a avaliação presente na linguagem, as realizações linguísticas das atitudes, julgamentos e emoções do produtor textual, e o modo como essas avaliações são negociadas de maneira interpessoal (WHITE, 2002). Portanto, esse sistema está ligado à metafunção interpessoal (HALLIDAY, 2004) uma vez que a avaliação presente na tessitura (MARTIN, 2004, p. 341) de um texto tem a função de, sobretudo, estabelecer relações entre o escritor/falante e o leitor/ouvinte.

Três subsistemas principais compõem o sistema de Avaliatividade: **Atitude, Engajamento e Gradação**. Neste capítulo, o foco será no subsistema de Atitude, mais especificamente nos recursos utilizados para *Apreciação*, cujas realizações linguísticas estão diretamente relacionadas às formas pelas quais avaliamos e damos significados, sobretudo estéticos, para objetos, coisas e fenômenos em geral (MARTIN; WHITE, 2005, p. 56).

A avaliação, sob a perspectiva da *Apreciação*, confere ao objeto descrito características próprias, segundo a percepção de determinados grupos. Ou seja, as características e adjetivos presentes em enunciados que realizam avaliações do tipo *Apreciação* são apresentados como inerentes aos objetos/pessoas avaliados. O Quadro 1 descreve o subsistema *Apreciação* quanto as suas categorias e subcategorias.

Categoria	Subcategoria	Perguntas-chave	Adjetivos positivos em potencial
<i>Valoração</i>	<i>Relevância</i> (avaliar a relevância de um objeto conforme convenções sociais)	Levanta questões importantes? Vale a pena?	fundamental, dinâmico, importante, extra

	<i>Originalidade</i> (avaliar a singularidade e inovação de um objeto conforme convenções sociais)	Traz contribuições novas?	único, novo, reformulado, original
<i>Reação</i>	<i>Impacto</i> (descrever o impacto emocional de um objeto sobre alguém)	Mexe comigo?	Interessante, divertido, atraente, fascinante
	<i>Qualidade</i> (avaliar a qualidade de algo)	Gosto disso?	lindo, adorável, esplêndido,
<i>Composição</i>	<i>Proporção</i> (descreve um objeto/processo quanto a sua proporcionalidade)	É bem elaborado?	bem construído, harmonioso, prático, consistente
	<i>Complexidade</i> (descreve um objeto/processo quanto aos seus detalhes)	A ordem é adequada? É difícil de entender?	fácil, acessível, claro, simples

Quadro 1 - Categorias, subcategorias e possíveis adjetivos do subsistema *Apreciação* – Baseado em Eggins; Slade (1997), White (2004) e Carvalho (2006)

Todos os adjetivos presentes nesse quadro estão na polaridade positiva. Contudo, os adjetivos utilizados para apreciar algo podem ser negativos, dependendo do contexto e da intenção do escritor/falante. A comutação dos adjetivos do quadro acima por seus antônimos, traria uma ideia básica dessa possibilidade de *Apreciação* negativa.

Além das perguntas e dos adjetivos em potencial mostrados acima, o quadro a seguir contribui para a classificação de determinados adjetivos e locuções adjetivas típicas das categorias de *Apreciação*, a partir da relação dessas características com alguns tipos de processos mentais e os respectivos verbos:

Apreciação	Tipo de processo mental	Exemplos de processos mentais
Valoração	Cognição	Entender, refletir, acreditar.
Reação	Afeição	Gostar, odiar, desejar.
Composição	Percepção	Observar, escutar, reconhecer.

Quadro 2 – Relação das categorias de *Apreciação* com processos mentais.

Adaptado de Martin; White, 2005, p. 57.

2 – Corpus de estudo

O *corpus* utilizado para este capítulo (Carvalho, 2006¹¹) é composto de 23 anúncios publicitários que promoveram a venda de oito livros didáticos de língua inglesa utilizados no Ensino Fundamental de escolas de Criciúma, SC, nos anos de 2005 e 2006¹².

O primeiro critério para a seleção dos anúncios foi verificar se o livro didático anunciado era utilizado em escolas particulares¹³. O segundo critério foi analisar propagandas de livros didáticos do Ensino Fundamental, uma vez que, no Ensino Médio, grande parte das escolas utiliza apostilas preparatórias para o vestibular. O processo de adoção de apostilas é diferente do processo de adoção do livro didático de língua inglesa, e não foi objeto de estudo em Carvalho (2006).

O Quadro 3 mostra os livros didáticos, suas editoras e as quantidades de textos promocionais promovidos pelas propagandas analisadas:

¹¹ Os dados e análises presentes neste capítulo são parte de uma dissertação de mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Linguagem da UNISUL (Universidade do Sul de Santa Catarina), no ano de 2006, sob a orientação da Profa. Dra. Débora de Carvalho Figueiredo.

¹² Os anos de 2005 e 2006 foram escolhidos por serem os anos em que o autor estava fazendo o curso de pós-graduação *stricto sensu*. O município de Criciúma, da mesma forma, se refere ao município onde reside e atua como professor de Língua Inglesa.

¹³ O PNLD – Programa Nacional do Livro Didático – não prevê a distribuição de LDs de LE para escolas públicas. Os professores, na maior parte das vezes, formulam seu próprio material para o ensino de LE.

LIVRO	TEXTOS PROMOCIONAIS (anúncios nos website, em catálogo impresso, e contra- capas dos livros)	EDITORAS
<i>Hello</i> (1 ^a . a 4 ^a . séries EF)	2 (não há anúncio em catálogo impresso)	Ática
<i>Hello</i> (5 ^a . a 8 ^a . séries EF)	3	Ática
<i>Our Way</i>	3	Richmond-Moderna
<i>e your time</i>	3	Richmond-Moderna
<i>FunWay</i>	3	Richmond-Moderna
<i>Power English</i>	3	Macmillan
<i>Great</i>	3	Macmillan
<i>English Funhouse</i>	3	Macmillan
TOTAL	8 coleções	3 editoras

Quadro 3 - Livros didáticos de língua inglesa utilizados em Criciúma, SC em 2005 e 2006, e seus respectivos textos promocionais.

Dos variados discursos que permeiam as sociedades contemporâneas, o discurso publicitário está entre os mais frequentes nas relações sociais cotidianas em razão de, direta ou indiretamente, estar presente em diferentes gêneros, suportes textuais, textos e discursos. Desde a compra de um lápis até a de um carro, o oferecimento de um curso, a chamada de um programa de televisão, a prestação de serviços de determinada área comercial, a divulgação de ideias, conceitos e pessoas, a todo o momento estamos, em maior ou menor escala, produzindo, reproduzindo, recebendo e consumindo textos abertamente promocionais, ou que têm características do discurso publicitário (COOK, 1992; FAIRCLOUGH, 1992), por vezes ‘hibridizado’ com outros discursos.

Um exemplo de utilização do discurso publicitário no ambiente educacional são os materiais apresentados e distribuídos a professores e escolas pelas editoras de livros didáticos. Dentre esses materiais (e-mails, catálogos, visitas de vendedores, exemplar do livro didático), são analisados textos oriundos de catálogos impressos, *websites* das editoras, e das próprias contra-capas dos livros didáticos.

Por meio do discurso publicitário, as grandes editoras de livros didáticos exercem um forte poder de persuasão sobre seus compradores potenciais – professores e escolas (na figura de diretores e coordenadores).

Assim, é bastante provável que o discurso publicitário das editoras de livros didáticos influencie o processo decisório desses compradores, levando alguns deles a, por exemplo, adotar livros que têm baixas classificações nas análises feitas por especialistas do MEC¹⁴.

Os materiais promocionais (gêneros publicitários) analisados provêm de diferentes *suportes tecnológicos da comunicação* (catálogos impressos, *websites*, contra-capas de livros), onde circulam diversos *gêneros textuais* (listas, cartas, resumos, etc.) (MARCUSCHI, 2003) que utilizam várias semioses (linguagens verbal e não-verbal) para persuadir o professor a adotar determinados livros didáticos na escola em que leciona.

Uma forma de investigar o processo decisório feito pelo professor é por meio da análise do discurso publicitário que promove, junto a esta comunidade discursiva, os materiais didáticos disponíveis no mercado. Foi escolhido, portanto, o subsistema *Apreciação*, para colaborar na análise dessas influências, pois é um subsistema que descreve as realizações linguísticas avaliativas feitas a objetos, nesse caso, os materiais didáticos.

3 – Análise dos textos promocionais

No caso do discurso publicitário, o sistema da Avaliatividade pode nos auxiliar a compreender como os falantes/escritores apresentam, julgam e avaliam o objeto/material que está em jogo e o público ao qual ele é dirigido, neste caso, os compradores em potencial.

Nos anúncios publicitários de livros didáticos, por exemplo, há a presença de um apelo para a compra no qual se percebem as características particulares do discurso publicitário: personalização sintética, criação de necessidades, etc. Contudo, há também elementos ou traços do discurso de ensino de línguas, que são usados como estratégia de convencimento dos compradores em potencial, por exemplo os docentes. O discurso publicitário das editoras de livros didáticos se apropria de certos valores e crenças características do discurso de ensino de línguas para aproximar-se da comunidade docente. Uma vez que um dos objetivos da abordagem da Avaliatividade é analisar a construção de textos de comunidades que

¹⁴ Magda Soares (1997) fala sobre a avaliação de livros didáticos do Ensino Fundamental feita pelo MEC e as incoerências nas escolhas efetuadas pelos professores; os livros que não são recomendados ou são recomendados com ressalvas são às vezes os mais adotados. A autora também apresenta uma breve discussão sobre a qualidade pedagógica e condições editoriais e gráficas das obras.

partilham valores e crenças, essa é mais uma razão para utilizá-la na investigação das propagandas de livros didáticos.

Dentre os sistemas e subsistemas que fazem parte da Avaliatividade, o subsistema *Apreciação* será o foco da descrição a seguir, visto que os textos publicitários que compõem o *corpus* têm como propósito básico promover a venda de produtos, e o sistema *Apreciação* é o que melhor descreve as instâncias avaliativas da linguagem em relação a produtos do trabalho humano, tais como objetos, artefatos, obras de arte, textos, edificações e fenômenos naturais (WHITE, 2004, p. 191).

Serão analisados não somente os *adjetivos* utilizados nos textos promocionais, mas também os *substantivos*, *locuções adjetivas* e, eventualmente, outras classes de palavras que transmitam uma carga ideológica, tanto do ponto de vista da intenção de venda quanto da criação/manutenção das ideologias que circulam nos textos publicitários de livros didáticos.

3.1 – Ponto de partida

Os textos das propagandas de um mesmo livro didático são bastante repetitivos. Nos três materiais promocionais analisados – propaganda de catálogo, contra-capa de livro e propaganda em *website* – parece haver uma matriz para o anúncio, que é usada com poucas modificações. Isso possivelmente ocorre em razão do *briefing* que os departamentos de marketing das editoras (ou agências publicitárias contratadas) utilizam. Os exemplos (1) e (2), retirados do início de dois anúncios de um mesmo livro didático veiculados em suportes diferentes, são ilustrativos:

- (1) Esta nova edição consolida o grande sucesso da coleção de Inglês número 1 no mercado brasileiro, acompanhando a evolução do aluno e atendendo às solicitações dos professores de todo o país. (*Our Way* – Ed. Richmond-Moderna - propaganda do website)

- (2) Esta nova edição consolida o grande sucesso da coleção de Inglês número 1 no mercado brasileiro, acompanhando a evolução do aluno e atendendo às solicitações dos professores de todo o país. (*Our Way* - Richmond-Moderna - propaganda do catálogo)

Em outros momentos há um jogo de palavras, uma inversão de frases e adjetivos que, numa leitura superficial, podem provocar a sensação de estarmos diante de textos diferentes, mas quando analisados com mais cuidado revelam a utilização de escolhas lexicais que se assemelham ou que querem dizer a mesma coisa:

- (3) Trabalho de leitura **mediante diferentes tipos de texto**. (*Take Your Time* – Ed. Richmond-Moderna - propaganda do catálogo)
- (4) Trabalho de leitura **através de diferentes estilos de texto**. (*Take Your Time* – Ed. Richmond-Moderna - propaganda da contra-capa do livro)

Até mesmo entre materiais promocionais de diferentes editoras, há semelhanças estruturais e lexicais. As semelhanças estruturais podem ser percebidas pela presença de algumas informações comuns presentes na maioria desses textos: faixa etária para a qual o livro é destinado; as séries do Ensino Fundamental; os componentes da coleção, variante de Inglês (Americano ou Britânico); e os materiais extras que acompanham a coleção, informando se eles são destinados somente para os professores ou também para os alunos. Os exemplos (5) e (6) demonstram semelhanças lexicais entre anúncios de editoras distintas:

- (5) Uma proposta criativa e dinâmica, capaz de envolver e **estimular** o aluno. (*Hello* 5ª. a 8ª. – Ed. Ática - propaganda do catálogo/agenda)
- (6) Power English é uma **estimulante** e inovadora coleção de inglês para alunos de 5ª. a 8ª. séries. (*Power English* – Ed. Macmillan - propaganda da contra-capa do livro)

Nos exemplos (7) e (8), vindos de dois anúncios de diferentes livros, percebe-se uma personificação do objeto apreciado (o livro), com a intenção de atribuir-lhe certas qualidades (*orientador, motivador, etc.*):

- (7) Hello! New Edition **orienta o estudo** [...], sempre **motivando o aluno** [...] (*apreciação/valorização/relevância*) (Hello 5ª. a 8ª. – propaganda do website)
- (8) **capaz de envolver e estimular o aluno** a participar efetivamente do aprendizado. (*apreciação/valorização/relevância*) (Our Way – catálogo impresso)

Podemos nos perguntar se *motivar, envolver, estimular e orientar* não seriam funções do professor, cabendo ao livro simplesmente o papel de coadjuvante, um auxílio a mais na relação pedagógica entre docente e discentes. Entretanto, os exemplos acima apresentam o objeto apreciado (os livros didáticos) como os agentes principais dessas funções. O livro didático é um elemento avaliado, mas ao mesmo tempo é o agente do verbo utilizado. Isso coloca a atuação do professor em segundo plano, e transfere a responsabilidade de *motivar, envolver, estimular e orientar* os alunos para o livro didático, atribuindo assim às editoras o papel de detentoras de respostas e caminhos para uma prática pedagógica eficaz e prazerosa: comprar seu produto.

Ao comentar a abordagem da Avaliatividade (SOUZA, 2006, P. 30), afirma que “mesmo palavras que aparentemente representam uma categoria objetiva, como *estudante*, podem ser associadas por diferentes falantes a valores positivos ou negativos” (2006, p. 30), e acrescenta ainda que “a opinião do falante na maioria das vezes não se resume em um adjetivo ou em um advérbio, mas tende a se espalhar pelo texto, cabendo ao falante [sic] captar as marcas de tal julgamento ao longo do texto” (*idem*, p. 31). É o que acontece em trechos como em (9):

- (9) [...] coleção de quatro volumes criada especialmente para atender às necessidades das séries iniciais do ensino fundamental. (English Funhouse – propaganda do website)

Com exceção do advérbio “especialmente”, que dá uma ideia de intensificação¹⁵ à mensagem, não é possível selecionar nenhum outro elemento que individualmente indique uma avaliação positiva deste livro didático. Contudo, quando agrupados, a seleção dos significados experienciais pode ser classificada como um exemplo de *Apreciação/Valoração*, subcategoria *Relevância*. Não há uma palavra em especial, nem mesmo um adjetivo, que avalie o produto; é o enunciado num todo que desempenha essa função.

Logo abaixo, são apresentadas as porcentagens¹⁶ das categorias de *Apreciação* nos textos analisados e o número de instâncias avaliativas dessas categorias:

¹⁵ Vocábulos como esse seriam mais bem analisados sob a perspectiva do sistema de **Gradação**, que não está sendo utilizado nessa pesquisa.

¹⁶ Os percentuais foram arredondados para apenas um número decimal.

<i>Apreciação</i> Textos analisados	<i>Composição</i>	<i>Reação</i>	<i>Valoração</i>
Contra-Capa	10,3% (9)	21,5% (19)	68,2% (60)
Website	8% (14)	24% (42)	68% (119)
Catálogo Impresso	10% (19)	22,4% (43)	67,7% (129)

3.2 – A categoria *Valoração*¹⁷

Dentre as categorias da *Apreciação*, a mais frequente no *corpus* de pesquisa foi a *Valoração*. Essa categoria está relacionada a avaliações do que é positivo ou negativo em relação a um grupo. As subcategorias que compõem a *Valoração* são *Originalidade* e *Relevância*. As perguntas “Levanta questões importantes?” e “Vale a pena?” podem ser feitas (hipoteticamente) a enunciados para verificar se as instâncias avaliativas presentes fazem parte da subcategoria *Relevância*. Já para *Originalidade* o questionamento feito é “Traz contribuições novas?”.

As instâncias avaliativas da *Valoração* representam o que um determinado grupo considera ou ‘percebe’ como um valor social. Pode-se afirmar também que as avaliações dentro da categoria *Valoração* estão relacionadas aos processos mentais de cognição (entender, refletir).

- (10) Through a **communicative** methodology, it [the book Funhouse] presents a hands-on approach to stimulate children

O adjetivo **comunicativa** no exemplo (10) poderia ser interpretado como um elemento neutro em outros contextos. Poderia até mesmo nem ser analisado como um elemento avaliativo. Contudo, em um texto publicitário que se propõe a vender um produto editorial para docentes, essa escolha lexical demonstra uma intenção de avaliar positivamente o produto, posto que a comunidade docente partilha da crença (“convenção social”) que ser baseado em uma metodologia comunicativa é uma característica muito positiva de um material didático de inglês.

Outra demonstração desses valores sociais (representações de um grupo) pode ser vista na avaliação do exemplo (11). O excerto procura indicar

¹⁷ O termo *Valoração* já foi traduzido como Valor Social ou Valorização (*Valuation* em Inglês).

que o material didático em questão se preocupa com o cotidiano do aluno. Essa estratégia provavelmente tem como objetivo indicar que o livro didático é moderno, contextualizado e tem uma linguagem voltada ao adolescente, aproximando-se dos alunos dessa faixa etária ao abordar assuntos que dizem respeito à adolescência atual:

- (11) com **temas voltados ao seu dia-a-dia**. (*apreciação/valorização/relevância*) (Hello 5^a. a 8^a. – propaganda do website)

Oliveira (2006), em sua pesquisa sobre o discurso de professores de língua inglesa em formação continuada, concluiu que os professores compartilhavam da crença, atualmente já pertencente ao senso comum, de que as aulas de inglês (e os materiais didáticos para o ensino-aprendizagem dessa língua, por conseguinte) têm a função de preparar o aluno para o ‘mundo globalizado’. Essa crença se faz presente também no discurso publicitário das editoras de livros didáticos, e em muitos outros discursos atuais (no discurso da mídia de massa, dos professores, até mesmo dos pais de alunos). No exemplo (12), o texto promocional avalia o próprio estudo da língua inglesa como forma de legitimar o produto anunciado:

- (12) Estudar inglês é **importante para entender melhor o mundo globalizado** em que vivemos. (*apreciação/valorização/relevância*) (Hello 1^a. a 4^a. – propaganda do website)

Sobre a ligação entre a globalização e o ensino de inglês, Gimenez afirma que a língua inglesa atingiu status de língua franca internacional e, ao contrário do que muitos professores que supervalorizam a cultura estadunidense, a autora acredita que o “inglês poderia ser visto como um instrumento de solidariedade e mobilização globais” (GIMENEZ *et al*, 2006, p. 254). Logo, ao definir o estudo do inglês como “*importante*”, o anúncio ilustrado em (12) transfere para o livro **Hello** os mesmos atributos da língua inglesa, uma vez que o livro didático colabora com seu ensino/aprendizagem.

O exemplo (13) também busca valorizar o livro **Hello**, indicando que ele supostamente “facilitaria” as atividades do professor, uma vez que traz estratégias prontas para serem usadas.

- (13) O Manual do Professor (não comercializado), incorporado no fim de cada volume, contém: [...] **estratégias metodológicas para leitura**.
(*apreciação/valorização/relevância*) (Hello 5^a. a 8^a. – propaganda do website)

Também o exemplo (14) utiliza, com fins promocionais, a noção de que nem todos os professores de língua inglesa, devido a fatores como a formação acadêmica deficitária, falta de tempo no cotidiano docente, etc., são fluentes neste idioma, tanto em termos de produção escrita quanto de produção oral (cf. GIMENEZ *et al*, 2006):

- (14) Livro do Professor contém: **Notas explicativas, em português**
(*apreciação/valorização/relevância*) (Take Your Time – catálogo impresso)

Diante da suposta falta de proficiência dos professores na língua inglesa, um livro que traz instruções em português seria bem visto por muitos professores e orientadores pedagógicos porque as traduções, além de agilizarem e facilitarem as atividades docentes, poderiam preencher possíveis deficiências resultantes do processo de formação docente.

A aprovação de professores de todo o Brasil também é utilizada como estratégia de legitimação da qualidade do material anunciado. A ideia é que, se o livro didático foi aprovado por outros professores, deve ser bom também para o leitor ideal do anúncio publicitário:

- (15) **Aprovado** por professores **de todo o país** (*apreciação/valorização/relevância*) (Fun Way – propaganda do website)

O exemplo (16) diz respeito a determinadas escolhas lexicais que, se analisadas isoladamente, poderiam não ser classificadas como exemplos da categoria *Valorização/Relevância*, e até mesmo nem serem consideradas elementos avaliativos:

- (16) Banco de jogos e exercícios extras **fotocopiáveis**.
(*apreciação/valorização/relevância*) (Fun Way – contra-capas do livro)

Contudo, apesar de o adjetivo ‘fotocopiável’ não se encaixar *a priori* na categoria *Valorização*, no contexto e gênero em que está sendo utilizado (discurso publicitário, anúncio de livro didático), ele indica uma característica positiva do livro didático. Um livro com jogos e exercícios fotocopiáveis é

melhor do que um que não contém esses materiais ‘facilitadores’ do trabalho do professor.

Os três elementos avaliados em (17), (18) e (19) indicam que o manual que acompanha o livro **Power English** contém mais do que explicações sobre as atividades em si:

- (17) Teacher’s Guide, onde são abordados **temas importantes** como **uso da língua materna em sala de aula** (*apreciação/valorização/relevância*) (Power English – propaganda do website)
- (18) **formas de lidar com grupos grandes**, com habilidades distintas (*apreciação/valorização/relevância*) (Power English – propaganda do website)
- (19) **inteligências múltiplas**, estratégias de compreensão oral, produção oral e escrita, trabalho com músicas, etc. (*apreciação/valorização/relevância*) (Power English – propaganda do website)

O manual, segundo o anúncio, traz informações teóricas e metodológicas sobre temas bastante discutidos e investigados na área de linguística aplicada ao ensino de língua inglesa – o uso do português em sala de aula, estratégias para lidar com grupos grandes (HOLDEN; ROGERS, 2001), e o conceito contemporâneo de ‘inteligências múltiplas’ (GARDNER, 1995). Esses elementos podem ser categorizados como representações de *Valorização/Relevância* por serem interdiscursivos, ou seja, apresentam informações oriundas tanto do discurso publicitário quanto do discurso educacional do ensino de línguas. Deste modo, gozam de prestígio no meio educacional, especialmente entre professores de língua estrangeira.

Uma subcategoria da categoria *Valorização* postulada por Carvalho (2006) é a *Originalidade*. Essa subcategoria pretende classificar a utilização de recursos lexicais que demonstram que determinado produto é ‘novo’, ‘atualizado’ e que, conseqüentemente, tem um valor social para determinado grupo. Os exemplos (20), (21) e (22) ilustram a presença dessa subcategoria no *corpus*:

- (20) Hello! New Edition (*apreciação/valorização/originalidade*) (Hello 5^a. a 8^a. – catálogo impresso)

(21) Linguagem gráfica **atualizada** (*apreciação/valorização/originalidade*) (Our Way – contra-capa do livro)

(22) Em sua **nova edição** (*apreciação/valorização/originalidade*) (Fun Way – contra-capa do livro)

Dentre as duas subcategorias da *Valoração* (*Originalidade* e *Relevância*), a mais utilizada nos anúncios foi a *Relevância* (ver Tabela 1). Isso demonstra que uma estratégia de persuasão do discurso publicitário de livros didáticos é a contextualização positiva do produto dentro do ambiente onde ele será apresentado, pois as perguntas “Levanta questões importantes?” e “Vale a pena?” podem ser (hipoteticamente) respondidas positivamente ao lermos os textos dos anúncios analisados.

A alta frequência de instanciações avaliativas que utilizam elementos da categoria *Valoração*, tanto na subcategoria *Originalidade* quanto na *Relevância*, demonstra que a construção de significados ideacionais é uma estratégia frequente no discurso publicitário para a promoção de livros didáticos.

3.3 – A categoria *Reação*

A segunda categoria da *Apreciação* mais frequente no *corpus* foi *Reação* (104 instanciações). Segundo Martin & White (2005, p. 57), a *Reação* está relacionada com a emoção, descrevendo o impacto emocional de um objeto sobre alguém (Mexe comigo?) – subcategoria *Impacto* –, e com o desejo para avaliar a qualidade de algo (Gosto disso?) – subcategoria *Qualidade*. Além disso, pode-se dizer que, semelhante à categoria *Valoração* (descrita acima), a categoria *Reação* tem relação com determinados processos mentais. Contudo, os processos mentais relacionados à *Reação* são processo de afeição (gostar, odiar, desejar).

Metafuncionalmente, a categoria *Reação* é orientada para a criação de significados interpessoais.

As avaliações de *Apreciação/Reação* que o discurso publicitário constrói são também avaliações a serem compartilhadas com o público leitor. Ou seja, uma instanciação de *Apreciação/Reação*, que a princípio parte do escritor do texto, quando lida passa a ser também do leitor, pois as instâncias avaliativas que fazem uso de certos recursos adjetivos têm como objetivo

fazer com que o leitor as aceite, ideologicamente (de forma implícita, indireta), também como suas.

Algumas avaliações encontradas nos textos promocionais analisados foram textualizadas sob a forma de *epítetos*¹⁸, como por exemplo o uso dos nomes dos livros, alguns dos quais trazem em si mesmos uma avaliação positiva, como podemos ver nos exemplos (23) e (24):

(23) **Fun** Way: Inglês de 1^a a 4^a série. (*apreciação/reação/impacto*) (Fun Way – contra-capa do livro)

(24) ENGLISH **FUNHOUSE** é uma coleção de inglês em quatro volumes...
(*apreciação/reação/impacto*) (English Funhouse– contra-capa do livro)

O adjetivo ‘divertido’ (*fun*, em inglês), além de tentar produzir no leitor um impacto emocional, aparece como algo inerente ao material – parte do próprio nome –, indicando que essa avaliação pertence ao subsistema *Apreciação*, que aponta as qualidades/adjetivos dos objetos, processos, etc., como próprios deles.

Ainda na categoria *Reação*, o exemplo (25) mostra a utilização de palavras nitidamente pertencentes ao discurso publicitário:

(25) Our Way Kit - **Grátis** mediante adoção. (*apreciação/reação/impacto*) (Our Way – propaganda do website)

Existem palavras que esse tipo de discurso privilegia. Essas palavras podem ser reunidas em um grupo semântico chamado de ‘palavras mágicas’ (LEVINSON, 1994; HÜBBE, 2004), e os vocábulos que pertencem a ele são, em sua totalidade, escolhas lexicais que avaliam positivamente os produtos anunciados.

No *corpus* analisado, a quase totalidade das avaliações dentro da categoria *Reação* pertence à subcategoria *Impacto*, respondendo hipoteticamente à pergunta: ‘Isso mexe comigo?’

Houve apenas uma instanciação avaliativa classificada como *Reação/Qualidade*, como podemos ver em (26):

¹⁸ Segundo Halliday, “o epíteto [parte do grupo nominal] indica alguma qualidade da coisa mencionada, por exemplo, *velho, longo, azul, rápido*. Pode tratar-se de uma propriedade objetiva da coisa em si; ou pode tratar-se de uma expressão da atitude subjetiva do falante em relação à coisa, por exemplo, *esplêndido, bobo, fantástico*” (2004, p. 318).

- (26) [Bag (figura da bolsa) uma bolsa **prática** e] **bonita** para acomodar todos os componentes extras. (*apreciação/reação/qualidade*) (Our Way – propaganda do website e Our Way – catálogo impresso)

Os adjetivos ‘prática’ e ‘bonita’ funcionam como resposta à pergunta: “Gosto disso?”. Sendo assim, essas características avaliam a qualidade do material adicional que acompanha o livro didático, e constroem uma *Reação* positiva no leitor/consumidor.

Os excertos (27) e (28) contêm mais de uma categoria de *Apreciação*, mas o que está em destaque são as avaliações classificadas como *Reação/Impacto*.

- (27) Power English é uma **estimulante** e inovadora coleção de inglês para alunos de 5a. a 8a. séries. (*apreciação/reação/impacto*) (Power English – propaganda do website)

- (28) Seção de projetos, de jogos, músicas e quebra-cabeças, para uso da língua de forma **prazerosa**. (*apreciação/reação/impacto*) (Take Your Time – propaganda do website)

Essas escolhas lexicais têm relação com os processos mentais de afeição (gostar, desejar). Portanto, constroem, mesmo para um leitor não pertencente ao grupo social dos professores de língua inglesa, uma ideia de que a aquisição do livro didático em questão será boa, pois os adjetivos utilizados são socialmente, por qualquer pessoa, aceitos como extremamente positivos.

Diferentemente dos exemplos anteriores, o excerto (29) traz um adjetivo que adquire um sentido especial dentro do contexto educacional, especificamente quando se trata de questões de estimular adolescentes a se interessarem pela leitura e pela literatura:

- (29) CD de áudio para o aluno e professor, com gravações dos diálogos, exercícios e canções; a cada volume, uma novela de mistério **intrigante** (*apreciação/reação/impacto*) (Hello 5^a. a 8^a. – propaganda do website)

O vocábulo ‘intrigante’, se analisado em outros contextos, poderia não ser avaliado como positivo. Entretanto, em se tratando de um livro paradidático de língua inglesa para adolescentes, a escolha lexical aponta para

a pressuposição ideológica de que as formas de arte (livros, filmes, quadrinhos) apreciadas pelos adolescentes devem conter muita ação e emoção, por exemplo, com elementos de mistério, de suspense, até mesmo de terror.

A categoria *Reação* foi a segunda mais recorrente nos textos do *corpus*. Dentre suas duas subcategorias (*Impacto* e *Qualidade*), a de maior incidência foi *Impacto*, demonstrando mais uma estratégia discursiva de persuasão para a promoção dos livros didáticos: a utilização de expressões que tem relação com emoções positivas e impactantes.

3.4 – A categoria *Composição*

A terceira categoria analisada, a *Composição*, foi a menos frequente em termos numéricos no *corpus* (42 instâncias). A composição refere-se à proporcionalidade dos produtos e processos avaliados e aos seus detalhes, dividindo-se em duas subcategorias: *Proporção* (É bem elaborado?) e *Complexidade* (A ordem é adequada? É difícil de entender?). Essa categoria tem relação com processos mentais de percepção (observar, escutar, reconhecer).

O trecho (30) mostra uma avaliação realizada através da categoria *Composição*, subcategoria *Proporção*, descrevendo um objeto quanto a sua proporcionalidade:

- (30) Grammatical areas are divided up into **small**, manageable chunks
(*apreciação/composição/proporção*) (Power English – catálogo impresso)

Apesar de o adjetivo *small* (pequeno) ter um valor negativo se analisado isoladamente, nesse exemplo ele funciona como uma avaliação positiva da composição do livro didático, construída a partir da relação entre a presença de “trechos pequenos e mais fáceis de absorver” e a noção de “aprendizado em pequenas doses, paulatino”.

A segunda subcategoria da *Composição* é a *Complexidade*. Avaliações relativas à *Complexidade* descrevem um objeto quanto aos seus detalhes, como podemos ver em (31) na avaliação de um livro do professor que compõe a coleção:

- (31) Instruções **detalhadas** [em português, para cada atividade proposta no Livro do Aluno.] (*apreciação/composição/complexidade*) (Fun Way – catálogo impresso)

Embora o trecho traga, entre colchetes, mais expressões avaliativas, o adjetivo que se refere à *Composição/Complexidade* está na parte destacada. Se as instruções sobre o livro do aluno são detalhadas, então o livro do professor é fácil de entender.

A baixa frequência da categoria *Composição* nos textos analisados demonstra que os produtores desses textos publicitários acabam por fazer mais avaliações localizadas no âmbito da *Valoração* - relacionadas, portanto, a elementos que têm um valor social para determinado grupo profissional -, e avaliações localizadas no âmbito da *Reação*, relacionadas a emoções. Contudo, apesar de presente em menor número, a categoria *Composição* ainda assim colabora para as estratégias persuasivas do discurso publicitário sobre livros didáticos, uma vez que a descrição dos detalhes e da proporcionalidade do produto ajuda a valorizá-lo.

A Tabela 1, mais detalhada, demonstra a porcentagem das instanciações avaliativas encontradas no *corpus* quanto às subcategorias de *Apreciação*:

	<i>C o m p o s i ç ã o / Proporção</i>	<i>Composição/ Complexidade</i>	<i>Reação/ Impacto</i>	<i>Reação/ Qualidade</i>	<i>Valoração/ Originalidade</i>	<i>Valoração/ Relevância</i>	Total de instanciações avaliativas
Contra-Capa	6 (6 , 8 %)	3 (3,5%)	19 (21,5%)	0	9 (10,3%)	51 (57,9%)	88 (100%)
Website	1 1 (6 , 3 %)	3 (1,7%)	41 (23,5%)	1 (0,5%)	19 (10,8%)	100 (57,2%)	175 (100%)
Catálogo	1 1 (5 , 7 %)	8 (4,2%)	42 (21,9 %)	1 (0,5 %)	10 (5,3 %)	119 (62,4 %)	191 (100%)

Tabela 1 - Categorias e subcategorias de *Apreciação*, quantidade de instanciações avaliativas e suas porcentagens nos textos analisados.

A *Valoração/Relevância* foi a subcategoria mais utilizada. A segunda mais utilizada, a subcategoria *Reação/Impacto*. Isso demonstra que a construção dos textos publicitários analisados preocupou-se com aspectos valorativos que têm relação com o grupo social que os consomem (*Valoração*) e com o uso de expressões avaliativas que buscam gerar emoções (*Reação/Impacto*) no leitor. A subcategoria *Reação/Qualidade* teve uma presença inexpressiva.

4 – Considerações finais

Dentro do sistema da Avaliatividade, o subsistema *Apreciação* permitiu, por meio da taxonomia de suas categorias e subcategorias, demonstrar que o produtor textual busca persuadir o professor – consumidor em potencial dos gêneros promocionais de LDs – utilizando as seguintes estratégias discursivas: (1) construção de significados ideacionais positivos por meio da categoria *Valoração* ; (2) construção de significados interpessoais, por meio da escolha de adjetivos e expressões avaliativas típicas do discurso publicitário, provocando no leitor-professor **reações de impacto** positivo; (3) a interdiscursividade, permitindo a imbricação instrumental do discurso publicitário com o discurso do ensino de línguas, tendo como objetivos a persuasão dos professores-consumidores e a venda do produto.

A conjunção das estratégias discursivas mencionadas no parágrafo anterior cria um texto de forte apelo positivo e poder de convencimento, e estabelece entre o produtor (editoras) e o consumidor textual (professores de língua inglesa) uma relação vertical de poder, fortalecida pela legitimidade tomada de empréstimo do discurso acadêmico de ensino de línguas, frequentemente utilizado pelo discurso publicitário. É pouco provável que os professores de língua inglesa, de maneira geral, disponham de ferramentas teóricas e conceituais que lhes permitam questionar ou resistir a esse discurso.

Em propagandas em que o sistema predominante é a *Apreciação*, há uma tentativa de ocultar o avaliador (que seria a pessoa que produz esse texto – por exemplo, o publicitário falando pela voz da editora) e de construir os predicados do produto como intrínsecos, pertencentes a ele, e não como opiniões pessoais. Essa característica permite o apagamento dos agentes humanos dos processos de avaliação de objetos e pessoas, e reforça a qualidade intrínseca dos produtos anunciados.

Uma representação significativa encontrada foi a do ‘professor não proficiente no idioma que leciona’, uma questão que também é tema de debates e pesquisas na área de linguística aplicada ao ensino de inglês como língua estrangeira. Aserções avaliativas como “Livro do Professor contém: **Notas explicativas, em português**” e “teaching notes **in Portuguese**”, apesar de não fazerem parte do subsistema *Julgamento* (o que melhor avalia o comportamento humano), constroem indiretamente um perfil de possíveis¹⁹

¹⁹ ‘Possíveis’ porque existem professores proficientes na língua inglesa que utilizam o livro didático.

docentes que utilizarão o livro: professores que não dominam totalmente a língua-alvo.

A análise dos recursos avaliativos classificados dentro do subsistema *Apreciação* indica que as escolhas linguísticas presentes na construção de avaliações semânticas nas propagandas ajudam a compor um quadro extremamente favorável para a apresentação, persuasão e venda do produto livro didático. Isso se torna evidente: (a) pela presença maciça de avaliações positivas dos LDs em todos os textos do *corpus*; e (b) pela utilização de adjetivos e expressões avaliativas que valorizam a relevância e a inovação do produto anunciado para um determinado grupo social, no caso os professores de língua inglesa.

No corpus analisado, foram encontradas 454 instanciações avaliativas dentro do subsistema *Apreciação*: 88 nas contra-capas, 175 nos anúncios eletrônicos (nos *websites*), e 191 nos anúncios de catálogos.

As categorias do subsistema *Apreciação* mais presentes nos três suportes/gêneros analisados foram a *Valoração*, com 68% das instanciações, e a *Reação*, com uma média de presença de 22%. A categoria *Composição* esteve presente em apenas 10% das instanciações avaliativas.

Ainda podemos especificar as subcategorias mais frequentes: *Valoração /Relevância* (59%), *Reação/Impacto* (22,3%), *Valoração /Originalidade* (8,8%), e *Reação/Qualidade* (0,5%)²⁰.

As estratégias discursivas analisadas nos textos supervalorizam a relevância e a inovação do produto, fatores pertencentes à categoria *Valoração*. A grande maioria (68%) das instanciações analisadas avalia a relevância e a singularidade dos LDs de língua inglesa como positivos, até mesmo essenciais, para as práticas profissionais dos professores de inglês. As perguntas hipotéticas “Vale a pena?”, “Traz contribuições novas?” e “Levanta questões importantes?” são constantemente respondidas, de forma positiva, ao lermos os textos analisados.

A utilização de adjetivos que fazem parte de campos semânticos relacionados a emoções e reações humanas (ao impacto emocional positivo dos LDs sobre professores e alunos) e à qualidade desses materiais também foi uma estratégia discursiva persuasiva largamente utilizada nos textos promocionais analisados. Essa tendência foi descrita e analisada através da categoria *Reação*, presente em aproximadamente 22% das instanciações avaliativas encontradas no *corpus*.

²⁰ Foram feitas médias para esses números, pois as estatísticas foram realizadas por gênero, com resultados diferentes de gênero para gênero.

O fato de a subcategoria *Valoração/Relevância* estar conectada à interdiscursividade explica sua alta frequência no corpus. Quando o discurso publicitário se apropria do discurso do ensino de línguas, a finalidade é aproximar-se de elementos que são relevantes para o grupo social/profissional de professores de língua inglesa. O segundo caso, em termos de frequência, para a subcategoria *Reação/Impacto*, pode ser interpretado como uma estratégia persuasiva que utiliza características da linguagem promocional, sobretudo através de escolhas lexicais relacionadas às emoções.

Estima ou sanção: onde está a opinião?

Sara Regina Scotta Cabral (UFSM)

1 – Introdução

Quando escreveu *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Bakhtin já demonstrava preocupação com o aspecto valorativo da palavra. Ao trabalhar com a questão da significação, o autor deixou claro que “toda palavra usada na fala real possui não apenas tema e significação no sentido objetivo, de conteúdo, (...), mas também um acento de valor ou apreciativo (...). Sem acento apreciativo, não há palavra” (BAKHTIN [1929], 1999, p. 132).

O comportamento humano frequentemente é objeto de julgamento por parte dos diversos segmentos sociais. Assim o é com a mídia, pois nela circulam informações, conhecimentos, valores e crenças pertencentes aos grupos sociais. Tem sido objeto de estudo de várias disciplinas, como a antropologia, a sociologia e a linguística. Sob o ponto de vista da antropologia (SPITULNIK, 1993), a mídia tem sido estudada como veículo de cultura, como bem pertencente à sociedade ou como espaço de representação coletiva na sociedade moderna.

A autora (1993, p. 295) considera importante também que se atente para a multivocalidade e a indeterminação dos textos midiáticos, sugerindo um tratamento mais minucioso das estratégias composicionais utilizadas pelos operadores da mídia em seus textos. Alguns trabalhos relevantes sobre o discurso da mídia têm sido as abordagens de White (1997, 1998, 2003), Martin e White (2005) e também Bednarek (2006).

A linguagem possibilita um número muito grande de recursos através dos quais sentimentos (OCHS, 1989; LUTZ e WHITE, 1986), atitudes (PAINTER, 2003), julgamentos (MARTIN, 1999) e avaliações (HUNSTON; THOMPSON, 1999; MACKEN-HORARIK; MARTIN, 2003) podem ser expressos por falantes e escritores juntamente com o conteúdo proposicional das sentenças (BIBER et al, 1999). A partir dessa constatação, Martin e White (2005) propõem o Sistema de Avaliatividade, um sistema localizado em um terceiro ciclo de codificação – a Semântica do Discurso – dos diferentes níveis

em que se realiza a linguagem¹. Os autores argumentam que é possível encontrar, no texto, elementos que comprovem sentimentos e valores “postos” de uma comunidade, de modo a demonstrar emoções, gostos e avaliações normativas. Desse modo, avaliar diz respeito a usar a modalidade epistêmica, a evidencialidade e a intensificação.

A avaliação social do comportamento dos indivíduos sob a perspectiva do falante/escritor é realizada, no modelo de Martin e White (2005), pelo julgamento (veja capítulo 6). Além do mais, é importante observar o cruzamento elaborado pelos autores entre as vozes jornalísticas e os critérios de julgamento (estima social e sanção social). Para eles, as vozes jornalísticas dividem-se em voz do repórter e voz do escritor. Na voz do repórter, não há julgamento autoral. Se houver algum julgamento, será atribuído a terceiros. Esse processo de atribuição encontra sua expressão linguística no discurso direto (DD), indireto (DI) e suas variações. Na voz do correspondente, não há restrições aos julgamentos de estima social. A sanção social inscrita não ocorre ou é mínima; se houver sanção social inscrita, é então atribuída a terceiros. Na voz do comentarista, entretanto, não ocorrem restrições no julgamento: a ocorrência tanto de estima como de sanção social é livre.

Neste capítulo, apresentamos, com base em Cabral (2007), alguns desenvolvimentos sobre o subsistema julgamento, especialmente no que se referem ao discurso jornalístico brasileiro, mais propriamente em colunas de opinião política. Para tal, foram selecionadas 153 textos, publicados em maio e junho de 2004, de modo a determinar que voz jornalística predomina no *corpus* coletado. A análise foi feita, num primeiro momento, manualmente, e após foi utilizada a ferramenta computacional TextStat 1.52, para a conferência dos dados obtidos.

Este capítulo apresenta inicialmente a caracterização do *corpus* e a metodologia adotada. Logo após, expõe os resultados obtidos na análise e, por fim, aponta algumas conclusões relativas ao conjunto de textos analisados.

2 – *Corpus* de estudo

A mídia, como parte do sistema social, apresenta, nos seus diversos gêneros, as representações, as identidades e as relações entre os grupos

¹ Os ciclos de codificação da linguagem, para Halliday (1994), são constituídos por (1) fonologia/grafologia; (2) lexicogramática. Martin e White (2005) acrescentam um terceiro – a semântica do discurso, este último equivalente ao texto/discurso (MARTIN e WHITE, 2005, p. 9).

particulares e a massa da população que compõe tal sistema. Os acontecimentos políticos de uma nação, principalmente aqueles de relevância nacional, contribuem para que opiniões e julgamentos aflorem no discurso da mídia.

Para esta pesquisa, foram escolhidos artigos de opinião, publicados em jornais brasileiros em versão *on-line* própria ou listados em *sites* do governo federal, como o do Ministério das Relações Exteriores (<http://www.mre.gov.br/>, no link “Imprensa”), o *site* <<http://www.presidencia.gov.br/presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Sinopses>> e o do Ministério do Planejamento (<http://clipping.planejamento.gov.br/>), que diariamente listam notícias, reportagens e artigos relevantes da imprensa brasileira. Outros foram retirados do Observatório da Imprensa (<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br/>), veículo jornalístico voltado para a crítica da mídia, o qual está na Internet desde abril de 1996. Os textos que constituem o *corpus* são de caráter opinativo e são considerados, no universo das redações, artigos e/ou colunas assinadas (BONINI, 2003, 2005). Vinculam-se à sucessão de fatos no período de 10 de maio a 10 de junho de 2004, originados pela publicação de uma reportagem no The New York Times acerca de possíveis hábitos étlicos do Presidente brasileiro.

Foram selecionados 153 artigos de jornais brasileiros eletrônicos e do Observatório da Imprensa, observando os pré-requisitos para a formação de um *corpus* computadorizado (BERBER-SARDINHA, 2000, 2004): autenticidade, presença de linguagem natural, autoria de falantes nativos e representatividade. Caracterizado como de tamanho pequeno-médio, totalizou 13.146 formas e 85.570 palavras, mantendo-se o título do artigo e o subtítulo pertinente. Vale observar que, na maioria dos textos coletados, figura o artigo completo dos jornalistas. Entretanto, em colunas do estilo “picadinho” (tópicos variados seguidos de pequenos comentários), aproveitaram-se os trechos que se coadunavam com a proposta da pesquisa, não considerando o restante do texto.

A afirmação de Spitulnik (1993) de que os textos midiáticos são multivocais reporta à noção bakhtiniana de heteroglossia (BAKHTIN, 1981): a multiplicidade de vozes sociais (a do autor e a das personagens) que podem entrar na composição de um texto. O caráter heteroglóssico das colunas de opinião permitiu que se investigassem os modos de apresentação das falas autorais e das não-autorais. Assim, foram identificadas as ocorrências de evidencialidade (CHAFE; NICHOLS, 1986), seja por declaração, seja por atribuição, na presença de verbos de elocução (CALDAS-COULTHARD, 1994) com discurso direto, discurso indireto, narrativa de atos de fala e outros modos (possessivação, nominalização, presença de pontuação indicadora de elocução, etc.).

Com o desenrolar dos fatos do episódio, foi possível identificar quatro fases cronológicas, rotuladas de acordo com a reação dos jornalistas aos acontecimentos:

- Primeira fase - Publicação da reportagem: Composta de 16 textos, corresponde ao conjunto de artigos produzidos nos dias 10 e 11 de maio de 2004, cuja característica é a surpresa dos jornalistas em relação ao teor da reportagem do jornalista Larry Rohter.
- Segunda fase - Cancelamento do visto do repórter: Diz respeito aos textos publicados nas datas de 12 e 13 de maio. Envolve 36 artigos.
- Terceira fase - Ameaça à liberdade de imprensa: Engloba os textos produzidos entre 14 a 17 de maio, este último o dia em que o cancelamento do visto do correspondente do The New York Times foi anulado. Compreende 48 artigos.
- Quarta fase - Reconsideração da medida punitiva: Abrange a produção de artigos referentes ao período de 18 de maio a 10 de junho de 2004, num total de 57 artigos.

Foram delimitados como alvo do julgamento os atos do Presidente da República, a partir da referência a itens lexicais como: Lula, Luís Inácio Lula da Silva, ele (Lula), a Presidência, o atual governo, o operário, o Planalto, a capacidade do governo, o gesto de Lula, o presidente e seus áulicos, a decisão (do Presidente), a reação (oficial) (do governo), a expulsão (do jornalista), o episódio Lula x NYT, a atitude (de Lula), a trapalhada, a medida, dentre outros.

Após a identificação das ocorrências de julgamento e do cruzamento com os verbos de elocução, buscaram-se as regularidades dos textos, as quais foram determinadas se de estima ou sanção social por parte do autor ou da fonte citada. Assim foi possível classificar as realizações linguísticas nas categorias “voz do correspondente” e “voz do comentarista”. Esse é um traço importante a ser observado nos textos, uma vez que no Brasil vigora a liberdade de imprensa, e os jornalistas sentiram-se extremamente afrontados com a possível expulsão do repórter americano.

A identificação dos recursos de avaliatividade foi feita, num primeiro momento, manualmente. Após, com vistas a uma maior fidedignidade dos dados, foi utilizado para a conferência de dados um *software* auxiliar – TextSTAT – Simple Text Analysis Tool – versão 1.52².

² O TextStat é programado para analisar textos ASCII/ANSI (em diferentes codificações) e arquivos HTML (diretamente da internet). Produz listas de frequência de palavras e

Na próxima seção, estão especificados os resultados de cada uma das etapas de investigação.

3 – Análise dos dados

Os julgamentos expressos pelo próprio autor, que indicam alto grau de comprometimento com o seu dizer, trazem implícita a afirmativa “Eu digo que”. A análise detalhada do *corpus* evidenciou 163 adjetivos ligados ao julgamento de Lula (por exemplo: tempestuosa, burro, grotesco, estranho), 194 substantivos (inépcia, fragilidade, líder, vítima, hipocrisia, dentre outros), 67 verbos (tais como: fingem, minando, erram, prejudica), 10 advérbios ou sintagmas adverbiais (entre os quais: debochadamente, de improviso, fora da medida) e 117 expressões (dentre elas: decidir com o fígado, é o outro lado da mesma moeda, faz água por todos os poros, mandou brasa na expulsão).

Quando o jornalista atribui a outrem a responsabilidade da avaliação, está implícita a afirmativa: “X diz que”. Foram encontradas 193 ocorrências de atribuição, distribuídas em 97 de DD, 67 de DI e 29 de outras formas (discurso indireto com citação, narrativas de atos de fala, colocação de sinais de pontuação para sinalizar a fala da fonte externa).

Ao contemplar o domínio do julgamento, pretendeu-se buscar regularidades linguísticas quanto aos juízos que os jornalistas fazem em relação ao comportamento do Presidente no episódio Lula X Larry Rohter, especialmente nas ocorrências de declaração e de atribuição.

3.1 – Recursos autorais

Os recursos autorais dizem respeito a ocorrências léxico-gramaticais e semânticas de julgamento, que deixam entrever o posicionamento dos próprios autores dos artigos analisados – são as declarações autorais.

(i) Primeira fase: 10 e 11 de maio

A análise do *corpus*, nessa fase, demonstrou que as evidências de julgamento incidiram mais sobre adjetivos e substantivos. Citam-se como exemplos³:

- (1) “Reação excede a carência de fatos - O artigo do jornalista Larry Rohter, correspondente do New York Times no Brasil, a respeito de presumida "preocupação nacional" em torno da quantidade e da oportunidade do consumo de bebidas alcoólicas pelo presidente Luiz Inácio da Silva, carece de sustentação jornalística. Este é o único problema real de um caso que desde sábado à noite mobiliza o Poder Executivo e ontem mobilizou o Legislativo o dia inteiro. (12.DK.74) – **veracidade**
- (2) “O presidente – e não apenas porque foi um simples metalúrgico, mas porque é um bom garfo e um bom copo – assume publicamente os seus prazeres e hábitos.” (5.ADI.8) - **capacidade**
- (3) “Gente até parece que virou moda! O que tem demais o presidente Lula tomar uns drinques? Será que é preciso todas essas manchetes? É que na verdade nos Estados Unidos o normal é político ser envolvido com escândalos sexuais, regado com muitas bebidas e drogas.” (4.AC.3) – **usualidade**
- (4) “Seria injusto atribuir exclusivamente ao presidente a culpa pelas sucessivas crises enfrentadas nos últimos meses, a começar pelo escândalo Waldomiro Diniz ...” (3.RO.135) – **propriedade**
- (5) “(...) o suposto alcoolismo do presidente. (...) Não me sentiria incômodo se omitisse um testemunho pessoal (...) Em nenhum deles [momentos agudos] Lula demonstrou o mais leve sinal de que havia bebido” (8.CR.62) - **veracidade**

Foram identificadas, nessa fase, mais ocorrências de julgamento autoral quanto ao comportamento de Lula em termos de capacidade e de usualidade. Encontraram-se, igualmente, índices positivos de sanção social, isto é, houve julgamento positivo quanto a veracidade e propriedade. Houve uma tentativa de isentá-lo tanto do hábito da bebida (1,5) quanto da responsabilidade pelos rumos do governo (4).

(ii) Segunda fase: 12 e 13 de maio

³ Os exemplos aqui citados constam na tese “A mídia e o presidente: um julgamento com base na Teoria da Valoração” (CABRAL, 2007), defendida na Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação da Profa. Dra. Nina Célia Almeida de Barros. Os números e as letras utilizados entre parênteses correspondem à codificação empregada na organização do *corpus* da tese.

Esta etapa constituiu o gatilho do confronto Mídia x Lula, pois, até então, ele tinha sido poupado de maiores desafios. A seguinte declaração resume a fase: “Esse grupo ainda deposita esperanças em achar uma saída honrosa que preserve a autoridade do presidente, mas conserte o estrago na imagem do governo causado pela expulsão de Rohter” (27.AD,GE,DR.16).

São exemplos desta fase:

- (6) “A reação oficial foi claramente exagerada.” (40.MCL.111) – **usualidade**
- (7) “Agora, Lula e seus conselheiros fornecem um atestado da incapacidade de conviver com os equívocos alheios ...” (24.RO.136) – **capacidade**
- (8) “Revelou ao mundo uma surpreendente inabilidade do governo para lidar com os instrumentos jurídicos disponíveis (...)” (51.SL.141) – **capacidade**
- (9) “(...) o presidente passou a algoz da liberdade de imprensa.” (48.RO.137) – **propriedade**

Ainda mantendo um nível de linguagem sem maiores apelos a gírias, os índices de julgamento são negativos. A maior parte deles refere-se à estima social, referindo-se à inabilidade e à incapacidade no governar. Foi criticada igualmente a reação desproporcional ao fato.

Comparando as duas fases, vê-se que os julgamentos de capacidade, usualidade, tenacidade e propriedade aumentaram na segunda fase, ao passo que os de veracidade diminuíram. Através dos dados, pode-se inferir que não importa mais aos jornalistas se o que a reportagem diz sobre Lula é verdadeiro ou falso, mas interessa, sim, a atitude de Lula em relação ao repórter e, através dele, à classe jornalística.

(iii) Terceira fase: 14 a 17 de maio

Nos textos da terceira fase, em relação à maior autoridade do país, foram utilizadas palavras e expressões com conotação negativa como “falastrão, manjada, papagaiada, saco de gatos, doída como ferroadada de marimbondo, entornou o caldo, reagiu com o fígado, ficaram com o abacaxi na mão, capaz de tirar coelho da cartola, arrumou uma sarna, deu um tiro no pé, trocar os pés pelas mãos”.

A seguir, apresentam-se algumas passagens que evidenciam os julgamentos autorais:

- (10) “Aliás, a fragilidade de Lula ao seu crescente gosto pela bebida...” (68.PL.128) - **capacidade**
- (11) “O que valorizou o assunto, ressuscitado com fôlego de sete bichanos, foi a invocada, despropositada, incompetente reação do presidente, na estreia da expulsão do país de jornalista ...” (70.VB.153) - **usualidade**
- (12) “...a decisão teve uma outra motivação: demonstrar autoridade num ano em que Lula só faz apanhar. 2004 começou com uma arrastada reforma ministerial.” (66.KA.98) – **usualidade**
- (13) “Agora, a reação de Lula e adjacentes bem que pareceu coisa de roda de cachaça. Que porre! Pior de tudo foi aturar, inclusive na imprensa, os exageros, de parte a parte, de “paladinos” da liberdade de imprensa ou da reação desastrada de Lula.” (86.AL.1) - **usualidade**

A análise evidenciou que, no terceiro momento, há maior uso de substantivos, adjetivos e expressões avaliativas. Os recursos mais utilizados pelos jornalistas são usualidade, capacidade e propriedade, respectivamente. Esses dados correspondem a juízos acerca dos valores de “inesperado”, “ruim” ou “errado”. As evidências de veracidade continuam a apresentar número bem baixo (apenas 14) em relação aos outros recursos.

(iv) Quarta fase: 18 a 6 de junho

Nessa fase, houve uma grande produção de textos, muitos deles a tecer críticas ao episódio como um todo e outros a fazer reflexões sobre o papel da imprensa. Nos textos em que os jornalistas fazem considerações sobre as atitudes presidenciais diante do fato, o vocabulário continua grosseiro e afrontoso à figura presidencial. Dentre os inúmeros exemplos, selecionaram-se os seguintes excertos:

- (14) “Entre outras funestas consequências dessa asneira o que se viu foi a associação do presidente às cachacinhas da vida, na tosca tentativa de assim identificá-lo mais ainda com o povão.” (122.JP.95) – **capacidade**
- (15) “Complexo de vira-lata - No Festival de Besteiras que Assolou o País após a reportagem do New York Times...” (110.CB.45) – **capacidade**
- (16) “É claro que, num primeiro momento, predominou a reação intempestiva, pessoal e imatura de quem, pela envergadura do cargo, em hipótese alguma, assim deveria proceder.” (121.IL.90) – **usualidade**
- (17) “Há um fundo grotesco nisso tudo: a decisão precipitada de expulsão do jornalista, o recuo atabalhado (já que não houve realmente desculpas formais do jornal), ...” (129.MU.119) – **usualidade**

Novamente prevalecem as evidências de julgamento autoral em relação à incapacidade de o Presidente gerenciar crises (14, 15), ou mesmo em relação aos atos inesperados (usualidade – 16, 17) no exercício do cargo.

Uma tendência que já vinha se delineando desde o início é a de fazer a autocrítica do comportamento da imprensa diante dos acontecimentos. Dentre os 57 textos selecionados nesta última fase, 13 ocupam-se especialmente em apresentar reflexões sobre as reações de jornais, emissoras de TV, columnistas, etc., e muitos outros fazem considerações sobre as relações da imprensa com o governo e do governo com a imprensa, ao mesmo tempo em que analisam a crise Lula x Larry Rohter.

Dentre os recursos empregados, predominam a capacidade e a usualidade. Os julgamentos de propriedade diminuem, e os de veracidade permanecem em número bastante baixo.

A fim de concluir esta etapa de análise, todos os dados obtidos através de declaração autoral nas quatro fases (535) foram reunidos e cruzados. Pode-se inferir que, em relação às evidências de julgamento, em que o agente da avaliação é o próprio autor, prevalecem os valores de estima social (387) sobre os de sanção social (148), o que comprova o Quadro 1

Recursos autorais	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Total	%
capacidade	17	30	52	51	150	1,14
usualidade	19	29	70	37	155	1,17
tenacidade	3	17	37	25	82	0,62
veracidade	11	11	14	5	41	0,31
propriedade	4	29	49	25	107	0,81
Total	54	116	222	143	535	
Formas	2582	4680	5451	8076	13.146	
Total %	2,09	2,47	4,07	1,77	4,06	4,06

Quadro 1 – Ocorrência de recursos autorais nas quatro fases

3.2 – Recursos não-autorais

Para a obtenção dos resultados, foram computadas todas as passagens em que, além da evidência de heteroglossia (BAKHTIN, 1981), havia também a ocorrência de julgamento em relação a Lula, seu comportamento, seu governo. A análise do *corpus* demonstrou algumas diversidades nos resultados. No *corpus* como um todo, foram identificadas 97

ocorrências de DD, 67 ocorrências de DI, 7 ocorrências em que há mistura de DD com DI (mistura de discurso indireto com citação) e 22 de outros casos (narrativa de atos de fala ou mesmo a simples apresentação do dizer alheio).

Os “outros” (as fontes da informação), no *corpus*, estão constituídos por ministros, governadores de estado, deputados, senadores, jornalistas, jornais, blogueiros, entidades de representação de classe, juristas, assessores do governo, Larry Rohter, o próprio Lula e demais fontes. Também são citados como fontes externas: a coluna (7.CH.51), a assessoria de imprensa (10 DRLT 69), o Jornal Nacional (22.NS.121), meu respeitável amigo Raimundo, um senhor de 84 anos que já viu de tudo (110.CB.45), dentre muitos. Para a identificação das passagens de julgamento, também foram procurados, no *corpus*, sinalizadores do tipo: conforme, segundo, de acordo com, do, sinais de dois pontos e travessão, como indicadores da transcrição de diálogos.

Verificou-se que, no escopo dos casos de atribuição de julgamentos a terceiros, ainda outras vezes foram incluídas, isto é, dentro dos discursos direto e indireto apareceram referências a ditados, frases, expressões recontextualizadas para dar maior ênfase às críticas dos jornalistas.

Para a obtenção dos resultados finais, foram computadas as passagens dos textos onde ocorreu confluência de julgamento com atribuição, mais especificamente julgamento de outrem ao comportamento do Presidente da República durante o suceder dos acontecimentos. As passagens em que havia ocorrências de narrativas de atos de fala, de atos de escrita, de nominalizações de comportamento ou referências a agentes humanos, associações, grupos ou instituições (uma das três fontes, boatos, matéria, coluna, horóscopo, o jornal O Globo) ou mesmo a presença de um agente humano indeterminado (pensa-se, comentava-se) também foram computadas. Os processos verbais implícitos, mas claramente inferíveis no texto, foram substituídos pelos verbos correspondentes e também contados.

(i) Primeira fase: 10 e 11 de maio

Na primeira fase, foram encontradas 25 ocorrências de avaliatividade atribuídas a fontes diversas. Os verbos de atribuição (CALDAS-COULTHARD, 1994) identificados foram os assertivos (assumiu, alude, dispensa, informou, mostra) e os neutros (dizer, declarou, dizia). As evidências de heteroglossia ocorrem também através de outros recursos léxico-gramaticais (de acordo com..., segundo..., etc.).

A seguir, alguns excertos demonstram manifestações não-autorais de julgamento dos atos do Presidente da República.

- (18) O porta-voz *diz* que “os hábitos do presidente são moderados e em nada diferem...” (3.RO.135) **usualidade**
- (19) “Uma ofensa que o Brasil inteiro repudia”, *dizia* o ministro Dirceu. (16.TC.146) - **propriedade**
- (20) No terceiro parágrafo, o autor *alude* a “especulação” sobre seu aparente desengajamento e passividade”, “relacionados a seu apetite por álcool”. (11.DS.70) – **tenacidade**
- (21) Na abertura, o autor, sem citar as fontes para afirmação tão grave, depois de *dizer* que “o presidente Lula nunca escondeu sua inclinação por um copo de cerveja, uma dose de uísque, ou, melhor ainda, um copinho de cachaça”... (11.DS.70) - **tenacidade**

O valor da atribuição é significativo nos exemplos (18 a 20): o porta-voz, o Ministro e seus apoiadores, por serem subordinados ao Presidente, negam sua ligação necessária ao álcool. Em (21), o diz-que-diz introduz as preferências étlicas presidenciais, culminando, como não poderia deixar de ser, com uma preferência bem popular.

(ii) Segunda fase: 12 e 13 de maio

Foram encontradas, na segunda fase, 72 ocorrências de julgamento, 68 atribuídas a fontes reconhecidas e 4 relativas a outras formas de atribuição (a organização, o jornal esquerdista, o jornal O Globo). Houve maior incidência de verbos neutros (disse, diz, dizia, dizendo, questionaram, pergunta, conta), seguidos dos assertivos, como declarou, mostrou, informou, acham, informa, atribuiu, afirmou, citava, alegando.

O conjunto de textos desta fase apresentou cinco passagens em que a heteroglossia ocorre através de outros recursos léxico-gramaticais (razão, slogan, para ele, segundo, frases, etc.): “No plenário da Câmara, os deputados faziam *piada* do episódio. “Lula não quer Larry Rohter no Brasil. Ele pediu para o New York Times contratar um tal de Johnnie Walker, com pelo menos 12 anos de experiência”...” (31.ASA.34); “A coluna sugere um *slogan* a Lula: governe com moderação” (22.NS.121). São exemplos:

- (22) Ricardo Carvalho *informa* que o seu bloco “Siri na Lata”, um dos mais irreverentes do Recife, já definiu o tema do carnaval de 2005: “O bêbado e o desequilibrado.” (20.CH.52) – **tenacidade**
- (23) A organização *solicitou* que as autoridades “ajam com sensatez”, anulando a medida. “Estamos surpresos com esta decisão, que consideramos indigna de um regime democrático. Sobretudo, ela pode causar um prejuízo maior à sua imagem no exterior que o próprio conteúdo do artigo incriminado.” (23.RSF.130) - **propriedade**
- (24) O governador Aécio Neves *disse* aqui ontem que Larry Rohter não merece viver no Brasil. Mas acha que o governo errou ao expulsá-lo. (52.TC.145) - **propriedade**

Quanto aos recursos de julgamento expressos nas passagens de atribuição, na segunda fase, prevaleceram os recursos de tenacidade e propriedade. Pode-se inferir, então, que, na segunda fase, prevaleceram os julgamentos de usualidade do Presidente e os julgamentos quanto ao seu comportamento de propriedade. As fontes utilizadas expressaram valores de estima social e de sanção social. O valor atribuído ao julgamento das fontes localizou-se especialmente no pólo negativo.

(iii) Terceira fase: 14 a 17 de maio

Na terceira fase, as ocorrências de avaliatividade feitas através da atribuição somaram 48, das quais 40 realizaram-se através de verbos de atribuição e 8 através de outras formas linguísticas. Houve maior incidência de verbos neutros (diz, dizem, dito, disse, dizer, conta-se), seguidos dos assertivos (atribuiu, afirmou, alegar, comentava-se), das outras formas de atribuição (do Senador Almeida Lima, segundo o colonista, em outras palavras) e dos metalinguísticos (definiu, esclarece). Seguem alguns exemplos:

- (25) Como *disse* Igor Gielow na edição impressa da Folha, “O Estado não é Lula.” (66.KA.98)
- (26) No caso “NYT”, pode-se até *alegar* que Lula terá sido a vítima — no caso, de um artigo preconceituoso e leviano. (99.HC.86)
- (27) *Definiu* bem a liderança petista no Congresso ao descrever, sob reservas, o ambiente que cerca o presidente Lula no Palácio do Planalto e do qual resultou a infeliz decisão de cassar o visto do jornalista Larry Rohter, do The New York Times: “Ele está acuado, não tem amigos, fica cercado de pessoas que não têm coragem de falar a verdade.” (57.AM.29)

Quanto aos valores de julgamento utilizados pelos jornalistas, observou-se que este período, por ser bastante produtivo em número de textos, propiciou o julgamento dos atos do Presidente de acordo com os mais variados recursos, especialmente os de tenacidade, veracidade e propriedade.

O recurso tenacidade apresentou o maior número de ocorrências, seguidas de propriedade e veracidade. É possível inferir que, na terceira fase, prevaleceram novamente os julgamentos do comportamento canônico do Presidente e os julgamentos quanto ao comportamento ético. As fontes utilizadas expressaram recursos de estima social e de sanção social.

(iv) Quarta fase: 18 de maio a 10 de junho

No período final, em relação à atribuição, houve maior incidência de verbos metalinguísticos (dentre eles: escrevia, parodia, retifica, escreve, considerava, mata a charada, diagnosticou), seguidos de neutros (disse, contou, perguntou), assertivos (afirmou, refere), diretivos (acusou, confessou, sugeriram), expressivo (lamenta), prosódico (bravateou) e sinalizador do progresso do discurso (acrescenta).

As ocorrências de DD em muito suplantaram as de DI. Ao atribuir, os jornalistas também fizeram uso, nesta fase, da mistura de DD com DI e de itens léxico-gramaticais como: segundo, de acordo com, da jornalista.

Dos recursos encontrados nos textos da quarta fase, apontam-se os seguintes excertos de estima social:

- (28) *Parodiando* Camões, "nessas horas uma nuvem que os ares escurece/ sobre nossas cabeças aparece". "E tão temerosa vinha e carregada/ que pôs nos corações um grande medo". (116.DS.71) – **capacidade**
- (29) O que o correspondente do New York Times *disse* foi apenas que alguns políticos e jornalistas começam a se perguntar se o hábito de beber do presidente não estaria afetando sua capacidade de governar. (119.FB.80) – **capacidade**
- (30) Razão tem Clóvis Rossi, da Folha, quando *lamenta*: "Como o presidente parece dar ouvidos a essas teorias ridículas e até concordar com elas, fica mais fácil de entender o seu pobre governo. Sua assessoria e ele próprio preferem fantasiar a encarar os fatos." (126.LW.105) - **capacidade**

Observa-se a prevalência do recurso tenacidade, seguido do de capacidade e do de propriedade. Também acontecem julgamentos de veracidade e usualidade.

Se, para efeitos de condensação dos resultados, forem reunidas as informações obtidas, conclui-se, em relação ao modo de organização do discurso de outrem nos artigos examinados, que prevaleceu o uso do discurso direto e de formas mais sintéticas de citação (uso de discurso indireto misturado com citação, colocação de dois pontos ou aspas para marcar a fala, sem o uso do verbo de atribuição, por exemplo), combinado com o emprego de verbos neutros e assertivos. No que se refere às evidências de julgamento por atribuição, prevaleceram os julgamentos de tenacidade (estima social) e propriedade (sanção social) quando o avaliador é uma fonte externa.

Os dados numéricos obtidos, se calculados em relação ao total de formas do *corpus*, apresentam os resultados explicitados no Quadro 2, confirmando a hipótese de que, quando as avaliações do comportamento do Presidente têm como fonte um outro, acontece mais frequentemente a sanção social, embora haja muitas evidências de estima social. Ou seja, o comportamento ético do Presidente é avaliado, no texto dos jornalistas, por fontes não-autorais. Isso posto, vale lembrar a afirmativa de Hunston (1999), para quem toda a atribuição é também uma forma de declaração.

Recursos não-autorais	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Total	%
capacidade	3	12	6	9	30	0,22
usualidade	1	5	5	6	17	0,12
tenacidade	17	24	18	16	71	0,54
veracidade	2	6	9	8	25	0,19
propriedade	2	23	10	9	44	0,33
Total	25	72	48	48	193	1,47
Formas	2582	4680	5451	8076	13.146	
Total %	1,0	1,53	0,88	0,6	1,47	

Quadro 2 – Ocorrência de recursos não-autorais nas quatro fases

4 – Conclusão

Para Hunston (1999), três variáveis concorrem para a análise da avaliatividade: o que é avaliado, quem avalia e como é feita a avaliatividade. O objeto do julgamento, que foi utilizado como critério para a realização da pesquisa, foi o comportamento do Presidente do Brasil, tendo em vista o decorrer dos acontecimentos após a publicação da reportagem no jornal The New York Times sobre sua inclinação particular para a bebida alcoólica.

Quanto à segunda variável – quem avalia –, foram escolhidos os jornalistas brasileiros que escreveram artigos de opinião sobre o caso no período compreendido entre 10 de maio e 10 de junho de 2004.

A terceira variável – como é feita a avaliatividade – foi analisada tomando como ponto de partida um conjunto de textos que dialogam sobre o mesmo tema. Conclui-se que, em termos léxico-gramaticais, houve a presença de muitos adjetivos, grande quantidade de verbos de elocução, acompanhados do discurso direto ou mesmo de outras formas de citação, como o discurso indireto com citação.

Ao se analisar detidamente o *corpus*, registrou-se um total de 728 passagens em que o valor apreciativo da palavra (BAKHTIN, 1999) teve como escopo o comportamento de Lula nos 153 artigos reunidos. Os resultados apontam que, enquanto os escritores, ao emitirem seus próprios julgamentos, usam mais avaliações em termos de tenacidade (quão (in)dependente o Presidente é) e veracidade (quão verdadeiras são as atitudes do Presidente), as avaliações atribuídas a fontes externas situam-se mais nos campos de tenacidade (in/dependência) e propriedade (quão certo ou errado o Presidente procede), a maioria delas de valor negativo.

Os resultados também apontam que a voz jornalística (WHITE, 1998; MARTIN; WHITE, 2005) mais frequente é tanto a voz do correspondente quanto a do comentarista, mas com diferenças básicas: nos julgamentos autorais predomina a voz do correspondente e, na voz não-autoral, mesmo predominando também a voz do correspondente, há um número muito grande de voz do comentarista, tendo em vista a presença dos números em que a propriedade foi usada como recurso.

Nossa proposta é que, então, crie-se uma categoria intermediária – a **voz do articulista**, vista como uma característica do gênero artigo de jornal, o que pode ser explicitado na Figura 1:

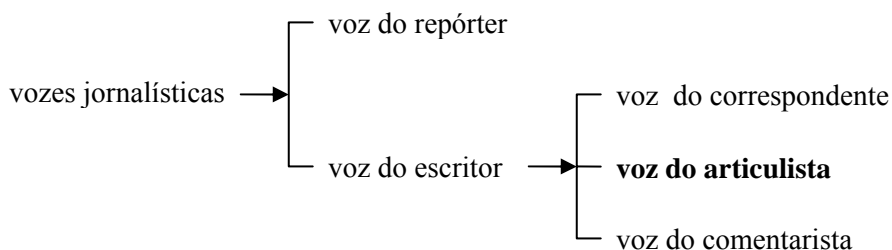


Figura 1 – Proposta de sistema de vozes jornalísticas

Fonte: Organizado a partir de Martin e White (2005)

A voz do articulista se caracteriza, segundo o que se propõe, como a voz autoral que explícita e implicitamente é o atribuidor do julgamento. Tal categoria usa predominantemente os valores de estima social e, em menor número, os de sanção social, tanto para declarações quanto para atribuições. Não tem a liberdade avaliativa de um comentarista.

Sugerem-se novas investigações, a exemplo de White (1998), Martin e White (2005) e Bednarek (2006), quanto a padrões avaliativos utilizados nas notícias “sérias” (*hard news*: incêndios, catástrofes, assassinatos, política) e também em editoriais. Outra sugestão é fazer uma análise comparativa entre esse tipo de notícia na imprensa estrangeira e na imprensa brasileira, com vistas a identificar as características peculiares de cada uma.

Em decorrência das conclusões obtidas, cabe um questionamento que, sugere-se, seja tema de um trabalho posterior: está a necessidade de criação de uma nova categoria de jornalistas – a do articulista - relacionada ao comprometimento ideológico de alguns setores da imprensa com o Poder Executivo?

O julgamento na argumentação de um editorial

Sumiko Nishitani Ikeda (PUC-SP)

1 – Introdução

Este capítulo investiga a persuasão que percorre um editorial publicado na Folha de São Paulo, em 21.09.06, treze dias antes do primeiro turno da eleição presidencial brasileira, com o título de ‘Rede de Impunidade’, e examina a avaliação de Julgamento (Martin, 2000; 2003), que apóia os argumentos através dos quais o jornal tenta convencer seus leitores a respeito da culpabilidade do Partido dos Trabalhadores (PT). Neste exame, o trabalho conta também com a Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958), que, segundo Lauerbach (2007), pode ajudar a análise do discurso na avaliação da aceitabilidade ou da insuficiência dos argumentos presentes no discurso.

A avaliação positiva ou negativa de Julgamento pode ser feita não só de maneira explícita, mas também, conforme Martin (2000), por meio do que ele chama de *tokens* de Julgamento, isto é, a avaliação implícita ou a avaliação provocada através de descrições de ‘fato’ aparentemente isentas de valor, já que feitas sem o uso de termos explicitamente avaliativos. O ponto é que esses significados aparentemente ‘factuais’ - ou informações -, têm a capacidade na cultura de evocar respostas de Julgamento, dependendo da posição de leitura social/cultural/ideológica do leitor. Assim, diz Martin, pode-se inscrever um valor negativo de Julgamento, acusando o governo de ‘incompetente’, ou, alternativamente, evocar o mesmo significado por meio de um *token* tal como ‘o governo não lançou as fundações para um desenvolvimento a longo termo’. Não há nada explicitamente avaliativo nesta observação, mas ela tem o potencial de evocar avaliações de ‘incompetência’ nos leitores, que partilham uma visão particular da economia e do desempenho do governo.

Para tanto, então, esses *tokens* supõem normas sociais partilhadas. Elas se apóiam em conexões convencionalizadas entre ações e avaliação, continua o autor, ou seja, elas dependem altamente da posição do leitor: cada

leitor interpretará os *tokens* de Julgamento de um texto de acordo com o seu posicionamento cultural e ideológico. Da mesma forma, os *tokens* dependem do co-texto, e, assim, uma estratégia importante no estabelecimento do posicionamento interpessoal de um texto é a apresentação de avaliações explícitas e implícitas de tal modo a fazer o leitor partilhar das interpretações do escritor a respeito desses *tokens*.

Metodologicamente, a análise (crítica) do discurso, na presente pesquisa, é suplementada pela análise da argumentação. O uso da análise da argumentação justifica-se pela natureza contestadora dos eventos relatados pelo editorial. A avaliação da argumentação, como veremos, mostra várias fraquezas que seriam falaciosas em discursos de discussão racional.

2 – Apoio teórico

A teoria que fundamenta a análise inicia-se com algumas observações sobre o gênero editorial, que podem explicar, entre outros fatos, o posicionamento do jornal, bem como o posicionamento do seu leitor, fatores importantes, em especial, na avaliação implícita de Julgamento.

Trago também a noção de pragma-dialética, para distingui-la da lógica formal, bem como as categorias de análise da Teoria da Argumentação, de Toulmin (1958), que ajudarão a avaliar os argumentos referentes ao Julgamento em que se apóia o editorial.

Finalmente, mas não menos central, o Sistema de Avaliatividade, de Martin (2000; 2003), com enfoque no Julgamento, um subsistema de Atitude (que, além de Julgamento, envolve Afeto e Apreciação, como veremos).

2.1 O gênero editorial

O editorial, segundo Fowler (1991), tem uma função simbólica importante, parecendo partilhar da 'opinião' do jornal, ao sustentar implicitamente a asserção de que as demais seções, por contraste, sejam puros 'fatos' ou 'reportagens'. No caso da Folha de São Paulo, o editorial ocupa sempre a primeira coluna da segunda página, ao lado de outros textos (que têm sido chamados de artigos de opinião, já que, ao contrário do editorial, são assinados), o que faz subentender que a opinião contida no editorial seja independente dos demais e que, por *default*, seja a do jornal.

O gênero editorial, ainda segundo Fowler (1991), difere no seu estilo ou nas estratégias textuais, para sugerir uma 'voz' característica para um

determinado jornal. Conforme o autor, o que distingue o editorial não é a oferta de valores e crenças, mas o emprego de estratégias textuais que salientam o ato de fala de oferta de valores e crenças. Em 'Rede de Impunidade', o editorial procura incriminar o PT na compra de um dossiê supostamente envolvendo os candidatos do PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin, no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas. A argumentação que é tecida com essa finalidade tenta apresentar dados que convençam o leitor a respeito dessa compra, apoiando-se especialmente em valores de Julgamento referentes à cúpula petista.

A noção de gênero, segundo Toledo (2005), traz a dimensão pragmática e incorpora a consideração de convenções socioculturais que existem em torno dos textos ou unidades discursivas, e devem ser levadas em consideração na avaliação da compreensão em leitura. Não sabemos se o leitor entendeu a mensagem a menos que possamos ter certeza sobre seu conhecimento das dimensões contextuais que restringem a compreensão em diferentes níveis.

2.2 – A Teoria da Argumentação

A 'dialética-pragmática', de van Eemeren & Grootendorst (1984, 1992, 1996, 2004, apud Oswald, 2007), é provavelmente um dos paradigmas mais influentes nos estudos da argumentação, segundo Oswald (2007). É hoje aceito que arguir é mais do que meramente 'fazer lógica' e que uma sólida teoria da argumentação é a que trata não somente da questão da estrutura conceitual de argumentos, mas também a que trata do uso argumentativo da linguagem. O que van Eemeren & Grootendorst propõem é a relação da lógica formal com outras abordagens, tais como a teoria pragmática da argumentação.

A argumentação tem sido estudada pela lógica formal. A semântica da condição-de-verdade, uma extensão da lógica formal que trata de assuntos relacionados à linguagem natural, supõe que a representação do significado da sentença seja possível através de uma abstração designada para explicar a estrutura da linguagem e suas dependências internas. Os sistemas das abordagens da lógica formal aplicam-se a representações abstratas e *não-contextualizadas*. Nesse contexto, falar em argumentação sólida implica lidar com a verdade, que é avaliada examinando as condições de verdade.

Porém a sua aplicação à argumentação da 'vida-real' levanta certas questões, o que pode ser uma consequência do que alguns chamam de

indeterminação do significado semântico, principalmente o fato de que uma proposição não codifica linguisticamente seu significado completo. Constituintes não-articulados de significado (Perry, 1986, apud Oswald, 2007), como o material implícito, desempenham papel decisivo na interpretação; ora, a lógica formal tem algumas dificuldades em captar esse tipo de input.

Como notou Dascal, “nosso ‘raciocínio natural’ desvia-se em geral das normas do raciocínio correto”. Devemos, por isso, levar em conta “uma ampla série de modos de estender nosso conhecimento, que não pode ser tratada pela lógica formal sozinha” (Dascal, 2005, p. 5). As teoria retóricas da argumentação, continua o autor, tais como as de Perelman e Olvbrechts-Tytecas, *Nouvelle rhétorique* (1958, apud Oswald, 2007), enfatizam a importância dos fatores retóricos no arguir e convencer as pessoas, mostrando a confiança na efetividade do argumento em fatores centrados na audiência. O modelo de Toulmin (1958) dos *argumentos práticos* tenta focar mais a justificativa do que nas funções inferenciais da argumentação, via noção de *garantia*.

Segundo Lauerbach (2007), a Teoria da Argumentação de Toulmin é de interesse para a análise do discurso principalmente com respeito a dois conceitos. O primeiro é o conceito de *entimema*, ou premissa implícita de um argumento. Usando-se o entimema, a análise do discurso ganha um conceito e um procedimento sistemático para a reconstrução de um tipo específico de significado implícito, denominado de premissa não-expressa de um argumento. Um entimema é um silogismo abreviado, um argumento incompleto ao qual a audiência provê inconscientemente a premissa que falta. Premissas não-expressas são reconstruídas pelos seguintes passos dialógico-hipotéticos do esquema de argumentação proposto por Toulmin (1958). Os passos desse esquema permitem ao analista definir precisamente a reivindicação feita e descrever os dados apresentados para apoiar essa reivindicação ao explicar a estrutura de um argumento.

O outro conceito promissor para a análise do discurso é o conceito de falácia ou raciocínio falho. Isso se deve ao fato de analistas do discurso desejarem encontrar na teoria da argumentação um procedimento de avaliação da aceitabilidade ou da insuficiência dos argumentos em seus dados.

No modelo de Toulmin, no qual a autora se baseia, um argumento válido consiste de Dados para se fazer uma Reivindicação, por meio da Garantia – que “faz a ponte entre Reivindicação e Dados (evidências) apresentados para isso” (Fulkerson 1996: 59, apud Lauerbach, 2007). Vejamos como o processo é detalhado por Toulmin (2006 [1958]: 139-153):

- (a) *Reivindicação*: asserção pela qual nos comprometemos.
(ex. Harry é cidadão britânico.)
- (b) *Dados*: fatos que oferecemos para apoiar a reivindicação.
(ex. Ele nasceu nas Ilhas Bermudas.)
- (c) *Garantias*: registro implícito da legitimidade do passo envolvido para passar dos Dados para a Reivindicação.
(ex. Há uma lei que garante essa reivindicação.)
- (d) *Qualificação*: Inserção de um qualificador (ex. ‘necessariamente’, ‘provavelmente’) quando não basta recorrer ao Dado, mas é necessário também discutir explicitamente o limite até o qual se aplica.
(ex. Ele é certamente um cidadão britânico.)

Toulmin ainda acrescenta dois itens: *Refutação* e *Apoio*, que, por dizerem respeito mais à interlocução oral, não serão considerados em minha análise.

2.3 A Avaliatividade

A partir do Sistema de Avaliatividade (capítulo 1) e o subsistema de atitude (capítulo 6), serão indicados, de maneira resumida, apenas os itens relevantes à análise aqui apresentada.

Martin (2000) desenvolveu um sistema reticular de descrições de opções semânticas para avaliar pessoas, coisas e fenômenos. Diz ele que, seu grupo, trabalhando dentro do enquadre geral da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) (HALLIDAY, 1967, 1985 [1994]; MARTIN, 1992a, apud MARTIN, 2000), estava interessado na função social desses recursos, não simplesmente para expressar sentimentos, mas, em termos de sua habilidade em construir comunidades, para alinhar pessoas na negociação em curso, na vida em comunidade.

Nesse contexto, então, Martin (2000) propõe o sistema de Avaliatividade, constituído por três principais sistemas: (1) ATITUDE, que envolve três subsistemas, a saber: Afeto, Julgamento e Apreciação; (2) COMPROMISSO, que foi detidamente estudado por White (2003), e que distingue entre enunciados *heteroglóssicos* ou dialógicos (nos quais se sinaliza uma posição que explicitamente mostra diversidade de opiniões, com implicação de conflito e luta entre as vozes;) e enunciados *monoglóssicos* (*bare assertions*) (em que o escritor se posiciona, construindo a audiência como partilhando a mesma visão de mundo); e, finalmente, (3) GRADAÇÃO, que trata dos recursos para intensificar ou minimizar a força ou foco da avaliação.

Diz o autor que os sistemas de Avaliatividade também se ligam a outros sistemas, no sentido de ‘redundar’ com outras partes da léxico-gramática, cobrindo a mesma área semântica com o uso de diferentes recursos linguísticos. Assim, por exemplo, o significado avaliativo (metafunção interpessoal) em: *O filme era muito triste*, está próximo, em termos semânticos, ao do processo mental⁴ de afeição (metafunção ideacional): *O filme me comoveu até as lágrimas*.

Continuando, diz Martin diz que, quando a avaliação é realizada explicitamente, é fácil analisar uma atitude sobre um evento como positiva ou negativa. Mas há casos em que a avaliação não é realizada de maneira explícita como em: *Maria confrontou a autoridade*. Diz ele que, em casos como esse, a decisão pela Avaliatividade de Afeto - se positiva, se negativa - depende da posição de leitura.

Este fato levou Martin a postular uma distinção importante entre Avaliatividade inscrita (explícita) e evocada (implícita). Nesse sentido, o autor propõe a noção de *token* de atitude para denominar o modo pelo qual o significado ideacional pode ser “saturado” em termos avaliativos, ou seja, interpessoais. A propósito, Martin (2003: 173) diz: “o apego a categorias explícitas significa que uma grande quantidade de atitude implícita pelos textos será perdida”.

Com relação a esses fatos, é importante ressaltar que a análise do discurso nos últimos anos enfatizou a importância do contexto, mas perdeu a visão da importância do co-texto (MARTIN 2000c, apud LEMKE, 1998). Por outro lado, Martin alerta para o fato de que a expressão da atitude não é um assunto simplesmente pessoal, já que o motivo básico da expressão de uma opinião é eliciar uma resposta de solidariedade do endereçado.

2.3.1 – Julgamento: a avaliação do comportamento humano

O termo Julgamento (Iedema, Feez e White 1994; Martin 1995, 2000) refere-se à avaliação atitudinal na qual o comportamento humano é avaliado positiva ou negativamente por referência a algum conjunto de normas sociais. Quando o Julgamento é indicado explicitamente, encontramos termos como: *corrupto, virtuosamente, desonesto, assassino, tirano, intimidar, herói, corajosamente, hábil, tolamente*. Julgamento no sistema de Avaliatividade tem um significado mais técnico, segundo Martin, e significa a linguagem que

⁴ Veja Transitividade (Halliday, 1994).

crítica ou elogia, condena ou aplaude o comportamento – as ações, feitos, ditos, crenças, motivações de um ser ou grupo de seres humanos.

É vital enfatizar que o Julgamento, como um sistema de posicionamento atitudinal, é, por definição, formatado pela situação cultural e ideológica em que opera. Assim, haverá sempre a possibilidade de um mesmo evento receber diferentes Julgamentos, de acordo com a posição ideológica da pessoa que o faz.

Os *tokens* de atitude são também sujeitos à influência do contexto, e uma estratégia importante no estabelecimento de posicionamento interpessoal num texto é colocar avaliações inscritas e evocadas de tal modo que o leitor partilha da interpretação do escritor sobre os *tokens* do texto. É assim que, evocado por uma descrição de um *token*, um Julgamento se torna tão naturalizado numa dada situação cultural que é provável que seja considerado como Julgamento explícito em vez de implícito.

2.3.1.1 – O Julgamento provocado

É necessário levar em conta que a distinção entre avaliação explícita e implícita nem sempre é nítida. Consideremos o seguinte:

(4) Ele entrou na sala. A classe conversava *alto e em bom som*.

(5) Embora ele tivesse entrado, a classe inteira continuava conversando.

Em (4), há um Julgamento inscrito – através de ‘alto’ que indica uma avaliação negativa. Já em (5) não há nenhuma palavra que, por si, indique avaliação negativa ou positiva. Mas ainda assim há algo vagamente acusatório ou crítico nas palavras – especialmente o uso de ‘embora’ e talvez ‘a classe inteira’ e ‘continuava’. Elas não são ‘atitudinais’; contudo são avaliativas. Assim, o termo ‘embora’ indica uma avaliação pela qual o acontecimento descrito é representado como se inesperado, anormal, fora do comum. Assim também, ‘continuava’ envolve uma avaliação de que a ‘conversa’ foi mais longa do que o esperado ou aceitável. A palavra ‘toda’ em ‘a classe toda’ envolve um sentido de intensificação. Temos, assim, avaliações de contra-expectativa e intensidade. Martin considera esses casos como sendo intermediários entre os Julgamentos inscrito e evocado. Aqui, ele diz que o enunciado *provoca* no leitor uma inferência de um valor de Julgamento, e não um Julgamento evocado. Portanto, o Julgamento pode ser inscrito, provocado e evocado.

(a) Explícito (inscrito)	As crianças estavam falando <i>alto</i> .
(b) Implícito provocado (alguma linguagem avaliativa)	<i>Embora</i> ele pedisse por silêncio, as crianças <i>continuaram</i> falando.
(c) Implícito evocado (<i>tokens</i> 'fatuais')	As crianças conversavam enquanto ele dava aula.

Figura 2 - Meios de ativação de Julgamento

3. Metodologia

A descrição do texto é apresentada a seguir, bem como sua análise, através dos subsistemas da Avaliatividade: (a) Julgamento, (b) Compromisso e (c) Gradação, após o que será feita a aplicação da Teoria da Argumentação, para detecção de possível raciocínio falho.

3.1 Corpus

Trata-se de um editorial intitulado *Rede de Impunidade* publicado na Folha de São Paulo, em 21.09.06, treze dias antes do primeiro turno da eleição presidencial brasileira. O texto contém 515 palavras (veja Anexo). O texto tenta incriminar o PT e, em última instância, o Presidente Lula, através de julgamentos explícitos e implícitos, desenvolvendo um raciocínio que nem sempre resiste a uma análise mais detida.

3.2 Procedimentos de análise

A análise do editorial seguirá as seguintes etapas:

- Configuração Contextual (HALLIDAY; HASAN, 1989), considerando a íntegra do texto, mostrando situação social (ou registro, nos termos da Linguística Sistemico-Funcional), que são Campo (o que está se passando), Relações (quem está envolvido em quais relações) e Modo (o papel da linguagem), e que afetam a interpretação de um texto. O estabelecimento do contexto é necessário para garantir a atribuição das dimensões avaliativas, de Lemke (1998), isto é, a razão de algumas afirmações contidas no editorial serem avaliadas como positivas ou negativas. Notemos que essa avaliação tem a possibilidade de ser aceita pelo leitor, uma vez que ele – leitor diário do jornal – está exposto a

determinado posicionamento do jornal, segundo Coffin; O'Halloran (2006);

- Exame do Julgamento, Compromisso e Gradação;
- Exame da Argumentação, segundo o esquema de Toulmin (1958), para a detecção de possíveis entimemas e falácias. Lembro aqui o esquema de Toulmin para facilitar o acompanhamento da análise:
 - (a) *Reivindicação*: asserção pela qual o falante se compromete;
 - (b) *Dados*: fatos oferecidos para apoiar a reivindicação;
 - (c) *Garantias*: registro da legitimidade do passo envolvido a fim de passar dos Dados para a Reivindicação;
 - (d) *Qualificação*: inserção de qualificador ('necessariamente', 'provavelmente').

Na análise, adoto a seguinte codificação:

Je	Julgamento explícito (inscrito)
Ji	Julgamento implícito (evocado)
Jp	Julgamento provocado
N ou P	Julgamento negativo ou positivo
CM	Compromisso monoglóssico
CH	Compromisso heteroglóssico
F+/F-	Gradação de Força (+ ou --)

Quadro 4 – Codificação dos Termos da Avaliatividade

4 – Análise e discussão dos resultados

Remeto o leitor ao Anexo, onde apresento o texto 'Rede de Impunidade', na íntegra, encabeçado com as seguintes características: data da publicação na *Folha de S.Paulo*, número de palavras e, a seguir, o título acompanhado do lide, além da numeração dos parágrafos. Assim procedo para evitar a repetição do texto na Análise.

4.1 – Configuração Contextual

A caracterização do contexto situacional é necessária para garantir a razão de algumas afirmações contidas no editorial serem avaliadas como positivas ou negativas, especialmente nos Julgamentos implícitos evocados ou provocados.

- (a) *Campo*: compra de um dossiê por membros do PT, que envolveria os candidatos do PSDB ao governo paulista, José Serra, e ao Planalto, Geraldo Alckmin, no esquema de venda de ambulâncias superfaturadas.
- (b) *Relação*: editorialista da Folha de São Paulo e leitores deste jornal;
- (c) *Modo*: gênero editorial – modalidade escrita.

4.2 - Exame da Avaliatividade de Julgamento

A seguir, inicio a análise da Avaliatividade, dividindo o texto em estágios: título, lide e seus sete parágrafos. A avaliação de Julgamento será colocada sob os termos em foco e indicada novamente na coluna à direita, para facilitar a contagem final dos tipos de Julgamento.

Preferimos adotar esse procedimento minucioso, passo a passo, uma vez que a meta deste trabalho é o esclarecimento, em especial, de alunos-pesquisadores, sobre o modo de aplicação da Avaliatividade. Tivemos em mente relacionar a léxico-gramática de um texto com o subsistema de Julgamento, mostrando os elementos linguísticos atuando a serviço do discurso.

Rede de Impunidade	
JNp F+	JNe

O título "Rede de Impunidade" apresenta Julgamento explícito negativo ("impunidade") e "rede", que por si não tem valor avaliativo, acrescenta Força+ negativa devido à avaliação propagativa retroativa (Lemke, 1998), já que se liga a 'impunidade'.

<u>LULA PERDEU CHANCES</u> QUE TEVE PARA ACABAR COM O MODO DE <u>ACÇÃO</u> AUTORITÁRIO E	
<u>CORRUPTO</u> JNp	JNe
DE GRUPOS PETISTAS NO GOVERNO	

Lula "perdeu chances" é Julgamento negativo provocado, que aponta para sua incapacidade administrativa em lidar com o autoritarismo e a corrupção em seu governo. Mas 'incapaz' não foi o termo escolhido, para evitar o Julgamento explícito. É Julgamento provocado porque há algo vagamente acusatório nas palavras 'perdeu chances', e "perder" tem sentido negativo em relação a "ganhar". Elas não são 'atitudinais'; como seria o termo

'incapaz', contudo são avaliativas, segundo Martin, e daí terem sido classificadas como Julgamento implícito.

Em outro contexto, 'incapaz' poderia apontar para Julgamento positivo (Ele foi incapaz de maltratar o pobre homem), o que mostra que a avaliação está sujeita não só ao posicionamento ideológico do leitor, mas também ao contexto de sua ocorrência.

1. JORGE LORENZETTI, <u>diretor de banco público, colaborador de uma fundação agraciada com</u>	JNi	JNi
JNp		
<u>R\$ 18 milhões em recursos federais e churrasqueiro presidencial, era “analista de risco e mídia”</u>	JNi	JNp
da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva; Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho		
que, segundo “Época”, <u>formou dupla com Lorenzetti para oferecer à revista um dossiê contra</u>	JNp	
<u>os tucanos, atuava no programa de governo.</u>		
JNp		

Diz Martin que o modo como as pessoas fazem Julgamentos sobre moralidade, legalidade, capacidade, normalidade etc. será sempre determinado pela cultura em que vivem e pelas suas experiências, expectativas, suposições e crenças individuais. No caso do estágio em foco, ser "diretor de banco público", "colaborador de uma fundação agraciada" e mesmo ser o "churrasqueiro presidencial" não envolve avaliação explícita pelo escritor. Mas, devido ao contexto criado por insistentes notícias no jornal Folha de São Paulo, a respeito da questão da compra do dossiê por petistas na tentativa de incriminar membros do PSDB, essas escolhas léxico-gramaticais – esses tokens avaliativos - adquirem tom de avaliação negativa às pessoas ligadas ao PT.

Em "agraciada com R\$ 18 milhões em recursos federais"; "formou dupla com Lorenzetti" e "atuava no programa de governo", vemos Julgamento negativo provocado, já que os termos sublinhados, embora não sejam avaliativos explícitos, acrescentam às expressões de que fazem parte um toque negativo; as aspas duplas em “analista de risco e mídia” também servem para provocar estranheza no leitor, uma das funções desses sinais (Kitis & Milapides, 1995).

2. Ricardo Berzoini, ex-ministro que só antontem se lembrou de que fora avisado da negociação com o, JNp
preside o PT e chefiava a campanha à reeleição. Expedito Veloso, o mais novo personagem do enredo, JNi JNp
deixou ontem a diretoria de Gestão de Riscos do Banco do Brasil.
JNi

Dizer "só ...lembrou-se", nesse contexto, é forma de Julgamento negativo provocado, através de ato de fala indireto – a ironia - o editorial critica a alegada inocência de quem "preside o PT e a campanha da reeleição". Assim, também "personagem do enredo" sugere que o caso dossiê mais parece tirado da ficção tal é a sua gravidade diante da postura honesta que o PT sempre fez questão de mostrar. Por outro lado, "preside o PTt ... reeleição" e "diretoria ... Banco do Brasil", são avaliados como Julgamento implícito, através dos tokens de Julgamento, pois não contém nenhum termo avaliativo explícito, adquirindo essa avaliação devido ao co-texto – entremeia-se com avaliações provocadas e, devido ao contexto situacional da época. É importante notar que a presença desse estágio mostra a função da Avaliatividade em não simplesmente expressar sentimentos, mas, sim, em termos de sua habilidade em construir comunidades, para alinhar pessoas, conforme diz Martin. Ele aí está preparando terreno para apoiar avaliações futuras.

3. Esse é, passado o momento inicial da chamada crise do dossiê, o primeiro esboço do "dispositivo"
JNp
petista posto em marcha na tentativa de comprar informações contra adversários. A responsabilidade
de Berzoini, demitido ontem da coordenação da campanha, não desaparece quando diz que
JNe
desconhecia o conteúdo da conversa de um subordinado com a imprensa. Se soube do encontro, mas
não procurou informar-se do assunto a ser abordado, no mínimo se omitiu.
JNe F+ JNe

Novamente as aspas em "'dispositivo' petista" mostra a intenção do editorial em realçar essa escolha lexical: o PT teria instrumentos políticos para envolver membros de partidos competidores em tramas escusas. Já "demitido ontem ... campanha" e "no mínimo, omitiu-se" estão avaliados como

Julgamento negativo explícito, através de "demitir" e "omitir-se", ambos com forte conotação avaliativa. Notemos que, o editorial, aos poucos, de maneira cumulativa, prosódica (Lemke, 1998), apóia-se na Avaliatividade para desenhar um panorama nada favorável ao governo federal, a quem tem, em última instância, como meta.

4. <u>Conceda-se a Berzoini em um ponto.</u> Dentro do <u>grande mapa das falcatruas</u> em que <u>seus</u>			
	JNi		JNe
<u>correligionários foram flagrados</u>		<u>ao longo do governo Lula,</u>	<u>a alegação do presidente petista</u>
<u>de que não</u>	JNe	JNi	JNp
<u>de que não sabia de nada ganha sentido.</u> Do mesmo modo que o presidente da República diz ignorar o			
que ocorria nos gabinetes vizinhos, <u>as arapongagens de subordinados</u> <u>teriam passado ao largo</u>			
		JNe	JNp
<u>do chefe da campanha do PT.</u>			

Através de um entremeado de Julgamentos negativos variados, iniciando-se com um Julgamento negativo implícito através da ironia em "Conceda-se... ponto", o editorial, no quarto estágio, tem como meta criticar a atitude omissa do presidente da República, que acaba, assim, acolhendo "arapongagens" em seu governo e, mais ainda, se de fato é inocente e desconhece esse submundo, perdeu o próprio controle do país. Notemos a F+ em "grande", "ao longo", "nada sabia", que acrescentam gradação de aumento para as expressões que acompanham, e que se acrescentam à interpretação do leitor.

5. <u>Tanta desinformação poderia soar a descontrole.</u> <u>A repetição "ad nauseam" dos desmandos,</u>			
no	JNe		JNe
entanto, vai revelando	<u>uma certa ordem no caos aparente.</u>		
respeito do que	JNp		JNe
se faz nos escalões inferiores do partido e do governo <u>interessa aos chefes hierárquicos.</u> O			
nada saber é			JNp
o mecanismo que inibe que a <u>"queda de um aparelho"</u> venha a <u>comprometer toda a</u>			
<u>organização.</u>		JNe	JNp

Não contente em apenas sugerir o descontrole, o estágio 5 repete-o claramente. Este trecho apresenta Julgamento negativo provocado, através do uso da ironia, por exemplo, em "uma certa ordem", "interessa aos chefes", "nessa lógica" para mostrar a existência de um "dispositivo petista" de se

utilizar do "caos" para preservar a organização como um todo. "Queda do aparelho" traz para o presente, através da intertextualidade, a fase terrorista da nossa história, aumentando o clima de apreensão e de ocultas subjacências que perpassa o discurso. Vemos, então, aqui, a função da Avaliatividade em favorecer o alinhamento do leitor não só com as práticas institucionais envolvidas quanto com as atitudes que se espera em relação a essas práticas

6. Táticas herdadas da guerrilha urbana, solidariedades forjadas em décadas de luta entre grupos__ JNp JNp
sindicais e acesso facilitado aos cofres e aos contratos públicos - aos financiadores da política,
 JNp
 portanto - se amalgamam para formar a rede "lulo-petista". Os grupos se movem com relativa
 JNp JNp
relativa autonomia, parecem fazer o que bem entendem, conspurcam as fronteiras entre
Estado e JNp
partido, mas estão todos conectados entre si a sustentar um projeto de permanência no poder.
 JNp

O editorial, após ter preparado o contexto desfavorável ao PT, não mais se escuda em atos de fala indiretos ou em modalizações, adotando um tom monoglóstico em seus enunciados. Mesmo assim, evita o uso de avaliações explícitas, o que, a meu ver, caracteriza a modalidade escrita desse gênero. A distribuição dos recursos como uma parte integral da negociação de significados que se desenrolam, demonstra os modos pelos quais diferentes contextos acarretam diferentes combinações de opções, e como os falantes podem explorar diferentes séries de Avaliatividade para construir personas específicas, conforme nos diz Martin.

7. Lula teve várias oportunidades para liquidar esse submundo corrupto e autoritário
 JNi JNe
instalado na máquina federal; teve meios para patrocinar depuração radical em seu partido.
 JNp
 A imposição de uma derrota cabal ao modo "companheiro" de gerir o Estado era necessária.
 Mas o JNe +F JNp
 presidente preferiu o despiste e a acomodação. Foi o maior patrocinador da impunidade,
alimento da JNe JNe
desfaçatez que levou um grupo de "companheiros" a tentar comprar delações com dinheiro
sujo em JNe JNe
plena reta final da campanha.

Assim é que, o editorial, chegando ao penúltimo estágio, utiliza-se cada vez mais de Julgamentos explícitos, e a Avaliatividade negativa, que vinha cumulativamente caracterizado Lula e seu governo, eclode aqui em expressões claras e diretas contra o presidente e seus "companheiros". Nesse sentido, não há economia nas escolhas léxico-gramaticais envolvendo Julgamento negativo explícito: "corrupto", "autoritário", "instalado na máquina federal", "despiste", "acomodação", "desfaçatez", "delações", "dinheiro sujo". O editorial já garantira, até aqui, a condição de felicidade (Austin, 1962) de assim se pronunciar, pois a Avaliatividade tem a função de colocar avaliações explícitas, implícitas, e provocadas de tal modo que o leitor partilhe da interpretação do escritor sobre os *tokens* do texto

8. Agiu bem o TSE ao abrir investigação sobre o caso do dossiê. O melhor antídoto contra
 JNp
 a delinquência em rede é o estabelecimento das responsabilidades de cada um - o que o
tribunal JNp JNe
 JNp
 tem todas as condições de fazer.

No último estágio, o editorial faz a avaliação do caso do dossiê, utilizando-se de discurso relatado ao se alinhar com o TSE, que, assim, dá a dimensão policialesca às atividades do PT e do governo federal. Não deve fugir à nossa percepção que, para chegar a essa avaliação final do caso, o editorial percorreu um longo caminho através do qual pontilhou o texto de Julgamentos negativos de toda espécie, com a finalidade de persuadir o leitor conseguir o alinhamento do leitor, pois o que distingue o editorial não é a oferta de valores e crenças, mas o emprego de estratégias textuais que salientam o ato de fala de oferta de valores e crenças (Fowler, 1991).

O Quadro (5) mostra as ocorrências de Julgamento negativo no editorial analisado:

AVALIATIVIDADE: JULGAMENTO NEGATIVO		
Provocado	Explícito	Implícito
24 + 2F	16 + 2F	8
50%	33%	17%

Quadro 5 – Ocorrências de Julgamento negativo em "Rede de Impunidade"

O Quadro 5 nos mostra o Julgamento negativo provocado como tendo mais ocorrência no editorial em foco, seguido de Julgamento negativo explícito, ambos com duas ocorrências de Graduação de força para + intensidade. Esse fato parece sugerir que, na iminência das eleições presidenciais, o editorial não se pautou pela discrição ao enumerar as ações negativas do governo. Daí a pequena proporção do Julgamento negativo implícito.

Mesmo assim, como convém a um editorial que representa a voz de um jornal como a Folha de São Paulo, que procura ser isento, é notável a utilização de Julgamento provocado. Sabemos que esse tipo de Julgamento tem quase a força de um Julgamento explícito, pois conta com um leitor devidamente 'formatado' (Bednarek, 2005), já que está exposto diariamente às opiniões do periódico.

Por outro lado, examinemos o modo como os tipos de Julgamento negativo estão distribuídos no editorial.

JULGAMENTO	Título	Lide	Parágrafos							
			1º.	2º.	3º.	4º.	5º.	6º.	7º.	8º.
Explícito (JNe)	1	1	0	0	2 +F	3	4 +F	0	5	1
Provocado (JNp)	1	1	4	2	1	2	3	7	2	3 +F
Implícito (JNi)	0	0	3	2	0	2	0	0	1	0

Quadro 6 – Distribuição dos tipos de Julgamento negativo no editorial

O Quadro 6 mostra uma tendência de ocorrência:

- (a) no título e no lide, que devem antecipar o tom acusatório convincente para chamar a atenção do leitor, vemos ocorrência de JNe e JNp, mas nenhuma de JNi;
- (b) O JNi tende a ocorrer mais no início do texto, mostrando a cautela do autor em atacar diretamente os membros do PT;
- (c) O JNe em aliança com o JNp tende a aumentar conforme o texto se desenrola;
- (d) O JNi praticamente desaparece, a partir da metade do texto.

O Quadro 6 pode ser um bom indicador de como se faz a persuasão: comedida no início do discurso, com JNi insinuando o Julgamento negativo,

para em seguida tomar aos poucos um tom mais decisivo e monolítico através da mistura de JNe e JNp. Notemos com ambos, em alguns casos, recorrem ao aumento da intensidade com F+ (aumento de força), nos termos de White (2003).

4.3 – Análise da argumentação

Uma vez feito o exame do Julgamento, passo a verificar o fundamento que apóia esse Julgamento. O tom cada vez mais acirrado desse subsistema da Avaliatividade no seu empenho de persuadir o leitor pode diminuir a sua capacidade de aquilatar a veracidade das afirmações. Apoio-me nessa tarefa em Lauerbach (2007), que, por sua vez, traz a Teoria da Argumentação (TOULMIN, 1958), examinando o entimema e a falácia na realização da persuasão. Limite-me a apresentar um exemplo de cada caso, por questão de espaço.

4.3.1 O Entimema

Se o Julgamento negativo é feito de maneira eficiente, resta verificar a solidez da argumentação em que se apóia nesse Julgamento. A análise, então, mostra a existência de entimema (omissão de silogismo) como no trecho assinalado no exemplo (2):

(1) JORGE LORENZETTI, diretor de banco público, colaborador de uma fundação agracia com R\$ 18 milhões em recursos federais e churrasqueiro presidencial, era “analista de risco e mídia” da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva;

O trecho sublinhado foi, evidentemente, incluído, bem como os demais, para construir um contexto desfavorável ao PT. Mas para que tal efeito se efetive, é necessário que o leitor recupere a premissa (a) omitida pelo editorial, do seguinte silogismo, para concluir que 'ser churrasqueiro presidencial' envolve atividade ilegal:

- (a) Todo churrasqueiro presidencial está envolvido em atividade ilegal.
- (b) Jorge Lorenzetti é churrasqueiro presidencial.
- (c) Jorge Lorenzetti está envolvido em atividade ilegal.

Diz Martin que os *tokens* de atitude estão sujeitos à influência do contexto, no sentido de um Julgamento, como um sistema de posicionamento

atitudinal, ser formatado pela situação cultural e ideológica em que opera. O *token* 'churrasqueiro presidencial', aparentemente uma descrição de uma atividade e, portanto, um elemento da metafunção ideacional, está aqui saturado em termos avaliativos (foi classificado acima como expressando Julgamento negativo implícito).

Esse *token*, integrando o silogismo acima, deve constituir o entimema em (a) que, assim, facilmente deve fazer o leitor concluir pelo envolvimento suspeito de Lorenzetti, é deve ser a intenção do editorial.

4.3.2 – A falácia

Há falácia em trecho como:

(2) Do mesmo modo que o presidente da República diz ignorar o que ocorria nos gabinetes vizinhos, as arapongagens de subordinados teriam passado ao largo do chefe da campanha do PT.

Notemos, em (2), um adjunto adverbial, incluindo orações subordinadas, preceder o resto da oração. O editorial coloca, no termo acessório, um fato aparentemente aceito, para concluir na oração que Lula teria ignorado as 'arapongagens'. Assim colocado, ou seja, apoiado em um fato aceito, a tendência é de o leitor do editorial aceitar mais facilmente a afirmação feita a seguir. Porém, esse raciocínio é falho. O fato de alguém ignorar o que ocorre nos 'gabinetes vizinhos' não leva necessariamente a ignorar também 'as arapongagens'.

O que não deve passar despercebido aqui é que – de qualquer forma - o conteúdo da declaração, embora falho, começa a integrar as informações que o leitor armazena em sua mente no decorrer da leitura.

4.3.3 A Teoria da Argumentação

Passo a avaliar a argumentação através do esquema de Toulmin:

Reivindicação	Esse é o primeiro esboço do “dispositivo” petista posto em marcha na tentativa de comprar informações contra adversários.
Dados	Jorge Lorenzetti, diretor de banco público, colaborador de uma fundação agraciada com R\$ 18 milhões em recursos federais e churrasqueiro presidencial, era “analista de risco e mídia” da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva; Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho que, segundo “Época”, formou dupla com Lorenzetti para oferecer à revista um dossiê contra os tucanos, atuava no programa de governo.
Garantia	Nenhuma, pois envolvem entimema. Além disso, a oferta do dossiê não havia sido provada.
Qualificação	Não há termo explícito de Qualificação. Mas como já foi demonstrado na análise de Julgamento, há Julgamento negativo provocado em 'dispositivo petista'.

Quadro 7 – Avaliação da solidez da argumentação

O editorial, com base nos Dados do Quadro 7, faz a Reivindicação. Porém, o esquema de Toulmin exige a consulta à Garantia, que esses Dados devem ter, para permitir essa Reivindicação. É nesta etapa que verificamos que esses Dados não têm Garantia, pois referem-se a entimemas ou a fato ainda não provado.

Creio que o fato de um texto apresentar certo tipo de Julgamento, negativo, no caso do editorial analisado, não é suficiente para compreendermos a razão de sua presença no discurso. Eventos há que, embora julgados negativamente num primeiro momento, podem não se caracterizar como tal, mas revelar artifícios do seu autor como meio de persuasão do leitor. É o que aconteceu ao submetemos o editorial a um filtro – a Teoria da Argumentação, no caso.

A questão é que, mesmo correspondendo a raciocínios falhos, o conteúdo da mensagem passa a pertencer ao enquadre do leitor, que o utiliza em sua interação com o texto, que é o ato perlocucional esperado pelo editorial.

5 – Considerações finais

Vemos, portanto, que o editorial tenta persuadir o leitor através de Julgamento negativo do tipo explícito ou provocado em 83% dos casos. Esse Julgamento é feito, na maioria dos casos, com o uso do tom monoglóssico, ou seja, é apresentando como uma afirmação categórica, como se contasse com o

assentimento do leitor. Mas, podemos ver também que o argumento, apoiado em Julgamentos negativos expressos de maneira clara na maioria das vezes, ocultam uma argumentação frágil, que tenta se sustentar através de entimemas, falácias e reivindicações sem garantia.

A linguística crítica, graças às ferramentas que hoje possui, pode desvendar o que vai na subjacência do texto persuasivo. Reconheço, porém, que, nesse particular, há diversos recursos de que se aproveita esse editorial para persuadir o leitor. Refiro-me à manipulação hábil dos recursos léxico-gramaticais, aliados ao desenrolar do discurso, que são eficazes no processo persuasivo, mas que não foram examinados no presente estudo.

ANEXO

Editorial publicado na *Folha de S.Paulo*, 21.09.06

REDE DE IMPUNIDADE

LULA PERDEU CHANCES QUE TEVE PARA ACABAR COM O MODO DE AÇÃO AUTORITÁRIO E CORRUPTO DE GRUPOS PETISTAS NO GOVERNO

JORGE LORENZETTI, diretor de banco público, colaborador de uma fundação agraciada com R\$ 18 milhões em recursos federais e churrasqueiro presidencial, era “analista de risco e mídia” da campanha de Luiz Inácio Lula da Silva; Oswaldo Bargas, ex-secretário do Ministério do Trabalho que, segundo “Época”, formou dupla com Lorenzetti para oferecer à revista um dossiê contra os tucanos, atuava no programa de governo.

Ricardo Berzoini, ex-ministro que só anteontem se lembrou de que fora avisado da negociação com o semanário, preside o PT e chefiava a campanha à reeleição. Expedito Veloso, o mais novo personagem do enredo, deixou ontem a diretoria de Gestão de Riscos do Banco do Brasil.

Esse é, passado o momento inicial da chamada crise do dossiê, o primeiro esboço do “dispositivo” petista posto em marcha na tentativa de comprar informações contra adversários. A responsabilidade de Berzoini, demitido ontem da coordenação da campanha, não desaparece quando diz que desconhecia o conteúdo da conversa de um subordinado com a imprensa. Se soube do encontro, mas não procurou informar-se do assunto a ser abordado, no mínimo se omitiu.

Conceda-se a Berzoini em um ponto. Dentro do grande mapa das falcaturas em que seus correligionários foram flagrados ao longo do governo Lula, a alegação do presidente petista de que não sabia de nada ganha sentido. Do mesmo modo que o presidente da República diz ignorar o que ocorria nos gabinetes vizinhos, as arapongagens de subordinados teriam passado ao largo do chefe da campanha do PT.

Tanta desinformação poderia soar a descontrole. A repetição “ad nauseam” dos desmandos, no entanto, vai revelando uma certa ordem no caos aparente. Nessa lógica, a ignorância a respeito do que se faz nos escalões inferiores do partido e do governo interessa aos chefes hierárquicos. O nada saber é o mecanismo que inibe que a “queda de um aparelho” venha a comprometer toda a organização.

Táticas herdadas da guerrilha urbana, solidariedades forjadas em décadas de luta entre grupos sindicais e acesso facilitado aos cofres e aos contratos públicos -aos financiadores da política, portanto- se amalgamam para formar a rede “lulo-petista”. Os grupos se movem com relativa autonomia, parecem fazer o que bem entendem, conspurgam as fronteiras entre Estado e partido, mas estão todos conectados entre si a sustentar um projeto de permanência no poder.

Lula teve várias oportunidades para liquidar esse submundo corrupto e autoritário instalado na máquina federal; teve meios para patrocinar depuração radical em seu partido. A imposição de uma derrota cabal ao modo “companheiro” de gerir o Estado era necessária. Mas

o presidente preferiu o despiste e a acomodação. Foi o maior patrocinador da impunidade, alimento da desfaçatez que levou um grupo de “companheiros” a tentar comprar delações com dinheiro sujo em plena reta final da campanha.

Agiu bem o TSE ao abrir investigação sobre o caso do dossiê. O melhor antídoto contra a delinquência em rede é o estabelecimento das responsabilidades de cada um -o que o tribunal tem todas as condições de fazer.

PARTE D

O sistema de gradação

Gradação: força e foco

Anderson Alves de Souza (UFPB)

1 – O fenômeno da gradação

O fenômeno da gradação refere-se à utilização de recursos léxico-gramaticais pelos falantes para expressar e ajustar o que Martin (1997), Martin e Rose (2003) e Martin e White (2005) descrevem como o grau, ou ‘volume’, da intensidade das avaliações de julgamento, afeto e apreciação disponíveis no Sistema de Atitude e o ‘volume’ da intensidade dos recursos de posicionamento intersubjetivo disponíveis no Sistema de Engajamento.

O conceito de gradação pressupõe a existência de uma escala, ou contínuo, de intensidade virtual com valores que variam entre um pólo constituído de termos que expressam avaliações socialmente consideradas como menos intensas e um outro pólo constituído de itens que indicam avaliações consideradas mais intensas. Por exemplo, na variedade padrão do português brasileiro, os itens lexicais *gostar*, *amar* e *adorar* compartilham, entre vários significados, o sentido de ‘*ter afeição ou sentir simpatia por alguém*’. Entretanto, esses itens lexicais expressam graus de intensidade diferentes. *Gostar* é o termo que indica o menor grau de intensidade. Em seguida vem *amar*, que, de acordo com o dicionário Houaiss (Houaiss e Villar, 2001), significa ‘*gostar muito de*’. E, finalmente, no ponto positivo extremo da escala, está *adorar*, que significa ‘*amar de maneira extrema*’. A Figura 1 representa esses termos em forma de escala para uma melhor visualização.

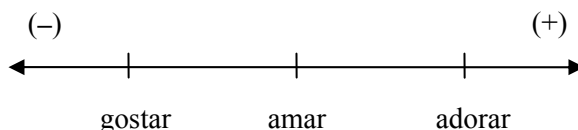


Figura 1: Escala de intensidade dos termos *gostar*, *amar* e *adorar*

O sistema de gradação apresenta dois subsistemas, **força** e **foco**, que servem de ponto de partida para outras opções sistêmicas mais específicas. O subsistema de **força** oferece recursos para graduar qualidades (p. ex.: *inteligente, bonito, feio, medroso*) e processos (p. ex.: *andar, correr, comer, pedir*). O subsistema de **foco**, por sua vez, oferece recursos para graduar categorias semânticas prototípicas que em princípio não são passíveis de serem graduadas (p. ex.: *pai, professora, cadeira, livro*). A Figura 2 mostra estas duas opções do sistema de Gradação, além de mostrar ainda as duas opções presentes no subsistema de força: intensificação e quantificação, que são explicadas de forma mais detalhada na Seção 2. O subsistema de foco, por sua vez, será discutido na Seção 3.

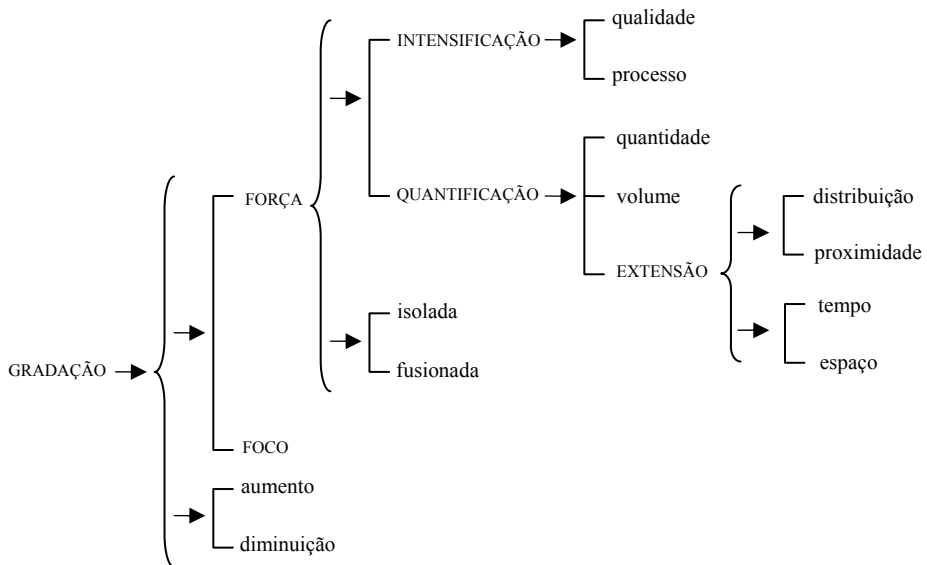


Figura 2: O Sistema de Gradação. *Nota:* adaptado de Martin e White (2005, p. 154).

2 – Força

Martin e White (2005) identificam duas opções no subsistema de força: a intensificação e a quantificação, como na Figura 2. A **intensificação** refere-se à gradação de processos, qualidades e indicadores de modalidade, enquanto que a **quantificação** refere-se à gradação de entidades apenas. Ambas, intensificação e quantificação, são realizadas por meio de vários recursos léxico-gramaticais.

2.1 – Intensificação

Os recursos de intensificação compreendem as estratégias de gradação de fusão, isolamento e repetição, conforme apresentado nas subseções a seguir.

2.1.1 – Fusão

Como o nome sugere, na estratégia **fusão** o grau de intensidade é incorporado ao significado de um único item lexical. Naturalmente, não é possível definirmos com precisão o valor exato do grau de intensidade atribuído a cada um dos itens lexicais que constituem a escala de um determinado campo semântico. Mas, de forma geral, há certos campos semânticos em que podemos distinguir três níveis gerais de intensidade: baixa, média e alta, conforme mostra os exemplos apresentados no Quadro 1 com os processos (*se*) *arrastar*, *andar* e *correr* e as qualidades *contente*, *feliz*, *extasiada*.

Intensidade	Processos
Alta	(1) Ele <u>correu</u> até o portão
Média	(2) Ele <u>andou</u> até o portão
Baixa	(3) Ele <u>se arrastou</u> até o portão
Intensidade	Qualidades
Alta	(4) Ela ficou <u>extasiada</u> com o resultado
Média	(5) Ela ficou <u>feliz</u> com o resultado
Baixa	(6) Ela ficou <u>contente</u> com o resultado

Quadro 1: Exemplos de orações com gradação do tipo fusão

O Quadro 2 mostra outras qualidades e processos apresentados em uma possível ordem crescente de intensidade com base nesses três níveis de intensidade.

Intensidade	Qualidades			
Alta	<i>Arrasado</i>	<i>Acabado</i>	<i>Brilhante</i>	<i>excelente</i>
Média	<i>Triste</i>	<i>Exausto</i>	<i>Inteligente</i>	<i>ótimo</i>
Baixa	<i>Chateado</i>	<i>Cansado</i>	<i>Esperto</i>	<i>bom</i>

Intensidade	Processos			
Alta	<i>Adorar</i>	<i>Berrar</i>	<i>Implorar</i>	<i>correr</i>
Média	<i>Amar</i>	<i>Falar</i>	<i>Suplicar</i>	<i>andar</i>
Baixa	<i>Gostar</i>	<i>sussurrar</i>	<i>Pedir</i>	<i>arrastar (se)</i>

Quadro 2: Realizações de gradação do tipo fusão

No exemplo (7), extraído de um texto sobre a crise econômica mundial no ano de 2008, o autor faz uso da estratégia fusão para representar metaforicamente a diminuição da movimentação financeira nas principais bolsas de valores dos Estados Unidos como o movimento de um objeto em queda. Nesse caso, o autor utiliza o processo *tombiar* para descrever uma queda de baixa intensidade, *mergulhar* para uma queda de média intensidade e *despençar* para uma queda de alta intensidade.

- (7) *O índice Dow Jones tombou 3,22 por cento, a 10.482 pontos. O Standard & Poor's 500 mergulhou 4,03 por cento, a 1.114 pontos. O Nasdaq despençou 4,48 por cento, para 1.976 pontos.*

(Fonte: Primeira Chamada, 3 de outubro de 2008, ano 1, n° 80, p. 4)

No exemplo (8), também sobre a crise econômica mundial, o autor utiliza os itens avaliativos *pânico* e *terror* para descrever o aumento da reação negativa dos principais operadores do mercado financeiro frente a uma medida do governo norte-americano.

- (8) *O pânico virou terror quando a operação de salvamento pelo governo americano da maior seguradora do mundo, a AIG, teve o efeito de aumentar ainda mais a já ebuliente ansiedade geral.*

(Fonte: Revista Veja, 24/09/2008, edição 2079, ano 41, no. 38, p. 126)

No exemplo (8), portanto, o termo *pânico* descreve uma reação com intensidade média, enquanto *terror* representa uma intensidade alta. Poderíamos ainda acrescentar o termo *medo* e dessa forma propor uma escala com três níveis de intensidade para representar este campo da emoção humana: *medo – pânico – terror*.

Outros exemplos de intensificação isolada de processos materiais de movimento (Halliday e Matthiessen, 2004, p. 189) extraídos do mesmo texto que o exemplo (7) incluem:

- (9) A moeda norte-americana decolou 5 por cento, a 2,021 real.
- (10) Um dado divulgado pela manhã mostrou que as encomendas à indústria dos EUA despencaram mais que o esperado em agosto.
- (11) Em Wall Street, o índice Dow Jones caiu 3,2 por cento, enquanto o S&P 500 despencou 4,5 por cento.
- (12) A ação da Petrobras, (...), mergulhou 8,2 por cento, para 32,05 reais.
- (13) A ação da Vale desabou 10,0 por cento, para 29,40 reais.

2.1.2 – Isolamento

Na estratégia **isolamento**, por sua vez, o aumento ou a diminuição de intensidade da gradação ocorre por meio de um advérbio ou locução adverbial – geralmente de intensidade ou modo – associado à qualidade ou processo que o falante deseja graduar. A Figura 3 mostra em uma possível escala de gradação alguns dos advérbios e locuções adverbiais de intensidade, frequentemente empregados como recursos de intensificação isolada, para graduar qualidades na língua portuguesa.

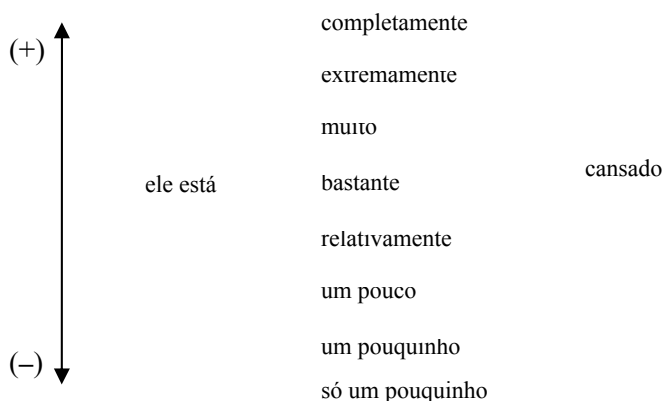


Figura 3: Escala de intensidade de advérbios e locuções adverbiais usados na realização de intensificação isolada

Martin e White (2005, p. 142-143) se referem aos advérbios e locuções adverbiais de intensidade utilizados para graduar qualidades, exemplificados na Figura 3, como ‘intensificadores gramaticais’ por se tratar de itens pertencentes a um conjunto fechado e por não possuírem um referente de significado específico. Entretanto, outro recurso de intensificação isolada de

qualidades mencionado Martin e White (ibid.) inclui também o uso de itens lexicais com conotações figurativas ou atitudinais utilizados como elementos de gradação. Este recurso é denominado ‘lexicalização’. Por exemplo:

- (14) *Alguns requintes na construção e no funcionamento do túnel deixariam Steven Spielberg, o cineasta dos efeitos especiais, louco de inveja.*
(Fonte: Revista Veja, 07/11/1990, edição 1155, p. 46)
- (15) *Por outro lado, as sanções ajudaram a consolidar o poder do tirano [Saddam Hussein] e o tornaram estupidamente rico.*
(Fonte: Revista Veja, 09/05/2002, edição 1750, p. 50)

Os autores observam, entretanto, que nestes casos, o significado do item intensificador perde parte de sua carga semântica, pois não pode ser interpretado isoladamente. Ou seja, no exemplo (14), o termo *louco de inveja* funciona apenas como um elemento de intensificação (isto é, *com muita inveja*) e não como uma avaliação negativa de julgamento.

Enquanto a intensificação isolada de qualidades se dá tipicamente por meio de intensificadores gramaticais, a gradação isolada de processos ocorre principalmente através de advérbios lexicais funcionando como circunstâncias de modo (Hood, 2004). Expressões de atitudes realizados por meio da intensificação isolada de processos podem ser observados nos seguintes exemplos:

- (16) *Apesar das brevidades das narrativas, esse é um livro para ser apreciado vagarosamente, (...).*
(Fonte: Revista Veja, 19/03/2008, edição 2052, p. 132)
- (17) *Maysa foi transgressora porque ousou viver com prazer e sofreu profundamente.*
(Fonte: Revista Veja, 21/01/2009, edição 2096, p. 16)
- (18) *Renan [Calheiros] ouviu tudo atentamente – e nada falou.*
(Fonte: Revista Veja, 12/09/2007, edição 2025, p. 66)
- (19) *Durante muito tempo chimpanzés e gorilas foram estudados apenas superficialmente.*
(Fonte: Revista Veja, 28/0/1998, edição 1531, p. 46)

Ainda no campo da estratégia de isolamento, além de qualidades e processos, indicadores de modalidades também são passíveis de serem

graduados através de recursos de isolamento. De modo bastante amplo, indicadores de modalidade são termos que indicam a opinião do falante sobre:

- (i) o grau de probabilidade de alguma coisa acontecer (p. ex.: *é pouco provável que ele venha* versus *é muito provável que ele venha*);
- (ii) a frequência com que alguma coisa acontece (p. ex.: *é pouco usual avistarmos golfinhos em Fernando de Noronha* versus *é muito usual avistarmos golfinhos em Fernando de Noronha*);
- (iii) o quão inclinado alguém está a fazer alguma coisa (p. ex.: *ela está pouco disposta a ajudar* versus *ela está muito disposta a ajudar*);
e
- (iv) o quão obrigado alguém está a fazer alguma coisa (p. ex.: *é esperado que você vá à reunião* versus *é obrigatório que você vá à reunião*).

A Tabela 1 mostra estes quatro tipos de modalidade⁵ e seus graus de ‘intensidade’.

	Probabilidade	Frequência	Obrigação	Inclinação
Alta	certo	sempre	obrigatório	determinado
Média	provável	geralmente	esperado	decidido
Baixa	possível	às vezes	permitido	disposto

Tabela 1: Os diferentes tipos de modalidade e seus respectivos graus de intensidade.

Nota: traduzida de Halliday; Matthiessen (2004, p. 620)

2.1.3 – Repetição

A estratégia **repetição**, por sua vez, diz respeito ao uso repetido de um mesmo item lexical ou de itens lexicais pertinentes a um mesmo campo

⁵ De forma mais detalhada, expressões de probabilidade e frequência pertencem ao domínio das proposições e são denominadas modalização, enquanto que expressões de obrigação e inclinação pertencem ao domínio das propostas e são chamadas de modulação. O termo modalização, portanto, engloba os conceitos de modalização e modulação (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 147).

semântico. Uma amostra de repetição de um mesmo ítem lexical pode ser visto no exemplo (20), que mostra um comentário da Senadora Ideli Salvatti a respeito da inesperada candidatura do Senador José Sarney para a presidência do Senado Federal em 2009. Eu seu comentário a Senadora repete três vezes o processo verbal *negou* para enfatizar a negativa de Sarney de que seria candidato.

(20) *Não teve nenhum fato novo e, de repente, aparece a candidatura do Sarney. Ele negou, negou, negou e agora aparece candidato.* (Fonte: Revista Veja, 28/01/2009, ed. 2097, p. 44)

A utilização repetida do processo *negou*, atribuído a José Sarney no papel de Dizente, intensifica a avaliação negativa de julgamento (propriedade) evocada por meio dos significados experienciais escolhidos pela Senadora Ideli Salvatti, pois sinaliza que o Senador José Sarney é um homem que diz uma coisa e faz outra ou, em outras palavras, que Sarney não é um ‘homem de palavra’, – comportamento este considerado como impróprio em várias esferas sociais da cultura brasileira.

O exemplo (21), por outro lado, ilustra o recurso da repetição realizado por meio da utilização de itens lexicais pertinentes a um mesmo campo semântico:

(21) *Se há, entretanto, problema que exija planejamento de longo prazo, com expectativa de resultados seguros mas só gradativamente evidenciáveis, este é o da formação de gente, isto é, de uma população sadia, ativa e capaz.* (Fonte: Revista Veja, 09/2008, ed. especial 2077, p. 215)

Neste caso, a conjunção dos termos *sadia*, *ativa* e *capaz* funciona como elemento intensificador porque todos os termos são avaliações positivas pertencentes ao sistema de julgamento.

2.2 – Quantificação

Como mencionado anteriormente, a estratégia **quantificação** diz respeito à gradação de entidades, quer sejam elas concretas (p. ex.: *livros*, *carros*, *maçãs*) ou abstratas (*amores*, *soluções*, *dúvidas*). Assim como os recursos léxico-gramaticais de intensificação, as quantificações também podem ser realizadas por meio de recursos de fusão e isolamento. Entretanto,

Martin e White (2005) atentam para o fato de que a maioria das realizações de quantificação ocorre através da estratégia isolamento, que é aquela em que a gradação se realiza por meio de um elemento amplificador associado à entidade graduada.

Os autores (ibid.) identificam três opções disponíveis no subsistema de quantificação, a saber: quantidade, volume e extensão, conforme ilustra a Figura 2. Como o nome sugere, a opção **quantidade** refere-se à gradação de uma quantidade indeterminada de uma entidade. A forma principal de realização de quantificação isolada com relação a quantidade ocorre por meio de numerativos quantitativos indefinidos (Halliday; Matthiessen, 2004, p. 315-316) tais como *poucos*, *alguns*, *vários*, *muitos*. Por exemplo, *ele doou alguns livros* versus *ele doou muitos livros*; *temos poucos problemas para resolver* versus *temos vários problemas para resolver*. A Figura 4 apresenta alguns dos numerativos quantitativos indefinidos comumente utilizados na língua portuguesa.

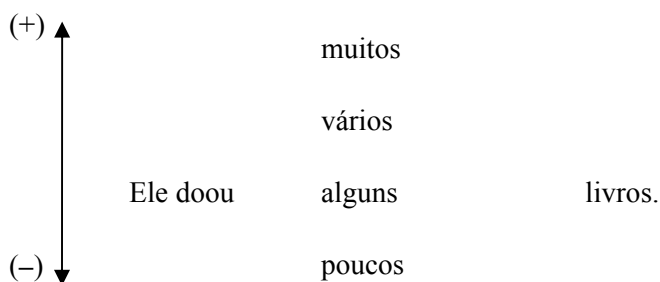


Figura 4: Escala de intensidade de numerativos quantitativos indefinidos usados na realização de quantificação isolada

A segunda opção, **volume** — também denominada **presença** por Martin e White (2005) — engloba não apenas a noção de tamanho (*pequeno*, *grande*), mas também outros campos semânticos, tais como altura (*baixo*, *alto*), peso (*leve*, *pesado*), espessura (*fino*, *grosso*) e luminosidade (*escuro*, *claro*).

Como podemos observar na Figura 2, a terceira e última opção do subsistema de quantificação, **extensão**, apresenta duas outras subopções: distribuição e proximidade, as quais oferecem escolhas nas modalidades tempo e espaço. A categoria **distribuição espacial** refere-se ao quão difusa uma entidade está no espaço (p. ex.: *contaminação generalizada* versus *contaminação localizada*). A categoria **distribuição temporal**, por sua vez,

refere-se ao quão extensa uma entidade se encontra no tempo (p. ex.: *trégua duradoura* versus *trégua curta*).

A estratégia **proximidade temporal** diz respeito ao quão próximo ou distante uma entidade se encontra do tempo atual, por exemplo, *uma pesquisa recente* versus *uma pesquisa antiga*. E, finalmente, a opção **proximidade espacial** localiza uma entidade no espaço com base na noção de distância, por exemplo: *ele procurou uma cidade próxima para depositar o dinheiro* versus *ele procurou uma cidade distante para depositar o dinheiro*.

Apesar de a maioria das realizações de quantificação ocorrer através da estratégia isolamento, Martin e White (ibid.) salientam que a estratégia fusão é comum nas ocorrências que envolvem realizações metafóricas de quantificação tais como *o médico receitou uma montanha de remédios*; *a situação atual representa um mar de oportunidades para nossa empresa*; e *a empresa recebeu uma avalanche de reclamações*. Representações metafóricas de quantificação como estas não são interpretadas como realizações da estratégia isolamento porque neste tipo de gradação “a estimativa de quantidade é expressa, não pelo elemento modificador, mas sim pelo substantivo núcleo do grupo nominal” (ibid., p. 151).

Entretanto, há determinadas locuções envolvendo o uso de metáforas que são interpretadas como realizações da estratégia isolamento. Isto acontece em locuções quantificadoras onde o elemento metafórico funciona como epíteto modificando o substantivo núcleo, por exemplo: *diferenças gigantescas*; *situações tempestuosas*; *ondas avassaladoras*; *ansiedade ebuliente*.

3 – Foco

Como brevemente mencionado anteriormente, o subsistema de **foco** oferece recursos para graduarmos categorias semânticas prototípicas que – experiencialmente falando – em princípio não são passíveis de serem graduadas (Martin e White, 2005, p. 137). Por exemplo, na oração *este vestido é de seda*, o termo *seda* representa uma categoria semântica distinta, que utilizamos para nos referir ao tecido feito a partir do filamento do casulo da larva do bicho-do-seda. Prototípica e experiencialmente falando, portanto, não poderia haver um ‘meio-termo’, um tecido ‘mais ou menos’ de seda. Em outras palavras, em termos absolutos um tecido **é** ou **não é** de seda.

Todavia, o sistema da linguagem, atendendo as necessidades de uso – de **função** – da espécie humana ao longo de sua evolução, também

desenvolveu recursos léxico-gramaticais para permitir que os falantes expressassem diferentes ‘graus’ de prototipicidade experiencial. Estes recursos estão disponíveis nas duas opções presentes no subsistema de foco: acentuação e atenuação, como ilustrado em forma de rede de sistema na Figura 6.

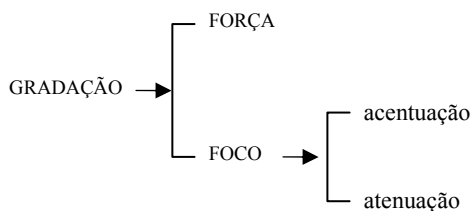


Figura 6: O subsistema de Foco

Gradações de foco do tipo **acentuação** envolvem o uso de locuções tais como *puro*, *de verdade*, *verdadeiro*, *legítimo*, *genuíno*, *real* e *mesmo* que enfatizam a essência de categorias semânticas experienciais. Por exemplo, na oração *este vestido é de seda legítima*, através da locução ‘*legítima*’, conseguimos transformar a categoria semântica distinta ‘*seda*’ em uma entidade graduada e representá-la com um alto grau de autenticidade. Os exemplos abaixo, retirados de textos publicados em diversas edições da revista *Veja*, ilustram o uso da estratégia acentuação como forma de graduar algumas entidades e, destarte, representá-las como ‘mais pertencentes’ às suas categorias experienciais.

- (22) *Os efeitos [da crise] foram pouco notados até aqui na chamada economia real, (...).*
 (Fonte: Revista Veja, 24/09/2008, ed. 2079, p. 136)
- (23) *Em Austrália, (...), a inglesa esnobe Sarah Ashley, que, (...), é interpretada pela genuinamente australiana Nicole Kidman (...).*
 (Fonte: Revista Veja, 21/01/2009, ed. 2096, p. 126)
- (24) *O verdadeiro milagre é que Machado de Assis tenha se tornado um autor de primeira linha da literatura mundial, (...).*
 (Fonte: Revista Veja, 24/09/2008, ed. 2079, p. 161)
- (25) *Reverter as Forças Armadas à condição de “nivelador republicano”, como quer Jobim, representará uma mexida e tanto. Significa tornar o serviço militar obrigatório de verdade, e para todas as classes.*
 (Fonte: Revista Veja, 10/09/2008, ed. 2077, p. 166)

- (26) *Em princípio, contudo, personagens como Moura são, sim, alvo legítimo para as investidas de humor.* (Fonte: Revista Veja, 10/09/2008, ed. 2077, p. 163)
- (27) *O aborto é uma escolha puramente pessoal.*
(Fonte: Revista Veja, 10/09/2008, ed. 2077, p. 153)

Realizações do tipo **atenuação**, por outro lado, podem reduzir o grau de pertencimento de um item lexical à certa categoria experiencial e conseguem desta forma representá-lo como um membro menos ‘autêntico’ da categoria. Por exemplo, *Ele deu para ela um vestido feito com uma espécie de seda.* Neste caso, portanto, o tecido é representado com um grau menor de autenticidade. Alguns termos frequentemente utilizados como recursos de atenuação em português incluem *uma espécie de*, *um(a) certo(a)*, *tipo assim* e *suposto*. Por exemplo:

- (28) *Nas imediações da bolsa, no entanto, havia uma certa agitação na semana do caos.*
(Fonte: Revista Veja, 24/09/08, ed. 2079, p. 139).
- (29) *A Fannie Mae e a Freddie Mac não serão uma espécie de Caixa Econômica Federal americana nem o Fed vai começar logo mais a vender seguros.*
(Fonte: Revista Veja, 24/09/08, ed. 2079, p. 142).
- (30) *A Igreja Católica jamais condenou formalmente a teoria de Darwin, embora tenha mostrado certa relutância em aceitá-la nas primeiras décadas após a publicação de A Origem das Espécies.*
(Fonte: Revista Veja, 24/09/08, ed. 2079, p. 115).
- (31) *Morador de um confortável subúrbio de Nova York, Frank Wheeler despreza seu emprego em um escritório, que sufoca seu suposto talento.*
(Fonte: Revista Veja, 21/01/09, ed. 2096, p. 132).

Martin e White (ibid., p. 138) observam que termos inerentemente graduáveis tais como qualidades podem muitas vezes ser graduados tanto por meio de recursos de intensificação (p. ex.: *ele estava muito nervoso*) quanto de recursos de quantificação (p. ex.: *ele estava nervoso de verdade; ele estava tipo assim nervoso*).

4 – Observações finais

Um ponto importante a ser notado com relação aos recursos de gradação é que eles são tão essenciais para o Sistema de Avaliatividade que Martin e White (2005, p. 136) consideram os Sistemas de Atitude e Engajamento como sendo domínios do Sistema de Gradação. De certa forma, isso equivale a dizer que uma análise das avaliações de atitude e engajamento presentes em um determinado texto pode sempre ser enriquecida quando acrescentamos uma descrição do grau de intensidade dessas avaliações.

A inclusão dessa dimensão de gradação na análise nos permite, entre outras coisas, dizer o quão comprometido o produtor de um texto se coloca com relação aos valores que expressa em suas avaliações. Naturalmente, quanto mais próximo dos pontos extremos da escala de intensidade as avaliações atitudinais e os valores de posicionamento intersubjetivo estiverem, maior será o grau de comprometimento de seu autor com essas avaliações e, igualmente, maior será o efeito dialógico de sua investida em tentar alinhar sua audiência com estes valores e atitudes.

Vale lembrar ainda que a descrição das opções do Sistema de Gradação presente neste capítulo não representa a ‘palavra final’ sobre todos os recursos de gradação disponíveis no vasto universo do sistema da linguagem. À medida que novas pesquisas forem feitas, a complexa rede do Sistema de Gradação deverá ser expandida e, da mesma forma, expandir-se-á, também, nosso conhecimento sobre a inesgotável possibilidade de usos e recursos da linguagem da humana.

A gradação da linguagem na literatura marginal⁶

Orlando Vian Jr (UFRN)

1 - Introdução

Para discutir aspectos do sistema de avaliatividade, bem como os recursos para avaliação disponíveis em Língua Portuguesa, dentro do subsistema de Gradação e dos significados disponíveis na língua para enfatizar ou reduzir a força das avaliações, utilizaremos exemplos retirados do livro *Mundo Perdido*, de Patrícia Melo (2006).

Mundo Perdido compõe-se de 20 capítulos e, para a seleção das ocorrências, optamos por recortes de diferentes capítulos, para que o leitor tenha uma visão panorâmica de como a linguagem avaliativa permeia o texto.

A partir da seleção desses excertos, pretendemos discutir a maneira como a autora seleciona recursos de gradação em seu texto, acentuando a avaliação negativa e trazendo ao leitor o mundo marginal e, embutido nisso, uma sátira social. Nosso objetivo, portanto, está em apontar aspectos semânticos e léxico-gramaticais da variante brasileira da língua portuguesa em relação à Gradação e como esta se realiza léxico-gramaticalmente, tomando-se por base a história narrada por Máiquel, também protagonista de *O matador* (Melo, 1995), outro livro da mesma autora transformado no filme *O homem do ano*, e que, na presente narrativa, retorna, depois de 10 anos foragido, com o intuito de encontrar sua filha, Samanta, e matar a segunda esposa, Érica, e o novo marido desta, Marlênio, um pastor evangélico, que fugiram com a filha de seu primeiro casamento e com seu dinheiro.

Antes de tudo é preciso sinalizar que a avaliação já está presente no título do livro, pois, ao retratar um mundo perdido, já se tem a pista de que vamos mergulhar em um mundo sem solução, um mundo de crimes, irregularidades e ilegalidade. Ressaltamos, também que o item lexical ‘foragido’ é recorrente em todo o livro, de forma a marcar a condição em que

⁶ Este capítulo é parte do texto “O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em língua portuguesa: questões terminológicas e de instanciação”, originalmente publicado na Revista D.E.L.T.A., v. 25, n. 1, pp. 99-129, 2009.

se encontra o protagonista. A narrativa inicia-se com essa indicação, como a primeira oração da narrativa:

Sou **foragido**. (p. 9, grifo meu)

E, da mesma forma, após diversas recorrências para que fique bem claro o seu posicionamento social e discursivo, encerra-se a narrativa, no último parágrafo:

Não quis nem saber. Sou **foragido**. Virei as costas e entrei no carro. (p. 205, grifo meu)

As incursões do personagem ao mundo marginal são várias, uma vez que o périplo para que encontre a filha inicia-se em São Paulo, cruzando o interior do Estado em direção ao Mato Grosso do Sul e Mato Grosso, passando por várias cidades desses Estados, indo até a Bolívia e depois a Belém do Pará e encerra-se em Manaus, cenários nos quais são apresentados ao leitor os mais diversos tipos de crime: roubos de cargas e caminhões, narcotráfico, comércio ilegal de armas, exploração ilegal de madeira, exploração de menores e diversos outros. Pelo fato de o mundo ser visto e narrado pela perspectiva de Máiquel, um marginal matador, tem-se uma visão marcadamente negativa do país e de seu povo. Dessa forma, podemos verificar os mecanismos disponíveis em língua portuguesa e como estes funcionam em relação ao léxico avaliativo de cunho negativo.

Assim como em língua inglesa, os mecanismos em língua portuguesa para intensificação das avaliações são bastante amplos. Observemos o seguinte trecho de Melo (2006: 9-10):

Vai amanhã **bem** cedo. Era o **problema** da Eunice, **muito mandona**. No início, **duvidava de tudo** o que eu dizia. Uma vez, chegou a **arrancar** o telefone da minha mão, para checar com a enfermeira a idade da tia Rosa. Expliquei **milhões de vezes** que eu era o **único sobrevivente** da família, depois que meu primo Robinson morreu, a tia Rosa ficou **muito triste**.

Os itens em negrito trazem diferentes tipos de avaliação, com modificações em vários aspectos, relacionados às qualidades, aos processos e outras escolhas léxico-gramaticais impregnadas de avaliação quando relacionadas ao contexto de situação em que se desenvolve a narrativa de

Patrícia Melo, ocorrendo os mais diversos tipos de avaliação disponíveis no Sistema de Avaliatividade. Apresentarei e discutirei aqui, como sinalizei, apenas alguns representativos de aspectos tipológicos do português brasileiro em relação à gradação.

2 – Mecanismos de gradação

Diversos são os mecanismos disponíveis na língua para efetuarmos gradação em nossas avaliações, pois elas podem estar presentes em diversas partes do texto e ser realizado de diversos modos, mas uma forma frequente de inserirmos nossas avaliações na linguagem é no grupo nominal, já que estes acompanham os nomes que são, por sua vez, o item que realmente avaliamos.

Dessa forma, primeiramente, é relevante mencionar a questão da ordem do epíteto no grupo nominal: por ser primariamente um modificador do nome, ocorre, com maior frequência, posposto ao nome que qualifica:

gente **escrota**
gosto **amargo**
trens **lotados**
avenidas **apinhadas**

No entanto, para exprimir a qualidade que distingue ou que individualiza algo, pode ocorrer anteposto ao substantivo:

bom negócio
bom agenciador
grande Máiquel

2.1 – Mecanismos de foco e de força

Quando procedemos a uma avaliação, o foco de nossas atitudes recai em categorias que, vistas pela perspectiva experiencial, não apresentam escalas gradativas, mas operam como forma de reconstruir categorias de gradação em relação ao item que é avaliado, como descrito no capítulo 11 e como ilustram os exemplos abaixo:

Brasileiro é assim, escroto **mesmo**.

Sou comprista **mesmo**.

Só xingando **mesmo**.

Esse mecanismo, portanto, é denominado **Foco**. Tem por função, ainda, acentuar ou amenizar determinada perspectiva.

Além do mecanismo de Foco, os recursos de Gradação podem também ser realizados pelo mecanismo de **Força** da avaliação, e a língua portuguesa dispõe de diversos recursos para que possamos graduar e reforçar a nossa avaliação sobre algo, dentre eles, os mecanismos de repetição e a utilização de prefixos e sufixos que aumentam ou diminuem a força das avaliações.

A repetição de um mesmo item lexical é um recurso frequentemente utilizado para intensificarmos a força de algo. Nos exemplos a seguir, as personagens desejam reforçar os aspectos negativos da cidade de São Paulo e da cidade de Campo Grande e, para isso, utilizam o modificador repetidas vezes:

Mais cachorro. **Mais** barulho. **Mais** sujeira também.

Muito feia esta terra, **muita** gente, **muita** pobreza, **muito** dinheiro, **muito** prédio, **muita** puta, **muito** lixo, **muito** trânsito...

... lá tem **muita** puta, **muita** droga e **muito** árabe.

Dentre os diversos prefixos gregos e latinos presentes no português, muitos são utilizados com a função de intensificar a avaliação de acordo com o item que antepõem:

... tem um shopping **super**legal.

Já estava **ultra**ligado no repórter...

O mesmo mecanismo pode acontecer pelo emprego de sufixos, através dos quais é possível intensificar a característica de um nome adicionando-se o sufixo aumentativo:

Corpão, toda malhada.

Eu tinha perdido um tempão

cada **carrão**
mulherão na TV.

Como a narrativa de *Mundo Perdido* é pautada pelas aventuras de Máiquel, um matador de aluguel, e seu contato com o submundo, vale ressaltar a constante referência a itens lexicais de linguagem chula ou tabuística utilizada no decorrer da narrativa, principalmente na forma de nominalizações, quando este se refere a outros personagens e ao contexto.

De **bostas**, como nossos políticos.
Desses **merdas**, que só pensam em roubar

Ou, ainda, como já mostrado anteriormente, através do uso de sufixos aumentativos que adicionam um aspecto ainda mais avaliativo a um item chulo já impregnado de avaliação:

youê está **fodidaço**

E mesmo a repetição de itens de um mesmo campo semântico:

E são tantos os **ladrões**, os **corruptos**, os **filhos-da-puta**, os **assassinos**, **escroques**, **falsários**
São **corruptos**, **ladrões**, **cheiradores de pó**.

Por outro lado, a força também pode ser reduzida por meio do uso de palavras de aspecto avaliativo negativo, que, por sua vez, caracterizam as condições sub-humanas de vida em locais periféricos, o que ocorre, por exemplo, com palavras do campo semântico de casa, mas com um aspecto negativo, como ocorre com o emprego de palavras como *muquifo*, *buraco*, *barraco*; ou palavras relacionadas ao crime, como *tramóias*, *esquema*, *sacanagem*; além de outras ocorrências que demonstram o preconceito de Máiquel:

Mas eu não mato **cornio**. Nem trabalho para **veado**.
... não fique à noite zanzando por aí com **preto**. Porque primeiro ele vêm atrás dos **pretos**.

A redução da força avaliativa pode também ocorrer através do acréscimo, a determinados itens lexicais, do sufixo diminutivo, o que pode reduzir a força de algo de diferentes maneiras:

(a) depreciativa

ele disse, o cara-de-pau, com um sorris**inho**
fazendo um monte de grac**inhas**
esses caras fazendo piad**inhas**
aquela branqu**ela**

(b) afetiva, carinhosa

Branq**inhos** os dentes da Divani.
começar uma vida nova numa cidadez**inha**
Se eu estou assim, meio trist**inha**, é só comprar uma blus**inha** nova, um brinq**uinho**
As coisas estavam iguaiz**inhas**.

O sufixo diminutivo tem um valor avaliativo bastante significativo, agregando-se não só a epítetos e classificadores, mas também a nomes e modificadores.

Outro aspecto característico do português é que os sufixos flexionam-se em gênero e número, traço tipológico do idioma:

masculino singular: **novinhO**
masculino plural: **branquinhOS**

feminino singular: **blusinhA**
feminino plural: **iguaizinhAS**

A alternância entre a intensificação e a redução da força revela aspectos grotescos, como no exemplo abaixo, em que fica patente o aspecto esdrúxulo do que está sendo avaliado.

o nari**gão**, a boq**uinha**, a test**ona**, o dent**inho**

Outra forma de avaliação no texto de Melo ocorre pela seleção de processos verbais, nos quais a autora tenta realçar aspectos negativos, utilizando processos marcadamente avaliativos:

ela não sair **cacarejando**...

Aí **desembestou** a falar, foi o resto do trecho **tagarelando**.

A cabeça **emperrou**

meu cérebro **pifa**.

a multidão **urrava**

2.2 – Os processos relacionais, as metáforas e seu papel nas avaliações

Ainda em relação aos processos, um recurso comum utilizado pela autora é a recorrência ao léxico atitudinal, realizado muitas vezes pelo uso de processos relacionais, tanto atributivos como identificativos em relação às características negativas dos aspectos avaliados, como ilustram os seguintes exemplos:

Nossa justiça	é	lerda.
Cristo	é	chapa deles.
[Eu]	sou	foragido.
[Os ricos]	são	corruptos, ladrões, cheiradores de pó.
[e] Nossos pobres	são	igualmente escrotos.
[Os ricos]	continuam	uns escrotos.
Portador	Processo: Relacional	Atributivo/Identificador

Quadro 3 – Processos relacionais

Além dos processos, ocorre também a metáfora como recurso de avaliação, tendo em vista que talvez seja um dos mecanismos mais utilizados no cotidiano, pois é a forma que o produtor de textos encontra de fazer comparações e de usar termos no lugar de conceitos que pretende criar. Observemos as seguintes ocorrências:

E faz a gente **viajar que nem tartaruga**

Tinha língua, o Josias

Josias **tomou rebite**, para ficar acordado.

Percebe-se, a partir desses exemplos, que o usuário, na falta da palavra que expresse a atitude que quer transmitir, metaforiza o sentido, como na comparação com a tartaruga para dizer que viajam devagar. No exemplo seguinte, ao dizer que o Josias tinha língua, Máiquel usa ‘ter língua’ para dizer que a personagem não é muda como ele pensava, pois não tinha falado até então, metaforizando a capacidade da fala. A terceira ocorrência, tomar rebite, denotativamente uma haste de metal cilíndrica e parte do cotidiano de caminhoneiros, é utilizada conotativamente para se referir às drogas ingeridas para que se mantenham acordados e cumpram os prazos de entregas de cargas.

Finalmente, ocorrem casos de intensificação em que modificadores são utilizados para se reforçar algum aspecto negativo por meio do emprego de outros modificadores ou intercalando-os ao epíteto, como nos exemplos abaixo:

Muito. Muito mesmo.

... ficou **mais** feio *ainda*.

Apareceu *ainda mais* gente.

... você está encrencado, **bastante** encrencado.

Ao observarmos as possibilidades de ocorrência dos recursos léxico-gramaticais para a realização dos significados avaliativos apresentados até aqui, podemos estabelecer, com base em Martin e Rose (2003: 48), mecanismos de força e de foco, que podem ser acentuados ou amenizados. Dentre os mecanismos de força, foram apresentados ocorrências por meio do uso de intensificadores, léxico atitudinal, metáforas e linguagem chula, sendo que esses recursos podem ser aumentados ou diminuídos, de acordo com a intenção avaliativa do interactante.

Os recursos para Gradação, no entanto, são mais complexos e apresentam diversos desdobramentos possíveis que, devido ao escopo deste trabalho, não foram apresentados aqui.

3 – Considerações finais

O Sistema de Avaliatividade proposto por Martin e White (2005) em relação aos recursos para Gradação mostra-nos que as categorias sugeridas pelos autores podem ser aplicadas à língua portuguesa da mesma forma como são utilizadas na língua inglesa, como originalmente proposto. As diferenças,

no entanto, estarão nas formas como as ocorrências serão instanciadas de acordo com os gêneros e com o registro da cultura local, determinando a realização léxico-gramatical das ocorrências. Emergirão, daí, ocorrências específicas do português brasileiro e, pela relação dialética entre texto e contexto, teremos itens típicos do contexto, como os aspectos relacionados ao crime nos exemplos apresentados.

A opção por apresentar exemplos de avaliação negativa se deu a partir da leitura do texto de Melo e de toda a gama de ocorrências presentes no texto, que revelam aspectos culturais da sociedade brasileira pela perspectiva da autora. Além disso, a abordagem sistêmico-funcional desenvolvida por Halliday tem como ponto de partida o contexto, que pode ser interpretado através do discurso, realizado léxico-gramaticalmente. Além, é claro, de aspectos tipológicos típicos da língua portuguesa, como o caso do diminutivo e outros aspectos que se refletem na linguagem que, numa análise mais densa, fazem emergir aspectos da cultura do jeitinho, do levar vantagem sobre o outro, da negação da cidadania, do conformismo, e outros tantos aspectos da cultura brasileira que Resende (1992) classifica como “doenças culturais que fragilizam a sociedade brasileira”, que, embora não tenham sido demonstrados neste texto, podem ser desenvolvidos em estudos futuros.

Essas “doenças”, portanto, são realizadas linguisticamente pelo léxico presente nos diferentes textos e mostram a relação texto-contexto, como pôde ser observado pelos exemplos retirados de Melo (2006), e que abrem perspectiva para um trabalho mais amplo, que mostre as relações entre as doenças culturais apontadas por Resende (1992) e sua realização léxico-gramatical em textos.

Os exemplos apresentados ilustram ainda as diversas possibilidades de Gradação em língua portuguesa. Reforçamos o fato de que os itens aqui apresentados pretendem ser apenas ilustrativos e não intencionam, de forma alguma, esgotar o assunto, mas apenas apresentá-los para que se tenha uma dimensão dos aspectos tanto práticos quanto teóricos sobre a utilização dos recursos no Sistema de Avaliatividade, assim como as implicações teóricas desse sistema e que possam ser ampliadas e levadas adiante, sendo aplicada a outros contextos.

Os aspectos aqui apresentados tentaram ilustrar os mecanismos utilizados por Patrícia Melo em sua narrativa de *Mundo Perdido*, uma sátira, uma crítica social ao Brasil e seu mundo do crime, o que imprime à sua narrativa uma profusão de itens avaliativos que reforçam, a partir das escolhas feitas pela autora, os aspectos negativos da cultura brasileira e do povo, tais

como a corrupção e o mundo do crime, que emergem a partir das escolhas linguísticas feitas pela autora e a ênfase no léxico avaliativo marcadamente negativo.

ÍNDICE DE TERMOS

Em virtude de serem vários os termos utilizados no Sistema de Avaliatividade como um todo, e em seus subsistemas, decidimos listar os itens que compõem o sistema e suas traduções mais frequentes, visto que algumas delas ainda não apresentam homogeneidade entre os pesquisadores.

Os termos aqui apresentados, desse modo, são aqueles com maior frequência de uso pelos autores dos textos que compõem esta coletânea, além de trabalhos desenvolvidos na área e que são de nosso conhecimento e que também utilizam tais termos.

O critério utilizado para tais escolhas foram os estudos publicados na área e também as diversas discussões ocorridas na lista de discussão virtual de gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa, por meio das dúvidas apresentadas por usuários, as discussões daí geradas e as sugestões de tradução.

Acknowledge	Reconhecimento
Affect	Afeto
Affection	Afeição
Affirm	Afirmação
Antipathy	Antipatia
Appraisal	Avaliatividade
Appraiser	Avaliador
Appreciation	Apreciação
Attribute	Atribuição
Attitude	Atitude
Balance	Proporção
Behavioural surge	Alteração comportamental
Capacity	Capacidade
Cheer	Alegria
Complexity	Complexidade
Composition	Composição
Concede	Concessão
Concur	Confirmação de expectativa
Concurrence	Concorrência (Expectativa Confirmada)
Confidence	Confiança

Contract	Contração
Counter	Contra-Expectativa
Deny	Negação
Desire	Desejo
Disclaim	Refutação
Dis/inclination	Des/inclinação
Disquiet	Inquietação
Displeasure	Desprazer
Dis/satisfaction	In/satisfação
Distance	Distanciamento
Distribution	Distribuição
Down-scale	Diminuição
Emoter	Participante experienciador da emoção
Engagement	Engajamento
Endorse	Endosso
Endorsement	Endosso
Entertain	Entretenimento
Ennui	Aborrecimento
Evidence	Evidência
Expand	Expansão
Extent	Extensão
Evoke	Evocar
Evoked	Evocado(a)
Fear	Medo
Focus	Foco
Force	Força
Graduation	Gradação
Hearsay	Diz-que
Heterogloss	Heteroglossia
Impact	Impacto
Inscribe	Inscrever
Inscribed	Inscrito(a)

Infusing	Fusionado(a)
Infusion	Fusão
In/security	In/segurança
Interest	Interesse
Intensification	Intensificação
Invoke	Invocar
Invoked	Invocado(a)
Irrealis	Irrealis
Isolating	Isolado(a)
Isolation	Isolamento
Judgement	Julgamento
Lexicalisation	Lexicalização
Lower	Reduzir
Mass	Volume
Maximisation	Maximização
Misery	Tristeza
Monogloss	Monoglossia
Negative affect	Afeto negativo
Normality	Normalidade
Number	Quantidade
Pleasure	Prazer
Positive affect	Afeto positivo
Probability	Probabilidade
Process	Processo
Proclaim	Ratificação
Pronounce	Pronunciar
Pronouncement	Pronunciamento
Propriety	Propriedade
Proximity	Proximidade
Quality	Qualidade
Quantification	Quantificação

Raise	Aumentar
Reaction	Reação
Reaction to other	Reação ao outro
Realis	Realis
Repetition	Repetição
Sharpen	Acentuação
Social Esteem	Estima social
Social Sanction	Sanção social
Soften	Atenuação
Space	Espaço
Surprise	Surpresa
Tenacity	Tenacidade
Time	Tempo
Trust	Crédito
Trigger	Fenômeno deflagrador da Emoção
Undirected mood	Humor não-direcionado
Un/happiness	In/felicidade
Up-scale	Aumento
Valuation	Valoração
Veracity	Veracidade

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, F.A.S.D. *Os recursos léxico-gramaticais de Atitude no discurso de dois professores universitários*. Tese de doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. PUC-SP. 2008.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Oxford: Oxford University Press, 1962.

BAKHTIN, M. Discourse in the novel. In M. Holquist (ed.) *The dialogic imagination* (1981). Austin TX: University of Texas Press (337-355), 1935.

_____. *The dialogic imagination: four essays*. Austin: University of Texas Press, 1981.

_____. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Editora Forense Universitária. Rio de Janeiro. 2ª edição revista. 1997.

_____. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 9. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BALOCCO, A.E. O papel da imprensa na construção de espaços democráticos no Brasil: o caso das cotas no acesso ao ensino superior público. IN: RIBEIRO, A.P.G. &

FERREIRA, L.M.A. (orgs.) *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 259-278, 2007.

BEDNAREK, M. A. Frames revisited – the coherence-inducing function of frames. *Journal of Pragmatics*, v.37, n.5. p. 685-706, 2005.

BEDNAREK, M. *Evaluation in media discourse*. London and New York: Continuum, 2006.

BERBARE, A.P. Crítica de cinema: caracterização do gênero para projetos de produção escrita na escola. In: LOPES-ROSSI, Mª Aparecida (org.) *Gêneros discursivos no ensino de leitura e produção de textos*. Taubaté-SP: Cabral Ed e Livraria Universitária, 2002 (p.41-58).

BERBER-SARDINHA, T. *Linguística de corpus*. São Paulo: Manole, 2004.

_____. Linguística de Corpus: histórico e problemática. *DELTA*, v.16, n.2, São Paulo, 2000.

BESNIER, N. Reported speech and affect on Nukulaelae atoll. In: *Responsibility and evidence in oral discourse*, J.H. Hill and J.T. Irvine (eds), 161-181. Cambridge: Cambridge University Press. 1993.

BIBER et al. *The Longman grammar of spoken and written English*. London: Longman, 1999.

BONINI, A. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWOSKY, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. *Gêneros textuais: reflexões e ensino* (orgs.). Palmas e União da Vitória, PR: Kaygangue, 2005.

_____. Os gêneros do jornal: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? *Linguagem em (Dis)curso*. 4(1), jul/dez. 2003. Disponível em: <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>>. Acesso em 20.jul.2006.

CABRAL, S. R. S. *A mídia e o Presidente: um julgamento com base na Teoria da Valoração*. Santa Maria: UFSM, 2007. Tese (Doutorado em Letras), Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

CALDAS-COULTHARD, C. R. On reporting reporting: the representation of speech in factual and fictional narratives. In: COULTHARD, M. *Advances in written text analysis*. London: Routledge, 1994.

CARVALHO, G. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. In: *Linguagem em (Dis)curso*. Tubarão, v.6, n.2, p. 179-198, mai/ago. 2006.

_____. *Resenhas/Reviews: da ação entre amigos ao apontador de defeitos (Um estudo contrastivo de resenhas acadêmicas escritas em Inglês e em Português)*. Niterói, UFF, Instituto de Letras, 2002. 207 fls. Mimeo. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos.

_____. Críticas de livros: um breve estudo da linguagem da avaliação. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 6, n. 2, p. 179-198, 2006.

CASTILHO, A.T. & CASTILHO, C.M.M. Advérbios modalizadores. IN: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. v. 2: Níveis de análise linguística. Campinas, Editora da Unicamp, 1993. p. 215-260.

CHAFE, W.; NICHOLS, J. *Evidentiality: the linguistic code of epistemology*. Norwood, New Jersey: Ablex, 1986.

COFFIN, C. e O'HALLORAN, K. The role of APPRAISAL and corpora in detecting covert evaluation. *Functions of Language*, v.13, n.1, p. 77-110, 2006.

COOK, G. *The discourse of advertising*. London: Routledge, 1992.

CONRAD, S.; BIBER, D. Adverbial marking of stance in speech and writing. In *Evaluation in text*, S. Hunston; G. Thompson (ed.), 56-73. Oxford: Oxford University Press. 2000.

DASCAL, M. The balance of reason. In D.Venderveken (ed.) *Logic, Thought and Action*, Dordrecht: Springer (27-47), 2005.

FOWLER, R. *Language in the news*. Londres: Routledge, 1991.

- EGGINS, S.; SLADE, D. *Analysing Casual Conversation*. London: Cassel, 1997.
- FAIRCLOUGH, N. *Discourse and Social Change*. Cambridge: Polity Press, 1992.
- GARDNER, H. *A teoria das inteligências múltiplas*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GIMENEZ, T. *et al.* Referências recentes sobre língua inglesa, mídia e escola no contexto brasileiro. *Linguagem & Ensino*, v. 9, n. 1, p. 251-266, 2006.
- _____; PERIN, J. O. R., SOUZA, M. M. Ensino de inglês em escolas públicas: o que pensam pais, alunos e profissionais da educação. *Signum*, v. 6, n. 1, p. 167-182, 2003.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In: P. Cole e J. Morgan (eds.) *Syntax and Semantics: v. 3, Speech acts*. New York: Academic Press, p. 41-58, 1975.
- GRIVEL, C. *Production de l'intérêt romanesque*, The Hague/Paris: Mouton, 1973.
- HALLIDAY, M.A.K. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 1985.
- _____. *An introduction to functional grammar*. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.
- _____. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 2004. (3. ed. revised by Christian M. I. M. Matthiessen).
- HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. *Language, Context and Text: Aspects of Language in a Socio-Semiotic Perspective*, Geelong, Victoria Australia, Deakin University Press, 1989.
- HOEY, M. *Patterns of lexis in text*. Oxford: Oxford University Press, 1991.
- HOLDEN, S., ROGERS, M. *O Ensino da Língua Inglesa*. 1. ed. São Paulo: Special Book Services Livraria, 2001.
- HOOD, S. *Appraising research: taking a stance in academic writing*. Tese de doutorado. University of Technology: Sidney, 2004.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Ed. Objetiva, 2001
- HÜBBE, R. S. *O Discurso Utilizado nos Anúncios Publicitários Dirigidos ao Público Infantil*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem) 2004. Disponível em <http://busca.unisul.br/pdf/73809_Rosandra.pdf> Acesso em 10 mai. 2005.
- HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- HUNSTON, S. Evaluation and the planes of discourse. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HYLAND, K. *Disciplinary Discourses – social interactions in academic writing*. Harlow, UK: Pearson Education Limited, 2000.

IEDEMA, R., FEEZ, S. & WHITE, P.R.R. *Media Literacy*, Sydney, Disadvantaged Schools Program, NSW Department of School Education, 1994.

LAUERBACH, G. Argumentation in political talk show interviews. *Journal of Pragmatics*, 39 (1388-1419), 2007

LEMKE, J. L. Resources for attitudinal meaning – Evaluative orientations in text semantics. *Functions of Language*, v. 5, n. 1, 1998. p. 33-56, 1998.

LEVINSON, J. C. *Propaganda de Guerrilha*. São Paulo: Best Seller, 1994.

LIMA-LOPES, R.E.; VIAN JR., O. *Resenha* de The Language of evaluation: Appraisal in English. *Revista D.E.L.T.A.* n. 23, v. 2, pp. 371-381. 2007.

LUTZ, C.; WHITE, G. M. The anthropology of emotions. *Annual Review of Anthropology*, 15: 405-436, 1986.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge University Press, Cambridge. 1977.

MACHADO, A.R. (org.), LOUSADA, E. & ABREU-TARDELLI, L. S. *Resenha*. São Paulo: Parábola, 2004.

MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), 2003.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, Linguística e Literatura*, João Pessoa, vol. 1, no. 1, p. 9-40, 2003.

MARIANI, B. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais (1922-1989)*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1998.

MARTIN, J. R. Analysing genre: functional parameters. IN: CHRISTIE, F; MARTIN, J. R. (Orgs.). *Genre and institutions: Social processes in the workplace and school*. Londres e Washington: Cassel, 1997.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The language of evaluation: appraisal in English*. London, Palgrave, 2005.

_____. Beyond exchange: appraisal systems in English. In: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARTIN, J.R. & ROSE, D. *Working with Discourse: meaning beyond the clause*. New York: Continuum, 2003.

- MARTIN, J. R. Mourning: how we get aligned. *Discourse & Society*, v. 15 (2-3), 2004, p. 321-344.
- MARTIN, J.R. Reading Positions/Positioning Readers: JUDGEMENT in English, *Prospect: a Journal of Australian TESOL* 10 (2): 27-37, 1995.
- MELO, P. *O matador*. São Paulo: Companhia das Letras.1995.
 _____. *Mundo perdido*. São Paulo: Companhia das Letras. 2006
- MILLER, D. "...to meet our common challenge": ENGAGEMENT strategies of alignment and alienation in current US international discourse. *Textus* 17, n.1, 2004, p. 39-62.
- MOORE, S. H. Managing rhetoric in 'smart' journalism: Generic and semantic contours. *Text & Talk*, v.26, n.3, p. 351-381, 2006.
- MOURA NEVES, M.H. A modalidade. IN: KOCH, I. (org). *A gramática do português falado*. vol. 6: Desenvolvimentos. Campinas, Editora da Unicamp 2002.
- OCHS, E. The pragmatics of affect. *Text*, v. 9, n. 1, p. 1-5, 1989.
- OLIVEIRA, N. Análise crítica das crenças dos professores de língua inglesa em processo de formação continuada no estado do Paraná (Mestrado em Ciências da Linguagem), Universidade do Sul de Santa Catarina, 2006.
- OSWALD, Steve. Towards an interface between Pragma-Dialectics and Relevance Theory. *Pragmatics & Cognition* 15.1 (179-202), 2007.
- PAINTER, C. Developing attitude: an ontogenetic perspective on appraisal. In: MACKENHORARIK, M.; MARTIN, J. R. Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation. *Text*, v. 23 (2), p. 183-209, 2003.
- RESENDE, E. *Cidadania*, o remédio para as doenças culturais brasileiras. São Paulo: Summus Editorial. 1992.
- SANT'ANNA, V. L. A. *O trabalho em notícias sobre o Mercosul: heterogeneidade enunciativa e noção de objetividade*. São Paulo, EDUC, 2004.
- SARANGI, S. Editorial: Evaluating Evaluative Language. *Text*, Special Issue, Volume 23-2, 2003, p. 165-170.
- SOARES, M. Livro Didático: uma História Mal contada. 1997. Disponível em <<http://www.moderna.com.br/artigos/arte/0015>>. Acesso em 25 jul. 2005.
- SOUZA, A.A. "Do it right, be firm, be fair": a systemic functional investigation of national anthems written in English. Tese de doutorado em Letras/Inglês e Literatura Correspondente. Universidade Federal de Santa Catarina. 2006.

SOUZA, L. M. F. O modelo de Linguagem Avaliativa (Appraisal Framework) como ferramenta para a análise descritiva do texto traduzido. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos da Tradução). Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina.

SPERBER, D & WILSON, D. *Relevance. Communication and Cognition*, 2a. ed, Ixfird: Blackwell, 1995.

SPITULNIK, D. Anthropology and mass media. *Annual Review of Anthropology* 22:293-315. 1993. Disponível em: <<http://www.annualreviews.org/aronline>>. Acesso em 22 dez. 2005.

THOMPSON, J. B. *Studies in the therapy of ideology*. Cambridge: Polity Press, 1984.

TOLEDO-PEREIRA, D. *Escolhas temáticas no discurso de guias de turismo e monitores de museus no Brasil e na Espanha*. Dissertação de mestrado. PUC-SP, 2005.

TOULMIN, S. *The uses of Argument*. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.

VANDE KOPPLE, W.J. Some exploratory discourse on metadiscourse. *College composition and communication*, v. 36, n. 1, p. 82-93, 1985.

VIAN JR., O. 2009. O sistema de avaliatividade e os recursos para gradação em Língua Portuguesa: questões terminológicas e de instanciação. *Revista D.E.L.T.A.*, v. 25, n. 1, pp. 99-129. 2009.

VIGNER, G. Intertextualidade, norma e legibilidade. In: D. Costa *et al.* *O texto: Leitura e Escrita*. São Paulo: Pontes, p. 31-38, 1988.

WHITE, P. R. R. Beyond modality and hedging: a dialogic view of the language of intersubjective stance. In: MACKEN-HORARIK, M.; MARTIN, J. R. *Negotiating heteroglossia: social perspectives on evaluation*. *Text*, v. 23 (2), p. 259-284, 2003.

_____. *Telling media tales: the news story as rethoric*. 1998, 298f. Tese (Doctor of Philosophy) – University of Sydney, Austrália, 1998. Disponível em <<http://www.grammatics.com/appraisal>> Acesso em 27 fev. 2006.

_____. Death, disruption and the moral order: the narrative impulse in mass-media hard news reporting. In: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. *Genres and institutions: social processes in the workplace and school*. Longon: Cassel, 1997.

WHITE, P. R. R. *The Language of Attitudinal and Intersubjective Stance*. Appraisal website. Disponível em <www.grammatics.com/appraisal>, 2002. Acesso em 10 nov, 2006.

_____. Valoração – A Linguagem da Avaliação e da Perspectiva. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 4, n. esp., p. 177-205, 2004.

WHITE, P. R. R. The Language of Attitudinal and Intersubjective Stance. Appraisal website. URL. www.grammatics.com/appraisal , 2002.

_____. Beyond modality and hedging: A dialogic view of the language of intersubjective stance. Text, Special Issue, Volume 23-2, 2003, p. 259-284.

_____. Telling Media Tales: the News Story As Rhetoric. Sydney, 1998. 299 p. Ph.D Dissertation, University of Sydney. Disponível em: http://www.grammatics.com/appraisal/whitepr_phd.html.

Sites acessados:

<http://observatorio.ultimosegundo.ig.com.br>

<http://clipping.planejamento.gov.br>

<http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/noticias>

http://www.presidencia.gov.br/search_form.

SOBRE OS AUTORES

Anderson Alves de Souza é professor adjunto da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Possui bacharelado (2000), mestrado (2003) e doutorado (2008) em Língua Inglesa pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo feito um ano de seu doutorado na *University of Sydney* sob orientação do Professor James R. Martin, como bolsista do Programa de Estágio de Doutorando no Exterior da Capes. Seus principais interesses de pesquisa são: análise do discurso, gênero textual, linguística aplicada, ensino e aprendizagem de inglês como língua estrangeira e avaliabilidade.

Anna Elizabeth Balocco é professora adjunta de Língua Inglesa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e docente no Programa de Pós-Graduação em Letras da mesma instituição (área de concentração: Linguística). Doutora em Linguística pela UFRJ (2000), é autora de capítulos de livros e inúmeros artigos publicados em revistas especializadas. Sua pesquisa envolve a Linguística Sistêmico-Funcional e a Análise Crítica do Discurso.

Fabiola Sartin Dutra Parreira de Almeida é doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela Universidade Católica de São Paulo – PUCSP. É Professora adjunta de língua inglesa do curso de Letras e do programa de Pós-Graduação em Linguística na Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. Sua pesquisa concentra-se nas áreas de análise do discurso sistêmico-funcional com foco no sistema de avaliabilidade), formação de professor de línguas estrangeiras, ensino a distância, linguagem e tecnologia. Possui publicações incluindo o livro *Avaliação na Linguagem: os elementos de atitude no discurso do professor Um exercício em análise sistêmico-funcional*, bem como artigos em periódicos e capítulos de livros.

Gisele de Carvalho, doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal Fluminense, é professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nesta instituição, leciona diversos cursos em língua inglesa para a graduação e no curso de Mestrado em Linguística trabalha com Análise do Discurso e Metodologia da Pesquisa. É autora de artigos e capítulos de livros, e ultimamente tem se dedicado a estudar gêneros opinativos com base nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional e na Análise Crítica do Discurso.

Ladjane Maria Farias de Souza é aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui Mestrado em Estudos da Tradução pela UFSC (2006), Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (1992), e Bacharelado em Língua Inglesa pela

Universidade Federal de Pernambuco (1988). Atualmente, seus principais interesses de pesquisa são: análise do texto traduzido, tradução e Valoração (Appraisal), tradução e gênero textual e outras abordagens sistêmico-funcionais da tradução.

Mauro T. B. Sobhie é mestre e doutor em Linguística Aplicada pela PUC/SP, especializado em Marketing e graduado em Engenharia Eletrônica. Além de seu trabalho profissional como tradutor técnico, atualmente realiza pesquisas nas áreas de Linguagem Empresarial e Avaliação na Linguagem com base no arcabouço teórico da Linguística Sistêmico-Funcional.

Orlando Vian Jr. é mestre e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC/SP. É bolsista de produtividade CNPq e atualmente é professor de língua inglesa no curso de graduação em Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Seus temas de pesquisa centram-se na formação do professor de inglês, análise de gêneros e ensino instrumental e adotam a linguística sistêmico-funcional como teoria de linguagem.

Richarles de Carvalho é mestre em Ciências da Linguagem pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). É professor de Língua Inglesa para o Ensino Fundamental (Colégio de Aplicação) e Professor de Língua Inglesa e Língua Portuguesa na UNESC. Tem experiência em Ensino de Língua Inglesa, cursos de formação para professores. Suas publicações versam sobre Projetos de Trabalho e Interdisciplinaridade, Análise Crítica do Discurso, Formação de Professores e Livro Didático.

Sara Regina Scotta Cabral é doutora em Letras pela Universidade Federal de Santa Maria (RS). É professora adjunta na Universidade Luterana do Brasil (ULBRA), no campus de Cachoeira do Sul, e trabalha com Língua Portuguesa, Linguística Aplicada e Produção Textual. Sua área de investigação tem sido a Gramática Sistêmico-Funcional e a Teoria da Avaliatividade, temas com os quais tem trabalhado desde 2000 e em que tem baseado suas publicações.

Sumiko Nishitani Ikeda, doutora em linguística aplicada, é professora titular na Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem (LAEL), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Sua pesquisa concentra-se na interface do discurso e da gramática, com enfoque na análise do discurso crítica. Questões como a avaliação e a persuasão são examinadas sob a ótica da linguística sistêmico-funcional. Tem pós-doutorado pela Tokyo Kokuritsu Kenkyujoo, tendo lecionado na Osaka University of Foreign Studies e na Kyoto University of Foreign Studies, entre 1992 a 1998.

